Quarta-feira, 3 de Fevereiro de 1999 Número 28/99

II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Secretaria-Geral 1491
Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas 1491

Presidência do Conselho de Ministros

Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência 1491
Serviços Sociais 1491

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete do Ministro 1491
Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação 1492
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus 1492
Secretaria-Geral 1493
Departamento Geral de Administração 1493
Instituto Camões 1494

Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior-General das Forças Armadas 1494
Marinha 1495
Força Aérea 1495

Ministério das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo 1495
Direcção-Geral dos Impostos 1495

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro 1495
Secretaria-Geral 1496
Direcção-Geral de Viação 1496
Governo Civil do Distrito de Aveiro 1496
Governo Civil do Distrito de Leiria 1496

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares 1497
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional 1513
Instituto Português de Cartografia e Cadastro 1514

Ministério da Justiça

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado 1514
Direcção-Geral dos Serviços de Informática 1515
Direcção-Geral dos Serviços Judiciários 1516
Instituto de Medicina Legal de Coimbra 1538
Instituto de Reinserção Social 1538

Ministério da Economia

Gabinete do Ministro 1538
Direcção-Geral da Energia 1538
Instituto Nacional de Formação Turística 1538

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Direcção-Geral de Veterinária 1538
Direcção Regional de Agricultura do Alentejo 1538
Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral 1539
Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste ... 1539
Escola de Pesca e da Marinha de Comércio 1540
Instituto Nacional de Investigação Agrária 1541

Ministério da Educação

Gabinete do Ministro 1541
Conservatório de Música do Porto 1541
Direcção Regional de Educação do Alentejo 1541
Direcção Regional de Educação do Algarve 1543
Direcção Regional de Educação do Centro 1543
Direcção Regional de Educação de Lisboa 1543
Direcção Regional de Educação do Norte 1545

Ministério da Saúde

Gabinete da Ministra 1546
Escola Superior de Enfermagem da Madeira 1546
Administração Regional de Saúde do Centro 1547
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo 1547
Administração Regional de Saúde do Norte 1548
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia 1549
Hospitais Civis de Lisboa 1549
Hospital Distrital de Bragança 1553
Hospital Distrital de Santarém 1553
Hospital do Espírito Santo — Évora 1554
Hospital de Garcia de Orta 1555
Hospital Geral de Santo António 1556
Hospital de Joaquim Urbano 1557
Hospital de Santa Luzia de Elvas 1557
Hospital de São Marcos 1558
Hospital de Sousa Martins 1559
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa 1560
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento 1560
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil ... 1560
Instituto Português do Sangue 1561

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Gabinete do Ministro 1562
Gabinete do Secretário de Estado da Inserção Social 1563
Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação 1563
Casa Pia de Lisboa 1563
Centro Regional de Segurança Social do Algarve 1565
Centro Regional de Segurança Social do Centro 1565
Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo 1565
Centro Regional de Segurança Social do Norte 1568
Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade 1568
Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho 1568
Serviços Sociais 1569

Ministério do Ambiente

Direcção-Geral do Ambiente 1571
Inspecção-Geral do Ambiente 1571
Instituto da Conservação da Natureza 1571

Ministério da Cultura

Delegação Regional da Cultura do Alentejo 1572
Inspecção-Geral das Actividades Culturais 1573
Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo 1573
Instituto Português do Património Arquitectónico 1574

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Investigação Científica Tropical 1576

Região Autónoma da Madeira

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares 1576

Conselho Superior da Magistratura 1577
Conselho Nacional de Educação 1577
Comissão Nacional de Eleições 1586
Universidade Aberta 1586
Universidade do Algarve 1586
Universidade de Coimbra 1586
Universidade de Évora 1587
Universidade de Lisboa 1588
Universidade do Minho 1590
Universidade Nova de Lisboa 1590
Universidade do Porto 1592
Universidade Técnica de Lisboa 1595
Instituto Politécnico de Beja 1596
Instituto Politécnico de Castelo Branco 1597
Instituto Politécnico de Coimbra 1597
Instituto Politécnico de Leiria 1597
Instituto Politécnico de Lisboa 1597
Instituto Politécnico de Portalegre 1598
Instituto Politécnico de Tomar 1599
Instituto Politécnico de Viana do Castelo 1599
Instituto Politécnico de Viseu 1599
Entidade Reguladora do Sector Eléctrico 1599

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 2078/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Janeiro de 1999:

Licenciado José Luciano de Oliveira Ribeiro de Almeida, estagiário da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República — nomeado, precedendo concurso, técnico superior de 2.ª classe do mesmo quadro e serviço, ficando exonerado da anterior categoria na data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *José Vicente de Bragança.*

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Alvará n.º 2/99. — Por alvarás de 16 de Abril de 1998, são agraciadas as seguintes individualidades ucranianas:

Ordem do Infante D. Henrique:

Grande-colar:

Sua Excelência o Presidente da República da Ucrânia, Senhor Leonid Danilovitch Kuchma.

Grã-cruz:

Valeri Pariovitch Pustovoitenko.
Oleksandr Oleksandrovitch Moroz.
Embaixador Gennadiy Yocipovitch Udovenko.

Grande-oficial:

Valeri Andriyavitch Smoliy.
Oleksandr Oleksandrovitch Omelchenko.

Ordem do Mérito:

Grã-cruz:

Embaixador Sergiy Hrigorovitch Ossyka.
D. Suzana Romanivna Stanik.
Volodimir Petrovitch Seminozhenko.
Yuri Ivanovitch Kostenko.
Valentina Ivanivna Dovzhenko.
Dmitro Ivanovitch Ostapenko.
General Oleksandr Ivanovitch Kuzmuk.
Embaixador Anatoliy Konstantinovich Orel.
Embaixador Anatoliy Makcimovitch Zlenko.
Embaixador Borys Ivanovitch Tarasyuk.
Embaixador Volodimir Stanislavovicht Ohryzko.
Embaixador Gueorguiy Volodimirovitch Cherniavsky.
A. A. Zasukha.
Embaixador Oleksandr Sergueevitch Slipchenko.

Grande-oficial:

Yevguen Petrovitch Kushnaryov.
Volodimir Pavlovitch Horbulin.
Leonid Yehorovitch Horyovy.
Vaciliy Petrovitch Ryabokon.
Rayssa Vacilevna Bohatyriova.
Dimitri Volodirnirovitch Tabachnik.
Lleonid Vacilevitch Derkach.
Victor Ivanovitch Bannykh.
Victor Vacilovitch Skopenko.
General Yuri Mikolaevitch Taberko.
Rushan Mikhaelovitch Demchenko.

Comendador:

Volodimir Mikhailovitch Lytvyn.
Oleksandr Ivanovitch Maydannyk.
Leonid Vacilovitch Gubersky.
Olexiy Victorovitch Bunesco.

Oficial:

Boris Ivanovitch Movchan.
Mikhail Vacilovitch Skuratovsky.
D. Tamila Valerevna.

25 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral das Ordens, *José Vicente de Bragança.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

Despacho (extracto) n.º 1799/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Novembro de 1998 do vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, foi nomeado para exercer funções de motorista de ligeiros, por urgente conveniência de serviço, José Carlos Calheiros Monteiro. O nomeado era caixeiro-A das Indústrias Nacionais de Defesa, E. P. (INDEP), e a sua integração no quadro do Conselho como motorista foi autorizada por despacho de 28 de Agosto de 1998 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 152/98, de 6 de Junho, lugar a extinguir quando vagar. (Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Adjunto, *Aníbal José Carriço de Albuquerque,* major.

Despacho (extracto) n.º 1800/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Novembro de 1998 do vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, foi autorizada a recuperação de vencimento de exercício perdido a:

Silvina Rodrigues Mota de Campos Pinheiro — 3 dias.
Maria Manuela Jesus Pedro Dias — 50 % de 10 dias.

19 de Janeiro de 1999. — O Adjunto, *Aníbal José Carriço de Albuquerque,* major.

Despacho (extracto) n.º 1801/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, foi autorizada a recuperação de vencimento de exercício perdido a:

Maria de Lurdes Simões Pais de Gouveia Fonseca — dois dias.
João António Almeida Macieira — sete dias.

19 de Janeiro de 1999. — O Adjunto, *Aníbal José Carriço de Albuquerque,* major.

Serviços Sociais

Aviso n.º 2079/99 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Janeiro de 1999 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Patrocínia Campos — concedido o abono de vencimento de exercício perdido na totalidade (sete dias).

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1802/99 (2.ª série). — Considerando a necessidade de assegurar a continuação do processo de informatização do serviço prestado nas chancelarias consulares, renovo o mandato do grupo de trabalho constituído pelo despacho n.º 6/MNE/96, de 12 de Abril, para informatização dos consulados (GIC), que funciona na dependência e sob a orientação do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, coordenado tecnicamente pela engenheira Maria Margarida Alves da Costa Santos Alves de Matos e funcional e administrativamente pelo director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, cometendo-se-lhe, em razão da interdependência operacional entre os sistemas informáticos instalados nos postos e em curso de instalação nos serviços centrais da DGACCP, a responsabilidade de informatização daqueles últimos serviços.

1 — O referido grupo é igualmente constituído pelos seguintes funcionários:

a) Da DGACCP:

Dr.ª Margarida Marques, directora dos Serviços de Formação;
Arquitecto Henrique Manuel Verdades Diniz da Gama, director de serviços de Administração Consular;
Dr. Fernando Simões Bento, assessor principal;
Outros, conforme as necessidades pontuais.

b) Do centro de informática:

Dr.ª Filipa Mendonça;
Engenheiro Victor Nogueira;
Francisco Fernandes.

c) Do GOPA — Dr. Hernâni Espírito Santo.

2 — Os funcionários referidos na alínea *b*) do número anterior continuam destacados a tempo inteiro para trabalhar neste grupo.

3 — Ao GIC caberá, especialmente:

a) A elaboração do plano estratégico, onde sejam definidos os objectivos a atingir, o planeamento das acções a desenvolver e os meios humanos e materiais a afectar;
b) A análise do sistema de informatização dos consulados e dos serviços centrais da DGACCP;
c) A indicação da prioridade e calendarização das acções a desenvolver e dos elementos que integrarão as respectivas equipas;
d) A elaboração de um plano de formação destinado ao pessoal em serviço nos consulados e nos serviços centrais da DGACCP.

4 — O GIC poderá propor o recurso a consultores e ou auditores externos especializados, se disso sentir necessidade para realizar as suas tarefas.

5 — Toda e qualquer aquisição de bens (*hardware* e *software*), e ou serviços informáticos a instalar nos consulados e nos serviços centrais da DGACCP, só poderá ser concretizada por proposta do GIC.

6 — Os encargos financeiros decorrentes das actividades desenvolvidas pelo GIC serão suportados através do recurso a verbas do orçamento da DGACCP:

7 — O GIC exercerá as suas funções até 31 de Dezembro de 1999, podendo, todavia, o respectivo mandato ser renovado. Com a dissolução do referido grupo todos os documentos produzidos transitam para o centro de informática deste Ministério.

30 de Dezembro de 1998. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama.*

Despacho n.º 1803/99 (2.ª série). — Considerando a necessidade de assegurar a continuação do processo de criação de novas condições para as instalações dos serviços consulares externos, renovo o mandato do grupo de trabalho constituído pelo despacho n.º 616/MNE/98, de 30 de Dezembro, para a implementação da imagem e modernização das chancelarias consulares (GIM), que funciona na dependência e sob a orientação do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, coordenado tecnicamente por Ana Cristina Rodrigues Neves de Noronha Afonso de Barros e funcional e administrativamente pelo director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas:

1 — Ao GIM caberá, especialmente:

a) A elaboração de um plano de implementação de imagem para 1999, onde sejam definidos os objectivos a atingir, o planeamento das acções a desenvolver e os meios humanos e materiais a afectar;
b) A análise e a estruturação de implementação da imagem pelos diversos postos e secções consulares;
c) De acordo com as prioridades superiormente definidas, a calendarização das acções a desenvolver e a gestão dos meios humanos e materiais necessários à implementação da nova imagem;
d) A elaboração de um manual de normas, onde será discriminada nas diversas áreas a normalização da imagem dos postos e secções consulares.

2 — O GIM poderá propor o recurso a consultores e ou auditores externos especializados, se disso sentir necessidade para realizar as suas tarefas.

3 — A aquisição de equipamento de escritório, ou de serviços especializados de arquitectura ou obras de construção civil a realizar pelos postos e secções consulares, deverá ser precedida de análise e parecer prévio do GIM.

4 — O GIM exercerá as suas funções durante um ano, podendo o respectivo mandato ser renovado.

Com a dissolução do referido grupo todos os documentos produzidos transitam para o arquivo da DGACCP deste Ministério.

30 de Dezembro de 1998. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama.*

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 1804/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Abril, e de acordo com o n.º 2 do meu despacho n.º 1481/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 21, de 26 de Janeiro de 1998, prorrogo a nomeação do licenciado Manuel António Gonçalves de Jesus por mais um ano, nos termos previstos no referido despacho de nomeação.

5 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Luís Filipe Marques Amado.*

Despacho n.º 1805/99 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio assessor do meu Gabinete Roberto Freitas Ferreira, a fim de prestar colaboração na área da sua especialidade, com a remuneração mensal de 550 000$.

2 — O nomeado tem direito ao subsídio de refeição e quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do Gabinete.

3 — A nomeação tem a duração de seis meses e é revogável a todo o tempo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Luís Filipe Marques Amado.*

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 1806/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o conselheiro de embaixada Miguel Maria Simões Coelho de Almeida e Sousa do cargo de chefe do meu Gabinete, com efeitos a partir de 18 de Janeiro de 1999.

No termo das suas funções, que deixa para prosseguir a sua carreira no quadro diplomático externo, desejo prestar público louvor ao Dr. Miguel de Almeida e Sousa, cujas excepcionais qualidades de empenhamento e de lealdade, que se cumulam a um raro perfil de servidor do Estado, se reflectiram de forma muito positiva no trabalho do Gabinete e no apoio ao Secretário de Estado. Nos mais de dois anos em que exerceu as suas funções, o Dr. Miguel de Almeida e Sousa soube pela sua reconhecida competência e por uma intervenção sempre construtiva e marcada pelo bom senso, constituir-se como um elemento de grande valia na actividade coordenadora do Ministério dos Negócios Estrangeiros na área europeia.

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Francisco Manuel Seixas da Costa.*

Despacho n.º 1807/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o conselheiro de embaixada João do Carmo Ataíde da Câmara para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, com efeitos a partir de 18 de Janeiro de 1999.

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Francisco Manuel Seixas da Costa.*

Despacho n.º 1808/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego no chefe do meu Gabinete o conselheiro de embaixada João do Carmo Ataíde da Câmara, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados.

2 — Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e ajudas de custo, antecipadas ou não.

3 — Autorizar a constituição de um fundo de maneio até ao montante máximo correspondente a um duodécimo da dotação orçamental.

4 — Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar.

5 — Ao abrigo do n.º 1 dos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março:

a) Autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços até ao montante de 10 000 contos;

b) Autorizar despesas sem concurso ou com dispensa de celebração de contrato escrito até ao montante de 5000 contos;
c) Autorizar despesas por negociação, sem publicação de anúncio, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 55/95, com a nova redacção do Decreto-Lei n.º 128/98, de 13 de Maio, até ao limite estabelecido na alínea *a*).

Este despacho produz efeitos a 18 de Janeiro de 1999.

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Francisco Manuel Seixas da Costa.*

Despacho n.º 1809/99 (2.ª série). — Delego no chefe de gabinete Dr. João do Carmo Ataíde da Câmara a competência para assinatura dos pedidos de libertação de créditos e nomeio como responsável a chefe de repartição Maria Cândida Matos Veríssimo Lopes Ribeiro, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, e do n.º 26.4 da circular n.º 1225, série A, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública de 4 de Abril de 1994.

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Francisco Manuel Seixas da Costa.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 1810/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, exonero o oficial administrativo principal Maria Celeste Vieira da Silva das funções de secretariado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Pedro José Ribeiro de Menezes.*

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 2080/99 (2.ª série). — Para efeitos do artigo 3.º da Lei n.º 4/82, de 15 de Abril, torna-se público que na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Fevereiro de 1999 serão adoptadas as taxas de câmbio seguintes:

Divisas	Taxas de conversão por escudo
Rand sul-africano	0,033 50
Novo kwanza da República Popular de Angola	2 127,659 57
Florim das Antilhas Holandesas	0,010 41
Real saudita da Arábia Saudita	0,021 82
Dinar argelino	0,342 68
Peso argentino	0,005 82
Dólar australiano	0,009 04
Xelim austríaco/shilling	0,068 50
Dinar do Barein	0,002 73
Franco belga	0,201 00
Dólar das Bermudas	0,005 82
Real brasileiro	0,006 89
Lev da Bulgária	9,701 20
Escudo de Cabo Verde	0,521 89
Dólar canadiano	0,008 84
Peso chileno	2,730 97
Yuan ou ren-min-bi da China	0,048 15
Libra cipriota	0,002 91
Peso colombiano	9,031 79
Won da Coreia do Sul	7,137 25
Franco CFA da Costa do Marfim	3,369 00
Peso cubano	0,005 82
Coroa dinamarquesa	0,037 60
Libra egípcia	0,019 86
Colon de El Salvador	0,005 81
Sucre do Equador	39,745 63
Markka da Finlândia	0,030 90
Libra esterlina da Grã-Bretanha	0,003 30
Dracma da Grécia	1,683 64
Quetzal da Guatemala	0,005 81
Dólar da Guiana	0,836 12
Franco CFA da Guiné-Bissau	3,369 00
Florim holandês	0,011 00
Lempira das Honduras	0,005 81
Dólar de Hong-Kong	0,045 07
Forint da Hungria	1,238 67
Rupia indiana	0,246 80
Real iraniano	17,448 96
Dinar iraquiano	0,001 80
Libra irlandesa	0,003 83
Coroa islandesa	0,388 68
Shekel de Israel	0,025 27
Lira italiana	9,763 72
Yen do Japão	0,686 86
Dinar jordano	0,004 04
Novo dinar jugoslavo	0,058 53
Shilling do Quénia	0,349 05
Dólar liberiano	0,005 82
Franco luxemburguês	0,204 00
Kuacha do Malawi	0,263 05
Dirham marroquino	0,052 66
Peso novo mexicano	0,059 47
Metical de Moçambique	69,881 20
Nova córdoba da Nicarágua	0,005 81
Naira da Nigéria	0,471 12
Coroa da Noruega	0,043 43
Dólar da Nova Zelândia	0,011 14
Real de Omã (Sultanato)	0,002 24
Balboa do Panamá	0,005 82
Rupia do Paquistão	0,289 24
Guarani do Paraguai	16,388 07
Novo sol do Peru	0,017 73
Zloty da Polónia	0,020 60
Franco CFA da República Centro-Africana	3,369 00
Coroa da República Checa	0,169 28
Leu da Roménia	63,734 86
Dobra de São Tomé e Príncipe	39,888 31
Franco CFA do Senegal	3,369 00
Dólar de Singapura	0,009 81
Libra da Síria	0,065 29
Emalangeni da Suazilândia	0,033 57
Coroa sueca	0,046 48
Baht da Tailândia	0,206 79
Dólar de Trinidad e Tobago	0,036 31
Dinar tunisino	0,006 37
Lira turca	1 851,851 85
Novo peso do Uruguai	0,063 47
Rublo da Rússia	0,119 69
Bolívar da Venezuela	3,210 07
Zaire da República do Zaire	0,008 33
Kuacha da Zâmbia	14,374 01
Dólar do Zimbabwe	0,210 21
Peso das Filipinas	0,225 69
Pataca	0,046 33
Rupia da Maurícia	0,141 31
Colón da Costa Rica	1,604 00

11 de Janeiro de 1999. — O Director-Adjunto, *Eugénio Barata.*

Aviso n.º 2081/99 (2.ª série):

Pedro Manuel Silva Esteves Pereira — contrato administrativo de provimento de 28 de Dezembro de 1998, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, nos artigos 8.º, alínea *b*), 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 234-B/98, de 28 de Julho, e em conformidade com a Portaria n.º 282/97, de 2 de Maio, para exercer o cargo de adido técnico do quadro do pessoal especializado da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.* (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

19 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Ana Maria Marques Martinho.*

Aviso n.º 2082/99 (2.ª série):

Carolina Feilman Gentil Quina — contrato administrativo de provimento de 20 de Novembro de 1998, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e nos artigos 8.º, alínea *b*), 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e no artigo 1.º do

Decreto-Lei n.º 234-B/98, de 28 de Julho, e em conformidade com a Portaria n.º 282/97, de 2 de Maio, para exercer o cargo de conselheira técnica principal do quadro do pessoal especializado da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

Fernando João da Costa Cabral Andresen Guimarães — contrato administrativo de provimento de 18 de Novembro de 1998, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e nos artigos 8.º, alínea *d*), 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e em conformidade com a Portaria n.º 120/97, de 21 de Fevereiro, para exercer o cargo de conselheiro técnico do quadro do pessoal especializado da Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

Álvaro Brito da Silva — contrato administrativo de provimento de 18 de Novembro de 1998, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no artigo 8.º, alínea *d*), do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 146/89, de 6 de Maio, e nos artigos 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e em conformidade com a Portaria n.º 580/97, de 1 de Agosto, para exercer o cargo de conselheiro técnico do quadro do pessoal especializado da Delegação de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em Bruxelas, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

Miguel Rebelo Teixeira de Melo Ramos — contrato administrativo de provimento de 18 de Novembro de 1998, nos termos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, nos artigos 8.º, alínea *o*), 9.º, n.ºs 1, 2 e 4, 12.º, n.ºs 1 e 3, e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e em conformidade com a Portaria n.º 580/97, de 1 de Agosto, para exercer o cargo de secretário privativo na Delegação Permanente de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em Bruxelas, por um período de três anos, considerando-se tácita e sucessivamente prorrogado por iguais períodos. O presente contrato produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

(Não carecem de fiscalização do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

19 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Ana Maria Marques Martinho.*

Despacho (extracto) n.º 1811/99 (2.ª série):

João Nuno Oleiro Morais Alçada, conselheiro cultural junto da Embaixada de Portugal na Cidade da Praia — despacho ministerial de 18 de Janeiro de 1999 determinando a cessação das referidas funções, a seu pedido, com efeitos a partir de 31 de Março de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Ana Maria Marques Martinho.*

Despacho (extracto) n.º 1812/99 (2.ª série):

Paulo José Bulcão Sarmento, contratado a termo certo — despacho de 23 de Novembro de 1998 nomeando-o para a categoria de operador de sistemas de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal de informática — indo ocupar um lugar criado de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, a extinguir quando vagar. A integração opera-se em situação de nomeação definitiva, de acordo com o estatuído no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, e nos artigos 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e resulta da aprovação em concurso de ingresso para regularização das situações previstas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, aberto através da ordem de serviço n.º 5, aviso n.º 4, afixada neste Ministério em 29 de Maio de 1998, cuja lista de classificação final foi afixada a 11 de Setembro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director-Adjunto do Departamento, *Eugénio Carvalho Barata.*

Despacho (extracto) n.º 1813/99 (2.ª série):

Marco Paulo Ferreira de Melo, contratado a termo certo — despacho de 16 de Outubro de 1998 nomeando-o para a categoria de terceiro-oficial do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal administrativo. A integração opera-se em situação de nomeação definitiva, de acordo com o estatuído no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, e nos artigos 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e resulta da aprovação em concurso de ingresso para regularização das situações previstas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, aberto através da ordem de serviço n.º 5, aviso n.º 4, afixada neste Ministério em 29 de Maio de 1998, cuja lista de classificação final foi afixada a 28 de Julho de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director-Adjunto do Departamento, *Eugénio Carvalho Barata.*

Instituto Camões

Despacho (extracto) n.º 1814/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Camões:

Cristina Maria Delgado Gomes Caetano e João Francisco Godinho Nunez da Silva Moura, contratados a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 2.ª classe, em lugares do quadro de pessoal do Instituto Camões, criados pela Portaria n.º 36/98, de 26 de Janeiro, e nunca providos, considerando-se rescindidos os respectivos contratos a termo certo à data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

Despacho (extracto) n.º 1815/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Camões:

Carla Alexandra dos Santos Freitas, contratada a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica auxiliar de 2.ª classe, indo ocupar um lugar da mesma categoria, aumentado ao quadro constante da Portaria n.º 36/98, de 26 de Janeiro, a extinguir quando vagar, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, considerando-se rescindido o respectivo contrato a termo certo à data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Aviso n.º 2083/99 (2.ª série). — Após despacho de homologação de 21 de Janeiro de 1999 do vice-almirante-adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o planeamento, cumpridas que foram as formalidades previstas no Código do Procedimento Administrativo, no âmbito da audiência dos interessados, faz-se público que, a partir da data da publicação do presente aviso, se encontra afixada, para consulta, na vitrina do átrio do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Avenida da Ilha da Madeira, Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso para a categoria de agente de segurança do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 172, de 28 de Julho de 1998.

22 de Janeiro de 1999. — O Chefe da Secretaria, *Mário da Silva Fortuna,* tenente coronel do Serviço Geral do Exército.

Aviso n.º 2084/99 (2.ª série). — Após despacho de homologação de 21 de Janeiro de 1999 do vice-almirante-adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o planeamento, cumpridas que foram as formalidades previstas no Código do Procedi-

mento Administrativo, no âmbito da audiência dos interessados, faz-se público que a partir da data da publicação do presente aviso se encontra afixada, para consulta, na vitrina do átrio do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Avenida da Ilha da Madeira, Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno geral de ingresso para a categoria de terceiro-oficial do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 152, de 4 de Julho de 1998.

22 de Janeiro de 1999. — O Chefe, *Mário da Silva Fortuna,* tenente-coronel do serviço geral do Exército.

Gabinetes dos Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 101/99 (2.ª série). — Mandam o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o Chefe do Estado-Maior da Armada exonerar, a contar de 15 de Dezembro de 1998, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 377/75, de 18 de Julho, o 916489, 1MAR TFD Carlos Manuel Valente Rosado do cargo E-4360-STEWARD, sendo na mesma data substituído pelo 6308792, 1MAR TFD Nuno Miguel de Jesus Brito no Comando-Chefe da Área Ibero-Atlântica.

21 de Janeiro de 1999. — O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, *Gabriel Augusto do Espírito Santo,* general. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias,* almirante.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Aviso n.º 2085/99 (2.ª série). — Relação do pessoal contratado nos termos do artigo 32.º, § único, do Regulamento do Arsenal do Alfeite, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 179/77, de 4 de Maio, e do artigo 33.º do mesmo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 31 873, de 27 de Janeiro de 1942, cujo contrato foi rescindido a partir das datas que se indicam:

António Joaquim Raposo Santos — desde 2 de Outubro de 1998.
Edgar José do Cabo Paixão — desde 7 de Outubro de 1998.
Pedro Miguel Lopes Tavares — desde 14 de Novembro de 1998.
Luís Manuel Marques Martins — desde 24 de Novembro de 1998.
Filipe Miguel Machado Calado Velhinho — 1 de Janeiro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Director de Pessoal, *Joaquim Augusto dos Santos.*

FORÇA AÉREA

Despacho n.º 1816/99 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, delego nas entidades a seguir designadas competências para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens, que me são conferidas pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º e pela alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do mesmo diploma, até aos montantes indicados:

a) No comandante do grupo de apoio, TCOR/TOMET (018570-B) Henrique Armando Neves Rodrigues:

1) Com cumprimento de formalidades legais — 2 500 000$;
2) Sem concurso ou com dispensa de celebração de contrato escrito — 1 250 000$;

b) No comandante da Esquadra de Administração e Intendência, MAJ/ADMAER (059692-C) Nelson José Ribeiro da Cunha e Silva:

1) Com cumprimento de formalidades legais — 1 000 000$;
2) Sem concurso ou com dispensa de celebração de contrato escrito — 500 000$.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 21/82, de 30 de Janeiro, delego no comandante da Esquadra de Administração e Intendência, MAJ/ADMAER (059692-C) Nelson José Ribeiro da Cunha e Silva, a competência para autorizar o pagamento de despesas, assinar as requisições de fundos e outros documentos de execução da gestão financeira do âmbito da Esquadra de Administração e Intendência.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998, ficando, deste modo, ratificados todos os actos praticados desde aquela data pelos referidos militares no âmbito do previsto nos números anteriores.

18 de Dezembro de 1998. — O Comandante Interino, *José António Magalhães Araújo Pinheiro,* tenente-coronel/piloto aviador.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 1817/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Angélica Maria de Sousa Esteves da Silva Nunes, Maria Paula de Almeida Gonçalves Vicente, Jorge Miguel Mendes Belo, Maria da Conceição de Oliveira Santos, Helena Manuela Oliveira Leal, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Conceição Mourão Mota Bento, Maria Lúcia dos Santos Vieira Marujo, Ana Paula de Sousa Costa Alves, Carla Glória Simões Filipe, Leontina do Céu Branco Mendes Teixeira, Maria do Socorro Oliveira da Silva Rodrigues, Nélia Maria de Sousa Faria Coelho, Premila Soraya Monteiro, Paula Alexandra Monteiro dos Santos Mendes, João Carlos Francisco Fernandes, Maria de Lurdes de Carvalho Rodrigues de Almeida, Ana Cristina Gomes Freire de Andrade Simões Castello, Maria José Martinho da Silva Parreira, João Eduardo Alves d'Aguiar, Jorge Emanuel dos Santos Vilar, Elisabete Marques do Rosário Monteiro, Luísa Maria Pereira de Almeida, José Francisco Correia Cabral, Floriano José Delfim Mamede, Custódia de Jesus Rodrigues Dias, Maria Idalina de Sousa Santos, Rosa Maria Martins Nunes, Ana Manuela Pimenta Faria, José da Costa Alves Mendes, José Acácio Antunes, Carmen Maria Pimentel Queirós — nomeados, em comissão de serviço, precedendo concurso interno de ingresso, verificadores auxiliares aduaneiros de 2.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

Benta Fernanda Maria Martins Laginha Mendes — nomeada provisoriamente, por um ano, precedendo concurso interno de ingresso, verificadora auxiliar aduaneira de 2.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 2086/99 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral dos Impostos de 17 de Dezembro de 1998, por delegação de competências do director-geral:

Maria Teresa Valério Silva Fundão — anulado o contrato de trabalho a termo certo celebrado com a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, como auxiliar de limpeza. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

25 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1818/99 (2.ª série). — No uso da faculdqde que me é conferida pelo artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 231/98, de 22 de Julho, delego, com a faculdade de subdelegar, no Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves, as minhas competências para os actos previstos naquele diploma legal e legislação complementar que regula a actividade de segurança privada.

12 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho.*

Secretaria-Geral

Aviso n.º 2087/99 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Outubro de 1998 do secretário-geral-adjunto no uso de competência delegada:

Domingas Maria Ramalho Contenda Rodrigues, contratada a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96 — nomeada definitivamente, precedendo concurso, servente do quadro único do MAI, escalão 1, índice 110. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Aviso n.º 2088/99 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Outubro de 1998 do secretário-geral-adjunto no uso de competência delegada:

Alexandra Rosa Saramago Mendonça Cosme, contratada a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96 — nomeada definitivamente, precedendo concurso, servente do quadro único do MAI, escalão 1, índice 110. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma.*

Rectificação n.º 215/99. — De acordo com o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, torna-se necessário proceder à rectificação do aviso de abertura do concurso interno de acesso geral para constituição de reserva de recrutamento para chefe de secção do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 1999. Assim, no n.º 6.2 do referido aviso, onde se lê:

«São requisitos especiais de admissão ao concurso ser oficial administrativo principal ou tesoureiro posicionado no 2.º escalão ou superior, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e no n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.»

deve ler-se:

«São requisitos especiais de admissão ao concurso ser assistente administrativo especialista ou tesoureiro, em ambos os casos com classificação de serviço não inferior a *Bom.*»

Serão considerados os processos de candidatura já apresentados que se encontrem nas condições atrás referidas, procedendo-se à abertura de um novo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação desta rectificação, para apresentação de novas candidaturas.

19 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *J. A. Mendonça Canteiro.*

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 1819/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 7 de Janeiro de 1999:

Autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária como operadora de sistemas de 2.ª classe, estagiária da carreira de operador de sistemas, de Joana Maria Pimenta Gouveia, a qual fica colocada em Braga. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos (por delegação de competências), *Luís Coelho.*

Despacho n.º 1820/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 18 de Dezembro de 1998:

Autorizada a nomeação em comissão de serviço como tesoureiro de Maria Isabel Pepe Alho, a qual fica colocada em Portalegre. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, por delegação de competências, *Luís Coelho.*

Despacho n.º 1821/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 18 de Dezembro de 1998:

Autorizada a nomeação em comissão de serviço como tesoureiro de Manuel Filipe Fernandes de Oliveira, o qual fica colocado em Viana do Castelo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, por delegação de competências, *Luís Coelho.*

Despacho n.º 1822/99 (2.ª série). — No uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e tendo presente o disposto nos artigos 35.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego as minhas competências próprias nas áreas abaixo designadas, sem prejuízo do direito de avocação e do disposto nos meus despachos DGV n.º 9/96, DGV n.º 31/96, DGV n.º 36/96, DGV n.º 2/97 e n.º 11 045/98, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, respectivamente de 23 de Fevereiro, 2 de Outubro e 2 de Novembro de 1996, 29 de Janeiro de 1997 e 30 de Junho de 1998, nos seguintes funcionários:

1 — Na subdirectora-geral licenciada Maria Isabel Charneco Brites, despachar os assuntos relativos à Direcção de Serviços de Viação do Algarve, coordenar a área de contra-ordenações e despachar os assuntos do Gabinete de Contencioso nesta área.

2 — No subdirector-geral licenciado Manuel da Conceição Vieira Costa, despachar os assuntos relativos à Direcção de Serviços de Viação do Alentejo, coordenar a área dos exames de condução e supervisionar o lançamento dos centros de exames com parques de manobras.

3 — No subdirector-geral licenciado Carlos Manuel Serra Mosqueira, despachar os assuntos relativos à Direcção de Serviços de Viação do Norte e à área de informática, conforme meu despacho n.º 11 045/98.

4 — No subdirector-geral licenciado Pedro Manuel Correia de Rodrigues Filipe, despachar os assuntos relativos à Direcção de Serviços de Viação do Centro e à Direcção de Serviços Administrativos, com excepção dos relativos a pessoal.

5 — Estas delegações compreendem, designadamente, a competência para a prática naquelas áreas dos actos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril (regime jurídico das ajudas de custo e deslocações por motivo de serviço público), no Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Fevereiro (regime jurídico das empreitadas de obras públicas), e no Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março (regime jurídico da realização de despesas públicas).

6 — A subdirectora-geral licenciada Maria Isabel Charneco Brites substituir-me-á nas minhas faltas e impedimentos.

15 de Janeiro de 1999. — O Director Geral, *Amadeu Pires.*

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Despacho n.º 1823/99 (2.ª série). — Sendo as remunerações dos membros do gabinete de apoio pessoal dos governadores civis fixadas de harmonia com o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, em índices previstos nas escalas salariais de categorias do regime geral da função pública, face ao novo enquadramento indiciário aprovado para aquelas categorias pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, determino, com a produção de efeitos mencionada no n.º 1 do artigo 34.º deste diploma legal, a fixação dos seguintes índices para as remunerações dos membros do gabinete de apoio pessoal:

Adjuntos:

Rui António Monteiro Gomes Paiva — índice 650.
José Eduardo Alves Fragateiro — índice 650.

Secretária:

Maria Clara Almeida Pinto Pereira Rocha de Oliveira — índice 360.

11 de Janeiro de 1999. — O Governador Civil, *Antero Gaspar de Paiva Vieira.*

Governo Civil do Distrito de Leiria

Aviso n.º 2089/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do secretário do Governo Civil do Distrito de Leiria, no uso da competência delegada:

Maria José de Jesus Coelho, chefe de secção do quadro de pessoal privativo do Governo Civil — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, por motivo de doença, no período de 4 a 8 de Janeiro do ano em curso, no total de cinco dias.

14 de Janeiro de 1999. — O Secretário do Governo Civil, *Joaquim Carneiro Araújo.*

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares

AMI — Actividade de Mediação Imobiliária

Listagem n.º 15/99. — *Listagem de licenças emitidas entre 30 de Novembro e 31 de Dezembro de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 285/92, de 19 de Dezembro:*

Licença	Nome / Endereço
2770-AMI	MEDIFLAT - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA JORGE BARRADAS, 39 7. ESQ. LISBOA 1500 LISBOA
2771-AMI	HABIRRUDA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. RUA CANDIDO DOS REIS, 90 - 2. ARRUDA DOS VINHOS 2630 ARRUDA DOS VINHOS
2772-AMI	HELENA DIAS - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA UNIPESSOAL, LDA QTA.DAS AREIAS - AREIAS DE S.JOAO, FRACCAO B ALBUFEIRA 8200 ALBUFEIRA
2773-AMI	A LIBERAL - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA DO LAVADOURO, 6 AVEIRO 3800 AVEIRO
2774-AMI	PASSIVA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA ESTRADA NACIONAL 1 - 735 1. DTO. - MOZELOS SANTA MARIA DA FEIRA 4535 LOUROSA
2775-AMI	ISABEL GIRAO - MEDIADORA IMOBILIARIA RUA LADISLAU PATROCINIO, 8 2. D LISBOA 1750 LISBOA
2776-AMI	MEDILANDIA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA PRACA DO MUNICIPIO, 8 SALA 1-A AGUEDA 3750 AGUEDA
2777-AMI	CLARA MARTINS - MEDIADORA IMOBILIARIA TRAVESSA DO BREJO - MOITA DOS FERREIROS LOURINHA 2530 LOURINHA
2778-AMI	CELSO PAIXAO GOMES - MEDIADOR IMOBILIARIO AV. JOSE ESTEVAO, 474-A GAFANHA DA NAZARE - ILHAVO 3830 ILHAVO
2779-AMI	PREDIAL SANTIAGO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA CASA DO CEDRO CAMPO DE BESTEIROS 3465 CAMPO DE BESTEIROS
2780-AMI	KAPAHOUSE - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA ANTERO DE QUENTAL, 5-B SALA 11 LINDA-A-VELHA 2795 LINDA-A-VELHA
2781-AMI	HABICASSAMO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA VIANA DA MOTA, 9 D CRUX DE PAU - SEIXAL 2840 SEIXAL
2782-AMI	RIBEIRO & FORTE - SOC. MEDIACAO IMOBILIRIA, LDA RUA MARCOS ASSUNCAO, 9 A PRAGAL 2800 ALMADA
2783-AMI	MEDIMEF - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA SACADURA CABRAL, 102 P.3 - C.C.GRANDE GALIZA S.JOAO DO ESTORIL 2765 ESTORIL
2784-AMI	MANUEL DA SILVA LOPES _ MEDIADOR IMOBILIARIO RUA JOSE SEARA, 41 1. DTO. VALONGO 4440 VALONGO
2785-AMI	CELESTE M. L. BICHO - MED. IMOBILIARIA RUA MARQUESA DE ALORNA, 104 SOBREDA - CHARNECA DA CAPARICA 2825 MONTE DA CAPARICA
2786-AMI	PETRO DOMUS - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA ALEXANDRE HERCULANO, 12, LJ.B MARINHA GRANDE 2430 MARINHA GRANDE
2787-AMI	MARVIMOTA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA ESTRADA EXTERIOR DA CIRCUNVALACAO, 12686 SENHORA DA HORA 4450 MATOSINHOS
2788-AMI	HIGUEMMZUR - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA URB. QTA. DE FITARES, LT. 155, LJ. 6 RINCHOA 2735 AGUALVA-CACEM
2789-AMI	MARIO DOS SANTOS ALMEIDA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA ELIAS GARCIA, 346 D AMADORA 2700 AMADORA
2790-AMI	AURELIO MIRANDA BARROSO - MEDIADOR IMOBILIARIO AV. MOUZINHO ALBUQUERQUE, 144-A POVOA DE VARZIM 4490 POVOA DE VARZIM
2791-AMI	VIA URBANA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA AV. DR. JOSE CARDOSO, LT. 13 R/C LJ.1 LOUSA 3200 LOUSA
2792-AMI	ANTONIA MARQUES - MEDIADORA IMOBILIARIA RUA DOS PESCADORES, 4 - C.C.CAPARICA OCEANO, LJ.6 S/L COSTA DA CAPARICA 2825 MONTE DA CAPARICA
2793-AMI	GREMIO PREDIAL - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA AV. 5 DE OUTUBRO, 7 R/C FARO 8000 FARO
2794-AMI	TELES SILVA & TELES - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA AV. NOSSA SENHORA DE FATIMA, 95 1. ESQ. ARCOZELO - BARCELOS 4750 BARCELOS
2795-AMI	PAULO FERREIRA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA BARAO DA TROVISQUEIRA, 438 CALENDARIO - V. NOVA FAMALICAO 4760 VILA NOVA DE FAMALICAO
2796-AMI	PREDITOPO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA NARCISO LEAL, 22 - VENTEIRA AMADORA 2700 AMADORA
2797-AMI	DANIELA SANTANA - MEDIADORA IMOBILIARIA RUA FRANCISCO LAZARO, 6 LJ. C SANTO ANTONIO DA CAPARICA 2825 MONTE DA CAPARICA
2798-AMI	HABIFRANCA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA 5 DE OUTUBRO, 134 1. DTO.FRT. SALA 2 S. COSME - GONDOMAR 4420 GONDOMAR
2799-AMI	FRANCISCO SILVA - MEDIADOR IMOBILIARIO URB. CASAL DA SERRA, TORRE 6 - 3. B POVOA DE STA.IRIA 2625 POVOA DE SANTA IRIA
2800-AMI	JULIO MANUEL MENDES PEREIRA - SOC.MED.IMOBILIARIA, LDA PRACA COVA DO BICHO 12 ALVERCA 2615 ALVERCA
2801-AMI	JORGE MANUEL - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA DO JARDIM, 20 3. ESQ. - VALE FETAL CHARNECA DA CAPARICA 2825 MONTE DA CAPARICA
2802-AMI	GRONELANDIA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA PADRE ESTEVAO CABRAL, 79 4. SALA 416 COIMBRA 3000 COIMBRA
2803-AMI	CONFICOMPRA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA QTA. DO ROMAO, LT. AM1 LJ.F QUARTEIRA 8125 QUARTEIRA
2804-AMI	IMO-LACCO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA PROF.LUIS DE ALBUQUERQUE,LT.6 C/V A - PRAIA D.ANA LAGOS 8600 LAGOS
2805-AMI	QSR - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA R. COOPERATIVA PIEDENSE, 100 R/C LJ. 12 COVA DA PIEDADE 2800 ALMADA
2806-AMI	LAGOA TROPICAL - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA PATRAO LAGOA, 2 A POVOA DO VARZIM 4490 POVOA DE VARZIM
2807-AMI	PAULO TEIXEIRA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA N. SRA. DA SILVA, 118 PORTO 4100 PORTO
2808-AMI	HABIMASTER - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA AV. CONDE DE OEIRAS, 13 LJ. H - REBOLEIRA AMADORA 2720 AMADORA
2809-AMI	BRAZ & PIEDADE - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA DO LESTE, ED. EDISOL, LJ. 9 QUARTEIRA 8125 QUARTEIRA
2810-AMI	PEDRO JORGE MOTA PEREIRA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA JOSE DIOGO DA SILVA, 34 1. STO. AMARO DE OEIRAS 2780 OEIRAS
2811-AMI	EXCELSIOR - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. R.VALE DE LOBOS,LT.2 - ED.PANORAMICO,LJ.1 LEIRIA 2410 LEIRIA
2812-AMI	IMOLUIS - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA ALM. CANDIDO DOS REIS, 77 ALVERCA 2615 ALVERCA
2813-AMI	PLANTAR - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA GRUPO INSTR.POPULAR,ED.SILVA SANTOS,19 LJ.5 - AMOREIRA ALCABIDECHE 2750 CASCAIS
2814-AMI	MEDIPREVIDENTE - SOC. MEDIACAO MOBILIARIA, LDA PRACETA GREGORIO CRESPIM OLIVEIRA, 8 5.-B ARRENTELA - SEIXAL 2840 SEIXAL
2815-AMI	ALFAMA & MOTA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA ALFREDO CUNHA, 378 - SALA 12 MATOSINHOS 4450 MATOSINHOS
2816-AMI	MEDIMUNDO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. R. CHABY PINHEIRO, 31 1. B MEM MARTINS 2725 MEM MARTINS

2817-AMI	LIZIMOEL - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA LARGO ILIDIO DE CARVALHO, 20 C MARINHA GRANDE 2430 MARINHA GRANDE
2818-AMI	JOSE FRANCISCO & PORTELA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA ESCOLAS DA BELA, 81 R/C ERMESINDE 4445 ERMESINDE
2819-AMI	ARES DA PENHA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA MARGARIDE DO MEIO, LT. 3 LJ. 4 - MESAO FRIO GUIMARAES 4810 GUIMARAES
2820-AMI	IMOBILIATUS - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA AV. REPUBLICA, 74 1. ESQ. LISBOA 1600 LISBOA
2821-AMI	CARLOS DA SILVA PINHEIRO RAMOS - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA VIRGILIO PINHEIRO, 20 ALFARELOS 3130 SOURE
2822-AMI	JULIO AMARAL FERREIRA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA DE S. BENTO, 65 R/C SALA 4 VILA DO CONDE 4480 VILA DO CONDE
2823-AMI	LANITA & CONCEICAO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA 9 DE AGOSTO 1990, 23 1. ESQ. ALVERCA 2615 ALVERCA
2824-AMI	MARIA MAGNO - MEDIADORA IMOBILIARIA RUA DO MIRADOURO, 2 8.-A CACEM 2735 AGUALVA-CACEM
2825-AMI	JOSE MARIA FERREIRA DE MATOS - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA INFANTARIA 16, 55 LISBOA 1350 LISBOA
2826-AMI	A.G.ALBINO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. ESTRADA NACIONAL 120, 45 PORTELAS - LAGOS 8600 LAGOS
2827-AMI	SILVA & VIEIRA - SOC. DE MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. RUA D. ANTONIO DA COSTA, 3 1. SECTOR-1 LEIRIA 2400 LEIRIA

CONSELHO DE MERCADOS DE OBRAS PUBLICAS E PARTICULARES

31 de Dezembro de 1998. — A Secretária-Geral, *Maria Rosa Dias.*

Listagem n.º 16/99. — *Listagem de alterações verificadas entre 30 de Novembro e 31 de Dezembro de 1998, em licenças já concedidas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 285/92, de 19 de Dezembro:*

Licença	Nome / Endereço
395-AMI	IMOEIRAS - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. RUA A GAZETA DE OEIRAS, 4-A - PARQUE DOS POETAS OEIRAS 2780 OEIRAS
982-AMI	EMPRESINTER - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA. RUA DOMINGOS SEQUEIRA, 27 2. I LISBOA 1350 LISBOA
1146-AMI	J.C. & MARIO CARRICO - SOC. DE MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA PONTE MARTIR - IN-COLO - 4 A - R/C COVILHA 6200 COVILHA
1244-AMI	ILHOCASA - SOC. MEDIACAO IMOBILIARA, LDA R.INFANTE SANTO,NUCLEO RES.DOS ILHEUS,LJ.3 FUNCHAL 9000 FUNCHAL
1470-AMI	DAVID DE CASTRO COSTA - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA 1. DE MAIO, 51 GUEIFAES - MAIA 4470 MAIA
1906-AMI	JOSE VERISSIMO - MEDIADOR IMOBILIARIO RUA DELFIM FERREIRA, 500 2. ESQ. SALA 7 PORTO 4100 PORTO
2051-AMI	CLAUDIA SOMMERHALDER - MEDIADORA IMOBILIARIA AV. SABOIA, 828 C/V MONTE ESTORIL 2765 ESTORIL
2108-AMI	QUATRO ESTACOES - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, LDA RUA FIGUEIRA DA FOZ, LJ.E - ED. FONTE NOVA POMBAL 3100 POMBAL
2284-AMI	MARIA ALICE BARATA - MEDIADORA IMOBILIARIA RUA DO ZAIRE, 38 B LISBOA 1170 LISBOA
2728-AMI	NURISIMO - SOC. MEDIACAO IMOBILIARIA, UNIPESSOAL, LDA. R. PORTAS DE S. JOAO, 9 PORTIMAO 8500 PORTIMAO

CONSELHO DE MERCADOS DE OBRAS PUBLICAS E PARTICULARES

31 de Dezembro de 1998. — A Secretária-Geral, *Maria Rosa Dias.*

Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares

Listagem n.º 17/99. — *Listagem de alvarás de industrial de construção civil cujas autorizações foram canceladas a pedido, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março, em sessão da 2.ª secção da CAEOPP de 17 de Dezembro de 1998:*

Alvará	Nome / Localidade
973-ICC	JOSE AVELINO PINTO FUNCHAL Cancelado por formar Sociedade
4196-ICC	DOMINGOS PENEDA BARREIROS LINDA-A-VELHA Cancelado por formar Sociedade
8902-ICC/AR	ARMANDO JOSE QUINTANEIRO PINHEL Cancelado por formar Sociedade
11896-ICC/AR	TITO LUIS BARRETO MONTEIRO CANTANHEDE Cancelado por formar Sociedade
16056-ICC	JOSE RIBEIRO RITO BATALHA Cancelado por formar Sociedade
17100-ICC	ROGERIO MIRANDA FIGUEIRA COIMBRA Cancelado por formar Sociedade
22927-ICC	ARIBETAO - EMPRESA DE CONSTRUCOES CIVIS, LDA. FELGUEIRAS Suspenso pelo periodo de 12 meses
26106-ICC	PEDRO MANUEL DA SILVA MAIA CARVALHOS Cancelado por formar Sociedade

31 de Dezembro de 1998. — A Presidente, *Maria Rosa Dias.*

Listagem n.º 18/99. — *Listagem de alvarás emitidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março, autorizações neles contidas e seus titulares, no mês de Dezembro de 1998:*

Alvará	Nome / Localidade
169-EOP	CONSTRUCOES J. MARTINS & TAVARES, LDA ESTARREJA Empresa inscrita em 89/01/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
4	1	4	2
12	1	12	3
13	1	13	2
14	1	14	3
17	2	2	1
27	2	12	2
28	2	13	1

227-ICC	MAJOBER-SOC.CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA ESPINHO Empresa inscrita em 89/01/12

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	3

262-ICC	CONSTRUCOES J. MARTINS & TAVARES, LDA ESTARREJA Empresa inscrita em 89/01/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	3
5	5	2
8	8	3
9	9	3
13	13	2

353-EOP	ANTONIO EMILIO GOMES & FILHOS, LDA. BATALHA Empresa inscrita em 69/04/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	4
4	1	4	4
9	1	9	5
13	1	13	4
14	1	14	4
17	2	2	6
19	2	4	3

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
22	2	7	3
23	2	8	3
27	2	12	6
28	2	13	4
35	3	4	4
46	4	7	2

370-EOP SOCERTIMA-SOCIEDADE DE CONSTRUCOES DO CERTIMA, LDA
ANADIA
Empresa inscrita em 89/01/11

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
4	1	4	3
5	1	5	1
9	1	9	1
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	3
13	1	13	3
14	1	14	3
17	2	2	1
19	2	4	1
27	2	12	1
28	2	13	1
41	4	2	1
42	4	3	1
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	1

1089-FOP REAGENTE 5 - QUIMICA E ELECTRONICA, LDA
RAMALDE-PORTO
Empresa inscrita em 89/03/15

1091-EOP GUEDOL - ENGENHARIA, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 62/05/16

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
1	1	1	6
2	1	2	6
3	1	3	1
4	1	4	6
5	1	5	2
6	1	6	1
9	1	9	6
10	1	10	2
11	1	11	2
12	1	12	6
13	1	13	5
14	1	14	5
15	1	15	1
16	2	1	5
17	2	2	5
18	2	3	2
19	2	4	5
20	2	5	1
21	2	6	1
22	2	7	2
23	2	8	5
26	2	11	3
27	2	12	5
28	2	13	5
29	2	14	1
35	3	4	3
36	3	5	3
38	3	7	3
39	3	8	1
41	4	2	2
43	4	4	2

1153-ICC SOCIEDADE DE CONSTRUCOES FREITAS & SILVA, LDA
ALVERCA DO RIBATEJO
Empresa inscrita em 89/04/27

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	3
8	8	3
9	9	3
10	10	3
12	12	3
13	13	3

1180-ICC GASPARENSES MACAENSES CONSTRUCOES CIVIS, LDA.
ODIVELAS
Empresa inscrita em 88/06/30

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	2
9	9	2
10	10	2
12	12	2
13	13	2

1523-EOP MARTINS & FILHOS, S.A.
BARCELOS
Empresa inscrita em 80/07/10

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	5
4	1	4	4
5	1	5	2
9	1	9	4
12	1	12	2
13	1	13	3
14	1	14	4
17	2	2	6
19	2	4	2

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
26	2	11	1
27	2	12	5
28	2	13	5
35	3	4	2
36	3	5	1
41	4	2	1
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
45	4	6	1
46	4	7	1
48	4	9	1

1814-ICC MANUEL FRANCISCO DE ALMEIDA, LDA.
OLIVEIRA DE AZEMEIS
Empresa inscrita em 89/02/08

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	6
4	4	5
5	5	3
6	6	2
8	8	3
9	9	5
13	13	3

1853-EOP SERRALHARIA PROGRESSO DO MONTE ESTORIL, LDA
ALCABIDECHE
Empresa inscrita em 81/11/19

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
3	1	3	1
4	1	4	2
5	1	5	2
11	1	11	2
13	1	13	1
14	1	14	1
15	1	15	2
41	4	2	2
42	4	3	2
44	4	5	1
45	4	6	1
48	4	9	1

1855-EOP CANAS - ELECTRO-MONTAGENS, S.A.
FIGUEIRA DA FOZ
Empresa inscrita em 82/03/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	2
12	1	12	2
13	1	13	2
14	1	14	2
41	4	2	1
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	5
45	4	6	5
46	4	7	3
48	4	9	5

2311-EOP AURELIO PAULO, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 86/02/20

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
42	4	3	4
44	4	5	4
45	4	6	4
48	4	9	4

2316-EOP SINTEME-SOC. MONTAGENS ELECTR. E CONST.CIVIL, S.A.
LOUSADA
Empresa inscrita em 86/10/24

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
3	1	3	1
4	1	4	2
5	1	5	2
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
15	1	15	1
17	2	2	1
19	2	4	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	2
28	2	13	2
29	2	14	1
35	3	4	1
36	3	5	1
38	3	7	1
39	3	8	1
41	4	2	1
42	4	3	2
43	4	4	1
44	4	5	4
45	4	6	5
46	4	7	4
48	4	9	4

2429-ICC MARTINS & FILHOS, S.A.
BARCELOS
Empresa inscrita em 89/08/07

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	5
4	4	5

Autorização	Subcategoria	Classe
5	5	4
6	6	4
7	7	2
8	8	4
9	9	5
12	12	2
13	13	3
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	1

3398-EOP JOSE CORDEIRO DE SOUSA PEDRO
LEIRIA
Empresa inscrita em 88/06/29

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
13	1	13	1
14	1	14	1

3865-FOP ANTONIO EMILIO GOMES & FILHOS, LDA.
BATALHA
Empresa inscrita em 89/06/14

3870-ICC URBISOUSA - SOC. DE CONSTRUCOES SOUSA, LDA.
ESTARREJA
Empresa inscrita em 78/04/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	2
9	9	2
10	10	2
12	12	2
13	13	2

4086-ICC JOSE MIGUEL & IRMAO, LDA
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 82/07/28

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	4
5	5	3
9	9	4
10	10	3
12	12	3
13	13	3

4123-ICC ANTONIO EMILIO GOMES & FILHOS, LDA.
BATALHA
Empresa inscrita em 89/10/10

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	4
5	5	3
6	6	3
8	8	4
9	9	4
13	13	4

4628-EOP M.B.L. - ELECTRICIDADE E TELECOMUNICOES, S.A.
PAMPILHOSA DA SERRA - CABRIL
Empresa inscrita em 89/12/13

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
3	1	3	1
4	1	4 @	2
5	1	5	1
6	1	6	1
9	1	9	2
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	3
13	1	13	1
14	1	14	3
15	1	15	1
17	2	2	2
18	2	3	1
19	2	4	1
20	2	5	1
21	2	6	1
22	2	7	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	2
28	2	13	1
29	2	14	1
30	2	15	1
31	2	16	1
35	3	4	1
36	3	5	1
38	3	7	2
39	3	8	3
41	4	2	3
42	4	3	3
43	4	4	3
44	4	5	5
45	4	6	5
46	4	7	3
47	4	8	2
48	4	9	5

4952-ICC MOLDAR - CONSTRUTORES, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 89/10/12

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
6	6	2
7	7	1
8	8	2
9	9	2
10	10	1
11	11	1
12	12	1
13	13	2
14	14	1
16	16	1

5002-ICC ENSUL - EMPREENDIMENTOS NORTE SUL, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 79/01/21

Autorização	Subcategoria	Classe
1	1	8
2	2	8
3	3	5
4	4	8
5	5	8
6	6	8
7	7	5
8	8	8
9	9	8
10	10	5
11	11	4
12	12	5
13	13	8
14	14	4
15	15	2
16	16	3
17	17	3
18	18	4

5091-ICC INSTALAR - EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS, LDA.
PORTO
Empresa inscrita em 81/06/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	5
5	5	4
8	8	3
9	9	3
10	10	3
12	12	3
13	13	3

5279-ICC JOSE CORDEIRO DE SOUSA PEDRO
LEIRIA
Empresa inscrita em 88/06/30

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
8	8	2
9	9	2
10	10	1
12	12	1
13	13	2

5684-EOP BALFER - ELECTRICIDADE E TELECOMUNICACOES, LDA
SAO PEDRO - TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 90/01/31

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	1
44	4	5	2
45	4	6	2
46	4	7	2
48	4	9	2

5860-ICC MANUEL ANTONIO & FILHOS, S.A.
MEM MARTINS
Empresa inscrita em 87/09/23

Autorização	Subcategoria	Classe
1	1	5
4	4	5
5	5	5

6075-ICC CANDIDO JOSE RODRIGUES, LDA
GUIMARAES
Empresa inscrita em 89/02/16

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	5
4	4	2
5	5	2
6	6	1

6076-EOP MOLDAR - CONSTRUTORES, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 84/01/26

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
3	1	3	1
4	1	4	2
5	1	5	1
6	1	6	1
9	1	9	1
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	2
13	1	13	2
14	1	14	2
15	1	15	1
27	2	12	1
28	2	13	1
43	4	4	1

6408-ICC FRANCISCO COUTO BARBOSA, LDA
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 84/09/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
12	12	1
13	13	1

6870-ICC PRELINDO - SOC.DE CONSTRUCOES E EMPREEND.IMOB.,LDA
FAFE
Empresa inscrita em 90/04/19

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2
8	8	2
9	9	2

6874-ICC SOC. DE CONSTRUCOES AMANDIO AUGUSTO MARQUES, LDA
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 90/03/23

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	3
5	5	2
8	8	3
9	9	3
13	13	1

6892-ICC JOAQUIM VALENTE & FILHOS, LDA
ALCACER DO SAL
Empresa inscrita em 89/01/12

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

7061-ICC J.J. AGOSTINHO - CONSTRUCOES, LDA
MARRAZES - LEIRIA
Empresa inscrita em 90/05/10

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	4
5	5	3
7	7	1
8	8	3
9	9	3
10	10	1
11	11	1
12	12	1
13	13	2
14	14	2
16	16	1

7263-EOP J.J. AGOSTINHO - CONSTRUCOES, LDA
MARRAZES - LEIRIA
Empresa inscrita em 90/05/30

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
4	1	4	2
5	1	5	1
6	1	6	1
9	1	9	2
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	3
13	1	13	2
14	1	14	3
15	1	15	1
17	2	2	1
19	2	4	2
26	2	11	2
27	2	12	1
28	2	13	1
29	2	14	1
30	2	15	1
31	2	16	1
41	4	2	2
43	4	4	1

7358-FOP KONTRON INSTRUMENTS(PORTUGAL)-I.E.E.ANALITICOS,LDA
AMADORA
Empresa inscrita em 90/06/20

7731-EOP ANTONIO PRAZERES ANTUNES JORGE, LDA.
SILVES
Empresa inscrita em 90/06/20

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
3	1	3	1
4	1	4	2
9	1	9	2
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
17	2	2	3
19	2	4	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	4
28	2	13	4
35	3	4	2
38	3	7	2
41	4	2	1
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
47	4	8	1
48	4	9	1

7772-ICC SANCOSTA - SOC. DE CONSTRUCOES E IMOBILIARIA, LDA
AMADORA
Empresa inscrita em 90/07/06

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2

8229-EOP CANDIDO JOSE RODRIGUES, LDA
GUIMARAES
Empresa inscrita em 76/07/08

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	2
9	1	9	3
12	1	12	2
13	1	13	2
14	1	14	2
15	1	15	1
17	2	2	4
19	2	4	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	4
28	2	13	5
29	2	14	1
30	2	15	1
31	2	16	1
35	3	4	1
36	3	5	1
38	3	7	1
39	3	8	1

8288-ICC/AR FERNANDO HENRIQUES
S. PEDRO DO SUL
Empresa inscrita em 90/08/07

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

8743-EOP SIRTI PORTUGAL - TELECOMUNICACOES, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 75/11/20

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	2
9	1	9	3
27	2	12	3
28	2	13	3
29	2	14	3
30	2	15	3
31	2	16	3
40	4	1	5
41	4	2	7
44	4	5	5
45	4	6	5
46	4	7	8
48	4	9	5

8998-ICC JOSE LUIS PARDAL DINIS
SOBRAL DE MONTE AGRACO
Empresa inscrita em 90/09/20

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2

10313-ICC SOCERTIMA-SOCIEDADE DE CONSTRUCOES DO CERTIMA, LDA
ANADIA
Empresa inscrita em 85/12/11

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	3
5	5	3
7	7	1
8	8	2
9	9	2
10	10	2
12	12	2
13	13	2
14	14	1
16	16	1
18	18	1

11326-ICC MOISES, DIAS & CARVALHO, LDA.
QUELUZ
Empresa inscrita em 91/02/07

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	3

11503-ICC CANAS - ELECTRO-MONTAGENS, S.A.
FIGUEIRA DA FOZ
Empresa inscrita em 91/01/14

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
11	11	1
13	13	2
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	3

11931-ICC SERRALHARIA PROGRESSO DO MONTE ESTORIL, LDA
ALCABIDECHE
Empresa inscrita em 91/02/20

Autorização	Subcategoria	Classe
7	7	2
11	11	2
14	14	2
15	15	2
18	18	1

12077-ICC VICELGON - CONSTRUCOES, LDA.
GUARDA
Empresa inscrita em 91/02/20

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	4
5	5	3
7	7	1
8	8	4
9	9	3
10	10	1
11	11	1
12	12	1
13	13	1
14	14	1
16	16	1
18	18	1

12101-ICC/AR JOSE DA COSTA RODRIGUES ANTONIO
CALDAS DA RAINHA
Empresa inscrita em 91/02/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

12735-ICC FECAR - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, LDA.
POVOA DE SANTA IRIA
Empresa inscrita em 91/04/11

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2
9	9	2

13912-ICC MARQUES & NUNES, LDA.
CASTELO BRANCO
Empresa inscrita em 91/06/06

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

14486-EOP ALFREDO, CORTESAO & MARCAL, LDA.
COIMBRA
Empresa inscrita em 91/04/24

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
43	4	4	1

14695-ICC SOCIEDADE DE CONSTRUCOES LOPES & BELA, LDA.
DAMAIA DE BAIXO - AMADORA
Empresa inscrita em 91/09/12

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2
8	8	2
9	9	2
10	10	2
13	13	2
14	14	1

14834-ICC MANUEL ESTEVAO FREITAS DA SILVA, LDA.
RIO TINTO
Empresa inscrita em 91/09/12

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	3
8	8	3
9	9	3
10	10	2
13	13	3

16028-EOP VIBEIRAS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PLANTAS, S.A.
TORRES NOVAS
Empresa inscrita em 92/01/22

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
23	2	8	1
26	2	11	3

16253-ICC SEDIL - SOC. DE EDIFICACOES, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 92/03/18

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	4
5	5	3
8	8	4
9	9	4
10	10	1
13	13	1

16333-ICC ECRUCIL - EMPREENDIMENTOS DE CONSTRUCAO CIVIL, LDA
LEIRIA
Empresa inscrita em 92/03/18

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

16345-EOP ECRUCIL - EMPREENDIMENTOS DE CONSTRUCAO CIVIL, LDA
LEIRIA
Empresa inscrita em 92/03/19

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
12	1	12	1
13	1	13	1

16527-ICC BRILHANTINO & IRMAO, LDA.
LEIRIA
Empresa inscrita em 92/04/08

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2
8	8	3
9	9	3
13	13	1

18975-EOP ENERMATOS - NOVAS ENERGIAS, LDA
SEVER DO VOUGA
Empresa inscrita em 93/02/10

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
5	1	5	2
6	1	6	2
11	1	11	2
21	2	6	2
39	3	8	2
41	4	2	2
42	4	3	2
43	4	4	1
44	4	5	2
46	4	7	2
48	4	9	2

19062-ICC CARLOS & DAMAS, LDA
VAGOS
Empresa inscrita em 93/02/11

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

19267-ICC JOSE AUGUSTO CARRADINHA FORTUNATO
ALCACER DO SAL
Empresa inscrita em 93/03/11

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2

19424-ICC MARCEL DE CARVALHO AGOSTINHO
LEIRIA
Empresa inscrita em 93/04/16

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	2
5	5	2
7	7	1
8	8	1
9	9	1
11	11	1
13	13	1
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	1

19809-ICC SINTEME-SOC. MONTAGENS ELECTR. E CONST.CIVIL, S.A.
LOUSADA
Empresa inscrita em 93/06/17

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	3

Autorização	Subcategoria	Classe
5	5	2
6	6	2
7	7	2
8	8	1
9	9	3
10	10	1
12	12	2
13	13	1
14	14	3
15	15	2
16	16	1
18	18	4

19839-ICC JOAQUIM NUNES BELEM, LDA.
ESTORIL
Empresa inscrita em 93/06/17

Autorização	Subcategoria	Classe
14	14	2
15	15	2
18	18	2

19842-EOP JOAQUIM NUNES BELEM, LDA.
ESTORIL
Empresa inscrita em 93/06/16

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	2
42	4	3	2
44	4	5	2
46	4	7	2
48	4	9	2

19921-ICC FAJOOBRA - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, LDA
ALVAIAZERE
Empresa inscrita em 93/06/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	1
9	9	1
10	10	1
12	12	1
13	13	1

20180-EOP OS NOVOS CONSTRUTORES DE CIDALIO SOARES RAMOS, LDA
CANTANHEDE
Empresa inscrita em 93/09/22

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
4	1	4	3
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	3
13	1	13	1
14	1	14	3
26	2	11	1
27	2	12	1
28	2	13	1
37	3	6	1
41	4	2	1
43	4	4	2

20456-ICC DUARSINTRA - CONTRUCOES CIVIS, LDA.
TERCENA - QUELUZ
Empresa inscrita em 93/11/25

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2

20651-EOP CERTAR - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 94/01/19

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
1	1	1	5
2	1	2	5
3	1	3	3
4	1	4	5
5	1	5	2
6	1	6	2
8	1	8	2
9	1	9	4
10	1	10	3
11	1	11	2
12	1	12	5
13	1	13	4
14	1	14	5
15	1	15	4
19	2	4	2
22	2	7	2
23	2	8	2
26	2	11	2
27	2	12	2
28	2	13	2
35	3	4	2
36	3	5	2
38	3	7	2
41	4	2	2
42	4	3	2
43	4	4	2
44	4	5	2
45	4	6	2
46	4	7	2
47	4	8	1
48	4	9	2

20673-ICC CERTAR - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 94/01/20

Autorização	Subcategoria	Classe
1	1	5
2	2	2
3	3	2
4	4	5
5	5	5
7	7	2
8	8	5
9	9	5
10	10	3
11	11	2
12	12	2
13	13	5
14	14	2
15	15	2
16	16	2
17	17	1
18	18	2

21616-EOP FERNANDO CARVALHO MENDES & CA., LDA.
AMARANTE
Empresa inscrita em 94/07/13

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4 @	2
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	2
14	1	14	2

22187-EOP NASCIMENTO & NASCIMENTO, LDA.
RIBEIRA BRAVA
Empresa inscrita em 94/12/14

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	2
9	1	9	2
10	1	10	1
12	1	12	2
14	1	14	1
17	2	2	2
23	2	8	1
27	2	12	2
28	2	13	2

22220-ICC NASCIMENTO & NASCIMENTO, LDA.
RIBEIRA BRAVA
Empresa inscrita em 94/12/15

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
10	10	1

22233-EOP ZRP - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E PROJECTOS, LDA.
SETUBAL
Empresa inscrita em 94/12/14

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
26	2	11	1
27	2	12	1
28	2	13	1

22234-ICC ZRP - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E PROJECTOS, LDA.
SETUBAL
Empresa inscrita em 94/12/15

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	1

22705-ICC CONSTRUPREGA - COFRAGENS E CONSTRUCOES, LDA.
BARCARENA
Empresa inscrita em 95/03/23

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	1
5	5	2
8	8	1
9	9	1
10	10	2
13	13	1

22983-EOP CRISMETAL-CONSTRUCOES E MONTAGENS METALICAS, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 95/05/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	4

23001-EOP MANUEL & ALBANO MEIXEDO, LDA
VIANA DO CASTELO
Empresa inscrita em 95/05/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
3	1	3	1
4	1	4 @	2
9	1	9	1
10	1	10	2
12	1	12	3
13	1	13	1
14	1	14	3

23553-FOP MARTINS & FILHOS, S.A.
BARCELOS
Empresa inscrita em 95/09/27

23743-ICC QUALINOVE-INVEST.DESENVOL.CONF.PROJ.CONSTRUCAO,LDA
MOSCAVIDE
Empresa inscrita em 95/10/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

23868-EOP JOAQUIM VALENTE & FILHOS, LDA
ALCACER DO SAL
Empresa inscrita em 95/11/29

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
14	1	14	1
27	2	12	1
28	2	13	1

24144-ICC SELMUL, ENGENHARIA E SERVICOS, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 96/01/11

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	1
10	10	1
13	13	1
14	14	1
16	16	1

24770-ICC CONSTRUCOES J. S. ALVES, LDA.
SANTA MARIA DA FEIRA
Empresa inscrita em 96/04/18

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2

24932-ICC PER SALTUM - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 96/06/20

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
7	7	1
8	8	2
9	9	2
10	10	1
13	13	1

24944-EOP PER SALTUM - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, S.A.
LISBOA
Empresa inscrita em 96/06/19

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
5	1	5	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
28	2	13	1

24964-ICC RICAELO - CONSTRUCOES, LDA
POVOA DE VARZIM
Empresa inscrita em 96/06/20

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

25170-EOP PESNA-PRESTACAO DE SERV. `A CONSTRUCAO CIVIL, LDA.
AMADORA
Empresa inscrita em 96/09/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	1
10	1	10	1
12	1	12	2
13	1	13	1

25276-ICC CONSTRUCOES PAULO & AIRES, LDA
TIRES - S. DOMINGOS DE RANA
Empresa inscrita em 96/07/25

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

25291-EOP ECO-EDIFICA-AMBIENTE,INFRAESTRUT.,CONSTRUCOES,S.A.
TORRES NOVAS
Empresa inscrita em 96/09/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
4	1	4	2
5	1	5	1
9	1	9	1
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
15	1	15	1
17	2	2	2
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	2
28	2	13	4
35	3	4	1
38	3	7	1
39	3	8	2
41	4	2	1
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
48	4	9	1

25296-ICC ECO-EDIFICA-AMBIENTE,INFRAESTRUT.,CONSTRUCOES,S.A.
TORRES NOVAS
Empresa inscrita em 96/09/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	3
5	5	2
7	7	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
11	11	1
12	12	1
13	13	1
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	1

25558-ICC R. MELO E SILVA, LDA.
QUARTEIRA
Empresa inscrita em 96/11/28

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
10	10	1
13	13	1

25628-EOP VICELGON - CONSTRUCOES, LDA.
GUARDA
Empresa inscrita em 97/01/15

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	4
3	1	3	1
4	1	4	3
5	1	5	1
6	1	6	1
9	1	9	1
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	3
13	1	13	1
14	1	14	4
15	1	15	1
17	2	2	1
19	2	4	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	1
28	2	13	1
29	2	14	1
35	3	4	1
36	3	5	1
38	3	7	1
39	3	8	1
41	4	2	1
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
45	4	6	1
46	4	7	1
48	4	9	1

25702-ICC FRANCISCO CANDEIAS-EMPREIT.CONST.CIV.OBR.PUB.,LDA.
COSTA DA CAPARICA
Empresa inscrita em 96/07/25

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

25939-ICC TOPORAMA-SOCIEDADE DE ENGENHARIA, LDA.
STO. ANTONIO OLIVAIS - COIMBRA
Empresa inscrita em 97/03/20

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	2
9	9	2
10	10	1
13	13	1
14	14	1

26006-EOP S.P.B.A.-CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA.
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 97/04/23

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
12	1	12	1
14	1	14	1

26052-EOP TOPORAMA-SOCIEDADE DE ENGENHARIA, LDA.
STO. ANTONIO OLIVAIS - COIMBRA
Empresa inscrita em 97/03/19

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	2
3	1	3	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	2
13	1	13	2
14	1	14	1
41	4	2	1

26058-ICC S.P.B.A.-CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA.
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 97/04/24

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

26291-ICC CARBONELL FIGUERAS, LDA.
PARANHOS - PORTO
Empresa inscrita em 97/06/19

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	5
5	5	4

26393-ICC CONSTRUCOES DOURADO - CONSTRUCAO CIVIL, LDA
S.DOMINGOS DE RANA-ABOBODA
Empresa inscrita em 97/07/24

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	2

26411-ICC CONSTRUCOES EUGENIO ROSA, LDA.
BATALHA
Empresa inscrita em 97/07/24

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

26943-ICC CECILIA DO CEU FERREIRA MACIEIRA
VILA NOVA DE FOZ COA
Empresa inscrita em 97/11/20

Autorização	Subcategoria	Classe
15	15	1
18	18	1

26988-ICC VARIANTE - EMPRESA TECNICA DE REVESTIMENTOS, LDA.
PORTO
Empresa inscrita em 97/11/20

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1
16	16	1

26998-ICC LUIS TEIXEIRA & FILHOS-CONSTRUCAO CIVIL, LDA.
MARCO DE CANAVESES
Empresa inscrita em 97/11/20

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

27240-ICC SOCIEDADE DE CONSTRUCAO IMOBILIARIA RIO AVE, LDA.
MINDELO - VILA DO CONDE
Empresa inscrita em 97/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2

27882-EOP CONSTRUCOES DOURADO - CONSTRUCAO CIVIL, LDA
S.DOMINGOS DE RANA-ABOBODA
Empresa inscrita em 98/06/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
14	1	14	1

28192-ICC/AR FERNANDO JORGE SIMOES FERREIRA
ASSEICEIRA - TOMAR
Empresa inscrita em 98/09/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28199-EOP BRIGIDA & DINIS - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, LDA
MEDA
Empresa inscrita em 98/09/16

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
3	1	3	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
23	2	8	1
26	2	11	1
27	2	12	1
28	2	13	1

28422-ICC SOC. DE CONSTRUCOES M. JESUS & GOMES, LDA.
TOMAR
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

28423-ICC MARIA DE LURDES GONCALVES GAMEIRO LOPES
PINHAL DE FRADES - SEIXAL
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28424-ICC ROSADO & COELHO-CONSTRUCOES, LDA.
ALVITO
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28425-ICC MARQUES & GAMEIRO LOPES, LDA.
AZEITAO
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1

28426-ICC/AR CANDIDO TEIXEIRA DA SILVA
PENAFIEL
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28427-EOP MANUEL RODRIGUES BREDA & FILHOS, LDA
AVEIRO
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	1
42	4	3	1
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	1

28428-EOP RITMOPROJECTO-CONST.CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA
LISBOA
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
3	1	3	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
23	2	8	1
27	2	12	1
28	2	13	1

28429-EOP ADAO TEIXEIRA GUEDES-SOC.DE CONSTRUCOES, LDA.
MARCO DE CANAVESES
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1

28430-EOP GODIFER-OBRAS PUBLICAS E CIVIS, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
26	2	11	1
27	2	12 .	1
28	2	13	1

28431-EOP BRAVILECTRICA-ESTUDOS, PROJ. MONT.ELECTRICAS, LDA
QUINTA DO ANJO - PALMELA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
44	4	5	2
45	4	6	1
46	4	7	2
48	4	9	2

28432-ICC RITMOPROJECTO-CONST.CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA
LISBOA
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28433-EOP CONSTRUCOES HONRADO, LDA
PORTALEGRE
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
12	1	12	1
14	1	14	1

28434-ICC CONSTRUCOES HONRADO, LDA
PORTALEGRE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	2
9	9	2

28435-ICC ADAO TEIXEIRA GUEDES-SOC.DE CONSTRUCOES, LDA.
MARCO DE CANAVESES
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

28436-ICC JOSE FREITAS DA SILVA & COMP. LDA.
AVEIRO
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28437-FOP HOSLAB DIAGNOSTICA - MAT. E REAG. PARA LAB., LDA.
PORTO
Empresa inscrita em 98/11/25

28438-FOP MARBEIRO - MATERIAIS DE CONSTRUCAO, LDA
ORVALHO
Empresa inscrita em 98/11/25

28439-EOP CONSTRUCOES JJMA, LDA
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
3	1	3	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
14	1	14	1
15	1	15	1

28440-EOP GAS XXI - INSTALACAO E MANUT. DE REDES DE GAS, LDA
SINTRA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	1

28441-ICC ANA MARIA CASTRO DE OLIVEIRA
VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 98/07/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28442-ICC PAULIMOB - CONSTR. E EMPREEND. IMOBILIARIOS,LDA.
GUETIM
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1
14	14	1

28443-ICC EDIPOLIS-ENGENHARIA E CONSTRUCAO, LDA.
EVORA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28444-ICC/AR MANUEL JESUS FONSECA
LAMEGO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28445-ICC/AR ALBERTO FERNANDO DA ROCHA COELHO
ESPINHO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28446-ICC/AR JORGE DE JESUS ABREU
COJA - ARGANIL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28447-ICC CLIDECOR-NOBREZA EM REVESTIMENTOS, LDA.
VAGOS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28448-ICC/AR CONTEMPORANEA - CONST., LDA
ARGELA - CAMINHA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28449-ICC/AR OBRANTIQUA - CONSTRUCOES, LDA.
CARTAXO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28450-ICC CONSTRUCOES JJMA, LDA
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2

Autorização	Subcategoria	Classe
8	8	2
9	9	2

28451-FOP GOUVILAR - MATERIAIS DE CONSTRUCAO DAS BEIRAS, LDA
GOUVEIA
Empresa inscrita em 98/11/25

28452-EOP ZILMO - MONTAGEM INDUSTRIAL E METALOMECANICAS, LDA
VILA FRANCA DE XIRA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
42	4	3	3
44	4	5	3
45	4	6	3
48	4	9	3

28453-ICC JOSE BARREIROS LAVADO GOULAO
CASTELO BRANCO
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28454-ICC/AR PAULO SERGIO FIGUEIREDO FIRMINO
SALVATERRA DE MAGOS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28455-ICC J.L. - CONSTRUCOES OLIVEIRA, LDA
PENAFIEL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2

28456-ICC MANUEL RODRIGUES BREDA & FILHOS, LDA
AVEIRO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
14	14	1
15	15	1
18	18	1

28457-ICC BRAVILECTRICA-ESTUDOS, PROJ. MONT.ELECTRICAS, LDA
QUINTA DO ANJO - PALMELA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
18	18	2

28458-ICC/AR HSH, CONSTRUCOES CIVIS, LDA.
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28459-ICC VITOR MANUEL DA SILVA GONCALVES
BAIRRO DA FRATERNIDADE-SACAVEM
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1

28460-ICC FRANCISCO JOSE BRAS VARELA
SANTIAGO DO CACEM
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28461-ICC ALEXANDRE RODRIGUES PRATA
COSTA DA CAPARICA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28462-ICC MARTINS CUSTODIO & FILHOS - C.C.V.A.I., LDA.
SAO CLEMENTE - LOULE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28463-ICC/AR LEOVEGILDO MARQUES DE OLIVEIRA
SESIMBRA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28464-FOP SERAFIM DE FRIAS PAIS
ALCAINS
Empresa inscrita em 98/10/29

28465-FOP AMPERLUZ COMERCIO DE MAT.ELECT.E INSTALACOES, LDA.
AGUEDA
Empresa inscrita em 98/11/25

28466-FOP CONSTRUCOES PINA DO VALE, S. A.
LISBOA
Empresa inscrita em 98/11/25

28467-FOP JOSE AUGUSTO CARRADINHA FORTUNATO
ALCACER DO SAL
Empresa inscrita em 98/11/25

28468-FOP BELOVIAS - CONSTRUCOES,LDA
MACAO
Empresa inscrita em 98/11/25

28469-ICC ALVELOS & FILHOS, LDA.
ALGUEIRAO - MEM MARTINS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2

28470-ICC CAD-CONSTRUCOES CIVIS, LDA.
BARREIRO
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
10	10	1
13	13	1
16	16	1

28471-ICC AFALMIFI-CONSTRUCOES, LDA.
LAMAS - CADAVAL
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1
14	14	1
16	16	1

28472-ICC/AR AMERICO JULIO DA SILVA
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28473-ICC/AR ADARIO DA SILVA
PORTIMAO
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

28474-ICC SOLREGAS - SISTEMAS DE REGAS, LDA.
TORRES NOVAS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	1

28475-ICC/AR JOSE ANTONIO MIRANDA INACIO
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28476-ICC IRMAOS PEREIRA DE ALMEIDA - CONSTRUCOES, LDA
CASTRO DAIRE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28477-ICC/AR JOSE MIGUEL ROQUE DOS SANTOS
SILVEIRA - TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28478-ICC/AR AMARAL & ESPOSA, FILHOS, LDA
RESENDE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28479-ICC/AR CONSTRUCOES RUI MARQUES & MARQUES, LDA
TABUA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28480-EOP PEIXOTO, SOUSA & FILHOS, LDA
BARCELOS
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
14	1	14	1
17	2	2	1
27	2	12	1
28	2	13	1

28481-EOP PAULO GOUVEIA & IRMAOS - CONST.TRANSP.TERRAPL.,LDA
CALHETA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
17	2	2	1
23	2	8	1
28	2	13	1

28482-EOP RICAELO - CONSTRUCOES, LDA
POVOA DE VARZIM
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1

28483-EOP CONSTRUCOES HABICUNHA, LDA.
VIANA DO CASTELO
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
14	1	14	1

28484-EOP MARCOVIL-METALOMECANICA DE VISEU, S.A.
VISEU
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
5	1	5	2
6	1	6	2
11	1	11	2
18	2	3	1
20	2	5	1
21	2	6	1

28485-EOP SOCILUCAS - SOC. CONSTRUCOES, LDA.
AMARANTE
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
13	1	13	1
14	1	14	1
43	4	4	1

28486-EOP SOLREGAS - SISTEMAS DE REGAS, LDA.
TORRES NOVAS
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	1

28487-EOP CANUDO LANCA, LDA.
CUBA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
17	2	2	2
27	2	12	2
28	2	13	3
35	3	4	3
38	3	7	3
39	3	8	2

28488-EOP COIMOPE - ENGENHARIA, PROJECTO E OBRA, LDA
CHAMUSCA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
3	1	3	1
4	1	4	1
5	1	5	1
10	1	10	1
11	1	11	1
14	1	14	1
15	1	15	1
18	2	3	1
19	2	4	1
23	2	8	1
29	2	14	1
30	2	15	1
31	2	16	1
38	3	7	1
39	3	8	1
43	4	4	1

28489-EOP SNSV - SOC. NACIONAL DE SINALIZACAO VERTICAL, LDA.
ANSIAO
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
29	2	14	1

28490-ICC RIBEIROS E ESTEVES-CONSTRUCOES, LDA
VALDANTE - CHAVES
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28491-ICC TERRA FIRME CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS,LDA.
ALBUFEIRA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28492-EOP D EIRAS - CONSTRUCOES, LDA
AROUCA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
27	2	12	1
28	2	13	1

28493-EOP D.B.V.-CONSTRUCOES E OBRAS PUBLICAS, S.A.
MATOSINHOS
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	3
4	1	4 @	2
10	1	10	2
12	1	12	3
13	1	13	2
14	1	14	3
27	2	12	1

28494-ICC/AR GOMES MARTINS - CONST. ARMACAO DE FERRO, LDA
PONTE DE LIMA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1
10	10	1

28495-ICC/AR JOSE MARIA GOMES DE CAIRES
SILVES
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

28496-ICC/AR ESTEVAO LOPES & MOREIRA, LDA
MONFORTE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28497-ICC D EIRAS - CONSTRUCOES, LDA
AROUCA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28498-ICC CANUDO LANCA, LDA.
CUBA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	3
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28499-ICC LEONEL BARBEIRO-ELECTRICIDADE E CANALIZACOES,LDA
SERRA PORTO DE URSO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
14	14	1
18	18	1

28500-ICC CARLOS ALBERTO DOS SANTOS TEIXEIRA
AVEIRO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
14	14	1
15	15	1
18	18	1

28501-ICC GODIFER-OBRAS PUBLICAS E CIVIS, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28502-EOP NORDALFER-CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA.
MACEDO DE CAVALEIROS
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
3	1	3	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
17	2	2	1
26	2	11	2
27	2	12	2
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	1

28503-ICC NORDALFER-CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA.
MACEDO DE CAVALEIROS
Empresa inscrita em 98/10/29

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	2
4	4	1
5	5	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1
14	14	1
15	15	1
16	16	1
18	18	1

28504-ICC CONSTRUCOES LOBITO, LDA.
RAMADA - LOURES
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	3
5	5	2

28505-FOP HELENO, RIBEIRO & VERISSIMO, LDA.
LEIRIA
Empresa inscrita em 98/11/25

28506-ICC ANTONIO FONSECA RODRIGUES - SOC. CONSTRUCOES, LDA.
COIMBRA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28507-ICC/AR LUIS MANUEL GUEDES
ALIJO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28508-ICC/AR ANTONIO BATISTA DA SILVA
ANADIA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28509-ICC/AR ALVARO & AUGUSTO - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, LDA
TAVIRA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

28510-ICC PAULO GOUVEIA & IRMAOS - CONST.TRANSP.TERRAPL.,LDA
CALHETA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
9	9	1
10	10	1

28511-ICC SOCILUCAS - SOC. CONSTRUCOES, LDA.
AMARANTE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
7	7	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28512-ICC HENRIQUE M. SIMOES PEDROSA
GUIA - POMBAL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28513-ICC/AR SERAFIM MOREIRA FERREIRA
PENAFIEL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28514-ICC/AR SOC. DE CONSTRUCOES ROCHA, SILVA & FILHOS, LDA.
PAREDES
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28515-ICC/AR CONSTRUCOES DO ROUXINOL, LDA
PORTO DE MOS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28516-ICC/AR CONDEGASPAR-SOC. DE CONSTRUCOES, LDA.
TOMAR
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1

28517-FOP MANUEL VIVAS BARBOSA
ATAES - VILA VERDE
Empresa inscrita em 98/11/25

28518-EOP HENRIQUE M. SIMOES PEDROSA
GUIA - POMBAL
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
12	1	12	1
14	1	14	1

28519-ICC MARCOVIL-METALOMECANICA DE VISEU, S.A.
VISEU
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
7	7	2
11	11	2
12	12	2

28520-ICC ANTONIO RIBEIRO LADEIRA - CONSTRUCAO CIVIL
PROENCA-A-NOVA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28521-ICC/AR GERMANO BERNARDO FANGAO SERRANO
PORTEL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28522-ICC/AR ANDRADE & MATOS - CONSTRUCAO CIVIL, LDA
PARANHOS - SEIA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28523-ICC/AR ADAO CARLOS MACEDO PINTO
AMARANTE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28524-ICC/AR MARGARIDA MARIA NEVES TAVARES MARQUES
VILA NOVA DA RAINHA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28525-ICC/AR JOAQUIM DOS SANTOS MATIAS
AZUEIRA - MAFRA
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28526-ICC SIFAMO - EQUIP.INDUSTRIAIS E CONST.CIVIL, LDA
MAIA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
7	7	2

28527-ICC ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA DA SILVA
GRIJO - VILA NOVA DE GAIA
Empresa inscrita em 98/10/23

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28528-ICC FERNANDO JOAQUIM DOS SANTOS & FILHOS, LDA.
VILA FLOR
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28529-ICC COIMOPE - ENGENHARIA, PROJECTO E OBRA, LDA
CHAMUSCA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
7	7	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
11	11	1
12	12	1

28530-ICC LUSOBUILDING-CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS,LDA
PRIOR VELHO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28531-ICC HABINSARA - SOC. DE CONSTRUCOES, LDA
MIRANDA DO CORVO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28532-ICC/AR LUIS JULIO JORGE VICENTE
TORRES VEDRAS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28533-ICC/AR MANUEL ANTONIO CARVALHO - CONSTRUCAO CIVIL, LDA
CINFAES
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28534-ICC/AR MANUEL TEIXEIRA PEREIRA MADANCOS
CABECEIRAS DE BASTO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28535-ICC CONSTRUCOES SEGURO, LDA.
LOUSA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28536-ICC/AR LEONEL DA SILVA VIEIRA FILIPE & IRMAO, LDA
OUREM
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28537-ICC SOTAFE - SOCIEDADE DE TANSPORTES, LDA
SANTO ANTONIO DA CHARNECA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
9	9	1

28538-ICC CONSTRUCOES HABICUNHA, LDA.
VIANA DO CASTELO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28539-ICC CIMONTUBO-TUBAGENS E SOLDADURAS, LDA.
CASTELO DE PAIVA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
7	7	1
12	12	1
14	14	1
15	15	1

28540-ICC EMPICAIMA - CONSTRUCOES, S.A.
CODAL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28541-EOP UNICABO - TELECOMUNICACOES E CONSTRUCOES, LDA.
PALMELA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
41	4	2	1
46	4	7	1

28542-EOP CHUCO SILVA ELECTRICIDADE, LDA
CAMARATE
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	1

28543-EOP PAULO JORGE TORRES JONES
PALMELA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4 @	1
14	1	14	1

28544-ICC ELECTRO PRESTIGIO-ELECTRICIDADE GERAL, LDA.
MAFRA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
18	18	1

28545-ICC CHUCO SILVA ELECTRICIDADE, LDA
CAMARATE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
18	18	1

28546-ICC UNICABO - TELECOMUNICACOES E CONSTRUCOES, LDA.
PALMELA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28547-EOP SR-PR - SERRALHARIA CIVIL, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
5	1	5	2
11	1	11	2
21	2	6	2
23	2	8	2

28548-EOP SUBCENTRO MERGULHADORES PROFISSIONAIS, LDA
VENDAS NOVAS
Empresa inscrita em 98/11/25

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
35	3	4	1
36	3	5	1

28549-ICC SOC. DE CONSTRUCOES FRANCISCO ANTONIO FERREIRA,LDA
QUELUZ
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	2
5	5	2
8	8	2
9	9	2
13	13	1

28550-ICC SERGIO MIGUEL MATOS MADEIRA
COVILHA - TEIXOSO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
13	13	1

28551-ICC/AR CONSTRUCOES RODRIGUES ORELHA, LDA.
ALJEZUR
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28552-ICC SR-PR - SERRALHARIA CIVIL, LDA.
LISBOA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
7	7	2
11	11	2
12	12	2

28553-ICC/AR ALCINO LOPES SIMOES
MIRANDA DO CORVO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28554-ICC/AR ARMANDO DAS NEVES MARTINS
GOIS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28555-ICC/AR JOAO MATIAS ESTEVES DOS SANTOS
SOBRAL DE MONTE AGRACO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28556-ICC/AR A CONSTRUTORA DE RIBAFRIA, LDA.
PENICHE
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28557-ICC PAULINO-CONSTRUCOES,LDA
CASAL DE S.BRAS - AMADORA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	1

28558-ICC/AR ARMANDINA DE JESUS VILAR DOS SANTOS SILVA
PINHEL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28559-ICC PEIXOTO, SOUSA & FILHOS, LDA
BARCELOS
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
8	8	1

28560-ICC GILSOL-SOCIEDADE CONSTRUCOES LDA
REGUENGO DO FETAL
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
8	8	1
9	9	1

28561-ICC/AR COFRAMONTA, EMPREIT.DE COFRAGENS E CONST.CIVIL,LDA
ALPIARCA
Empresa inscrita em 98/09/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28562-EOP MATOS & RAMOS - PAV., INFRAEST. E TERRAP.,LDA.
QUINTA DAS LARANJEIRAS
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
27	2	12	1
28	2	13	1

28563-ICC CONSTRUCOES PEDROME, LDA.
PEDROME - LEIRIA
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	2
5	5	2

28564-ICC/AR ANTONIO AUGUSTO PEREIRA DE FARIA
VILA NOVA DE FAMALICAO
Empresa inscrita em 98/11/26

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28565-EOP JOSE AVELINO PINTO & FILHOS, LDA.
FUNCHAL
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
1	1	1	6
2	1	2	6
3	1	3	2
4	1	4	6
5	1	5	1
6	1	6	1
9	1	9	5
10	1	10	1
11	1	11	1
12	1	12	6
13	1	13	4
14	1	14	1
15	1	15	2
16	2	1	6
17	2	2	6
18	2	3	2
19	2	4	6
20	2	5	1
21	2	6	1
22	2	7	4
23	2	8	6
26	2	11	1
27	2	12	6
28	2	13	6
29	2	14	1
31	2	16	1
35	3	4	3
36	3	5	3
37	3	6	1
38	3	7	1
41	4	2	4
42	4	3	1
43	4	4	1
44	4	5	1
46	4	7	1
48	4	9	2

28566-EOP SOC. AGRO-FLORESTAL DA QUINTA DAS EIRINHAS, LDA
PENAMACOR
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
5	1	5	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1
17	2	2	1
26	2	11	1
27	2	12	1
28	2	13	1
41	4	2	1

28567-FOP FERNANDO OLIVEIRA VIEGAS
GOUVEIA
Empresa inscrita em 98/12/17

28568-ICC D. E O. - SOCIEDADE DE CONSTRUCOES, LDA
LAVRA
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28569-ICC/AR CONCOSTA-CONSTRUCAO CIVIL, LDA.
VILA NOVA DE FAMALICAO
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28570-ICC/AR LUIS FERREIRA DA SILVA
ALCOBACA
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28571-ICC ARTUR CAMPOS & HONORIO PINTO-CONSTRUCAO CIVIL, LDA
SETE CASAS - LOURES
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
13	13	1

28572-ICC AUGUSTO MANUEL DUARTE JORGE
S. VICENTE DE PAUL - SANTAREM
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
8	8	1

28573-ICC SOC. AGRO-FLORESTAL DA QUINTA DAS EIRINHAS, LDA
PENAMACOR
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	1
5	5	1
7	7	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1
11	11	1
12	12	1
13	13	1
14	14	1

28574-ICC COSTA & CRAVEIRO, LDA.
PORTUNHOS
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1

28575-ICC/AR CONSTRUCOES CONFIDIAS, LDA
CORUCHE
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28576-ICC SOCIEDADE DE CONSTRUCOES PEDRO MAIA, LDA.
GRIJO
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
2	2	1
4	4	3
5	5	2
8	8	2
9	9	2
10	10	1

28577-FOP TERCENTRO - TERRAPLANAGENS DE CENTRO, LDA.
PEDROGAO GRANDE
Empresa inscrita em 98/12/17

28578-ICC/AR NUNO JOSE MATEUS RODRIGUES MARQUES
SANTIAGO DO CACEM
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
10	10	1

28579-ICC/AR PROVENDA - COMPRA,VENDA ADM. DE PROPRIEDADES, LDA.
LAGOS
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1
13	13	1

28580-ICC/AR INVERSOES TRES - CONSTRUCOES, LDA
VAGOS
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1

28581-ICC BELARMINO BORGES - CONSTRUCOES, LDA
PENACOVA
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Subcategoria	Classe
4	4	1
5	5	1
8	8	1
9	9	1

28582-EOP CONST.MONTEIRO & ALMEIDA LDA
S.GONCALO-AMARANTE
Empresa inscrita em 98/12/17

Autorização	Categoria	Subcategoria	Classe
2	1	2	1
4	1	4	1
9	1	9	1
10	1	10	1
12	1	12	1
13	1	13	1
14	1	14	1

28583-ICC	EDVIT-SOC. DE CONSTRUCAO CIVIL, LDA. SAMOUCO Empresa inscrita em 98/12/17		
	Autorização	Subcategoria	Classe
	4	4	2
	5	5	2
	9	9	2
	10	10	1
	13	13	1

Notas

a) EOP: empreiteiro de obras públicas.

ICC: industrial de construção civil (obras particulares).

ICC-AR: industrial de construção civil — âmbito regional (os concelhos de actuação são indicados no próprio alvará).

FOP: fornecedor de obras públicas.

b) @: só para edifícios sem estruturas de betão pré-esforçado.

c) Os alvarás emitidos ao abrigo da legislação revogada pelo Decreto-Lei n.º 100/88 a empresas constantes desta lista deixaram de ter validade de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 60.º daquele diploma. Caso algum venha a ser ainda presente a entidade pública (em original ou fotocópia notarial ou simples), solicita-se a sua apreensão e envio à CAEOPP, Avenida do Duque de Loulé, 110, Lisboa.

31 de Dezembro de 1998. — A Presidente, *Maria Rosa Dias.*

Listagem n.º 19/99. — *Listagem de alvarás cujas autorizações foram canceladas/suspensas a pedido, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março:*

Alvará	Nome / Localidade
1549-EOP	MANUEL J. MONTEIRO & CA., LDA. LISBOA Cancelado em 03/12/1998
1783-EOP	LISVIDE - SOC. DE CONSTRUCOES, LDA LISBOA Cancelado em 23/11/1998
2419-ICC	LISVIDE - SOC. DE CONSTRUCOES, LDA LISBOA Cancelado em 23/11/1998
2622-EOP	ICONORTE - CONSTRUCAO E INVEST. IMOBILIARIOS, LDA. VILA DO CONDE Cancelado em 23/11/1998
7227-ICC	ICONORTE - CONSTRUCAO E INVEST. IMOBILIARIOS, LDA. VILA DO CONDE Cancelado em 23/11/1998
7913-ICC	JOSE BARROCA ANTUNES TORRES NOVAS Cancelado em 23/11/1998
9555-ICC	JOSE MARIA PACHECO PACOS DE FERREIRA Cancelado em 24/11/1998
12298-ICC	ANTONIO JOSE SOARES LOUREIRO PALMELA Cancelado em 11/11/1998
13338-EOP	JOSE BARROCA ANTUNES TORRES NOVAS Cancelado em 23/11/1998
22033-ICC	SERAFIM VENTURA AGOSTINHO BOMBARRAL Cancelado em 02/12/1998
25778-ICC	JOAQUIM FERREIRA LISBOA Cancelado em 23/11/1998

31 de Dezembro de 1998. — A Presidente, *Maria Rosa Dias.*

Listagem n.º 20/99. — *Listagem de alvarás de empreiteiro de obras públicas cujas autorizações foram canceladas a pedido, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/88, de 23 de Março, em sessão da 1.ª secção da CAEOPP de 17 de de Dezembro de 1998:*

Alvará	Nome / Localidade
1168-EOP	JOSE AVELINO PINTO FUNCHAL Cancelado por formar Sociedade
18307-EOP	ROGERIO MIRANDA FIGUEIRA COIMBRA Cancelado por formar Sociedade

31 de Dezembro de 1998. — A Presidente, *Maria Rosa Dias.*

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 2090/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998:

Licenciado Francisco António Couto Cipriano, técnico superior de 2.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeado, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Análise e Orientação da Direcção de Serviços de Iniciativas Regionais, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2091/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998:

Licenciada Dina Fernanda Sereno Ferreira, técnica superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Apoio ao Sector Secundário da Direcção de Serviços das Actividades Económicas, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2092/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998:

Licenciada Alice Maria Henriques de Barros Gonçalves, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de directora de serviços da Direcção de Serviços de Acompanhamento e Avaliação, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2093/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998:

Licenciada Ana Maria Costanzo Nunes Sá da Costa, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de directora de serviços da Direcção de Serviços de Informação e Controlo, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 2 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2094/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 14 de Dezembro de 1998:

Licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, técnica superior de informática principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Acompanhamento e Análise da Direcção de Serviços de Acompanhamento e Análise, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 14 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2095/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 9 de Dezembro de 1998:

Licenciada Maria Albina de Sousa Martinho, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de directora de serviços do Núcleo de Políticas Regionais, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 9 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2096/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 18 de Dezembro de 1998:

Licenciada Margarida Maria Coelho Cabral Joanaz de Melo, técnica superior de informática de 2.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Coordenação das Intervenções da Direcção de Serviço de Acompanhamento e Avaliação, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 18 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2097/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 31 de Dezembro de 1998:

Licenciada Maria Eugénia Pinto Revez da Silva Neves, assessora de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Informação e Documentação da Direcção de Serviços de Informação e Controlo, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 31 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Constas.)

6 de Janeiro de 1999. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2098/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 31 de Dezembro de 1998:

Licenciada Ana Maria dos Santos Barata da Silva, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de directora de serviços da Direcção de Serviços de Equipamentos Sociais e Infra-Estruturas, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 31 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Constas.)

6 de Janeiro de 1999. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Aviso n.º 2099/99 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 30 de Dezembro de 1998:

Licenciada Maria Francisca Cabral Cordovil, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de directora de serviços da Direcção de Serviços do Fundo de Coesão, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 30 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Constas.)

6 de Janeiro de 1999. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Rectificação n.º 216/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 1998, a p. 16 396, rectificam-se os seguintes avisos:

«Aviso n.º 18 201/98 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 29 de Setembro de 1998:

Licenciada Maria Teresa Pereira de Oliveira Dias, técnica superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão de Estudos e Projectos da Direcção de Serviços do Fundo de Coesão, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 29 de Setembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

«Aviso n.º 18 202/98 (2.ª série). — Por despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 29 de Setembro de 1998:

Licenciada Deolinda Maria Picado, técnica superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão da Divisão Administrativa e Financeira, com efeitos a partir do despacho da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional de 29 de Setembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

31 de Dezembro de 1998. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Instituto Português de Cartografia e Cadastro

Listagem n.º 21/99. — *Lista nominativa dos auxiliares técnicos administrativos, do quadro de pessoal do ex-Instituto Geográfico e Cadastral que transitam para a categoria de assistente administrativo, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, a partir de 1 de Janeiro de 1998:*

Nome	Situação actual			Transição		
	Categoria	Escalão	Índice	Categoria	Escalão	Índice
Anabela dos Reis Antunes Lopes Ramos	47	6	180	45	1	190
Ana Maria da Piedade Guerreiro Formosa	47	7	195	45	2	200
Ana Maria dos Santos Lima Alves	47	6	180	45	1	190
Ana Paula de Almeida Serra de Melo Brandão	47	7	195	45	2	200
Isabel Maria Oliveira da Costa	47	6	180	45	1	190
Maria Adelina de Santo António Valadas Palma	47	6	180	45	1	190
Maria Antónia Candeias Gaspar	47	6	180	45	1	190
Maria Dolores Rodrigues Figueira	47	6	180	45	1	190
Maria Fátima Val Gonçalves	47	7	195	45	2	200
Maria Gracinda Ferreira Carreiro Baptista	47	7	195	45	2	200
Maria José Florindo Cavaco	47	7	195	45	2	200
Maria Teresa Dias Ferreira Gomes Bento	47	6	180	45	1	190

(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Janeiro de 1999. — A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Lídia de Jesus Sousa Alves.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 1824/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do director-geral:

Licenciada Isabel Maria Cardoso da Silva Folga, conservadora do Registo Predial do Bombarral a exercer em regime de requisição as funções de conservador auxiliar do Registo Predial de Queluz — prorrogada a requisição na Conservatória do Registo Predial de Queluz, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Despacho n.º 1825/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 11 de Janeiro de 1999:

Sandra Manuel Viegas Ferreira e Maria João Aires da Mota Correia Monteiro Manso — contratadas, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no 6.º Cartório Notarial do Porto, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Notário, *António José de Sousa Ribeiro Simões.*

Despacho n.º 1826/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 8 de Janeiro de 1999:

Nélia da Fátima Pereira Félix e Sónia de Jesus Gouveia Pereira — contratadas, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções na Conservatória do Registo Civil da Ribeira Grande, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Conservadora, *Maria Helena Ferreira Fragoso da Silva.*

Despacho n.º 1827/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 8 de Janeiro de 1999:

Sandra Marisa Martins Machado Alves e Maria Fernanda da Fonte Gonçalves — contratadas, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no Cartório Notarial de Alijó, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Notária, *Rosa Maria Maia de Sousa Marques.*

Despacho n.º 1828/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 11 de Janeiro de 1999:

Eunice Cristina Teixeira Peres — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no 5.º Cartório Notarial de Lisboa, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Notário, *Carlos Manuel da Silva Almeida.*

Despacho n.º 1829/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 5 de Janeiro de 1999:

Fátima Vera Gameiro da Silva — contratada, em regime de contrato a termo certo, por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções na Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Benavente, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Conservador, *João Manuel Baptista Múrias.*

Despacho n.º 1830/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 4 de Janeiro de 1999:

Ana Margarida Morgado das Neves — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de dois anos, para exercer funções na Conservatória do Registo Predial do Cartaxo, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — A Conservadora, *Susana Maria Marques Tomás.*

Despacho n.º 1831/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 19 de Janeiro de 1999:

Isabel Mendes Vasques Pacheco — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no Cartório Notarial de Marco de Canaveses, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Notário, *António Gomes Teixeira.*

Despacho n.º 1832/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 19 de Janeiro de 1999:

Deolinda Maria de Sousa Peixoto — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções no Cartório Notarial de Marco de Canaveses, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Notário, *António Gomes Teixeira.*

Despacho n.º 1833/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral datado de 8 de Janeiro de 1999:

Ana Isabel Parreira Costa — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções na Conservatória dos Registos Civil e Predial de Grândola, com direito à remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — A Conservadora, *Paula Isabel Chilrito Galhardas.*

Rectificação n.º 217/99. — Por ter havido lapso na publicação, rectifica-se o despacho inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1999, a p. 421, relativo à promoção à classe superior de escriturários, pelo que, onde se lê:

«Maria Irene Matias Fontes — Conservatória dos Registos Civil e Predial de Sobral de Monte Agraço — 3 de Agosto de 1998 (escalão 2, índice 200).

Zita Alexandra Rodrigues Santos — 3.º Cartório Notarial de Setúbal — 18 de Agosto de 1998 (escalão 2, índice 200).»

deve ler-se:

«Maria Irene Matias Montes — Conservatória dos Registos Civil e Predial de Sobral de Monte Agraço — 3 de Agosto de 1998 (escalão 2, índice 200).

Zita Alexandra Rodrigues Santos — 3.º Cartório Notarial de Lisboa — 18 de Agosto de 1998 (escalão 2, índice 200).»

14 de Janeiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Direcção-Geral dos Serviços de Informática

Aviso n.º 2100/99 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 18 de Janeiro de 1999, e nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, a composição do júri do concurso interno de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de cinco lugares na categoria de técnico superior de informática de 2.ª classe da carreira técnica superior de informática do quadro desta Direcção-Geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 180, de 6 de Agosto de 1998, foi alterada, pelo que de novo se publica:

«Composição do júri:

Presidente — Licenciado Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves, subdirector-geral.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Amélia dos Santos Damas, directora de serviços, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Licenciada Maria Helena Rodrigues, directora de serviços.

Vogais suplentes:

Licenciado António Manuel dos Santos Silva Girão, director de serviços.

Licenciado Carlos António de Lemos Barreiras, director de serviços.»

19 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, em substituição, *Maria Helena Rodrigues.*

Aviso n.º 2101/99 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 12 de Janeiro de 1999, e nos termos do disposto do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a composição do júri do concurso externo de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de três lugares na categoria de operador de sistema de 2.ª classe da carreira de operador de sistema do quadro desta Direcção-Geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 247, de 26 de Outubro de 1998, foi alterada, pelo que de novo se publica:

«Composição do júri:

Presidente — Licenciado António Manuel dos Santos Silva Girão, director de serviços.

Vogais efectivos:

Licenciado José Carlos Fragoso, técnico superior de 2.ª classe.

Joaquim Manuel Matias Mota, administrador de sistemas, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Joana Pereira Brígido Fernando, chefe de divisão.
António Manuel Moreira de Matos, operador de sistema-chefe.»

19 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, em substituição, *Maria Helena Rodrigues.*

Aviso n.º 2102/99 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 18 de Janeiro de 1999, e nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, a composição do júri do concurso externo de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de 10 lugares na categoria de técnico superior de informática de 2.ª classe da carreira técnica superior de informática do quadro desta Direcção-Geral, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, de 29 de Julho de 1998, foi alterada, pelo que de novo se publica:

«Composição do júri:

Presidente — Licenciado Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves, subdirector-geral.
Vogais efectivos:

Licenciada Maria Amélia dos Santos Damas, directora de serviços, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Licenciada Maria Helena Rodrigues, directora de serviços.

Vogais suplentes:

Licenciado António Manuel dos Santos Silva Girão, director de serviços.
Licenciado Carlos António de Lemos Barreiras, director de serviços.»

19 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, em substituição, *Maria Helena Rodrigues.*

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Aviso n.º 2103/99 (2.ª série). — A seguir se publica a lista do movimento de oficiais de justiça referente ao mês de Novembro de 1998, aprovado por meu despacho de 21 de Dezembro de 1998 e rectificado por despacho de 15 de Janeiro de 1999.

Todas as nomeações estão isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

19 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Soreto de Barros.*

Nssmj: 17964 JOÃO GASPAR MOUTINHO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
N. ord: 290/97 Antig: 2a 3m 23d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: BRAGA TRABALHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 5822 BASILIO ANDRE SERRANO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: SESIMBRA
N. ord: 172/97 Antig: 6a 3m 22d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL FAMÍLIA E MENORES
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 2781 ANTÓNIO MENDES DE ALMEIDA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA MARITIMO 1 SECÇÃO
N. ord: 39/97 Antig: 15a 5m 15d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias
Obs: 5- CURSO N. 62

Nssmj: 10847 AMANDIO TABOADA TRIGO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: SERV. INSOECÇÃO/CONSELHO OFICIAIS JUSTICA
como SECRETÁRIO DE INSOECÇÃO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 97/97 Antig: 12a 10m 17d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: CARRAZEDA DE ANSIAES
Aceitação: 8 dias
Obs: 6 CURSO N. 29 / CESSA COMISSÃO SERVIÇO

Nssmj: 18418 LUBELIA DO CARMO ROSA SABINO MARCELO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: SETÚBAL SEC CENTRAL
N. ord: 237/97 Antig: 9a 4m 27d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: SESIMBRA
Aceitação: 3 dias
Obs: 7 CURSO N. 1

Nssmj: 18267 JOÃO MANUEL DE BARROS COSTA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: MACAU
como ESCRIVÃO DIREITO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 216/97 Antig: 9a 9m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
Obs: 7 CURSO N. 2 / MANTÊM COM. SERVIÇO/C/DECL. VACAT. LUGAR

Nssmj: 10825 JOSÉ MANUEL BATISTA MESTRE
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO 2 SECÇÃO
N. ord: 132/97 Antig: 11a 10m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
Aceitação: 5 dias
Obs: 7 CURSO N. 12 / ART. 43 N. 2

Nssmj: 25300 JOAQUIM JOSÉ DA COSTA OLIVEIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
N. ord: 756/97 Antig: 9a 0m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: GRANDOLA
Aceitação: 5 dias
Obs: 7 CURSO N. 37

Nssmj: 16206 JOSÉ MARIA VALÉRIO QUINTAS
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MAIA SECÇÃO CENTRAL
N. ord: 279/97 Antig: 8a 11m 11d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: ALIJO
Aceitação: 4 dias
Obs: 7 CURSO N. 41

Nssmj: 20366 JULIO DA SILVA FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ESPINHO
Exerce funções: CENTRO ESTUDOS JUDICIARIOS LISBOA
como ESCRIVÃO-ADJUNTO, REQUISICAO
N. ord: 266/97 Antig: 12a 5m 9d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: LAGOS
Aceitação: 5 dias
Obs: 7 CURSO N. 42 / MANTÊM REQUISICAO

Nssmj: 11328 MARIA JOSÉ DA SILVA JORGE
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: GABINETE DO MINISTRO DA JUSTICA
como ESCRIVÃO DIREITO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 188/97 Antig: 10a 0m 23d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VILA VICOSA
Obs: 7 CURSO N. 51/MANTÊM COM. SERVIÇO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 22417 MANUEL ESCUDEIRO DOS SANTOS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SUPREMO Tribunal ADMINISTRATIVO
N. ord: 680/97 Antig: 9a 0m 25d Cl. serv: MUITO BOM

Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VILA VICOSA
Aceitação: 5 dias
Obs: 7 CURSO N. 58

Nssmj: 14774 ARTUR JOAQUIM REMISIO MAURICIO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: MACAU
como ESCRIVÃO DIREITO, REQUISICAO
N. ord: 220/97 Antig: 9a 9m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
Obs: 7 CURSO N. 62 /MANTÊM REQUISICAO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 13288 AUGUSTO LUÍS TULHA DE CAMPOS
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: PORTO TRIBUTARIO 1 INST.
como ESCRIVÃO DIREITO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 228/97 Antig: 9a 8m 26d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
Obs: 7 CURSO N. 66 / MANTÊM COM. SERVIÇO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 13200 MANUEL REBELO GOMES
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VISEU SECÇÃO CENTRAL
N. ord: 302/97 Antig: 8a 11m 7d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: FORNOS DE ALGODRES
Aceitação: 3 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 19844 JOÃO FERNANDES PEREIRA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO DISPONIBILIDADE AFECTAÇÃO
Tribunal: CABECEIRAS DE BASTO
N. ord: 363/97 Antig: 7a 3m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 18659 CARLOS JOSÉ LANCA FIGUEIRA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: GRANDOLA
como SECRETÁRIO JUDICIAL, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 424/97 Antig: 6a 5m 26d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: HORTA
Aceitação: 15 dias

Nssmj: 16261 MARIA JULIA GARCIA ALVES LICO MARTINS PEREIRA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: PORTIMÃO 4 JUÍZO 1 SECÇÃO
N. ord: 706/97 Antig: 1a 5m 13d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 11485 ANTÓNIO LUÍS DA CONCEIÇÃO BARROSO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 3 JUÍZO 2 SECÇÃO
N. ord: 125/97 Antig: 11a 10m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: SUPREMO Tribunal ADMINISTRATIVO 5 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 12180 JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES DE SOUSA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VISEU 2 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC
N. ord: 314/97 Antig: 8a 7m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VISEU SECÇÃO CENTRAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 13268 RAUL MATEUS FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO 3 SECÇÃO
N. ord: 349/97 Antig: 7a 7m 12d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA 1 JUÍZO CRIMINAL 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 14926 AFONSO MANUEL FERREIRA RAMOS BANDARRA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ANADIA SECÇÃO CENTRAL
N. ord: 366/97 Antig: 7a 3m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ANADIA SECÇÃO AFECTATribunal CÍRCULO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 20783 AGOSTINHO DE JESUS PINTO DE SOUSA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: PORTO CÍVEL 5 JUÍZO 2 SECÇÃO
N. ord: 392/97 Antig: 6a 11m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MAIA SECÇÃO CENTRAL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 26207 MANUEL DIONISIO MONTEIRO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: ALIJO
como SECRETÁRIO JUDICIAL, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 431/97 Antig: 6a 5m 26d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LAMEGO SECÇÃO AFECTA Tribunal CÍRCULO
Aceitação: 4 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE

Nssmj: 21255 VANDA MARIA ALEXANDRE CARDANA PENA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO SEC. CENTRAL
N. ord: 460/97 Antig: 5a 10m 23d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 14 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 17549 ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA MIGUEL
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 14 JUÍZO 1 SECÇÃO
N. ord: 527/97 Antig: 4a 12m 2d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA MARITIMO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 18314 RAUL JORGE CARVALHO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MATOSINHOS 1 JUÍZO COMP. ESP. CRIMINAL 1 SEC
N. ord: 389/97 Antig: 6a 11m 8d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: SANTA MARIA DA FEIRA TRABALHO 1 SECÇÃO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 13342 JOSÉ LUÍS GONÇALVES DE ALMEIDA DANTAS
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ESPOSENDE 2 SECÇÃO
N. ord: 399/97 Antig: 6a 11m 0d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: BRAGA 3 JUÍZO COMP. ESP. CRIM. 1 SEC.
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 17552 CRISTINA MARIA DA SILVA INACIO CORREIA VERGAMOTA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO 2 SECÇÃO

N. ord: 708/97 Antig: 1a 5m 13d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 4 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 14917 FRANCISCO JOSÉ SANTOS MILHEIRO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Exerce funções: PROVEDORIA DE JUSTICA
como ESCRIVÃO DIREITO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 465/97 Antig: 5a 8m 1d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 2 JUÍZO 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: CESSA COM. SERVIÇO

Nssmj: 19907 JOSÉ FIGUEIREDO CARAPINHA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MARINHA GRANDE 1 SECÇÃO
N. ord: 591/97 Antig: 4a 5m 21d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LEIRIA SECÇÃO CENTRAL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 17113 MARIA DO CARMO PEREIRA DA ROCHA GONÇALVES
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VALONGO 3 JUÍZO 1 SECÇÃO
N. ord: 672/97 Antig: 2a 2m 1d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ESPOSENDE 2 SECÇÃO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 11920 MARIA LUÍSA DA GRAÇA COELHO VAZ PINTO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 17 JUÍZO 1 SECÇÃO
N. ord: 689/97 Antig: 1a 11m 9d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 3 JUÍZO 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 12853 ANTÓNIO FAUSTO DA SILVA BARTOLO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VOUZELA 1 SECÇÃO
N. ord: 720/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VISEU 2 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 19674 JOSÉ MESQUITA LOURENCO DA SILVA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA 1 JUÍZO CRIMINAL 1 SECÇÃO
N. ord: 774/97 Antig: 0a 5m 2d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 14703 ALBERTO CLAUDINO GOMES DE FIGUEIREDO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: S. PEDRO DO SUL
N. ord: 136/97 Antig: 14a 7m 12d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VOUZELA 1 SECÇÃO
Aceitação: 3 dias
Obs: 11 CURSO N. 57

Nssmj: 18454 JOSÉ MARTINS FERNANDES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: CASTRO DAIRE 1 SECÇÃO
como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 301/97 Antig: 11a 10m 3d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VISEU 3 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC
Aceitação: 3 dias
Obs: 12 CURSO N. 44

Nssmj: 19853 MARIA TERESA DA SILVA CHAMBEL DIONISIO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 2 JUÍZO
N. ord: 381/97 Antig: 11a 0m 3d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO 3 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: 13 CURSO N. 29

Nssmj: 13963 JOAQUIM NEVES AUGUSTO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 2 JUÍZO
N. ord: 406/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: PORTO CÍVEL 5 JUÍZO 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 19880 MARIA DE LOURDES SILVA DA COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 1 JUÍZO
N. ord: 438/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MATOSINHOS 1 JUÍZO COMP. ESP. CRIMINAL 1 SEC
Aceitação: 3 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 19774 JOÃO JOSÉ RODRIGUES GASPAR
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ANADIA
N. ord: 442/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ANADIA SECÇÃO CENTRAL
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 20098 MARIA CLEMENTINA DE OLIVEIRA MONTEIRO CASTANHEIRA COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 13 JUÍZO
N. ord: 449/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 17 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 21439 JOSÉ JOAQUIM MARTINS RAPOSO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VALONGO
N. ord: 472/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: VALONGO 3 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 21492 MARIA FILOMENA CERQUEIRA GIGANTE PRISTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
N. ord: 500/97 Antig: 10a 7m 18d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 21155 ARMANDO MANUEL DE OLIVEIRA MENEZES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: LEIRIA SECÇÃO CENTRAL
como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 515/97 Antig: 10a 6m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: MARINHA GRANDE 1 SECÇÃO
Aceitação: 3 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE ANTERIOR

Nssmj: 23592 ANA MARIA OLIVEIRA PINHO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTIMÃO
N. ord: 547/97 Antig: 10a 4m 10d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO

Tribunal: PORTIMÃO 4 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 20712 ANTÓNIO JOAQUIM GONÇALVES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
N. ord: 563/97 Antig: 10a 0m 23d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ODEMIRA 1 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 21933 CLARISSE DE SAO JOSÉ ARAÚJO DE SOUSA GOMES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 6 JUÍZO
N. ord: 570/97 Antig: 9a 11m 14d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO SEC. CENTRAL
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 25487 ANTÓNIO DOS SANTOS FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: LAMEGO SECÇÃO AFECTA Tribunal CÍRCULO como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 604/97 Antig: 9a 9m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: CASTRO DAIRE 1 SECÇÃO
Aceitação: 3 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE ANTERIOR

Nssmj: 19511 MARIA CAMPOS TOMAS FELICIANO TOMAS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
N. ord: 645/97 Antig: 9a 5m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: CASCAIS 3 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC.
Aceitação: 3 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 16659 HENRIQUE DA CRUZ DE OLIVEIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
N. ord: 834/97 Antig: 8a 7m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: COIMBRA 2 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC.
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECLARACAO VACATURA LUGAR DE ORIGEM

Nssmj: 23800 MARIA DE LURDES CABRAL RIBEIRO COUTO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: RIBEIRA GRANDE 1 SECÇÃO
como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 945/97 Antig: 7a 10m 18d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: PONTA DELGADA 5 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 3 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE ANTERIOR

Nssmj: 22046 JOSÉ MIGUEL ROSA RAMOS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: MONTIJO 3 JUÍZO 1 SECÇÃO
como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 1059/97 Antig: 6a 10m 17d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL 1 JUÍZO 1 SEC
Aceitação: 3 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE ANTERIOR

Nssmj: 23568 MARIA DE FÁTIMA RAMOS ANTUNES GONÇALVES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 5, 6 VARAS CRIMINAIS
N. ord: 1076/97 Antig: 6a 7m 10d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: ALMADA 1 JUÍZO COMP. ESP. CÍVEL 1 SEC.
Aceitação: 3 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 32849 JOAQUIM PEDRO DE JESUS DA CONCEIÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: ANADIA SECÇÃO AFECTA Tribunal CÍRCULO como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 1590/97 Antig: 3a 12m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: BENAVENTE 2 JUÍZO 1 SECÇÃO
Aceitação: 4 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE ANTERIOR

Nssmj: 12998 DUARTINA NOBRE MARINHO MOITA DA CRUZ
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: CAMINHA
N. ord: 135/97 Antig: 14a 7m 13d Cl. serv: BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: SETÚBAL SEC CENTRAL
Aceitação: 5 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 25106 MARIA DA PAZ DE FREITAS FERNANDES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FUNCHAL TR. CÍRCULO
N. ord: 1158/97 Antig: 5a 9m 10d Cl. serv: BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: FUNCHAL 3 JUÍZO COMP. ESP. CRIMINAL 1 SEC
Aceitação: 2 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 17780 ANTÓNIO FERNANDO CARDOSO DE FREITAS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO DISPONIBILIDADE AFECTAÇÃO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
N. ord: 177/97 Antig: 14a 0m 19d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: COLOCAÇÃO A PEDIDO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Aceitação: 2 dias
Obs: ART. 71 N. 4

Nssmj: 17255 MARIA EMILIA RIBEIRO TAVARES FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OVAR
N. ord: 74/97 Antig: 16a 1m 15d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO RELAÇÃO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 12790 MARIA ASSUNCAO MARQUES MENDES PROENCA PINHEIRO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
N. ord: 156/97 Antig: 14a 3m 29d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 12913 JOSÉ DOMINGOS FERREIRA DE BESSA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: BENAVENTE 2 JUÍZO 1 SECÇÃO
como ESCRIVÃO DIREITO, NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
N. ord: 367/97 Antig: 11a 0m 26d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FELGUEIRAS
Aceitação: 5 dias
Obs: CESSA INTERINIDADE

Nssmj: 22008 ALBINO AUGUSTO OLIVEIRA RODRIGUES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: MAIA
N. ord: 382/97 Antig: 11a 0m 3d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO FAMÍLIA 2 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 22920 JOAQUINA DA ASSUNCAO FIGUEIRA DE MATOS BERNARDO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 11 JUÍZO
N. ord: 482/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SINTRA TRABALHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 26609 ALIERTA GATINHO RODRIGUES DE JESUS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
N. ord: 705/97 Antig: 9a 0m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 4 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 22930 ANTÓNIO MANUEL GUERRA DE AZEVEDO SEARA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA FAMÍLIA E MENORES
N. ord: 733/97 Antig: 9a 0m 18d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 22648 ANABELA RUAS MARQUES MOREIRA FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 4 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 845/97 Antig: 8a 7m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 5, 6 VARAS CRIMINAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 22373 MARIA LEONOR PORTUGAL RIBEIRO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA FAMALICÃO
N. ord: 877/98 Antig: 8a 4m 7d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTO TIRSO TRABALHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 24556 FERNANDO FALEIRO SENHORINHO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
N. ord: 880/97 Antig: 8a 3m 29d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SILVES
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 20108 JULIA MARIA RODRIGUES DA SILVA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 5, 6 VARAS CRIMINAIS
N. ord: 888/97 Antig: 8a 2m 14d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 2 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 23494 MARIA MANUELA CORREIA DE MATOS RIBEIRO GONÇALVES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 1000/97 Antig: 7a 5m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 5 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 29906 MARIA ERMELINDA AMADOR SAMPAIO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: TORRES VEDRAS
N. ord: 1178/97 Antig: 5a 7m 24d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SETÚBAL
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 13126 VITOR MANUEL ALVES ESTEVINHA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
N. ord: 142/97 Antig: 14a 7m 6d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CÍRCULO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 21997 MARIA DE FÁTIMA VICENTE DOS SANTOS PINTO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OVAR
N. ord: 480/97 Antig: 10a 7m 25d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ESPINHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 21203 NATALIA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: AVEIRO TRABALHO
N. ord: 713/97 Antig: 9a 0m 25d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: COIMBRA FAMÍLIA E MENORES
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 20363 NATALINA MARIA FRADE PEREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TRABALHO 5 JUÍZO
N. ord: 820/97 Antig: 8a 8m 17d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 5, 6 VARAS CRIMINAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 24074 RUI JORGE PITREZ DE CARVALHO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 3 JUÍZO
N. ord: 899/97 Antig: 8a 2m 10d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OVAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 22068 ANTÓNIO PEDRO SERRENHO ANDRADE SILVA GALRAO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Exerce funções: FARO
como ESCRIVÃO-ADJUNTO, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 1137/97 Antig: 6a 1m 14d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FARO
Aceitação: 2 dias
Obs: CESSA COM. SERVIÇO

Nssmj: 23104 MARIA LUÍSA MADRUGA CASTANHEIRA MARTINS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 3 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 1209/97 Antig: 5a 2m 22d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 9, 10 VARAS CRIMINAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 27527 FERNANDO ODEBERTO DA SILVA PEREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PACOS DE FERREIRA
N. ord: 1294/97 Antig: 4a 6m 21d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTO TIRSO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 27863 FRANCISCO RODRIGUES GOMES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 2 JUÍZO
N. ord: 1319/97 Antig: 4a 3m 24d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ALMADA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 29953 MARIA AUSINDA PIRES SIMÕES DUARTE
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS

N. ord: 1370/97 Antig: 4a 1m 9d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ALMADA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 22200 MARIA CAROLINA DE JESUS GUERREIRO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 9, 10 VARAS CRIMINAIS
N. ord: 1412/97 Antig: 3a 12m 4d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTIMÃO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 26988 MANUEL RAMALHO DE SOUSA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENAFIEL
N. ord: 1975/97 Antig: 1a 7m 29d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 2 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30938 MARIA CELESTE DOS SANTOS MARTINS FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 7 JUÍZO
N. ord: 2050/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VALONGO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 13538 MARIA DE LURDES MARTINS DÁSCENSAO GONÇALVES DA COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 247/97 Antig: 12a 7m 19d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: CASCAIS
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 22311 JORGE MANUEL DUARTE LOPES ALVES MARTINS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: TOMAR
N. ord: 1073/97 Antig: 6a 7m 10d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 29851 PAULO MANUEL VAZ AMBRÓSIO MOREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PONTA DELGADA
N. ord: 1139/97 Antig: 6a 1m 6d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: RIBEIRA GRANDE
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 21624 MARIA DO ROSÁRIO LOPES CARVALHO SOARES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 6 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 1189/97 Antig: 5a 3m 24d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 3 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 24054 VIRGÍNIA CÉU QUEIJO DOS SANTOS BRANCO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 6 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 1409/97 Antig: 3a 12m 4d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 4 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 24440 MARIA DE FÁTIMA DE FREITAS CARVALHO SEMEDO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SILVES
N. ord: 1414/97 Antig: 3a 12m 4d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VALONGO
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 30180 MARIA FILOMENA MACHADO FERREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FARO
N. ord: 1752/97 Antig: 2a 10m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PAREDES
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 27607 MARIA NATALIA DE SOUSA SANTOS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LAGOS
N. ord: 1755/97 Antig: 2a 10m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 27672 ANA MARIA FILIPE DOS SANTOS DIAS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OLIVEIRA DE FRADES
N. ord: 1779/97 Antig: 2a 9m 5d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: S. PEDRO DO SUL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 24424 ROSA DIAS MARTINS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PAREDES
N. ord: 1817/97 Antig: 2a 3m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA GAIA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 29458 ANA PAULA MORAIS DE AGUIAR E SOARES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 1828/97 Antig: 2a 3m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENICHE
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 33257 JOÃO FERNANDO SERODIO PEREIRA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 1842/97 Antig: 2a 3m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 1 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 31413 ZELIA DA SILVA NEVES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 13 JUÍZO
N. ord: 1917/97 Antig: 2a 1m 9d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 2 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 30826 MARIA FERNANDA SOUSA FERNANDES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
N. ord: 1918/97 Antig: 2a 1m 9d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FAFE
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 28454 MARIA FERNANDA REGO JORGE
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ESTARREJA
N. ord: 1973/97 Antig: 1a 7m 29d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OVAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30440 ARMINDO JOSÉ SAMPAIO DE CASTRO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FAFE

N. ord: 1980/97 Antig: 1a 7m 29d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VILA NOVA FAMALICÃO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 30221 EDUARDO JORGE FERNANDES DA SILVA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ILHAVO
N. ord: 2026/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OLIVEIRA DE FRADES
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 31606 SERGIO MANUEL ISIDRO MARTINS GOMES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENAFIEL
N. ord: 2027/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 2 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 26366 ADELINO PEREIRA TAVARES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 2 JUÍZO
N. ord: 2039/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: MAIA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43198 MANUEL JOAQUIM CUNHA LOBO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 1344/97 Antig: 4a 3m 8d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32689 MARIA GABRIELA DE SOUSA BERNARDO CANAVEZES ROSÁRIO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
N. ord: 1930/97 Antig: 2a 1m 9d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 27040 MARIA ISABEL ROSA MENDES PORTELA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OURÉM
N. ord: 1937/97 Antig: 2a 1m 9d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: TOMAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34838 MARIA CECILIA CADILHE MENDES
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
N. ord: 1992/97 Antig: 1a 7m 29d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: AVEIRO TRABALHO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 34686 MANUEL ELISIO FERREIRA DA COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
N. ord: 2009/97 Antig: 1a 5m 15d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 31410 MARIA JOSÉ BORGES DE MORAIS
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTO TIRSO
N. ord: 2020/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 1 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30435 MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES DA CUNHA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENICHE
N. ord: 2029/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENAFIEL
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 32763 JOÃO CARLOS DOS SANTOS COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 3 JUÍZO
N. ord: 2034/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: CAMINHA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 29983 EVA FERREIRA DE CASTRO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: AVEIRO
N. ord: 2058/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 3 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 32882 JOSÉ RUIVO DOS REIS COSTA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: GUIMARÃES
N. ord: 2062/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 8 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 24435 MARIA JOÃO DA COSTA MACARA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO LIC. S/VENC. LONGA DURACÃO/ILIM.
COLOCAÇÃO
N. ord: Antig: 0a 0m 0d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: COLOC. APOS LIC. S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 6 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 24087 EUGÉNIA MARIA GOMES COELHO DE MONSERRATE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA TRABALHO
N. ord: 290/97 Antig: 14a 7m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 26369 MARIA DA GRAÇA MALACA BARRA VICENTE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CORUCHE
N. ord: 338/97 Antig: 13a 11m 19d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: CORUCHE
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 27721 MARIA DO CARMO DA CUNHA VIANA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO
N. ord: 465/97 Antig: 12a 3m 15d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 30043 MARIA DA CONCEIÇÃO GERALDES AMARAL LOPES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
N. ord: 507/97 Antig: 11a 3m 3d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA 6 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 30078 DINA MARIA GAMEIRO CARREIRA DE SEABRA CORREIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ANADIA

N. ord: 588/97 Antig: 10a 7m 19d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ANADIA
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 31667 ISABEL MARIA FERNANDES GOMES MEDEIROS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BRAGA
N. ord: 634/97 Antig: 10a 4m 10d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VIEIRA DO MINHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30125 MARIA DE LURDES LUCAS MARREIROS CAEIRO ALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
N. ord: 644/97 Antig: 10a 2m 19d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 29951 MANUEL ANTÓNIO DE CARVALHO NOVAIS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARCO DE CANAVESES
N. ord: 650/97 Antig: 10a 1m 29d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PENAFIEL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30793 CANDIDA MARIA MARTINS REINAS LOURENCO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
N. ord: 660/97 Antig: 9a 10m 2d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32531 MARIA DA GRAÇA BARBOSA DA COSTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PAREDES
N. ord: 666/97 Antig: 9a 9m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PAREDES
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32607 HELENA MARIA FERREIRA DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA TRABALHO
N. ord: 673/97 Antig: 9a 9m 4d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 29955 MARIA AIDA LOPES SERRAS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OURÉM
N. ord: 729/97 Antig: 9a 5m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: OURÉM
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32831 PEDRO JORGE NUNES DE OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Exerce funções: COIMBRA RELAÇÃO
como ESCRIT. JUDICIAL, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 730/97 Antig: 9a 5m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ANADIA
Obs: MANTÊM COM. SERVIÇO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 33199 ARTUR JORGE MARTINS GONÇALVES MARQUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 875/97 Antig: 8a 7m 18d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ILHAVO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 33931 ILDA MARIA DA CUNHA FARIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: S. MARIA FEIRA M. PÚBLICO
N. ord: 879/97 Antig: 8a 7m 14d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ESTARREJA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34817 AMELIA MARIA CRISPIM MALTEZ DELGADO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TOMAR
N. ord: 924/97 Antig: 8a 3m 23d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTAREM
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34891 MARIA REGINA ROCHA PEREIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
N. ord: 935/97 Antig: 8a 3m 22d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ANADIA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34937 ANA PAULA DA COSTA ALMEIDA BAPTISTA RODRIGUES REGO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
N. ord: 958/97 Antig: 8a 3m 17d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34830 JOSÉ AFONSO TERROSO DE MATOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BRAGA
N. ord: 965/97 Antig: 8a 3m 17d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: GUIMARÃES
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 35029 MARIANA FERNANDA BESSA VIEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR
N. ord: 992/97 Antig: 8a 3m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PORTO CÍVEL 7 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 34721 ANABELA DE ALEXANDRE PAIS FERREIRA FERNANDES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
N. ord: 1031/97 Antig: 8a 2m 23d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LAGOS
Aceitação: 3 dias
Obs: ART. 43 N. 2

Nssmj: 34496 DOMINGOS MONTEIRO GONÇALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FELGUEIRAS
N. ord: 1044/97 Antig: 8a 2m 14d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PACOS DE FERREIRA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 32771 LAURINDA CLARA DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LOULÉ
N. ord: 1089/97 Antig: 8a 0m 2d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LOULÉ
Aceitação: 2 dias
Obs: ART. 43 N. 2

Nssmj: 24244 LUÍS MANUEL PEREIRA RODRIGUES PASSEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
N. ord: 1407/97 Antig: 6a 11m 8d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30202 PAULO FERNANDO DOS RAMOS ALVES SEQUEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
N. ord: 1796/97 Antig: 4a 6m 21d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: GRANDOLA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 32495 JOÃO FERNANDES MENDES GUERRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LAMEGO
N. ord: 703/97 Antig: 9a 7m 13d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: MESAO FRIO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 23162 MARIA ISABEL GOMES DE MATOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CARTAXO
N. ord: 728/97 Antig: 9a 5m 0d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 32772 MARIA JOÃO FOLGADO DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MOITA
N. ord: 782/97 Antig: 9a 0m 28d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 2 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 32727 MARIA LUÍSA ESTEVES MACHADO DUARTE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
N. ord: 816/97 Antig: 9a 0m 19d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34924 TERESA MAFALDA CAETANO R. SILVARES CORTE-REAL SANTOS JORGE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUÍZO
N. ord: 1030/97 Antig: 8a 2m 25d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 25169 MARIA AUGUSTA MATOS SILVA GONÇALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ODEMIRA
N. ord: 1124/97 Antig: 7a 7m 12d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34655 ISABEL DE FÁTIMA MOURA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Exerce funções: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA como ESCRIT. JUDICIAL, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 1131/97 Antig: 7a 7m 7d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 3 JUÍZO
Obs: MANTÊM COM. SERVIÇO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 36247 REINALDO PINHEIRO DO RIO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 3 JUÍZO
N. ord: 1184/97 Antig: 7a 5m 25d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 36068 CRISTINA DA ROCHA RODRIGUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
N. ord: 1210/97 Antig: 7a 5m 18d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 3 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 36141 MANUELA MARIA MAGALHAES DA COSTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
N. ord: 1227/97 Antig: 7a 5m 17d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LAGOS
Aceitação: 3 dias
Obs: ART. 43 N. 2

Nssmj: 36033 ANTÓNIO ALFREDO LOPES PEREIRA DA FONSECA NOBRE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 1 JUÍZO
N. ord: 1291/97 Antig: 7a 2m 18d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34575 AVELINO FERNANDO DA SILVA E SOUSA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 1296/97 Antig: 7a 2m 5d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 36202 MARIA ISABEL DA COSTA CONCEIÇÃO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 11 JUÍZO
N. ord: 1331/97 Antig: 7a 1m 19d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 36056 CARLOS MANUEL DE ALMEIDA LUÍS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SINTRA
N. ord: 1360/97 Antig: 7a 0m 20d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 6 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 37904 MARIA CRISTINA BAPTISTA CALADO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Exerce funções: DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS JUDICIARIOS como TEC. JUST. AUXILIAR, REQUISICAO
N. ord: 1520/97 Antig: 5a 8m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
Obs: MANTÊM REQUISICAO C/DECL. VACATURA LUGAR

Nssmj: 37898 JOÃO PAULO MONTEIRO NOVAIS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
N. ord: 1536/96 Antig: 5a 8m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 10 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 38079 PAULA CRISTINA MORGADO PACHECO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
N. ord: 1537/97 Antig: 5a 8m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO

Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 11 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 38246 MANUEL DE JESUS ANTUNES BRACAL
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TR. RECUPERAÇÃO EMPRESA E FALÊNCIA
N. ord: 1581/97 Antig: 5a 6m 2d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 150, N. 1)
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: TORRES VEDRAS
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 38208 ANA MARIA GONÇALVES CARDOSO COELHO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MOITA
N. ord: 1584/97 Antig: 5a 6m 2d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 13 JUÍZO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 38073 ANTÓNIO MANUEL DE MATOS DOS RAMOS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ABRANTES MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 1588/97 Antig: 5a 6m 2d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PONTE DE SOR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 37955 VITOR MANUEL DE SOUSA VELOSO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: NELAS
N. ord: 1603/97 Antig: 5a 6m 2d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 13 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 37757 JOÃO CARLOS DA CONCEIÇÃO REIS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 1664/97 Antig: 5a 6m 0d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: LISBOA CÍVEL 17 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 38487 RUI PAULO DE FREITAS CAIRES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: FUNCHAL MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 1823/97 Antig: 4a 3m 21d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: FUNCHAL TR. CÍRCULO
Aceitação: 2 dias
Obs: ART. 43 N. 2

Nssmj: 40437 EMILIO AFONSO TEIXEIRA DA SILVA MARQUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALBERGARIA-A-VELHA
N. ord: 2314/97 Antig: 2a 10m 23d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: PONTA DELGADA
Aceitação: 15 dias
Obs: ART. 43 N. 2

Nssmj: 34714 PEDRO MANUEL DAS NEVES FIALHO DORES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ODEMIRA
N. ord: 943/97 Antig: 8a 3m 22d Cl. serv: BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: ESCRIVÃO-ADJUNTO
Tribunal: ODEMIRA
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 24289 HELENA MARIA MARQUES SIMÕES CARVALHO ANTUNES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CONDEIXA-A-NOVA
N. ord: 395/97 Antig: 13a 5m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA TRABALHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 33290 MARIA CECILIA COSTA SIMÕES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Exerce funções: CONSELHO OFICIAIS JUSTICA/SERVIÇOS APOIO
como ESCRIT. JUDICIAL, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 752/97 Antig: 9a 2m 27d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CÍRCULO
Aceitação: 2 dias
Obs: CESSA COM. SERVIÇO

Nssmj: 34616 MARIA DE FÁTIMA NUNES ANTUNES MARTINS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PENELA
N. ord: 1172/97 Antig: 7a 6m 7d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA RELAÇÃO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34957 MARIA GABRIELA BRAEM DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
N. ord: 1420/97 Antig: 6a 11m 6d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SUPREMOTribunal JUSTICA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 40432 DOMINGOS OSVALDO PALAS DIEGUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GUIMARÃES TRABALHO
N. ord: 1957/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BRAGA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 22276 EDITE MARIA AMARAL DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TRABALHO
N. ord: 175/97 Antig: 16a 2m 27d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 30224 LUÍSA MARIA LAVOS PINTO XAVIER
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
N. ord: 603/97 Antig: 10a 6m 13d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 33282 MARIA NATALIA PEREIRA CAVADINHAS RIBEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N. ord: 818/97 Antig: 9a 0m 15d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS TRABALHO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34915 ALBERTO DA SILVA PINTO RABACA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARCO DE CANAVESES
N. ord: 944/97 Antig: 8a 3m 21d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BAIAO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34856 MARIA ISABEL SOARES DE CAMPOS TAVARES NOGUEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA SECRETARIA-GERAL COMUM TRIBUNAIS
N. ord: 1008/97 Antig: 8a 3m 7d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO

Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 34785 MARIA DE FÁTIMA LOPES JACINTO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SOURE
N. ord: 1049/97 Antig: 8a 2m 13d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CONDEIXA-A-NOVA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34967 ADELIO JORGE PINTO FERREIRA DA SILVA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: PORTO JUÍZOS CRIMINAIS M. PÚBLICO
N. ord: 1059/97 Antig: 8a 2m 5d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BRAGA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 36055 CARLOS ANTÓNIO NETO MATOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
N. ord: 1226/97 Antig: 7a 5m 17d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 36153 MARIA ANTONIA GUERRA FERNANDES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 1 JUÍZO
N. ord: 1299/97 Antig: 7a 2m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA RELAÇÃO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 36157 MARIA AUGUSTA DE VASCONCELOS MACHADO PINTO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 6 JUÍZO
N. ord: 1403/97 Antig: 6a 11m 11d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34556 MARIA CANDIDA DA CONCEIÇÃO MARQUES DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 7, 8 VARAS CRIMINAIS
N. ord: 1485/97 Antig: 6a 2m 15d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 26348 MARIA TERESA PINTO DE ALMEIDA PEDRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL LIC. S/VENC. LONGA DURACÃO/ILIM.
N. ord: S/N Antig: 6a 1m 29d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: COLOC. APOS LIC. S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: S. MARIA FEIRA
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 36150 MARIA AMELIA ALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Exerce funções: DIRECÇÃO GERAL SERVIÇOS JUDICIARIOS como ESCRIT. JUDICIAL, REQUISICAO
N. ord: 1845/97 Antig: 4a 1m 9d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CÍRCULO
Aceitação: 2 dias
Obs: CESSA REQUISICAO

Nssmj: 25858 JOSÉ ANTÓNIO FERRAZ DE CARVALHO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
N. ord: 1882/97 Antig: 3a 11m 5d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COVILHA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 18028 MARIA GRACIETE DE MATOS ALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
N. ord: 232/97 Antig: 15a 4m 5d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA TRABALHO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34960 CARLOS ALBERTO DE JESUS SARAIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARINHA GRANDE
N. ord: 989/97 Antig: 8a 3m 14d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA TRABALHO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34750 MARIA JOSÉ ROSA FILIPE DE MENEZES LOURENCO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
N. ord: 1090/97 Antig: 7a 11m 18d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TOMAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34815 MARIA PRECIOSA DA CONCEIÇÃO MAGALHAES PAIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BAIAO
N. ord: 1204/97 Antig: 7a 5m 20d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LAMEGO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34592 MARIA DE FÁTIMA GOMES CORREIA ALEXANDRE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Exerce funções: VINHAIS
como ESCRIT. JUDICIAL, COMISSÃO SERVIÇO
N. ord: 1359/97 Antig: 7a 0m 20d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VINHAIS
Aceitação: 2 dias
Obs: CESSA COMISSÃO SERVIÇO

Nssmj: 34767 VITOR MANUEL DOS SANTOS GONÇALO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
N. ord: 1514/97 Antig: 5a 10m 26d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA REAL SANTO ANTÓNIO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 37941 JULIO MANUEL NUNES JOAQUIM
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTAREM
N. ord: 1559/97 Antig: 5a 8m 0d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TOMAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 38118 ALICE CANDIDA ASSUNCAO VIEIRA SOARES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 1710/97 Antig: 5a 3m 19d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA MARITIMO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 36047 BEATRIZ FERREIRA DA FONSECA MACEDO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DO SOL
N. ord: 1749/97 Antig: 5a 2m 5d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA

Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA DO CONDE
Aceitação: 15 dias

Nssmj: 34882 ANA OCILDA DA FONSECA PEREIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTO TIRSO
N. ord: 1810/97 Antig: 4a 5m 6d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PAREDES
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 29902 JOSÉ MANUEL PEREIRA DA FONSECA NOBRE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL LIC. S/VENC. LONGA DURACÃO/ILIM.
N. ord: S/N Antig: 4a 4m 21d Cl. serv: BOM
Provimento: COLOC. APOS LIC. S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 2 JUÍZO
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 30227 MARIA FILOMENA FRASCO LEITE CARDOSO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GUIMARÃES
N. ord: 1887/97 Antig: 3a 10m 29d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GUIMARÃES TRABALHO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 40750 MARIA DE JESUS SILVA GUEDES DE SÁ
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3, 4 VARAS CRIMINAIS
N. ord: 1992/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARCO DE CANAVESES
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 40484 JOSÉ FERREIRA DA COSTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO FAMÍLIA 2 JUÍZO
N. ord: 2045/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GUIMARÃES
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 40726 JOSÉ MANUEL CAEIRO GONÇALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
N. ord: 2047/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL FAMÍLIA E MENORES
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 40714 JOÃO MANUEL PEREIRA RODRIGUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
N. ord: 2061/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40578 MARIA LEONOR PEREIRA GABRIEL
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
N. ord: 2142/97 Antig: 3a 7m 26d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 1 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 40560 MARIA FERNANDA MARCOS NOGUEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 2244/97 Antig: 3a 4m 22d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VALONGO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40504 LUCILIA DA CONCEIÇÃO MENDES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
N. ord: 2289/97 Antig: 3a 2m 13d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: POMBAL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40599 MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALBERGARIA-A-VELHA
N. ord: 2320/97 Antig: 2a 10m 20d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: NELAS
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40892 MARGARIDA DE SOUSA BORGES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TOMAR
N. ord: 2327/97 Antig: 2a 10m 13d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OURÉM
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40543 MARIA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA BONIFACIO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
N. ord: 2330/97 Antig: 2a 8m 4d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA TRABALHO 3 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 38203 ABILIO EDUARDO BORGES RIBEIRO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA REAL TRABALHO M. PUB. UN. APOIO
N. ord: 1805/97 Antig: 4a 6m 8d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 3 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 40697 CLARA MARIA LIMA CARVALHO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
N. ord: 1961/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MONTIJO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 40676 ANA MARIA GONÇALVES LEAL DE DEUS MARTINS DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 2 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 2113/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GONDOMAR
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40766 REGINA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA MELO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 3 JUÍZO
N. ord: 2115/97 Antig: 3a 8m 0d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARCO DE CANAVESES
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 40586 MARIA DE LURDES DE SOUSA CARDOSO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
N. ord: 2205/97 Antig: 3a 6m 28d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: COIMBRA TR. CÍRCULO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 42343 JOSÉ EDUARDO LINHARES DA GRAÇA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL

Tribunal: LISBOA ADMINISTRATIVO CÍRCULO
N. ord: 2439/97 Antig: 2a 3m 2d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AMARANTE
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 42402 ANTONIETA DA CONCEIÇÃO SILVA DIAS DE OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO
N. ord: 2451/97 Antig: 2a 3m 2d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SINTRA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 42305 JULIO MANUEL ANTUNES COUTO LOUREIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 6 JUÍZO
N. ord: 2481/97 Antig: 2a 2m 24d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FELGUEIRAS
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 42325 FRANCISCO JOSÉ REMA BERMUDES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO
N. ord: 2482/97 Antig: 2a 2m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 4 JUÍZO
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 42453 ANABELA DOS SANTOS BANDEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
N. ord: 2509/97 Antig: 2a 1m 22d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SOURE
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 42308 ANA MARIA FERREIRA ALVES DA SILVA NEVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEMÉIS TRABALHO
N. ord: 2520/97 Antig: 2a 1m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO FAMÍLIA 2 JUÍZO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 42346 RAQUEL MARIA VAZ DA GUIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA NOVA GAIA
N. ord: 2522/97 Antig: 2a 1m 10d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA NOVA FAMALICÃO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 40558 MARIA DE FÁTIMA SOARES RIBEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 2538/97 Antig: 1a 10m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43894 MARIA DE FÁTIMA DIAS FERREIRA DUARTE SOARES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
N. ord: 2584/97 Antig: 1a 8m 14d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ESPINHO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 43888 HELDER JOSÉ SANTOS MARQUES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: OURÉM MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2591/97 Antig: 1a 8m 13d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43760 ADELAIDE MARIA MENDES DA SILVA SILVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ÁLCACER DO SAL
N. ord: 2592/97 Antig: 1a 8m 13d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTIAGO DO CACEM
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43719 ELSA MARIA DOS SANTOS FREIRE FARINHA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEMÉIS
N. ord: 2596/97 Antig: 1a 8m 13d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ESTARREJA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43758 RUI PAULO BARREIROS DE OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 2617/97 Antig: 1a 8m 12d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: GOUVEIA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 43901 JOÃO CARLOS GOMES PLACIDO AIRES MADEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PENICHE
N. ord: 2636/97 Antig: 1a 8m 12d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PENELA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 43885 MARIA EMILIA GONÇALVES ESPERANCA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LOURINHA
N. ord: 2664/97 Antig: 1a 7m 29d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 42268 MARIA CELESTE FERREIRA DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 9 JUÍZO
N. ord: 2674/97 Antig: 1a 7m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA NOVA GAIA
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 42273 ODETE MARIA DA LUZ RAMOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 1 JUÍZO
N. ord: 2682/97 Antig: 1a 6m 24d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 39351 MARIA DE FÁTIMA CURRALO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
N. ord: 2752/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 5 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 43727 MARIA DO CARMO FREITAS FERREIRA FREIRE
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR

Tribunal: FUNCHAL MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2753/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTA CRUZ
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 44732 JOÃO ABEL DOS SANTOS PINTASSILGO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
N. ord: 2767/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FORNOS DE ALGODRES
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44690 ANA PAULA PEREIRA RIBEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 8 JUÍZO
N. ord: 2778/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 5 JUÍZO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32112 ELISABETE MARIA PREGUIÇA OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 1 JUÍZO CRIMINAL
N. ord: 2789/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BARREIRO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 44783 MARIA EUGÉNIA MAIO TUNA DE SOUSA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 2797/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44625 NELSON MARQUES VIEIRA ROSA BARROQUEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
N. ord: 2811/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44597 AUGUSTO ALCIDES DA SILVA GONÇALVES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: PORTIMÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2815/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VAGOS
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44636 FELICIDADE VILAS DE SÁ MARTINS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO
N. ord: 2817/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44561 VITOR MANUEL ALVES DE CARVALHO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
N. ord: 2825/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ANADIA
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44674 MARGARIDA MARIA ERMIDA RODRIGUES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
N. ord: 2828/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 6 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 22946 CARLOS MANUEL PIÇARRA ACÁCIO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS
N. ord: 2835/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FARO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44578 MARIA DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO DOS SANTOS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FARO
N. ord: 2838/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 44626 PAULA CRISTINA DOS SANTOS MARQUES NASCIMENTO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BENAVENTE
N. ord: 2844/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44460 ANA BELA GUINAPO DE CAMPOS GALHARDAS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 14 JUÍZO
N. ord: 2848/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 3, 4 VARAS CRIMINAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 44448 MARIA ALICE ANTUNES COSTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
N. ord: 2851/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44604 GRAÇA MARIA MARTINS MAGALHAES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MONCHIQUE
N. ord: 2859/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44458 MARIA ISABEL SOEIRO DOS SANTOS SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
N. ord: 2861/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA SECRETARIA-GERAL COMUM TRIBUNAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 41909 MANUEL ROSA DA ROCHA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
N. ord: 2863/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 7, 8 VARAS CRIMINAIS
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 44482 FÍLIPA ALEXANDRA GUERREIRO RIBEIRO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
N. ord: 2867/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 4 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 44445 CRISTINA ISABEL DOS SANTOS GONÇALVES PEREIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALENQUER
N. ord: 2872/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44581 MARIA FERNANDA RESENDE FERREIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 17 JUÍZO
N. ord: 2877/97 Antig: 1a 3m 8d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 8 JUÍZO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 46099 RUI MANUEL TEIXEIRA MENESES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 2995/97 Antig: 0a 4m 28d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO CÍVEL 9 JUÍZO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46150 MARIA DE LA SALETE ADRIANA MENDES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3041/97 Antig: 0a 4m 26d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 2 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B

Nssmj: 46098 RUI MIGUEL DA FONSECA ALVES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3165/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTO 3 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 45980 JOÃO PAULO FERREIRA MACHADO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3166/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46042 MARIA LUÍSA AGUIAR DE ALMEIDA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3167/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 45903 ANA LUCIA REIS DE ALMEIDA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3170/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46123 ANA CRISTINA VAZ NUNES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3172/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTO TIRSO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46125 ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES QUEIROZ DE OLIVEIRA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3175/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 45968 HERCILIO EMANUEL DE PAIVA CABRAL
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3201/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AVEIRO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46082 PEDRO ANTÓNIO SOARES MARQUES DA COSTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3211/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OLIVEIRA DE AZEMÉIS TRABALHO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 27119 ROSA MARIA PINHEIRO LACERDA DE BREDE-RODE ABRANTES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL LIC. S/VENC. LONGA DURACÃO/ILIM.
COLOCAÇÃO
N. ord: S/N Antig: 8a 3m 9d Cl. serv: SUFICIENTE
Provimento: COLOC. APOS LIC. S/VENCIMENTO/ILIMITADA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 1 JUÍZO CRIMINAL
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 19582 ANTÓNIO DE VASCONCELOS FERREIRA PEREIRA
Categoria: SECRETÁRIO JUDICIAL
Tribunal: BRAGA TRABALHO
N. ord: 59/97 Antig: 9a 0m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: SECRETÁRIO TÉCNICO
Tribunal: BRAGA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 11914 ERNESTINA SILVA NUNES
Categoria: ESCRIVÃO DIREITO
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO 5 SECÇÃO
N. ord: 87/97 Antig: 13a 5m 6d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: SECRETÁRIO TÉCNICO
Tribunal: LISBOA TR. TRABALHO M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias
Obs: 6 CURSO N. 60

Nssmj: 19780 ANTÓNIO JOÃO DOS SANTOS
Categoria: TEC. JUST. PRINCIPAL
Tribunal: MAIA M. PÚBLICO 1 SECÇÃO
N. ord: 83/97 Antig: 4a 10m 6d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. PRINCIPAL
Tribunal: PAREDES MINISTÉRIO PÚBLICO SEC CENTRAL
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 16305 MARIA DOS ANJOS FLORINDA FONSECA MARQUES
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE MIN. PUBL. UNID. APOIO
N. ord: 38/97 Antig: 13a 3m 15d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. PRINCIPAL
Tribunal: OURÉM M. PÚBLICO SEC. CENTRAL
Aceitação: 3 dias
Obs: 3 CURSO N. 1

Nssmj: 18502 CAMILO JOSÉ DE ARAÚJO PERESTRELO SANTANA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA JUÍZOS CRIMINAIS M. PÚBLICO
N. ord: 48/97 Antig: 11a 10m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. PRINCIPAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL M. P. 2 SECÇÃO
Aceitação: 2 dias
Obs: 3 CURSO N. 7

Nssmj: 24479 MARIA FERNANDA TEIXEIRA GODINHO GUIMARÃES
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: MATOSINHOS MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 343/97 Antig: 7a 5m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: NOM. INTERINA(ART. 45, N. 3)
Categoria: TEC. JUST. PRINCIPAL
Tribunal: MAIA M. PÚBLICO
Aceitação: 3 dias
Obs: C/DECL. VACATURA LUGAR ORIGEM

Nssmj: 24258 JOSÉ MANUEL ALEGRIA MADEIRA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: ÉVORA MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 150/97 Antig: 8a 7m 10d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO M. PÚBLICO UNIDADE APOIO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 19457 MARIA DE LURDES ESTEVAO ASSUNCAO BARBEDO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 320/97 Antig: 7a 5m 13d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 29691 RUTE MARIA MATEUS RODRIGUES MENDES
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TR. FAMÍLIA MENORES M. PÚBLICO
N. ord: 371/97 Antig: 7a 2m 2d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA JUÍZOS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 30660 ANTÓNIO RUI VIANA FERNANDES DA PONTE
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: VALENCA MINISTÉRIO PÚBLICO UNIDADE APOIO
N. ord: 451/97 Antig: 4a 1m 9d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: VIANA DO CASTELO MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 13851 MARIA JUSTINA CASTILHO DE LUNA CALDEIRA DE ALMEIDA RAMOS
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 23/97 Antig: 15a 1m 27d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TR. TRABALHO M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 26479 ANA PAULA MAGALHAES DE AGUIAR
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TR. TRABALHO M. PÚBLICO
N. ord: 183/97 Antig: 8a 7m 10d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32491 ANA MARIA GONÇALVES MADEIRA FERREIRA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: OLIVEIRA DE FRADES MIN. PUBL. UNID. APOIO
N. ord: 559/97 Antig: 2a 8m 18d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: S. PEDRO DO SUL MIN. PUB. UNIDADE APOIO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 31415 MARIA ROSA PEREIRA ALMEIDA NUNES
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: MONTEMOR-O-NOVO M. PÚBLICO UNIDADE APOIO
N. ord: 564/97 Antig: 2a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: OLIVEIRA DE FRADES MIN. PUBL. UNID. APOIO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 11783 ANIBAL ANASTÁCIO DA NAVE
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FORNOS DE ALGODRES
N. ord: 4/97 Antig: 32a 5m 21d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: FORNOS DE ALGODRES MIN. PUBL. UNID. APOIO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 27275 SILVINA MARIA DE OLIVEIRA DIAS MARCALO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE
N. ord: 432/97 Antig: 12a 11m 25d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: FERREIRA DO ZEZERE MIN. PUBL. UNID. APOIO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 32871 MARIA FILOMENA DE SOUSA PAUPERIO PEREIRA SOARES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ESPINHO MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 756/97 Antig: 9a 2m 18d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: PORTO JUÍZOS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 33705 ANTÓNIO JOSÉ DE JESUS DA CRUZ FARIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: BARCELOS MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 880/97 Antig: 8a 7m 14d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: VALENCA MINISTÉRIO PÚBLICO UNIDADE APOIO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 34648 CRISTINA GASPAR CAMPOS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR. FAMÍLIA MENORES M. PÚBLICO
N. ord: 974/97 Antig: 8a 3m 16d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA TR. FAMÍLIA MENORES M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34703 LUCINDA MARIA SIMÃO DE DEUS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M. PÚBLICO
N. ord: 1009/97 Antig: 8a 3m 7d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 24864 MARIA JOSÉ GOMES PIMENTEL
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MATOSINHOS
N. ord: 1125/97 Antig: 7a 7m 12d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: MATOSINHOS MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 31445 MARIA FILOMENA PEREIRA BAPTISTA VALADA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: MARINHA GRANDE M. PÚBLICO UNIDADE APOIO
N. ord: 647/97 Antig: 10a 2m 10d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: NAZARÉ MINISTÉRIO PÚBLICO UNIDADE APOIO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 32756 JOÃO CARLOS DE CARVALHO SANTOS TORRES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M. PÚBLICO
N. ord: 749/97 Antig: 9a 3m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO

Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34982 LUÍSA MARIA LOPES MARTINHO DA SILVA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 1117/97 Antig: 7a 7m 14d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 36238 NATÉRCIA OSCAR SIMÕES FRAGOSO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 1288/97 Antig: 7a 2m 20d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 23380 MARIA EUNICE BELO MARTELO CARVALHO BARRETO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ÉVORA EXECUÇÃO PENAS M. PÚBLICO UN. APOIO
N. ord: 216/97 Antig: 15a 6m 26d Cl. serv: BOM
Provimento: PROMOÇÃO
Categoria: TEC. JUST. ADJUNTO
Tribunal: ÉVORA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34590 ELISABETE DA COSTA LEITE AGUIAR
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VALONGO
N. ord: 1039/97 Antig: 8a 2m 16d Cl. serv: MUITO BOM
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VALONGO M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 25954 ALFREDO FAUSTINO DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SUPREMOTribunal ADMINISTRATIVO
N. ord: 320/97 Antig: 14a 1m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: SUPREMOTribunal JUSTICA M. PUBL. UN. APOIO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 34047 MARIA MANUELA MENDES DA SILVA SOARES
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: AMARANTE
N. ord: 1138/97 Antig: 7a 6m 25d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA REAL TRABALHO M. PUB. UN. APOIO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 34724 MARIA ANGELINA DIAS FERNANDES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA NOVA GAIA MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 1481/97 Antig: 6a 2m 18d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: PORTO INSTRUÇÃO CRIMINAL M. PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 37812 LUÍS ANTÓNIO CYRNE DE NORONHA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VALONGO M. PÚBLICO
N. ord: 1763/97 Antig: 5a 1m 27d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: PORTO JUÍZOS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40407 BOAVENTURA DA VEIGA MARTINS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: OEIRAS MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2141/97 Antig: 3a 7m 26d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: SINTRA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 40744 MARIA DA GLORIA EMILIO CASTELO LOPES
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
N. ord: 2168/97 Antig: 3a 7m 3d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: OEIRAS MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 36098 GUIDA MARIA CARNEIRO DE OLIVEIRA E SILVA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA NOVA FAMALICÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2257/97 Antig: 3a 2m 13d Cl. serv: BOM C/DISTINÇÃO
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: BARCELOS MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 36198 MARIA DA GRAÇA MAGALHAES PINTO FRESCO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARINHA GRANDE
N. ord: 1246/97 Antig: 7a 5m 8d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: MARINHA GRANDE M. PÚBLICO UNIDADE APOIO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 40321 JOSÉ ANTÓNIO PIRES BAPTISTA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS
N. ord: 2150/97 Antig: 3a 7m 22d Cl. serv: BOM
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: AVEIRO MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 42360 JOAQUINA NUNES DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
N. ord: 2353/97 Antig: 2a 6m 3d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA PEQ. INS. CRIM. /EX. PENAS M. P.
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 43884 ADELINA MARIA SOARES CORREIA CHORA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LOULÉ MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2586/97 Antig: 1a 8m 13d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA NOVA GAIA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 42338 MARIA MARGARIDA SIMÕES MOREIRA FREIRE
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR. TRABALHO M. PÚBLICO
N. ord: 2665/97 Antig: 1a 7m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: COIMBRA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 5 dias

Nssmj: 43844 MARIA DO SAMEIRO VILACA MARTINS
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MAIA
N. ord: 2706/97 Antig: 1a 4m 28d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: VILA NOVA FAMALICÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 3 dias

Nssmj: 43770 MARIA GORETI DE MORAIS MATOS
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: AROUCA MINISTÉRIO PÚBLICO
N. ord: 2749/97 Antig: 1a 3m 27d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSFERÊNCIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ESPINHO MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 4 dias

Nssmj: 44541 ELSA CRISTINA MARTINS PORTUGUÊS DA SILVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL

Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 2813/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR. TRABALHO M. PÚBLICO
Aceitação: 2 dias

Nssmj: 44536 ALICE CRISTINA DA SILVA COUTINHO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: HORTA
N. ord: 2823/97 Antig: 1a 3m 23d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Aceitação: 15 dias

Nssmj: 46029 MANUEL JOAQUIM PEREIRA PINTO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3061/97 Antig: 0a 4m 20d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: S. MARIA FEIRA M. PÚBLICO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 46280 ARMANDO JORGE ALMEIDA PINTO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
N. ord: 3191/97 Antig: 0a 3m 11d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: TRANSIÇÃO REESTRUT. CAR. /SERV.
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: AROUCA MINISTÉRIO PÚBLICO
Aceitação: 5 dias
Obs: ART. 44 N. 2 AL. B)

Nssmj: 42369 MARTA DE FÁTIMA CORVELO VALÉRIO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
Ano Estágio: 94 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 39
Posse: 15 dias

Nssmj: 44550 MANUEL DO NASCIMENTO RABACAL
Provimento: 1NOMEAÇÃO/COM. SERVIÇO
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
Ano Estágio: 96 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 27
Aceitação: 15 dias

Nssmj: 46854 GRACINDA FERNANDA GONÇALVES CORREIA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALBERGARIA-A-VELHA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 131
Posse: 8 dias

Nssmj: 47137 ORLANDA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA COSTA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALBERGARIA-A-VELHA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 134
Posse: 8 dias

Nssmj: 46787 EDITE MARIA DA COSTA SANTOS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ABRANTES MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 139
Posse: 8 dias

Nssmj: 47007 JOÃO DA CONCEIÇÃO SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARINHA GRANDE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 141
Posse: 8 dias

Nssmj: 47236 JORGE VICENTE VIEIRA FERNANDES BORGES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ANGRA DO HEROÍSMO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 150
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47025 JORGE AMADO GUIMARÃES CARDOSO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: ÉVORA EXECUÇÃO PENAS M. PÚBLICO UN. APOIO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 157
Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47055 JUSTINO TEIXEIRA DE OLIVEIRA ARAÚJO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FUNCHAL TR. CÍRCULO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 163
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46931 ANTÓNIO JOSÉ MENDES DA FONSECA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: FUNCHAL TR. CÍRCULO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 165
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47116 MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA ALBERTO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: FUNCHAL MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 166
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47232 JOANA CAROLINA FERNANDES NUNES MIGUEL
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 168
Posse: 8 dias

Nssmj: 47254 RUI JOSÉ FILIPE VIEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 172
Posse: 8 dias

Nssmj: 47142 PAULA CRISTINA RIBEIRO DA COSTA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: FUNCHAL MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 174
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46799 JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES DE CASTRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: TORRES VEDRAS
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 176
Posse: 8 dias

Nssmj: 47093 MARIA ANTONIETA MONTE RIBEIRO MARQUES
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: HORTA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 177
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46964 DINIS DOS SANTOS SIMÕES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 11 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 190
Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47157 PEDRO ALEXANDRE PESSANHA SANTOS ALMINHAS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 193
Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46923 ANTÓNIO PAULO SILVA DE CARVALHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 194 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46890 ALEXANDRE MIGUEL DE MATOS FERNANDES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MARINHA GRANDE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 198 Posse: 8 dias

Nssmj: 47241 LUÍS MIGUEL DA COSTA GOMES AGOSTINHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 16 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 199 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46858 JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA ROSMANINHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ODEMIRA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 200 Posse: 8 dias

Nssmj: 47214 ANA PAULA BARBOSA DE LIMA E SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 201 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47015 JOÃO PAULO BARROTE DA SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LEIRIA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 203 Posse: 8 dias

Nssmj: 47199 SOLEDADE SUZETE MOURAO DE CARVALHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 212 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46913 ANTÓNIO JOSÉ DA ROCHA PINTO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 1 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 215 Posse: 8 dias

Nssmj: 47110 MARIA JOÃO LOUREIRO GOMES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 216 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47065 LUÍS FILIPE DE ALMEIDA LOPES GODINHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MOITA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 217 Posse: 8 dias

Nssmj: 47105 MARIA FILOMENA FREITAS MACIEL
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 218 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47219 CARLA SOFIA LOUREIRO GOVERNO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 231 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47230 FERNANDO PEDRO BARROS QUEIROZ
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 232 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47205 VICTOR MANUEL SOARES DOS SANTOS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 241 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47226 FERNANDO ALEXANDRE DA MOTA LOBAO PAIVA OLIVEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 244 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47034 JOSÉ ALEXANDRE OLIVEIRA GUEDES MATOS DA SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SANTAREM
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 248 Posse: 8 dias

Nssmj: 47098 MARIA DE FÁTIMA BASTOS DE JESUS CHAVES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: PORTIMÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 249 Posse: 8 dias

Nssmj: 47209 VITOR RUI MORETE RODRIGUES FRANCA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 254 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46943 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA CUNHA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LOULÉ MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 256 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47167 RAUL NEVES MENDES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LOURINHA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 257 Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46981 FERNANDO JOSÉ SOUSA FONSECA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 259 Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 46793 GONÇALO EDUARDO DAVID E SILVA MAXIMO RIBEIRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DELGADA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 266 Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47174 ROSA MARIA LOUREIRO ABRANTES TAVARES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PONTA DO SOL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 267
Posse: 15 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47056 LARA MARTA MOREIRA IGREJA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA(OFICIOSA)
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: BENAVENTE MIN. PUBL. UNIDADE DE APOIO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 268
Posse: 8 dias
Obs: ART. 55 N. 3

Nssmj: 47068 LUÍS MANUEL COELHO FERREIRA DE MORAIS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: BENAVENTE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 269
Posse: 8 dias

Nssmj: 47153 PAULO JORGE GOMES GONÇALVES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA FAMÍLIA 1 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 277
Posse: 8 dias

Nssmj: 46783 CARLA VIEIRA RODRIGUES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MOITA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 283
Posse: 8 dias

Nssmj: 47084 MANUEL PEREIRA MARTINHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 329
Posse: 8 dias

Nssmj: 46961 DANIEL JOÃO FERNANDES SOARES
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: OURÉM MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 330
Posse: 8 dias

Nssmj: 46924 ARLETE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LOULÉ
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 349
Posse: 8 dias

Nssmj: 47089 MARCO SERGIO AZEVEDO DE CARVALHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PENICHE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 356
Posse: 8 dias

Nssmj: 46947 CARLOS DUARTE DE CASTRO FRIANDE
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LOULÉ MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 364
Posse: 8 dias

Nssmj: 46934 BENJAMIM BATISTA DA CRUZ
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 1 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 366
Posse: 8 dias

Nssmj: 30231 AMERICO JOSÉ VILELA FONSECA
Provimento: 1NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALBUFEIRA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 372
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 46857 JOSE CARLOS MARQUES SIMOES PEREIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 377
Posse: 8 dias

Nssmj: 47243 MARCILIO ANTÓNIO LEANDRO DOS SANTOS LUZ
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR. FAMÍLIA MENORES M. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 378
Posse: 8 dias

Nssmj: 47020 JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA MONTEIRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 386
Posse: 8 dias

Nssmj: 46921 ANTÓNIO MANUEL PIRES DELGADO
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 387
Posse: 8 dias

Nssmj: 40796 MARIA MANUELA DA COSTA TEIXEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 390
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 46997 HUGO MANUEL CANITOS REGO DA SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA TR. FAMÍLIA MENORES M. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 391
Posse: 8 dias

Nssmj: 46909 ANA PAULA MACHADO GONÇALVES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 392
Posse: 8 dias

Nssmj: 31596 CARLOS ALBERTO PINTO MARTINS
Provimento: 1NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5 JUÍZO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 393
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 31094 ANA BELA LEITE SANTOS OLIVEIRA CORDEIRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 394
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 47103 MARIA DE FÁTIMA DO COUTO SIMÃO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA 5 JUÍZO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 395
Posse: 8 dias

Nssmj: 46795 ISABEL MARIA ALVES NUNES ROSADO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 14 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 398
Posse: 8 dias

Nssmj: 39742 MARIA JOSÉ MACEDO GUERRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SINTRA TRABALHO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 1 Graduação Estágio: 399
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 47813 JOSÉ MANUEL DA SILVA FERREIRA RODRIGUES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 3
Posse: 8 dias

Nssmj: 47908 MARIA ANTONIA DE JESUS PEREIRA GERALDES RODRIGUES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CASCAIS
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 4
Posse: 8 dias

Nssmj: 47842 RUI MANUEL LUÍS CUNHA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CARTAXO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 5
Posse: 8 dias

Nssmj: 47835 SONIA CRISTINA DOS SANTOS TEIXEIRA DA NAZARÉTH
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALMADA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 7
Posse: 8 dias

Nssmj: 47805 JOÃO PEDRO RIBEIRO CANCELA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 8
Posse: 8 dias

Nssmj: 47836 VERA LÚCIA NUNES MARTINS FERREIRA MORAIS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 9
Posse: 8 dias

Nssmj: 47795 ELIZABETE DO CÉU GOMES FERREIRA
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ODEMIRA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 12
Posse: 8 dias

Nssmj: 47907 JOSÉ JORGE DE ARAÚJO FERREIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: PORTIMÃO TR. CÍRCULO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 13
Posse: 8 dias

Nssmj: 47800 FERNANDO MANUEL GONÇALVES FRANCISCO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALCACER DO SAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 14
Posse: 8 dias

Nssmj: 47815 LUCIANA MARIA DE ARAÚJO PINTO
N. ord: Antig: 0a 0m 0d Cl. serv: S/CLASSIF.
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 15
Posse: 8 dias

Nssmj: 47837 HELDER MANUEL PIMENTA DA CUNHA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: VILA FRANCA XIRA
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 16
Posse: 8 dias

Nssmj: 47790 ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MARTINS DE OLIVEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 17
Posse: 8 dias

Nssmj: 47807 JOAQUIM MIGUEL MARTINS GABRIEL
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 19
Posse: 8 dias

Nssmj: 48004 VENÂNCIO DIAS GONÇALVES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 20
Posse: 8 dias

Nssmj: 47833 SANDRA CRISTINA SIMÕES ANTUNES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: OEIRAS
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 23
Posse: 8 dias

Nssmj: 47826 MARIA LUÍSA CARVALHO NOGUEIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 27
Posse: 8 dias

Nssmj: 47841 MÁRIO JORGE PEDROSA MARQUES SARAIVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 4 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 29
Posse: 8 dias

Nssmj: 47838 JOAQUIM AUGUSTO WILSON DE CASTRO LOPO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: ALENQUER
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 34
Posse: 8 dias

Nssmj: 47823 MARIA DO ROSÁRIO BOTELHO PARREIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 35
Posse: 8 dias

Nssmj: 47804 ISABEL MARIA PINTO MEIRELES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 38
Posse: 8 dias

Nssmj: 47897 CARLOS JORGE LOPES DOS SANTOS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 40
Posse: 8 dias

Nssmj: 47808 JORGE MANUEL LOPES DE MATOS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LOURES MINISTÉRIO PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 42
Posse: 8 dias

Nssmj: 47793 CARMEN ISABEL VENTURA RATO
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL

Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 43
Posse: 8 dias

Nssmj: 47839 JOSÉ ANTÓNIO CARVALHO MACHADO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 44
Posse: 8 dias

Nssmj: 47797 EULÁLIA MARIA DE OLIVEIRA ROCHA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 47
Posse: 8 dias

Nssmj: 47900 ELSA MARIA COIMBRA TALHADAS MACHADO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 6 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 48
Posse: 8 dias

Nssmj: 47926 FREDERICO FERREIRA WIBORG DE CARVALHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 49
Posse: 8 dias

Nssmj: 47832 RUI MANUEL GUERREIRO LOUCAO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 51
Posse: 8 dias

Nssmj: 47806 JOAQUIM CARLOS LIXA PASSARINHO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 52
Posse: 8 dias

Nssmj: 47069 LUÍS MANUEL PEREIRA NUNES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 53
Posse: 8 dias

Nssmj: 47831 RUI MANUEL AMANTE GARCIA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: SETÚBAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 54
Posse: 8 dias

Nssmj: 47814 JOSÉ MARIA REBELO COIMBRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 56
Posse: 8 dias

Nssmj: 47801 GONÇALO MIGUEL ROLO DOS REIS ÂNGELO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 57
Posse: 8 dias

Nssmj: 47929 JOÃO LUÍS SIMÃO MARTINS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 12 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 59
Posse: 8 dias

Nssmj: 47816 LUÍS MIGUEL MARTINS FERREIRA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 60
Posse: 8 dias

Nssmj: 46308 ANA MARIA CORREIA MACEDO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA PEQ. INSTÂNCIA CÍVEL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 61
Posse: 8 dias

Nssmj: 47918 CARLOS MIGUEL MONIZ TAVARES
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 62
Posse: 8 dias

Nssmj: 48002 RUI MIGUEL DE MELO PARENTE SOARES RODRIGUES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 17 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 66
Posse: 8 dias

Nssmj: 47799 FERNANDO LUÍS MESQUITELA LIMA DA SILVA SANTOS
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 68
Posse: 8 dias

Nssmj: 47905 JOÃO JOSÉ PADEZ DA SILVA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 2 Graduação Estágio: 69
Posse: 8 dias

Nssmj: 48161 MARIA DA CONCEIÇÃO DE BARROS MENDES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: MONCHIQUE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 4
Posse: 8 dias

Nssmj: 48235 JOAQUIM ANTÓNIO FELIX VALENTE
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 5 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 7
Posse: 8 dias

Nssmj: 48162 MÁRIO FREDERICO DIAS DA BERNARDA
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 11
Posse: 8 dias

Nssmj: 48016 DUARTE JOSÉ DE CARVALHO NASCIMENTO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 13
Posse: 8 dias

Nssmj: 48024 NELSON ALEXANDRE TAVARES DIAS JOAQUIM
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 7 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 17
Posse: 8 dias

Nssmj: 48018 MARGARIDA MARIA DUARTE DA SILVA
Provimento: 1NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: CORUCHE
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 18
Posse: 8 dias

Nssmj: 48017 JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA LOPES
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/COM. SERVIÇO
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA VARAS CRIMINAIS M. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 19
Aceitação: 8 dias

Nssmj: 48013 ALEXANDRA DOS RAMOS CARDOSO CAETANO GUERREIRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO/PROVISÓRIA
Categoria: TEC. JUST. AUXILIAR
Tribunal: LISBOA INSTRUÇÃO CRIMINAL MIN. PÚBLICO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 21
Posse: 8 dias

Nssmj: 38690 MANUEL CRISTINA GONÇALVES GUERREIRO
Provimento: 1- NOMEAÇÃO DEFINITIVA
Categoria: ESCRIT. JUDICIAL
Tribunal: LISBOA CÍVEL 9 JUÍZO
Ano Estágio: 98 Num. Ano Estágio: 3 Graduação Estágio: 23
Aceitação: 8 dias

Instituto de Medicina Legal de Coimbra

Aviso n.º 2104/99 (2.ª série). — *Concurso 9/98 — concurso interno geral de acesso para um lugar de director dos Serviços de Biologia Forense — lista de classificação final.* — Faz-se público que o júri do concurso acima indicado, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 173, de 29 de Julho de 1998, elaborou a lista de classificação final de candidatos, a qual já foi devidamente homologada e se encontra afixada no Instituto de Medicina Legal de Coimbra, onde pode ser consultada.

13 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *Fernando Monteiro.*

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 2105/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro graduado.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, faz-se pública a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para provimento de seis lugares na categoria de enfermeiro graduado do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 268, de 19 de Novembro de 1998:

Candidatos admitidos:

José Caetano Brás.
Maria Amália Cristina Guerreiro Sequeira.
Paulo Alexandre Ferreira Chaves Coelho.

20 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Maria Manuela Amaral de Sousa.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1834/99 (2.ª série). — Tendo em consideração as competências atribuídas à Secretaria-Geral do Ministério, em matéria de informática, pela alínea *f*) do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 222/96, de 25 de Novembro, e o disposto do n.º 1 do artigo 5.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de Fevereiro, designo como representante na Comissão Intersectorial, criada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de Fevereiro, o secretário-geral, Hélder Manuel Ramos Oliveira.

8 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura.*

Despacho n.º 1835/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, designo, sob proposta do secretário-geral, para o substituir, nas suas ausências e impedimentos, o secretário-geral-adjunto, Joaquim Rodrigues de Carvalho Lopes.

18 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura.*

Direcção-Geral da Energia

Aviso n.º 2106/99 (2.ª série). — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, foi celebrado contrato a termo certo com Filomena Belamaria Marques Moura, assistente administrativa, escalão 1, índice 190. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — A Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Maria Alexandra Gonçalves.*

Instituto Nacional de Formação Turística

Declaração n.º 30/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Janeiro de 1999:

José António Gomes Correia de Vasconcelos, oficial administrativo principal da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra — passa, a partir daquela data, à situação de licença sem vencimento de longa duração, nos termos do n.º 5 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Leonel da Costa.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Veterinária

Despacho n.º 1836/99 (2.ª série). — Por despachos de 12 de Janeiro de 1999 do subdirector-geral de Veterinária, por delegação:

Maria Gabriela Rodrigues de Brito Gago, contratada a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, após prévia aprovação em concurso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnica superior de 2.ª classe (escalão 1, índice 400), da carreira de técnico superior, lugar previsto em mapa elaborado com conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 3.º do supracitado diploma, que deverá integrar o futuro quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, considerando-se rescindido o respectivo contrato à data da posse. Esta nomeação é efectuada em conformidade com as alterações determinadas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Luís Manuel Martins de Almeida, contratado a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, após prévia aprovação em concurso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de assistente administrativo (escalão 1, índice 190), da carreira de assistente administrativo, lugar previsto em mapa elaborado em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 3.º do supracitado diploma, que deverá integrar o futuro quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, considerando-se rescindido o respectivo contrato à data da posse. Esta nomeação é efectuada em conformidade com as alterações determinadas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Aida Sebastião Palminha.*

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 1837/99 (2.ª série). — Por despachos do director regional de Agricultura do Alentejo e do subdirector-geral de Protecção das Culturas de 23 e de 28 de Dezembro de 1998, respectivamente:

Dália Rosa Falcato, técnica superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal do ex-Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar — requisitada para exercer funções na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Rui Pedro de Sousa Barreiro.*

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 1838/99 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Maria Constantina de Arruda Velho, telefonista do quadro de pessoal do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, Ponta Delgada, Açores — autorizada a requisição na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

4 de Dezembro de 1998. — Pelo Director Regional, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Despacho n.º 1839/99 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Carlos Manuel Neves da Silva Barbas, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo — autorizada a requisição na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

4 de Dezembro de 1998. — Pelo Director Regional, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1840/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do director regional de Agricultura da Beira Litoral, e tendo em vista a regularização do pessoal contratado a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, são nomeadas definitivamente, mediante concurso, na categoria de auxiliar de limpeza (escalão 1, índice 110), nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, no quadro de pessoal deste organismo, considerando-se caducados os respectivos contratos a partir da data da posse:

Idalina Marques Vieira.
Maria da Glória Lopes Marques Sousa.
Júlia Ferreira Martins.

(Isentos de fiscalização do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Despacho n.º 1841/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Maria Clara Mendes Abreu Maia, terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação do Centro — autorizada a prorrogação da requisição na Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1842/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Janeiro de 1999 do director regional de Agricultura da Beira Litoral, e tendo em vista a regularização do pessoal contratado a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, é nomeado definitivamente, mediante concurso, nas categorias e carreiras mencionadas o pessoal abaixo identificado, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, no quadro de pessoal deste organismo, considerando-se caducados os respectivos contratos a partir da data da posse:

Técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro José Paulo Silva Dias (escalão 1, índice 400).
Técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de desenhador Eurico José Carneiro Dias de Matos (escalão 1, índice 190).
Auxiliar de limpeza da carreira de auxiliar de limpeza Isabel Maria Nunes do Vale Barros (escalão 1, índice 110).
Técnica superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário Maria da Conceição Almeida Clemêncio, nomeada em lugar a extinguir quando vagar (escalão 1, índice 400).

(Isentos de fiscalização do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Despacho (extracto) n.º 1843/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do director regional de Agricultura da Beira Litoral, e tendo em vista a regularização do pessoal contratado a termo certo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, é nomeado definitivamente, mediante concurso, na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário (escalão 1, índice 400), nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, no quadro de pessoal contrato a partir da data da posse:

Jorge Ferreira Branco.

(Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *João Carlos Nunes Vaz Portugal.*

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Despacho (extracto) n.º 1844/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Novembro de 1998 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Ana Cristina da Cruz Faustino, Maria Fernandes, Maria Elisa de Jesus Sousa, Tomásia Maria de Oliveira Santos Anselmo, Maria Leonor Branquinho Alves Ribeiro, Emília Maria Caetano Nalha Condeço, Maria Otília Filipe Esteves da Silva, Ana Maria, Maria Noémia Marques Lima, Maria Glória Pereira da Silva, Célia da Costa Carvalho Mendes, Maria de Lurdes Pinheiro, Eugénia Lento Rodrigues Almeirante, Maria do Rosário de Oliveira Pereira, Rosa Maria Alves Ribeiro dos Santos, Cláudia Isabel Capricho Esteves, Maria Augusta Carlos Capricho Esteves, Elisete Lopes Dourado, Maria Inês Fernandes Ribeiro Figueiredo, Maria da Conceição Mendes Fernandes Cardoso, Isabel Maria da Silva Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Marques Barroso Ferreira, Hermínia Rosa Fernandes Luís, Lucinda Artur Emília da Cruz Faustino e Angelina Maria Marques Carreira, contratadas a termo certo na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeadas, precedendo concurso, auxiliares de limpeza do quadro de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

4 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Artur Figueiredo Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 1845/99 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Carlos Miguel Aleixo Dantas Aveiro, contratado a termo certo na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeado, precedendo concurso, técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Artur Figueiredo Nunes.*

Despacho (extracto) n.º 1846/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Francisco Nuno Cadete David Bastos, Luísa Maria Correia Pacheco de Laboreiro Esperança, Maria João Mendes dos Reis Arantes e Oliveira Arruda, Gilberto Manuel da Silva Lopes, Elisabete Maria da Conceição Duarte Alcobia e Isabel Margarida Lopes Santos, contratados a termo certo na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeados, precedendo concurso, técnicos de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

6 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *Artur Figueiredo Nunes.*

Escola de Pesca e da Marinha de Comércio

Aviso n.º 2107/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro, faz-se público que, por meu despacho de 21 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral, tendo em vista o provimento de duas vagas de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio (EPMC), aprovado pela Portaria n.º 927/98, de 23 de Outubro:

Referência A — um lugar na área de economia ou gestão;
Referência B — um lugar na área de ciências da educação.

2 — O concurso é válido para o provimento das vagas e caduca logo que se verifique o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 175/98, de 21 de Julho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 93/97, de 23 de Abril.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover consiste no estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos de apoio à decisão no âmbito de gestão e conservação dos recurso de pesca e informação e documentação.

5 — Remunerações e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, de acordo com o escalão e índice correspondentes e as regras neles estabelecidas.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Avenida de Brasília, Pedrouços, 1400-038 Lisboa.

7 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

Gerais:

a) Satisfaçam as condições constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Sejam técnicos superiores de 2.ª classe e se encontrem nas condições previstas na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Especiais:

a) Tenham exercido funções de conteúdo idêntico ao dos lugares a preencher;
b) Possuam licenciatura na área profissional a que se candidatam ou equiparada.

8 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista profissional de selecção, se o júri o entender necessário.

8.1 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando das classificações obtidas na aplicação dos métodos de selecção.

8.2 — Avaliação curricular — são, obrigatoriamente, considerados e ponderados de acordo com as exigências da função os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
b) Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
c) Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções nas áreas de actividade para as quais o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com a avaliação da sua natureza e duração;
d) Classificação de serviço, na sua expressão qualitativa e quantitativa.

8.3 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo considerados os seguintes factores:

a) Capacidade de expressão e fluência verbais;
b) Sentido crítico e natureza de raciocínio;
c) Interesse pela valorização e actualização profissionais;
d) Motivação e interesse.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção adoptados, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em folha de papel normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao director da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio, Avenida de Brasília, edifício da EPMC, 1400-038 Lisboa, entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, expedido até a termo do prazo fixado, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa dos candidatos (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;
b) Habilitações literárias;
c) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na função pública, na carreira e na categoria;
d) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tomados em consideração desde que devidamente comprovados;
e) Declaração dos candidatos, sob compromisso de honra, em como possuem os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados obrigatoriamente da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado e devidamente datado e assinado;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias ou fotocópia autenticada do mesmo;
c) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, do candidato da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida e ainda a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço qualitativa e quantitativa, atribuída nos últimos três anos;
d) Declaração, emitida pelo serviço de origem, do candidato especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades que lhe estiveram cometidas, nos últimos três anos, bem como o período a que as mesmas se reportam;
e) Certificados, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação das entidades que as promoveram, períodos em que as mesmas decorreram e respectiva duração;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

10.3 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos neste aviso determinará a exclusão do concurso.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — As listas dos candidatos e de classificação final do concurso serão publicitadas nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Renato Humberto Costa, subdirector da EPMC.
Vogais efectivos:

Dr.ª Helena Maria Alves da Silva, técnica superior de 1.ª classe da EPMC, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Dr.ª Alda Coelho, assessora da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Vogais suplentes:

Engenheira Maria Madalena Albuquerque, assessora principal do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar..

Dr.ª Maria Fernanda Silva Martins, do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar.

12 de Janeiro de 1999. — O Director, *Fernando Rui Rebordão.*

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Aviso n.º 2108/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 1998 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

António Manuel Lourenço Pereira — autorizado a prestar serviço no INIA, serviços centrais, na situação de contratado em regime de avença pelo período de um ano. Este contrato foi precedido de concurso e produz efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

20 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1847/99 (2.ª série). — A nova organização do sistema educativo resultante da Lei de Bases, assim como a circunstância de terem sido adoptadas designações diversas para estabelecimentos de ensino do mesmo tipo, criou dificuldades na sua identificação por parte da comunidade educativa.

Configurando-se a necessidade de proceder à actualização das normas relativas à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, que definiu no seu quadro anexo n.º 1 a tipologia dos estabelecimentos da rede pública.

O mesmo diploma dispõe ainda sobre a atribuição de um número de código, a utilizar pelos serviços do Ministério da Educação, pelo que se afigura oportuno proceder à publicação integral dos estabelecimentos que constituem a rede pública de educação e ensino, integrando a actualização das suas denominações e respectivos números de código.

Assim, em cumprimento do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 314/97, determino:

1 — São aprovadas as denominações dos estabelecimentos que integram a rede pública de educação e ensino.

2 — O Departamento de Gestão de Recursos Educativos procederá à publicação, através da Editorial do Ministério da Educação, da listagem dos estabelecimentos e respectivos códigos que constituem a rede pública de educação e ensino.

3 — A partir de 1 de Setembro de 1999, as denominações dos estabelecimentos de educação e ensino serão precedidas do número de código, atribuído nos termos do artigo 8.º-A do Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro.

31 de Dezembro de 1998. — Pelo Ministro da Educação, *Guilherme d'Oliveira Martins,* Secretário de Estado da Administração Educativa.

Despacho n.º 1848/99 (2.ª série). — De acordo com as disposições previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio José Alberto Ferraz Lavadinho para a realização de trabalhos de assessoria, na área da comunicação social, no período de Janeiro até ao final da vigência da actual legislatura.

O respectivo processamento deverá ser mensal, no valor de 120 000$, a actualizar conforme o aumento a vigorar para a função pública, por conta da dotação da classificação económica 02.03.10, «Outros serviços», do orçamento deste Gabinete para 1999.

15 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Educação, *Eduardo Carrega Marçal Grilo.*

Despacho n.º 1849/99 (2.ª série). — De acordo com as disposições previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Irene Cruzia Júlio Ferreira de Andrade para a realização de trabalhos de assessoria técnica, na área de tratamento de dados, no período de Janeiro até ao final da vigência da actual legislatura.

O respectivo processamento deverá ser mensal, no valor de 70 000$, por conta da dotação da classificação económica 02.03.10, «Outros serviços», do orçamento deste Gabinete para 1999.

15 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Educação, *Eduardo Carrega Marçal Grilo.*

Conservatório de Música do Porto

Aviso n.º 2109/99 (2.ª série). — Para cumprimento do disposto no n.º 1 do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 132.º do ECD, e sem prejuízo do determinado no n.º 4 e no artigo 104.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores da Escola a lista de antiguidade do pessoal docente aprovada pelos serviços.

Os interessados dispõem do prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo dos serviços.

14 de Janeiro de 1999. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *António Cunha e Silva.*

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Acordo n.º 10/99. — *Acordo de colaboração para construção do pavilhão desportivo da Escola EBI Fialho de Almeida, de Cuba.* — A Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA), como primeiro outorgante, representada pelo seu director regional, e a Câmara Municipal de Cuba, como segundo outorgante, representada pelo seu presidente, ao abrigo do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, celebram entre si o presente acordo de colaboração, nos seguintes termos:

1.º

Objectivo

O presente acordo de colaboração tem por objectivo a construção de um pavilhão desportivo com as dimensões de 1100 m^2, para assegurar na Escola o apoio à prática da educação física e do desporto escolar de âmbito curricular e extracurricular, assim como as necessidades da comunidade local em geral nesses mesmos domínios.

2.º

Controlo técnico

À DREA, como dona da obra, compete lançar o concurso e construção do pavilhão, adjudicar, fiscalizar e coordenar a empreitada.

3.º

Custos das obras e repartição de encargos

1 — O custo das obras, com exclusão das redes exteriores de energia, águas e esgotos, é estimado em 250 000 contos, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, a suportar até 100 000 contos, incluindo IVA, pelo primeiro outorgante, através do PIDDAC, e os restantes 150 000 contos, pelo orçamento da Câmara Municipal de Cuba, em 25 %, e através do Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA), mediante candidatura a apresentar para o efeito, em 75 %.

2 — No caso de o valor global do empreendimento exceder os 250 000 contos (sem IVA), o diferencial será suportado na seguinte proporção:

PORA — 75 %;
Câmara Municipal — 25 %.

3 — A Câmara Municipal de Cuba assegurará ainda, por sua vez, as ligações das redes de energia, águas e esgotos.

4 — O primeiro outorgante assegurará o fornecimento e instalação do equipamento necessário à prática curricular e extracurricular.

4.º

Regime de comparticipação

1 — Para a prossecução do plano de desenvolvimento desportivo definido no objectivo 1.º, a comparticipação do segundo outorgante será realizada como se segue:

a) A quantia de 40 % após a consignação das obras;
b) A quantia de 50 % contra apresentação de autos de medição até este valor;
c) A quantia de 10 % contra apresentação do auto de recepção provisória da obra.

2 — As quantias referidas no número anterior incluirão os correspondentes encargos do respectivo IVA.

5.º

Utilização do pavilhão desportivo

O pavilhão a construir será prioritariamente utilizado pela Escola durante o seu período de funcionamento, reservando-se a utilização pela comunidade não escolar fora daquele período.

6.º

Caducidade do acordo de colaboração

O presente acordo caduca se não se concretizar o co-financiamento comunitário através do subprograma B/PORA.

7.º

Gestão e manutenção corrente

1 — A manutenção corrente do pavilhão, ou seja, a reparação de pequenas avarias, é da responsabilidade do segundo outorgante.
2 — Os encargos com electricidade, gás, água e recursos humanos serão suportados pela Escola e pela Câmara Municipal, na proporção das horas de utilização, em termos a estabelecer entre as partes.

8.º

Gestão e utilização

1 — A gestão do pavilhão é da responsabilidade do segundo outorgante, que se obriga a mantê-lo afecto aos fins referidos neste acordo de colaboração e a geri-lo de acordo com a filosofia enumerada no mesmo.
As reservas horárias para a utilização no âmbito do artigo 5.º deverão ser fixadas, por regra, até 15 dias antes do início de cada ano lectivo.
2 — A DREA assegurará, através dos órgãos de gestão da Escola, a boa e cuidada utilização do pavilhão pelos alunos e dinamizará a prática e a competição no âmbito do desporto escolar.

O presente acordo substitui o publicado no *Diário da República,* 2.ª série, em 20 de Dezembro de 1995, passando este a estar em vigor.

(Dispensado do visto do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 1998. — Pela Direcção Regional de Educação, o Director Regional, *José Casa Nova Tavares Travassos.* — Pela Câmara Municipal de Cuba, o Presidente, *Francisco António Orelha.*

Homologação.

23 de Dezembro de 1998. — O Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme d'Oliveira Martins.*

Centro de Área Educativa do Alentejo Central

Aviso n.º 2110/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e de acordo com a circular n.º 30/98/DEGRE, torna-se público que se encontram afixadas nos serviços do 1.º ciclo e pré-escolar, nas delegações escolares e nas sedes de agrupamentos de escolas, as listas de antiguidade do pessoal docente do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar da Área Educativa do Alentejo Central, reportadas a 31 de Agosto de 1998.
Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentação de reclamações, nos termos do artigo 96.º do supracitado decreto-lei.

18 de Janeiro de 1999. — O Coordenador, *Joaquim Manuel Ramos Félix.*

Escola Secundária de Aljustrel

Aviso n.º 2111/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do ECD, e sem prejuízo do determinado no n.º 4 do artigo 104.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente desta Escola, com referência a 31 de Agosto do ano escolar anterior.
Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

5 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Arthur Merlin Nobre.*

Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico Cristóvão Falcão

Aviso n.º 2112/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente relativa a 31 de Agosto de 1998.
Os docentes têm 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Maria Ramalho Raposo.*

Aviso n.º 2113/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente relativa a 31 de Dezembro de 1998.
Os funcionários têm 30 dias a contar a data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

31 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Maria Ramalho Raposo.*

Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância Diogo Lopes de Sequeira

Aviso n.º 2114/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* do átrio desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente dos 2.º e 3.º ciclos deste estabelecimento de ensino abrangido pelo supracitado decreto-lei.
Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Gertrudes José Relvas Sardinha.*

Escola E. B. 2, 3 Dr. António Francisco Colaço

Aviso n.º 2115/99 (2.ª série). — Nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, avisam-se todos os interessados de que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente desta Escola no *placard* à entrada dos Serviços Administrativos.
Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

4 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Cidália Pereira da Silva Pina dos Santos Gil.*

Escola E. B. 2, 3 Dr. Hernâni Cidade

Aviso n.º 2116/99 (2.ª série). — De acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 132.º do ECD, e sem prejuízo do determinado no n.º 4 do artigo 104.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada na vitrina da sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente relativa a 31 de Agosto de 1998.

6 de Janeiro de 1999. — Pela Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Anabela Carvalho.*

Escola E. B. 2, 3 Santiago Maior

Aviso n.º 2117/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do mesmo decreto-lei.

4 de Janeiro de 1999. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Helena Maria Gonçalves Vaz.*

Escola E. B. 2, 3 de Vendas Novas

Aviso n.º 2118/99 (2.ª série). — De acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 132.º do ECD, e sem prejuízo do determinado no n.º 4 do artigo 104.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores da Escola EB 2,3 de Vendas Novas a lista de antiguidade do pessoal docente referente ao tempo de serviço prestado até dia 31 de Agosto de 1998.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamar para o dirigente máximo qualquer anomalia na lista.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *(Assinatura ilegível.)*

Direcção Regional de Educação do Algarve

Escola Básica Integrada de Boliqueime

Aviso n.º 2119/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da entrada dos Serviços Administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Agosto do ano escolar anterior.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

9 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Provisória, *(Assinatura ilegível.)*

Escola Secundária de Gil Eanes

Aviso n.º 2120/99 (2.ª série). — Faz-se público que se encontram afixadas no *placard* da entrada desta Escola as listas de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 1998, organizadas nos termos do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro.

Da organização das listas cabe reclamação ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República.*

15 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Paula Dias da Silva Couto.*

Escola E. B. 2, 3 de Lagos n.º 1

Aviso n.º 2121/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que se encontra afixada no átrio desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

9 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Graça Cabrita.*

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos de Fermentelos

Aviso n.º 2122/99 (2.ª série). — As listas de antiguidade do pessoal docente desta Escola encontram-se afixadas, para consulta, no átrio principal.

Das referidas listas e sobre os pontos apontados na circular n.º 30/98/DEGRE cabe recurso hierárquico no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação.

29 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Zélia Maria Silva Maia Ferreira.*

Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico de Marrazes

Louvor n.º 34/99. — Pelo espírito de profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo destes oito anos de serviços prestados nesta Escola pelo tesoureiro Manuel José da Encarnação Carvalho, sacrificando, inclusive, horas do seu próprio descanso, apraz à comissão executiva instaladora e ao conselho administrativo da Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico de Marrazes — Leiria louvá-lo publicamente, pelo que se lavra o presente louvor.

21 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Paulo Felício.*

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Secundária de Alves Redol

Aviso n.º 2123/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicitação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Luís Leandro Vasques Dinis.*

Escola Secundária de Alvide

Aviso n.º 2124/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente em exercício nesta Escola reportada a 31 de Agosto de 1988.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Teresa Pimentel Guerra.*

Escola Secundária de Anselmo de Andrade

Aviso n.º 2125/99 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente.

Da referida lista cabe reclamação, a apresentar pelos interessados ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do aviso.

21 de Dezembro de 1998. — A Presidente do Conselho Directivo, *Cristina Maria Magalhães Loureiro dos Santos Raposo.*

Escola Secundária de Belém/Algés

Aviso n.º 2126/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 1998.

22 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Rosa P. Mateus da Costa.*

Escola Básica Integrada 1, 2, 3 da Charneca de Caparica

Aviso n.º 2127/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, torna-se público

que se encontra afixada, para consulta, no *placard* da sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

21 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Alberto de Ascenção Gargaté Afonso.*

Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro II

Louvor n.º 35/99. — No momento em que cesso funções de presidente do conselho directivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de D. Pedro II, Moita, apraz-me louvar a professora Ana Paula Mendonça Vieira Fernandes, que desempenhou funções de vice-presidente do conselho directivo, de 17 de Julho de 1991 a 5 de Julho de 1994, e de secretária do conselho directivo, de 5 de Julho de 1996 a 8 de Julho de 1998, com reconhecida competência, dedicação, profissionalismo, sensibilidade humana e um grande sentido de justiça.

Pela colaboração que comigo sempre dedicou na melhoria das condições a prestar aos alunos, pessoal não docente, encarregados de educação, pessoal docente e na relação com os restantes parceiros desta comunidade educativa, é merecedora deste público louvor e de ser sempre lembrada como uma grande gestora escolar.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fernando Pires da Fonseca.*

Louvor n.º 36/99. — No momento em que cesso funções de presidente do conselho directivo da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de D. Pedro II, Moita, apraz-me louvar a professora Maria Dulcina Costa Oliveira, que desempenhou funções de secretária do conselho directivo, de 17 de Julho de 1991 a 5 de Julho de 1996, e de vice-presidente do conselho directivo, de 5 de Julho de 1996 a 8 de Julho de 1998, com reconhecida competência, dedicação, profissionalismo, sensibilidade humana e um grande sentido de justiça.

Pela colaboração que comigo sempre dedicou na melhoria das condições a prestar aos alunos, pessoal não docente, encarregados de educação, pessoal docente e na relação com restantes parceiros desta comunidade educativa, é merecedora deste público louvor e de ser sempre lembrada como uma grande gestora escolar.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fernando Pires da Fonseca.*

Louvor n.º 37/99. — No momento em que cesso funções de presidente do conselho directivo da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro II, Moita, apraz-me louvar a professora Rosete Feiteira Gomes Santana, que desempenhou funções de vogal do conselho directivo, de 10 de Dezembro de 1991 a 8 de Julho de 1998, com reconhecida competência, dedicação, profissionalismo, sensibilidade humana e um grande sentido de justiça.

Pela colaboração que comigo sempre dedicou na melhoria das condições a prestar aos alunos, pessoal não docente, encarregados de educação, pessoal docente e na relação com os restantes parceiros desta comunidade educativa, é merecedora deste público louvor e de ser sempre lembrada como uma grande gestora escolar.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fernando Pires Fonseca.*

Louvor n.º 38/99. — No momento em que cesso funções de presidente do conselho directivo da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro II, Moita, apraz-me louvar a professora Célia Maria Branco de Matos dos Reis, que desempenhou funções de vogal do conselho directivo, de 5 de Julho de 1994 a 8 de Julho de 1998, com reconhecida competência, dedicação, profissionalismo, sensibilidade humana e um grande sentido de justiça.

Pela colaboração que comigo sempre dedicou na melhoria das condições a prestar aos alunos, pessoal não docente, encarregados de educação, pessoal docente e na relação com restantes parceiros desta comunidade educativa, é merecedora deste público louvor e de ser sempre lembrada como uma grande gestora escolar.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fernando Pires da Fonseca.*

Louvor n.º 39/99. — A comissão executiva instaladora louva a funcionária auxiliar de acção educativa Maria Fernanda Rodrigues Calhau Romão, que exerceu funções na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro II, Moita, de 23 de Outubro de 1971 a 1 de Janeiro de 1998, pelo empenhamento e dedicação nas tarefas realizadas e pela forma leal e franca que colocou nas suas relações, contribuindo dessa forma para o bom funcionamento desta Escola.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Fernando Pires Fonseca.*

Escola Secundária Dr. Solano de Abreu

Aviso n.º 2128/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo de serviço, nos termos do artigo 96.º do mesmo decreto-lei.

30 de Dezembro de 1998. — Pela Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *(Assinatura ilegível.)*

Escola E. B. 2, 3 de Duarte Lopes

Aviso n.º 2129/99 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada nesta Escola, no *placard* da sala dos professores, a lista de antiguidade do pessoal docente desta Escola.

Os professores dispõem de 30 dias a partir da data da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de Dezembro de 1998. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *(Assinatura ilegível.)*

Escola E. B. 2, 3 El-Rei D. Manuel I

Aviso n.º 2130/99 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 95.º e 96.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

4 de Janeiro de 1999. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Ana Cristina Rodrigues Dias Gouveia Fidalgo.*

Escola Secundária do Laranjeiro n.º 1

Aviso n.º 2131/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e da ciruclar n.º 30/98-DEGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal docente desta Escola de que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade, para efeitos de concurso, progressão na carreira e aposentação, relativa a 31 de Agosto de 1998, bem como a respectiva graduação, podendo os interessados apresentar reclamações no prazo de 30 dias a contar da publicação deste aviso.

15 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Baptista Godinho.*

Escola Secundária da Lourinhã

Aviso n.º 2132/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

21 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Henrique Moniz Ribeiro.*

Escola E. B. 2, 3 Mário de Sá Carneiro

Aviso n.º 2133/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Setembro, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista da antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro.

21 de Dezembro de 1998. — A Presidente do Conselho Directivo, *Raquel Maria Mota Veiga Carvalho.*

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Pataias

Aviso n.º 2134/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 487/88, de 30 de Dezembro, e da circular n.º 30/98-DEGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal docente desta Escola de que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade, para efeitos de concurso, progressão na carreira e aposentação, relativa a 31 de Agosto de 1998, podendo os interessados apresentar reclamações no prazo de 30 dias a contar da publicação deste aviso.

30 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Rui Manuel Leal Loureiro.*

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Professor Armando de Lucena

Aviso n.º 2135/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

4 de Janeiro de 1999. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Filomena de Lima Caria Neto Parra.*

Escola Secundária de Santa Maria

Aviso n.º 2136/99 (2.ª série). — Em cumprimento do n.º 1 do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, faz-se público que se encontram afixadas na sala de professores desta Escola as listas de antiguidade para concurso, progressão na carreira e aposentação, com referência a 31 de Agosto de 1998.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, com excepção dos docentes em serviço nas Regiões Autónomas, em Macau e no estrangeiro, que é de 60 dias.

15 de Dezembro de 1998. — Pela Presidente do Conselho Directivo, *(Assinatura ilegível.)*

Escola de Santo António E. B. 2, 3

Aviso n.º 2137/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

22 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *José António Ferreira Gouveia.*

Escola E. B. 2, 3/S de Sardoal

Aviso n.º 2138/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Teresa Alves Silva Martins Pires.*

Direcção Regional de Educação do Norte

Aviso n.º 2139/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, fica citada a professora Ana Cristina Fernandes Rodrigues da Escola Secundária de Castêlo da Maia, ausente em parte incerta, com a última residência conhecida na Rua da Via Sacra, 146, 4200 Porto, para, nos 30 dias contados da data da publicação deste anúncio, apresentar a sua defesa no processo disciplinar que lhe foi instaurado pelo presidente do conselho directivo da Escola Preparatória de Arouca, ficando o processo à sua disposição, para consulta, na Secretaria da Escola, durante o horário de expediente.

17 de Dezembro de 1998. — O Director Regional, *Jorge Ilídio Faria Martins.*

Centro de Área Educativa do Douro Sul

Rectificação n.º 218/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 16, de 20 de Janeiro de 1999, aviso n.º 921/99, rectifica-se que onde se lê «Decreto-Lei n.º 18/88» deve ler-se «Decreto-Lei n.º 497/88».

20 de Janeiro de 1999. — Pela Coordenadora, o Coordenador-Adjunto, *João Ribeiro.*

Escola E. B. 2, 3 de Armamar

Aviso n.º 2140/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 1998.

Os interessados dispõem do prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação.

14 de Dezembro de 1998. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *Ana Cristina Guimarães Mexia Leitão.*

Escola E. B. 2, 3 Augusto Moreno

Aviso n.º 2141/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontram afixadas nesta Escola as listas de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino.

O pessoal docente dispõe de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro.

11 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Emília Abreu Nogueiro Estevinho.*

Escola Secundária de Clara de Resende

Aviso n.º 2142/99 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 1998 e o prazo de reclamação para o dirigente máximo do serviço é de 30 dias a contar da data da publicação do aviso.

28 de Dezembro de 1998. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *Maria Rosário Queirós.*

Escola Secundária D. Luís de Castro

Aviso n.º 2143/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e no n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada no *placard* existente na sala do pessoal docente desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

14 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Manuela Bompastor Coelho.*

Escola Secundária de Fafe

Aviso n.º 2144/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.os 1 e 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontram afixadas nesta Escola as listas de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento, reportando-se a 31 de Dezembro de 1998.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamações ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do citado decreto-lei.

29 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *José Fernando de Sousa Caetano.*

Escola Secundária José Régio

Aviso n.º 2145/99 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, e de acordo com a circular n.º 30/98/DEGRE, torna-se público que se encontram afixadas na sala de professores as listas de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 1998.

29 de Dezembro de 1998. — Pelo Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *(Assinatura ilegível.)*

Escola E. B. 2, 3/S de Melgaço

Aviso n.º 2146/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, torna-se público que foi afixada, para consulta, na sala de professores, a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Albertino Jorge Teixeira Martins.*

Escola Básica 2, 3 de Miragaia

Aviso n.º 2147/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do mesmo decreto-lei.

22 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Estela Maria Sargaço Carneiro.*

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Mota

Aviso n.º 2148/99 (2.ª série). — Faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de convívio dos professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente do quadro e ou em exercício de funções neste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 1998.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Dezembro de 1998. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *António José Leitão Alves.*

Escola Secundária de Paredes

Aviso n.º 2149/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade de pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 1998.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

14 de Dezembro de 1998. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Maria Fernanda G. F. S. Pereira Leite.*

Escola Secundária de Soares dos Reis

Aviso n.º 2150/99 (2.ª série). — Em cumprimento da circular n.º 30/98/DEGRE, encontra-se afixada a partir do dia 15 de Dezembro de 1998, na Escola Secundária de Soares dos Reis, escola especializada de ensino artístico, Rua da Firmeza, 49, Porto, as listas de antiguidade do pessoal docente, com referênica a 31 de Agosto do ano escolar anterior.

30 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Alberto Martins Teixeira.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 1850/99 (2.ª série). — Considerando a natureza técnico-normativa da Direcção-Geral da Saúde e as atribuições das administrações regionais de saúde no âmbito do serviço nacional de saúde, com competências de coordenação e execução da política de recursos humanos dos respectivos estabelecimentos ou serviços, nos termos e ao abrigo do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 48 059, de 23 de Novembro de 1967, e das Portarias n.os 177/97, 43/98, 44/98 e 47/98, respectivamente de 11 de Março, de 26 de Janeiro, de 27 de Janeiro e de 30 de Janeiro, delego as seguintes competências:

1 — Nos presidentes dos conselhos de administração das administrações regionais de saúde, a competência para decidir os recursos dos actos de homologação das listas de classificação final dos concursos de provimento de lugares de assistente e chefe de serviço das carreiras médicas, abertos no âmbito dos estabelecimentos ou serviços do serviço nacional de saúde, com excepção dos recursos referidos no n.º 2 deste despacho.

2 — No director-geral da Saúde, a competência para decidir os recursos dos actos de homologação das listas de classificação final dos concursos de provimento de lugares de assistente e chefe de serviço das carreiras médicas, nos casos em que os actos de homologação das listas de classificação final sejam dos conselhos de administração das administrações regionais de saúde.

3 — Revogo o n.º 4.7 do meu despacho n.º 5412/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 6 de Agosto de 1997, com a redacção introduzida pelo meu despacho n.º 4436/98, (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 16 de Março de 1998.

13 de Janeiro de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina.*

Departamento de Recursos Humanos da Saúde

Escola Superior de Enfermagem da Madeira

Despacho n.º 1851/99 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora da Escola Superior de Enfermagem da Madeira de 15 de Janeiro de 1999:

Professora-coordenadora Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim — autorizada a equiparação a bolseiro com dispensa de 25 % das actividades lectivas, de Janeiro de 1999 a Janeiro de 2001.

18 de Janeiro de 1999. — A Subdirectora, *Ana Filomena de Matos Natividade Carvalho.*

Direcção-Geral da Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Aviso n.º 2151/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de ingresso para provimento de lugares da categoria de enfermeiro (nível 1) da carreira de enfermagem.* — 1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por meu despacho de 16 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de ingresso para provimento de 16 lugares de enfermeiro (nível 1), cujo vencimento corresponderá aos escalões constantes da tabela e mapas anexos ao Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para o provimento dos lugares referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

4 — Condições de trabalho e regalias sociais — as genericamente vigentes para o funcionalismo público.

5 — Locais de trabalho:

Centro de Saúde de Cantanhede — dois lugares;
Centro de Saúde de Góis — um lugar;
Centro de Saúde da Lousã — dois lugares;
Centro de Saúde de Mira — um lugar;
Centro de Saúde de Miranda do Corvo — um lugar;
Centro de Saúde de Oliveira do Hospital — três lugares;
Centro de Saúde de Penacova — três lugares;
Centro de Saúde de Soure — dois lugares;
Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares — um lugar.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

6.2 — Requisitos especiais — possuir o título profissional de enfermeiro.

7 — Método de selecção — avaliação curricular, em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.1 — Sistema de classificação final — o previsto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, observado o disposto no n.º 2 do artigo 29.º do mesmo decreto-lei, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido à coordenadora da Sub-Região de Saúde de Coimbra, podendo ser entregue directamente na Direcção de Serviços de Administração Geral (Secção de Expediente e Arquivo), durante as horas normais de expediente e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso ou remetido pelo correio para a Avenida de D. Afonso Henriques, 141, 2.º, 3000 Coimbra, com aviso de recepção, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

8.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato pertence;
c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura;
d) Habilitações literárias e profissionais;
e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação;
f) Outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito;
g) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

9 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, comprovativa de que reúne os requisitos constantes do n.º 6.1 deste aviso, bem como da existência e natureza do vínculo à função pública e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias ou fotocópia autenticada do mesmo;
c) Documento comprovativo da posse do título profissional de enfermeiro ou fotocópia autenticada do mesmo, de que conste a média final obtida no curso que permitiu a sua obtenção;
d) Três exemplares do *curriculum vitae,* devidamente assinados;
e) Os candidatos pertencentes a esta Sub-Região de Saúde são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

10 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso serão publicadas na 2.ª série do *Diário da República* e afixadas nas instalações da Sub-Região de Saúde de Coimbra, sitas na Avenida de D. Afonso Henriques, 141, Coimbra.

11 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Georgeta Arsénio Sebastião Oliveira Baio, enfermeira-supervisora da Sub-Região de Saúde de Coimbra.
Vogais efectivos:
Calisto de Jesus Oliveira, enfermeiro-chefe da Sub-Região de Saúde de Coimbra.
Luís José dos Santos Lopes de Sousa, enfermeiro-chefe da Sub-Região de Saúde de Coimbra.

Vogais suplentes:
Maria Alice Quintas dos Santos Alves de Carvalho, enfermeira-chefe da Sub-Região de Saúde de Coimbra.
Maria Helena Marques Alves Branco, enfermeira-chefe da Sub-Região de Saúde de Coimbra.

11.1 — A presidente será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

15 de Janeiro de 1999. — A Coordenadora, *Maria Hermínia Trindade Simões.*

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Setúbal

Aviso n.º 2152/99 (2.ª série). — Elaborada nos termos e para efeitos do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, publica-se a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso externo de ingresso para provimento de nove lugares de técnico de diagnóstico e terapêutica, técnico de 2.ª classe, área de higiene e saúde ambiental, conforme aviso de abertura publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 263, de 13 de Novembro de 1998:

Candidatos admitidos:

Alexandra Maria Lopes Francisco.
Ana Cristina Nunes Monteiro.
Ana Filipa Madeira Gomes de Campos.
Andreia Raquel Navega Ferreira Simões.
Carla Maria do Coração de Maria Portilho Gomes.
Carla Sofia Silva Mendes de Carvalho.
Carlos José Valente Marques.
Catarina Isabel Moreira de Oliveira Ramos.
Célia Margarida Maia Louro Rufino.
Cidália Maria Guerreiro Martins Guia.
Cláudia Sofia Fernandes Raminhos.
Daia Vieira Gomes Monteiro.
Eduardo Jorge Rodrigues de Figueiredo.
Esmeralda Maria dos Reis Santos.
Fernando Jorge de Oliveira dos Santos.
Fernando José de Almeida Carlos.
Francisco José de Freitas Armas Perry da Câmara.
Henrique Miguel do Espírito Santo Sebastião.
José Carlos Lopes Penim Marques.
José Madeira dos Santos.
Lúcia Maria Silvestre Pereira.

Lúcia Narciso das Neves Dias.
Luís Miguel de Oliveira Leal Campos.
Luísa Maria Amado Girão.
Maria Catarina Gonçalves Caires.
Maria de Fátima dos Reis Buco Pereira Cunha.
Maria do Carmo Abreu Marques Martins.
Maria do Rosário Duarte Jorge.
Maria Esmeralda da Costa Pereira.
Maria João Leandro de Sousa e Silva.
Maria João Stofel dos Santos.
Miguel Ângelo Lourenço da Costa.
Paula Cristina Carvalho Borges Pereira.
Paula Cristina Coelho Pereira.
Paula Cristina Gomes Coxixo.
Paulo Fernando Lopes Bastos.
Pedro Alexandre Macedo Crespo Ferreira.
Pedro Miguel Brilha Patrício.
Raquel Maria Rodrigues dos Santos.
Rui Pedro Candeias Ganço.
Sandra Paula dos Santos Lopes.
Sérgio Henrique Ferreira Chambel.
Sérgio Pinto Cardoso.
Sónia Alexandra dos Santos Caeiro dos Reis.
Sónia Alexandra Leitão Veloso.
Susana Margarida da Silva Conde.
Susana Sofia Ferreira dos Santos.
Vanda Filipa Guerreiro de Brito.
Vera Lúcia Almeida Ferreira de Assunção.
Vítor José Freira Manteigas.

Candidatos excluídos:

Alexandra Maria Oliveira da Maia (*a*) (*h*).
Ana Rita das Neves Oliveira (*h*).
Anabela Manaia dos Santos (*a*) (*c*) (*f*) (*h*).
Carlos Augusto Charana Tavares (*a*) (*h*).
Célia Maria da Silva Morais (*a*) (*b*) (*c*) (*f*) (*h*) (*i*).
Elsa Maria Viegas da Costa Pereira (*a*) (*h*).
Lola do Rosário Teixeira Monteiro (*a*).
Maria Daniela Brás Campos Rio Torto (*h*).
Maria de Jesus da Silva Fernandes (*h*).
Maria Isabel Almeida Moreira (*d*) (*g*) (*h*).
Paula Regina Marinheiro Pereira dos Santos Abreu (*a*) (*h*).
Paulo Vítor Costa de Oliveira (*h*).
Rosa Maria Pereira Gomes (*c*).
Rosa Maria Teixeira do Nascimento (*h*).
Rui Estêvão Silva de Jesus Moreira (*c*) (*e*) (*f*) (*h*).
Susana Maria Barata e Coito (*h*).

(*a*) Por não estarem os três exemplares do *curriculum vitae* devidamente datados e assinados, conforme o previsto na alínea *a*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*b*) Por ter entregue cópia não autenticada das habilitações profissionais, conforme o previsto na alínea *b*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*c*) Por não ter entregue o certificado de robustez física e psíquica, conforme o previsto na alínea *c*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*d*) Por ter entregue cópia não autenticada do certificado de robustez física e psíquica, conforme o previsto na alínea *c*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*e*) Por não ter entregue o documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar ou outro que o substitua, conforme o previsto na alínea *d*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*f*) Por não ter entregue o certificado do registo criminal, conforme o previsto na alínea *e*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*g*) Por ter entregue cópia não autenticada do certificado do registo criminal, conforme o previsto na alínea *e*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*h*) Por ter entregue cópia não autenticada das acções de formação frequentadas, conforme o previsto na alínea *f*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

(*i*) Por não ter entregue o documento comprovativo da nacionalidade portuguesa, conforme o previsto na alínea *g*) do n.º 7.3 do aviso de abertura.

14 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *José Manuel Fonseca Peixoto.*

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde do Porto

Aviso n.º 2153/99 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho da vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte de 6 de Novembro de 1998, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis concurso interno de acesso misto para o provimento de oito lugares de operador de sistema principal da carreira de operador de sistemas do quadro de pessoal dos serviços de âmbito sub-regional da Sub-Região de Saúde do Porto, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996, sendo:

Sete lugares destinados a funcionários pertencentes ao quadro desta Sub-Região de Saúde;
Um lugar destinado a funcionários de outros organismos.

1.1 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições dos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, e 23/91, de 11 de Janeiro, da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril, e do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as adaptações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para os lugares postos a concurso e esgota-se com o seu provimento.

3 — Local de trabalho — sede desta Sub-Região de Saúde.

4 — Conteúdo funcional — competem ao operador de sistema principal as funções descritas no n.º 4.º da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

5 — Remuneração e condições de trabalho — é a resultante da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, e em tudo que não esteja previsto no presente diploma é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais — os exigidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se os operadores de sistemas de 1.ª classe com, pelo menos, dois anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou três anos classificados de *Bom,* conforme o estabelecido na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro.

7 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular.

7.1 — Na avaliação curricular considerar-se-ão os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
b) Formação profissional, onde se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional posta a concurso;
c) Experiência profissional, em que se ponderam o desempenho efectivo de funções na área posta a concurso, bem como outras capacitações adequadas, com a avaliação da sua natureza e duração;
d) Classificação de serviço na sua expressão quantitativa.

7.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à coordenadora da Sub-Região de Saúde do Porto, a entregar directamente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sita à Rua Nova de São Crispim, 380, 4000 Porto, ou remetido pelo correio com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

8.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal);
b) Habilitações literárias;
c) Pedido para ser admitido a concurso;
d) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito;

f) Declaração, sob compromisso de honra, em conformidade com o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, de que reúne os requisitos gerais de provimento, constantes do n.º 2 do artigo 29.º do mesmo diploma, a qual dispensa a apresentação dos documentos comprovativos dos mesmos.

8.2 — Os requerimentos de candidatura deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Declaração do serviço a que se encontra vinculado, devidamente autenticada, comprovativa da existência e natureza do vínculo, do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação dos dois ou três anos relevantes para efeito do concurso, conforme o n.º 6.2 do aviso de abertura;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Currículo profissional (três exemplares).

9 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos do disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e afixadas no expositor do átrio da sede desta Sub-Região de Saúde, sita à Rua Nova de São Crispim, 380, Porto.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

11 — Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. António Américo Ventura Pinto Coelho, assessor principal desta Sub-Região de Saúde.
Vogais efectivos:

Maria Clara Ribeiro Queirós Osório, programadora principal do IGIF, Delegação Regional do Porto, que substituirá o presidente nas faltas e impedimentos.
Maria Adelaide Almeida Nunes Eira, programadora principal do IGIF, Delegação Regional do Porto.

Vogais suplentes:

João Carlos Rodrigues do Nascimento, operador-chefe do IGIF, Delegação Regional do Porto.
Acácio José Ribeiro, operador de sistemas principal do IGIF, Delegação Regional do Porto.

26 de Janeiro de 1999. — A Coordenadora da Sub-Região, *Maria Isabel Escudeiro dos Santos Aires.*

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 2154/99 (2.ª série). — *Concurso n.º 29/98.* — Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos se publica a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso de provimento para assistente de medicina interna, aberto neste Centro Hospitalar por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 171, de 27 de Julho de 1998, e homologada por deliberação do conselho de administração de 5 de Janeiro de 1999, após audiência escrita dos interessados nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo:

Candidatos aprovados:

	Valores
1.º Dulce de Mendonça Pinheiro de Moura	17,68
2.º Maria Manuela do Couto Dias (*a*)	17,16
3.º Olga Maria Pereira Gonçalves (*a*)	17,16
4.º Fátima Maria da Silva Alves Pais	17,03
5.º Judite Cristina de Almeida Pinto	16,11
6.º Paula Cristina Soares Marques de Vasconcelos	16,07
7.º Álvaro Matos Soares Ferreira	15,87
8.º Ana Maria Monteiro da Costa	15,68
9.º Carlos José Tavares Martins Pereira	15,47
10.º Maria Luísa Moreira Pinto	14,16
11.º Rosa Maria Teixeira Lemos	13,46
12.º Maria Teresa Novais do Vale Pinto Alves da Costa	13,31

(*a*) Desempate nos termos previstos no n.º 30.2 do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

A contar da data da publicação do presente aviso, é concedido aos candidatos o prazo de 10 dias úteis para eventuais recursos, a interpor nos termos do n.º 35 da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, que deverão ser entregues no Serviço de Expediente deste Centro, sito na Rua de Conceição Fernandes, 4430 Mafamude, ou enviados pelo correio em carta registada com aviso de recepção.

14 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Maria Adelaide Moutinho.*

Hospitais Civis de Lisboa

Hospital de Curry Cabral

Aviso n.º 2155/99 (2.ª série). — *Concurso institucional interno geral de provimento para assistente da carreira médica hospitalar de patologia clínica.* — 1 — Nos termos dos artigo 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral de 3 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a partir da publicação do presente aviso, concurso institucional interno geral de provimento para duas vagas de assistente da carreira médica hospitalar de patologia clínica do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 717/95, de 5 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1129/97, de 7 de Novembro.

2 — O concurso é válido para as vagas enunciadas e extingue-se com o seu preenchimento.

3 — O concurso é institucional interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos respectivos requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso, independentemente do serviço a que pertençam, e já vinculados à função pública.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e na Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo e do Regime Geral de Recrutamento e Selecção do Pessoal da Administração Pública.

5 — O lugar de trabalho é no Hospital de Curry Cabral, sito na Rua da Beneficência, 8, em Lisboa.

6 — O vencimento corresponde àquele que resultar da aplicação do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 198/97, de 2 de Agosto.

7 — Requisitos gerais — os enunciados no n.º 22 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — Requisitos especiais — os do n.º 23 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro — posse do grau de assistente de patologia clínica ou a sua equivalência, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e estar inscrito na Ordem dos Médicos.

9 — O método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, com apreciação dos candidatos em mérito relativo para fins do provimento, conforme o disposto na secção VI do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, em papel normalizado, dirigido ao conselho de administração do Hospital de Curry Cabral, a entregar directamente no Serviço de Pessoal deste, sito no Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, Lisboa, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido no presente aviso, ou remetido pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se o aviso de recepção tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no aviso de abertura.

10.2 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, bilhete de identidade, data e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato pertença;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificado o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado;
d) Identificação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10.2.1 — Os requerimentos devem ser instruídos com:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de patologia clínica ou de equivalência a esse grau;
b) Documento comprovativo da natureza do vínculo a função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae* (datados e assinados).

10.3 — O documento mencionado na alínea *c*) do número anterior pode ser substituído por declaração no requerimento, em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra.

10.4 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 10.2.1 implica a não admissão a concurso.

10.5 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

11 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são punidas nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

12 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no Serviço de Pessoal do Hospital de Curry Cabral e os candidatos notificados por ofício registado, com aviso de recepção, acompanhado da cópia da lista.

13 — A lista de classificação final será publicada na 2.ª série do *Diário da República,* dispondo os candidatos de 10 dias úteis após a publicação para recorrer, com efeito suspensivo, para a Ministra da Saúde.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Lino Júlio Tiago de Oliveira, chefe de serviço de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria José Canteiro Batoréu Silvestre, chefe de serviço de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.

Dr. José Manuel Santos Pinto Santos, assistente hospitalar graduado de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Fernanda Vaz Calheiros Almeida Ramos, assistente hospitalar graduada de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.

Dr.ª Maria Teresa Mendes Pina Marques Costa, assistente hospitalar graduada de patologia clínica do Hospital Curry Cabral.

15 — O vogal efectivo indicado em primeiro lugar substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador da Área de Pessoal, *Cassiano Póvoas.*

Aviso n.º 2156/99 (2.ª série). — *Concurso institucional interno geral de provimento para assistente da carreira médica hospitalar de medicina física e reabilitação.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral de 3 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a partir da publicação do presente aviso, concurso institucional interno geral de provimento para seis vagas de assistente da careira médica hospitalar de medicina física e reabilitação do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 717/95, de 5 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1129/97, de 7 de Novembro.

2 — O concurso é válido para as vagas enunciadas e extingue-se com o seu preenchimento.

3 — O concurso é institucional interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos respectivos requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso, independentemente do serviço a que pertençam, e já vinculados à função pública.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e na Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo e do regime geral de recrutamento e selecção do pessoal da Administração Pública.

5 — O lugar de trabalho é no Hospital de Curry Cabral, sito na Rua da Beneficência, 8, em Lisboa.

6 — O vencimento corresponde àquele que resultar da aplicação do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 198/97, de 2 de Agosto.

7 — Requisitos gerais — os enunciados no n.º 22 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — Requisitos especiais — os do n.º 23 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro (posse do grau de assistente de medicina física e reabilitação ou a sua equivalência, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março), e estar inscrito na Ordem dos Médicos.

9 — O método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, com apreciação dos candidatos em mérito relativo para fins de provimento conforme o disposto na secção VI do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, em papel normalizado, dirigido ao conselho de administração do Hospital de Curry Cabral, a entregar directamente no Serviço de Pessoal deste, sito no Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, Lisboa, durante as horas normais de expediente até ao último dia do prazo estabelecido no presente aviso, ou a remeter pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se o aviso de recepção tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no aviso de abertura.

10.2 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, bilhete de identidade, data e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato pertença;
c) Referência do aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado;
d) Identificação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10.2.1 — Os requerimentos devem ser instruídos com:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de medicina física e reabilitação ou de equivalência a esse grau;
b) Documento comprovativo da natureza do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae* (datados e assinados);

10.3 — O documento mencionado na alínea *c*) do número anterior pode ser substituído por declaração no requerimento em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra.

10.4 — A não apresentação no prazo de candidatura dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 10.2.1 implica a não admissão a concurso.

10.5 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

11 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são punidas nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

12 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no Serviço de Pessoal do Hospital de Curry Cabral, e os candidatos notificados por ofício registado com aviso de recepção acompanhado da cópia da lista.

13 — A lista de classificação final será publicada na 2.ª série do *Diário da República,* dispondo os candidatos de 10 dias úteis após a publicação para recorrer, com efeito suspensivo, para a Ministra da Saúde.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. José Agostinho Goulão Capitão, chefe de serviço de medicina física e reabilitação do Hospital de Curry Cabral.

Vogais efectivos:

Dr. Joaquim José de Oliveira Sancho, assistente hospitalar graduado de medicina física e reabilitação do Hospital de Curry Cabral.

Dr.ª Maria da Conceição Matos Vasconcelos Menezes, assistente hospitalar graduada de medicina física e reabilitação do Hospital de Curry Cabral.

Vogais suplentes:

Dr.ª Alexandra Maria Batista Marques, assistente hospitalar graduada de medicina física e reabilitação do Hospital de Curry Cabral.

Dr.ª Maria Fernanda David Alves Simões, assistente hospitalar graduada de medicina física e reabilitação do Hospital de Curry Cabral.

15 — O vogal efectivo indicado em primeiro lugar substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador da Área de Pessoal, *M. Cassiano Póvoas.*

Aviso n.º 2157/99 (2.ª série). — *Concurso institucional interno geral de provimento para assistente da carreira médica hospitalar de dermatologia*. — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral de 3 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a partir da publicação do presente aviso, concurso institucional interno geral de provimento para uma vaga de assistente da carreira médica hospitalar de dermatologia do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 717/95, de 5 de Julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1129/97, de 7 de Novembro.

2 — O concurso é válido para a vaga enunciada e extingue-se com o seu preenchimento.

3 — O concurso é institucional interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos respectivos requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso independentemente do serviço a que pertençam, e já vinculados à função pública.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e na Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo e do regime geral de recrutamento e selecção do pessoal da Administração Pública.

5 — O lugar de trabalho é no Hospital de Curry Cabral, sito na Rua da Beneficência, 8, em Lisboa.

6 — O vencimento corresponde àquele que resultar da aplicação do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 198/97, de 2 de Agosto.

7 — Requisitos gerais — os enunciados no n.º 22 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — Requisitos especiais — os do n.º 23 da secção V do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro (posse do grau de assistente de dermatologia ou a sua equivalência, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março), e estar inscrito na Ordem dos Médicos.

9 — O método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, com apreciação dos candidatos em mérito relativo para fins de provimento, conforme o disposto na secção VI do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, em papel normalizado, dirigido ao conselho de administração do Hospital de Curry Cabral, a entregar directamente no Serviço de Pessoal deste, sito no Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, Lisboa, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido no presente aviso, ou a remeter pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se o aviso de recepção tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no aviso de abertura.

10.2 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, bilhete de identidade, data e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato pertença;
c) Referência do aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado;
d) Identificação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

10.2.1 — Os requerimentos devem ser instruídos com:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de dermatologia ou de equivalência a esse grau;
b) Documento comprovativo da natureza do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae* (datados e assinados).

10.3 — O documento mencionado na alínea *c*) do número anterior pode ser substituído por declaração no requerimento, em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra.

10.4 — A não apresentação no prazo de candidatura dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 10.2.1 implica a não admissão a concurso.

10.5 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

11 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são punidas nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar.

12 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no Serviço de Pessoal do Hospital de Curry Cabral, e os candidatos notificados por ofício registado com aviso de recepção acompanhado da cópia da lista.

13 — A lista de classificação final será publicada na 2.ª série do *Diário da República,* dispondo os candidatos de 10 dias úteis após a publicação para recorrer, com efeito suspensivo, para a Ministra da Saúde.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria Helena Lacerda e Costa, chefe de serviço de dermatologia do Hospital de Curry Cabral.
Vogais efectivos:

Dr. Fernando Manuel Domingos Assis Pacheco, assistente hospitalar graduado de dermatologia do Hospital de Curry Cabral.
Dr. Jorge Alberto Santos Cardoso, assistente hospitalar graduado de dermatologia do Hospital de Curry Cabral.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria de Fátima Costa Pereira Mendes Barata, assistente hospitalar graduada de dermatologia do Hospital de Curry Cabral.

Dr.ª Ana Maria Severino Rodrigues, assistente hospitalar graduada de dermatologia do Hospital de Curry Cabral.

15 — O vogal efectivo indicado em primeiro lugar substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador da Área de Pessoal, *M. Cassiano Póvoas.*

Aviso n.º 2158/99 (2.ª série). — 1 — Torna-se público que, por despacho do conselho de administração do Hospital de Curry Cabral de 6 de Janeiro de 1999, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de ingresso na categoria de enfermeiro do nível 1 da carreira do pessoal de enfermagem, destinado ao preenchimento de 20 lugares do quadro de pessoal do Hospital de Curry Cabral, aprovado pela Portaria n.º 717/95, de 5 de Julho.

2 — O concurso é válido pelo prazo de um ano contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.

3 — O local de trabalho é no Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, 1069-166 Lisboa, sendo o vencimento aquele que resulta da aplicação do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

4 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

5 — requisitos de admissão:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Documento comprovativo da qualidade de funcionário ou agente da Administração Pública;
b) Ter nacionalidade portuguesa, salvo em casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
e) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais:

a) Possuir o título profissional de enfermeiro;
b) Obedecer às condições estabelecidas no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

6 — O método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular, de acordo com o n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6.1 — O método de selecção acima referido tem carácter eliminatório. A classificação final será de 0 a 20 valores.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento de requerimento, dirigido ao conselho de administração do Hospital de Curry Cabral, e dele deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone, se for caso disso);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o requerente pertence;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso identificando o *Diário da República* onde este vem anunciado;
d) Identificação dos documentos que instruam o requerimento;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

7.2 — Os requerimentos devem ser instruídos com os seguintes documentos, autênticos ou autenticados, sob pena de exclusão:

a) Documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos no n.º 5.1 do presente aviso;
b) Fotocópia do diploma do curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal, devidamente registado, devendo os diplomas obtidos em escolas não nacionais estarem também devidamente homologados e registados;
c) Documento comprovativo da classificação do curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal, sempre que a mesma esteja omissa no documento referido na alínea *b*);
d) Documento comprovativo das habilitações académicas;
e) Documento comprovativo do tempo de exercício profissional;
f) Documento comprovativo de curso ou cursos de enfermagem pós-básicos, se for caso disso;
g) Três exemplares do *curriculum vitae,* datados e assinados.

7.3 — Serão excluídos os candidatos cujos requerimentos não contenham os elementos referidos no n.º 7.1 ou não sejam instruídos com os documentos indicados no n.º 7.2.

7.4 — O júri reserva o direito de exigir aos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de outros documentos comprovativos das suas declarações.

7.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal, para além da eventual responsabilização disciplinar.

7.6 — A apresentação dos documentos referidos na alínea *a*) do n.º 7.2 é temporariamente dispensável desde que os candidatos declarem no requerimento, em alíneas separadas e sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontrem relativamente a cada um deles, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, ou sejam substituídos por certidão dos mesmos desde que estes constem no processo individual.

8 — Os requerimentos e restante documentação serão entregues pessoalmente no Serviço de Pessoal no Hospital de Curry Cabral, Rua da Beneficência, 8, 1069-166 Lisboa, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviados pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

9 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal, Sector de Nomeações e Concursos.

10 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — José Monteiro Martins, enfermeiro-chefe do Hospital de Curry Cabral.
Vogais efectivos:

1.º Maria Teresa Mendes de Almeida e Sousa, enfermeira-chefe do Hospital de Curry Cabral.
2.º Maria Gabriela Ramos Gomes dos Santos Morais, enfermeira especialista do Hospital de Curry Cabral.

Vogais suplentes:

1.º João António Temporão Pais, enfermeiro especialista do Hospital de Curry Cabral.
2.º Manuel Francisco Guerreiro Conceição, enfermeiro graduado do Hospital de Curry Cabral.

11 — O presidente do júri será substituído em caso de falta ou impedimento pelo 1.º vogal efectivo.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador da Área de Pessoal, *M. Cassiano Póvoas.*

Hospital de D. Estefânia

Aviso n.º 2159/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 18 de Novembro de 1998, no uso de competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* 2.ª série, concurso para o preenchimento de dois lugares de técnico de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do Hospital de D. Estefânia, aprovado pela Portaria n.º 598/93, de 23 de Junho.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro;
Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio;
Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho;
Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Janeiro.

3 — O concurso esgota-se com o seu preenchimento.

4 — O conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e no Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro.

5 — O vencimento é o correspondente ao escalão e índice fixados de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

6 — O local de trabalho é no Hospital de D. Estefânia, sito na Rua de Jacinta Marto, 1150 Lisboa.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os previstos na secção IV no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais — são requisitos especiais de admissão os previstos no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril.

8 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é o previsto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril, e no artigo 23.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento de requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia e entregue na Repartição de Pessoal, dentro das horas normais de expediente, até ao último dia do prazo, ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo legal se tiver sido expedido até ao último dia do prazo do concurso, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal, telefone e situação militar);
b) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
c) Habilitações literárias e profissionais;
d) Quaisquer elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito;
e) Funções que exerce e menção expressa do vínculo à função pública, sua natureza e tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública.

10 — Os requerimentos deverão ser instruídos com:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
b) Três exemplares do *curriculum vitae,* devidamente assinados;
c) Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontrem vinculados, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detêm e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço dos últimos três anos;
d) Declaração, sob compromisso de honra, devidamente assinada mencionando a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos referidos no n.º 7.

11 — Em caso de dúvida, assiste ao júri a faculdade de exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas na Repartição de Pessoal do Hospital de D. Estefânia.

14 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Álvaro Rebelo Costa, técnico principal ACSP do Instituto Português do Sangue.
1.º vogal efectivo — Maria Celeste Colaço Cordeiro, técnica principal ACSP do Instituto Português do Sangue.
2.º vogal efectivo — Maria José Paço Oliveira Costa, técnica de 1.ª classe ACSP do Instituto Português do Sangue.
1.º vogal suplente — Maria do Céu Gomes Mendes Lopes Leitão, técnica de 1.ª classe ACSP do Instituto Português do Sangue.
2.º vogal suplente — Fernanda Pinto Resende, técnica de 1.ª classe ACSP do Instituto Português do Sangue.

15 — O vogal efectivo indicado em primeiro lugar substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho de Administração, *Isabel Tavares Branco.*

Hospital Distrital de Bragança

Aviso n.º 2160/99 (2.ª série). — A fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, informam-se os possíveis interessados de que a partir da publicação deste aviso se encontra afixada no *placard* da administração deste Hospital a lista de classificação final dos candidatos ao concurso externo de ingresso para técnico de 2.ª classe de farmácia, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 218, de 21 de Setembro de 1998.

15 de Janeiro de 1999. — O Director, *Carlos Alberto Vaz.*

Aviso n.º 2161/99 (2.ª série). — Para cumprimento do disposto no artigo 2.º, n.º 9, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, avisam-se os interessados de que, após a publicação deste aviso, são afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal deste Hospital as listas de transição para a nova categoria dos enfermeiros pertencentes ao quadro de pessoal deste Hospital Distrital.

15 de Janeiro de 1999. — O Director, *Carlos Alberto Vaz.*

Hospital Distrital de Santarém

Aviso n.º 2162/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro especialista nas áreas de enfermagem de saúde na comunidade e em enfermagem na pessoa adulta e idosa em situação de doença crónica.* — 1 — Torna-se público que, por despacho do conselho de administração de 15 de Dezembro de 1998, no uso de competência própria que lhe é conferida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro especialista para provimento de três lugares do quadro deste Hospital.

2 — Legislação aplicável — nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, o presente concurso rege-se pelo regime próprio da carreira de enfermagem, nomeadamente os artigos 18.º a 42.º do Decreto-Lei n.º 437/91 e, com a redacção do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, nomeadamente no que se refere às condições de admissão.

3 — Natureza e validade — o concurso é interno geral de acesso e é válido para os três lugares agora postos a concurso, sendo dois na área de enfermagem de saúde na comunidade e um na área de enfermagem na pessoa adulta e idosa em situação de doença crónica, terminando a sua validade com o provimento dos mesmos lugares.

4 — Local de trabalho e conteúdo funcional — o local de trabalho é no Hospital Distrital de Santarém ou fora dele em situações que decorram no seu âmbito de actividade.

A área de actuação do enfermeiro especialista é a prestação de cuidados, conforme a especialização de que seja detentor, e o conteúdo funcional da categoria é descrito pelo n.º 2 do artigo 7.º do já citado Decreto-Lei n.º 437/91, com a redacção do Decreto-Lei n.º 412/98.

5 — Remuneração — a remuneração referente à categoria é a que corresponde ao escalão a que tiver direito pela antiguidade na função pública e na carreira e pelos índices constantes das tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 412/98.

6 — Requisitos de candidatura:

Gerais — os referidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91 e estar vinculado à função pública;
Especiais:

1.º Estar integrado na carreira de enfermagem com a categoria de enfermeiro ou enfermeiro graduado, independentemente do tempo na categoria;
2.º Estar habilitado com o curso de especialização em enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio, ou com o curso de estudos superiores especializados em Enfermagem que habilite para a prestação de cuidados de enfermagem e nas áreas da especialização já mencionadas;
3.º Ter avaliação do desempenho de *Satisfaz* no último triénio, correspondente à sua avaliação ou prova justificativa se a mesma não poder ter sido efectuada.

7 — Apresentação de candidaturas — os candidatos devem formalizar a candidatura pedindo a sua admissão ao concurso através de requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Santarém, entregue na Repartição de Pessoal, durante as horas normais de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, até ao fim do prazo de candidaturas, ou remetido pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, para o Hospital Distrital de Santarém, Apartado 115, 2000 Santarém.

8 — Elementos que devem constar no requerimento — o requerimento de candidatura deve conter obrigatoriamente, de forma explícita e inequívoca, os seguintes elementos:

Identificação do candidato (nome completo, filiação, data de nascimento, naturalidade, número do bilhete de identidade, data da sua emissão e entidade que o emitiu);
Endereço completo (residência, localidade, código postal e telefone);
Habilitações académico-literárias;
Categoria profissional, tempo na mesma e na carreira e instituição a cujo quadro está vinculado;
Curso de especialização com que está habilitado;
Pedido de admissão ao concurso, com referência ao número do *Diário da República* em que vem publicado o aviso de abertura;
Devem ser ainda referenciados com anexos os documentos que acompanham o requerimento.

9 — Documentos que devem acompanhar o requerimento — devem acompanhar o requerimento ou ser entregues até ao fim do prazo de candidatura os seguintes documentos, sem os quais o candidato será excluído, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 437/91:

Documento, passado pela instituição a cujo quadro o candidato está vinculado, do qual conste, de forma clara e inequívoca, a natureza do vínculo à instituição, a antiguidade na carreira e na categoria, a menção da avaliação do desempenho referente ao último triénio correspondente à sua avaliação ou as razões da não existência da mesma;
Fotocópia autenticada do diploma do curso de especialização em Enfermagem de que é detentor;
Documento comprovativo das habilitações académico-literárias;
Três exemplares do *curriculum vitae* ao longo do qual o candidato faça a análise crítica da actividade profissional que tem desenvolvido, das experiências que a mesma lhe tem proporcionado e as suas perspectivas de futuro consubstanciadas num projecto profissional que permitam ao júri extrair os traços do perfil profissional do candidato;
Além destes podem os candidatos apresentar, dentro do prazo de candidatura, outros documentos comprovativos de factos por si referidos como relevantes do seu mérito.

10 — O júri poderá ainda, nos termos legais, exigir aos candidatos a apresentação de outros documentos comprovativos de factos por ele referidos ou de declarações que suscitem dúvidas.

As falsas declarações ficam sujeitas às punições legais.

11 — Método de selecção e classificação — o método de selecção a utilizar é a avaliação curricular, artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 412/98. A fórmula para a classificação dos candidatos estará afixada durante o período de candidaturas na Direcção de Enfermagem e na Repartição de Pessoal do Hospital Distrital de Santarém, para conhecimento dos interessados.

Nesses locais serão também afixadas a lista de candidatos e a lista de classificação final, na oportunidade.

12 — Constituição do júri — o júri é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente — Ricardo Pinto Salvador Colaço, enfermeiro-chefe.
1.º vogal efectivo — Clara Maria Moreira Teixeira Simões, enfermeira especialista.
2.º vogal efectivo — Isabel Maria Carvalho Rego Serra e Moura, enfermeira especialista.
1.º vogal suplente — Manuel da Conceição Domingos, enfermeiro-chefe.

2.º vogal suplente — Catarina Heitor Tavares Rodrigues Oliveira Duarte, enfermeira especialista.

O presidente do júri será substituído nos seus impedimentos pela vogal indicada em primeiro lugar.

14 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *José Rianço Josué.*

Hospital do Espírito Santo — Évora

Aviso n.º 2163/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico principal de anatomia patológica, citológica e tanatológica da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora de 17 de Setembro de 1998, proferido no uso da competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias contínuos, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea *a*) do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico principal de anatomia patológica, citológica e tanatológica da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 87/91, de 30 de Janeiro.

2 — Prazo de validade — o presente concurso é válido para o provimento do lugar indicado e cessa com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e Decretos-Leis n.ºs 123/89, de 14 de Abril, 203/90, de 20 de Junho, 235/90, de 17 de Julho, 381/91, de 9 de Outubro, 14/92, de 4 de Fevereiro, e 14/95, de 21 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as descritas no n.º 2.3 do ramo laboratorial do n.º 3.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e ainda as constantes dos n.ºs 1 e 3 do n.º 4.º do mesmo diploma legal.

5 — Local de trabalho e vencimento — no Hospital do Espírito Santo — Évora, sendo o vencimento o previsto no Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — poderão candidatar-se ao presente concurso os candidatos que preencham os requisitos previstos no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais — ser técnico de 1.ª classe de anatomia patológica, citológica e tanatológica com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria (n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril).

7 — Métodos de selecção — será utilizado como método de selecção a avaliação curricular e provas de conhecimento, conforme despacho conjunto publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 93, de 22 de Abril de 1987.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora, sito no Largo do Senhor da Pobreza, 7034 Évora Codex, ou entregue na Secção de Gestão de Pessoal do mesmo Hospital, durante o horário normal de atendimento (das 9 às 11 e das 14 às 16 horas), até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

9 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência e telefone;
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
d) Identificação, em alíneas separadas, dos documentos que acompanham o requerimento;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
b) Documento comprovativo das habilitações profissionais, autêntico ou autenticado;
c) Declaração, emitida pelo serviço de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço, quantitativa, dos últimos três anos;
d) Certidão, emitida pelo serviço de origem, comprovativa da posse dos requisitos exigidos no n.º 6.1 do presente aviso;
e) Três exemplares do *curriculum vitae*.

11 — É dispensada aos funcionários do Hospital do Espírito Santo — Évora a apresentação do comprovativo referido na alínea *d*) do n.º 10 do presente aviso, desde que os respectivos requisitos constem do seu processo individual.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, documentação comprovativa das declarações prestadas.

13 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final serão afixadas no *placard* junto à central telefónica do Hospital do Espírito Santo — Évora.

15 — Constituição do júri:

Presidente — Ilda Lopes Lourenço Silva Araújo, técnica especialista de 1.ª classe de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital de São José.
Vogais efectivos:

Célia de Sousa Pinto Ferreira da Costa, técnica especialista de 1.ª classe de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital de Santa Maria.
Maria Teresa Pita Pina Caetano Marques, técnica especialista de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital de Egas Moniz.

Vogais suplentes:

Ana Paula Rodrigues Veríssimo Maltez, técnica principal de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital do Espírito Santo — Évora.
Maria Margarida Douwens Bentes Pimentel Pereira Brandão, técnica principal de anatomia patológica, citológica e tanatológica do Hospital de Egas Moniz.

16 — A presidente do júri é substituída nas suas faltas e impedimentos legais pela primeira vogal efectiva.

15 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Ana Margarida Jorge Dias Balsemão Pires.*

Aviso n.º 2164/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico principal de ortóptica da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora de 2 de Setembro de 1998, proferido no uso da competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias contínuos, nos termos do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea *a*) do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico principal de ortóptica da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 87/91, de 30 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1028/95, de 22 de Agosto.

2 — Prazo de validade — o presente concurso é válido para o provimento do lugar indicado e cessa com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e Decretos-Leis n.ºs 123/89, de 14 de Abril, 203/90, de 20 de Junho, 235/90, de 17 de Julho, 381/91, de 9 de Outubro, 14/92, de 4 de Fevereiro, e 14/95, de 21 de Janeiro.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as descritas no n.º 4.4 do ramo cinesiológico do n.º 3.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio, e ainda as constantes dos n.ºs 1 e 3 do n.º 4.º do mesmo diploma legal.

5 — Local de trabalho e vencimento — no Hospital do Espírito Santo — Évora, sendo o vencimento o previsto no Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — poderão candidatar-se ao presente concurso os candidatos que preencham os requisitos previstos no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — ser técnico de 1.ª classe de ortóptica com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria (n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril).

7 — Métodos de selecção — serão utilizados como métodos de selecção a avaliação curricular e provas de conhecimentos, conforme

despacho conjunto publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 93, de 22 de Abril de 1987.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital do Espírito Santo — Évora, sito no Largo do Senhor da Pobreza, 7034 Évora Codex, ou entregue na Secção de Gestão de Pessoal do mesmo Hospital, durante o horário normal de atendimento (das 9 às 11 e das 14 às 16 horas), até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

9 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência e telefone;
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
d) Identificação, em alíneas separadas, dos documentos que acompanham o requerimento;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
b) Documento comprovativo das habilitações profissionais, autêntico ou autenticado;
c) Declaração, emitida pelo serviço de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço, quantitativa, dos últimos três anos;
d) Certidão, emitida pelo serviço de origem, comprovativa da posse dos requisitos exigidos no n.º 6.1 do presente aviso;
e) Três exemplares do *curriculum vitae.*

11 — É dispensada aos funcionários do Hospital do Espírito Santo — Évora a apresentação do comprovativo referido na alínea *d*) do n.º 10 do presente aviso desde que os respectivos requisitos constem do seu processo individual.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, documentação comprovativa das declarações prestadas.

13 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

14 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final serão afixadas no *placard* junto à central telefónica do Hospital do Espírito Santo — Évora.

15 — Constituição do júri:

Presidente — Manuel Casimiro Gaspar de Oliveira, técnico principal de ortóptica do Hospital do Espírito Santo — Évora.
Vogais efectivos:

Luís Amadeu Ramos Ferreira Lopes, técnico principal de ortóptica do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.
Sónia Maria Schaffer Francisco Ferreira Cardoso Pereira, técnica principal de ortóptica do Hospital de São José.

Vogais suplentes:

Teresa Maria Fernandes Ramos Mendes, técnica especialista de ortóptica do Hospital Distrital de Aveiro.
Ernesto José Belo Oliveira Pinto, técnico principal de ortóptica do Hospital Distrital de Portimão.

16 — O presidente do júri é substituído, nas suas faltas e impedimentos legais, pelo primeiro vogal efectivo.

15 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Ana Margarida Jorge Dias Balsemão Pires.*

Hospital de Garcia de Orta

Aviso n.º 2165/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de provimento na categoria de assistente de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar.* — 1 — Nos termos do artigo 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 23 de Dezembro de 1998, se encontra aberto concurso interno geral de provimento de um lugar vago de assistente de otorrinolaringologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 754/94, de 17 de Agosto.

2 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública, e visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, pelo que se esgota com o preenchimento desta.

3 — Exigências particulares técnico-profissionais:

3.1 — Experiência comprovada em cirurgia cervico-facial.

4 — Local de trabalho — no Hospital de Garcia de Orta ou noutras instituições com as quais o Hospital possa vir a ter acordo ou protocolos de colaboração.

5 — Regime de trabalho — é o de dedicação exclusiva, a menos que os interessados declarem optar pelo regime de tempo completo, devendo o mesmo ser desenvolvido em horário desfasado, nos termos das disposições legais em vigor nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — São requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para a apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento subscrito pelo candidato, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Garcia de Orta e entregue pessoalmente na Secção de Pessoal (das 10 às 12 e das 14 às 16 horas, da segunda-feira a sexta-feira) ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado no n.º 6.1, sendo destinatário o Hospital, sito no Pragal, 2800 Almada.

7.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente eventualmente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação dos documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

8 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

8.1 — O documento mencionado na alínea *c*) do n.º 7 poderá ser substituído por declaração no requerimento, em alínea separada e sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

9 — A não apresentação no prazo de candidatura dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 7 implica a não admissão ao mesmo.

9.1 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

10 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar se o candidato for funcionário ou agente.

11 — O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular, nos termos mencionados na secção VI do Regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

12 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada no expositor junto ao Serviço de Pessoal e a lista de classificação final será publicada no *Diário da República,* 2.ª série.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. João António Marta Pimentel, chefe de serviço de otorrinolaringologia do Hospital de Garcia de Orta.

Vogais efectivos:

Dr. Luís Alberto Carvalho Jerónimo Antunes, assistente graduado de otorrinolaringologia do Hospital de Garcia de Orta.

Dr. Joaquim António Santos Brito Mendes, assistente graduado de otorrinolaringologia do Hospital de Garcia de Orta.

Vogais suplentes:

Dr. Alcides Sérgio António, assistente graduado de otorrinolaringologia do Hospital de Garcia de Orta.

Dr. Mário João Esperança Pereira Santos, assistente hospitalar de otorrinolaringologia do Hospital de Garcia de Orta.

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Alberto Ribeiro.*

Rectificação n.º 219/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 444/99, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1999, com referência ao concurso externo de ingresso na categoria de técnico de 2.ª classe (área de ortóptica) da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, procede-se à seguinte rectificação. Assim, onde se lê:

«Vogais efectivos:

Gracinda Maria Martins Alves, técnica de 2.ª classe da área de ortóptica do Hospital de Garcia de Orta.

Álvaro Nunes Jorge, técnico de 1.ª classe da área de ortóptica do Hospital de São José.»

deve ler-se:

«Vogais efectivos:

Gracinda Maria Martins Alves, técnica de 1.ª classe da área de ortóptica do Hospital de Garcia de Orta.

Álvaro Nunes Jorge, técnico de 1.ª classe da área de ortóptica do Hospital de Garcia de Orta.»

19 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Alberto Ribeiro.*

Hospital Geral de Santo António

Aviso n.º 2166/99 (2.ª série). — *Concurso institucional interno geral de provimento para assistente de anestesiologia.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 12 de Junho, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por despacho do administrador-delegado de 5 de Janeiro de 1999, por delegação de competência do conselho de administração, se encontra aberto concurso institucional interno geral de provimento para preenchimento de oito vagas de assistente de anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 1019/94, de 22 de Novembro, alterado pelas Portarias n.os 32/98, de 19 de Janeiro, e 982/98, de 24 de Novembro.

2 — O concurso é aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e visa exclusivamente o preenchimento das vagas postas a concurso, pelo que se esgota com o preenchimento destas.

3 — Requisitos de admissão — gerais e especiais:

3.1 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessários ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.2 — Requisitos especiais:

a) Estar habilitado com o grau de assistente de anestesiologia ou sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

4 — São objectivos programáticos do Hospital Geral de Santo António nesta área:

Prática de actos anestésicos para todas as especialidades cirúrgicas existentes no Hospital, com realce para as de maior diferenciação técnica e de alto risco;
Prática de actos anestésicos para a realização de exames complementares de diagnóstico e ou tratamento, quer em blocos operatórios quer noutros locais exteriores a este;
Manutenção da consulta de anestesia e da Unidade de Cuidados Pós-Anestésicos (Recobro);
Analgesia no trabalho de parto;
Tratamento de dor aguda e tratamento de dor crónica;
Enquadramento especializado na cirurgia do ambulatório e prática de actos anestésicos a ela inerentes;
Colaboração e participação nas unidades de medicina intensiva do Hospital;
Colaboração e participação na emergência pré-hospitalar e hospitalar;
Colaboração e participação no ensino pré e pós-graduado em especial em anestesia e intensivismo;
Participação em equipas de colheitas e transplante de órgãos;
Desenvolvimento e participação na investigação clínica e experimental.

5 — Local de trabalho — Hospital Geral de Santo António, bem como outras instituições com as quais o Hospital Geral de Santo António tem ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

6 — Regime de trabalho — o horário correspondente ao regime de trabalho que for atribuído aos candidatos providos poderá ser desfasado, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

7.2 — Forma — a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Geral de Santo António e entregue pessoalmente na Repartição de Pessoal, Largo do Professor Abel Salazar, 4050 Porto, durante as horas normais de expediente, até ao término do prazo estabelecido, ou enviado pelo correio, com registo e aviso de recepção, considerando-se dentro do prazo legal desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

7.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, código e respectiva repartição de finanças);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o candidato eventualmente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

8 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

9 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de anestesiologia ou da equiparação a esse grau;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de que o candidato se encontra inscrito na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae*;
e) Documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar;

f) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade sanitária da respectiva área;
g) Certificado do registo criminal.

9.1 — Os documentos referidos nas alíneas *a*), *b*), *e*), *f*) e *g*) do n.º 9 podem ser substituídos por certidão comprovativa da sua existência, emitida pelo estabelecimento de saúde a que os candidatos estejam vinculados.
9.2 — Os documentos mencionados nas alíneas *e*), *f*) e *g*) do n.º 9 poderão ser substituídos por declaração nos requerimentos em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontram relativamente a cada um desses requisitos.
10 — A falta dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 9 ou da certidão comprovativa, nos caso em que ela é permitida, implica a exclusão da lista de candidatos.
11 — Os métodos de selecção a utilizar no concurso são os mencionados na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.
12 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Humberto Fernando Mourão Mendo, chefe de serviço com funções de direcção do serviço de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António.
1.º vogal efectivo e substituto do presidente — Dr.ª Maria Fernanda Martins Nunes, chefe de serviço de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António.
2.º vogal efectivo — Dr. Mário Augusto Azevedo Ferreira Lopes, chefe de serviço de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António.
1.º vogal suplente — Dr. José Antunes Pinto, assistente graduado de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António.
2.º vogal suplente — Dr. Rui Manuel Silva Bastos, assistente graduado de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António.

14 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Moreno Rodrigues.*

Hospital de Joaquim Urbano

Aviso n.º 2167/99 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para assistente administrativo principal da carreira administrativa.* — 1 — Por despacho do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano de 13 de Janeiro de 1999, no uso de competência delegada, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de assistente administrativo principal da carreira de pessoal administrativo do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 838/92, de 28 de Agosto.
2 — Disposições legais aplicáveis — o presente concurso rege-se pelas normas constantes dos Decretos-Leis n.os 248/85, de 15 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 204/98, de 11 de Julho.
3 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas postas a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.
4 — Local de trabalho — Hospital de Joaquim Urbano, sito na Rua de Câmara Pestana, 348, 4300 Porto.
5 — Remuneração — ao lugar a prover corresponde o índice constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, para a referida categoria.
6 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito no Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril.
7 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso:
7.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
7.2 — Requisitos especiais — possuir a categoria de assistente administrativo com, no mínimo, três anos classificados de *Bom.*
8 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, de acordo com as alíneas *b*) do n.º 1 e *a*) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.
8.1 — A ordenação final dos candidatos resultará da média simples ou ponderada das classificações obtidas nos métodos utilizados, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.
9 — Formalização de candidaturas:
9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido à presidente do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano, sito na Rua de Câmara Pestana, 348, 4300 Porto, o qual deverá ser entregue no Serviço de Pessoal, até ao último dia do prazo, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo fixado neste aviso.
9.2 — Dos requerimentos deverão constar, sob pena de exclusão:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço de identificação que o emitiu), situação militar, se for caso disso, e residência, incluindo o código postal e telefone, se o tiver;
b) Lugar a que se candidata, com identificação do concurso, mediante referência ao número, data e série do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
c) Habilitações literárias;
d) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito;
f) Identificação dos documentos que instruam o requerimento.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Documento autenticado comprovativo das habilitações literárias;
b) Documento, passado pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra vinculado, do qual constem, de maneira clara e inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade, contada em anos, meses e dias;
c) Fotocópia autenticada das fichas de notação, completas, relativas à classificação de serviço dos últimos três anos;
d) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito;
e) Três exemplares do *curriculum vitae.*

10.1 — Os candidatos pertencentes ao quadro deste Hospital ficam dispensados da apresentação dos documentos que constem do respectivo processo individual.
11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.
12 — Publicação das listas — a lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no *placard* deste Hospital.
13 — Composição do júri:

Presidente — Ana Maria Cardoso Pereira Araújo Torres, administradora-delegada do Hospital de Joaquim Urbano.
Vogais efectivos:

Maria Elisa Guedes Silveira Pitta Machado e Maria da Conceição Valente, ambas chefes de secção do Hospital de Joaquim Urbano.

Vogais suplentes:

Maria Lígia Catarino Morais Henriques, chefe de secção do Hospital de Joaquim Urbano e Maria Adelaide Machado Castro Loureiro, assistente administrativa principal do Hospital de Joaquim Urbano.

14 — Nas faltas e impedimentos do presidente do júri, este será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

19 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Ana Maria Torres.*

Hospital de Santa Luzia de Elvas

Aviso n.º 2168/99 (2.ª série). — *Lista de transição do pessoal de enfermagem para as novas categorias e cargos.* — Dá-se público conhecimento que a lista de afixação, a que se refere o n.º 9 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, se encontra afixada no *placard* de avisos da Repartição de Pessoal deste Hospital, podendo sobre ela incidir reclamações, apresentadas ao conselho de administração deste Hospital, no decorrer de um prazo de 15 dias úteis, contado da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

21 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Rosa Maria M. S. do Paço Salgueira.*

Aviso n.º 2169/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro-chefe.* — 1 — Para os devidos efeitos se publica que, por despacho do conselho de administração do Hospital de Santa Luzia de Elvas de 4 de Janeiro de 1999, no uso de competência própria, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso à categoria de enfermeiro-chefe para o provimento de um lugar vago existente no quadro de pessoal do Hospital de Santa Luzia de Elvas, aprovado pela Portaria n.º 300/97, de 7 de Maio, a que corresponde o vencimento previsto na tabela I

anexa ao Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o provimento da vaga posta ao concurso caducando com o provimento da mesma.

3 — Local de trabalho — o local de trabalho é no Hospital de Santa Luzia de Elvas.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

5 — Requisitos de admissão — nos termos da legislação aplicável, podem candidatar-se a este concurso os enfermeiros que, estando integrados na carreira de enfermagem, reúnam os seguintes requisitos:

5.1 — Requisitos gerais — os referidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e existência de vínculo à função pública;

5.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se ao presente concurso todos os enfermeiros, detentores da categoria de enfermeiro graduado ou de enfermeiro especialista, que sejam detentores de uma contagem de tempo de exercício profissional de seis anos, com avaliação de desempenho de *Satisfaz,* desde que possuam uma das seguintes habilitações:

a) Curso de estudos superiores especializados em Enfermagem;
b) Curso de Administração de Serviços de Enfermagem ou a secção de administração do curso de Enfermagem Complementar;
c) Um curso de especialização em Enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio;
d) Curso no âmbito da gestão que confira, só por si, pelo menos, o grau académico de bacharel, iniciado até à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será o determinado pelos artigos 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, sendo a classificação final obtida por aplicação da seguinte fórmula:

$$CF=\frac{\frac{AC=AGC+EP+FPG+FP+AP+OER}{6}+DC}{2}$$

em que:

CF=classificação final;
AC=avaliação curricular;
AGC=apreciação geral do currículo;
EP=experiência profissional;
FPG=formação pós-graduação;
FP=formação permanente;
AP=actividade pedagógica;
OER=outros elementos relevantes;
DC=discussão curricular.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação dos documentos de admissão ao concurso é de 15 dias úteis contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República.*

7.2 — Os interessados deverão solicitar a sua admissão ao concurso através de requerimento, em papel azul de 25 linhas, com margens, ou em papel branco, de formato A4, respeitando integralmente as margens, dirigido à presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Luzia de Elvas e entregue no Secretariado da Administração, durante as horas normais de expediente, podendo também ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para o Hospital de Santa Luzia de Elvas, sito na Rua de Mariana Martins, 7350-954 Elvas, devendo neste caso ser expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1. Aquando da entrega pessoal da candidatura, os candidatos deverão ser portadores de fotocópia do requerimento, a fim de a mesma servir de recibo.

8 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e data de validade do mesmo), situação militar, residência, código postal e número de telefone, se for caso disso;
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o requerente pertencer;
c) Habilitações literárias;
d) Habilitações profissionais;
e) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do concurso;
f) Outros elementos que o requerente julgue conveniente apresentar;
g) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização.

9 — Sob pena de exclusão, os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
b) Certificado do curso de estudos superiores especializados;
c) Certidão, emitida pelo serviço de origem, da qual conste o vínculo, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, a menção da avaliação de desempenho referente aos últimos três anos ou a justificação da não existência da mesma, se for caso disso;
d) Três exemplares do *curriculum vitae.*

10 — Os candidatos pertencentes ao quadro do Hospital de Santa Luzia de Elvas ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 9, se os mesmos existirem no seu processo individual, bem como é dispensada a apresentação dos documentos referidos na alínea *a*) do n.º 9, desde que o candidato declare no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, ser detentor das habilitações que invoca.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação dos documentos comprovativos das declarações prestadas.

12 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei penal.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Sérgio Simão Antunes de Carvalho, enfermeiro-director de serviços de enfermagem do Hospital de Santa Luzia de Elvas.

Vogais efectivos:

Maria Catarina Gomes Aranha, enfermeira-chefe do Hospital de Santa Luzia de Elvas.
Maria da Conceição Barradas Carapinha Espanca, enfermeira-chefe do Hospital de Santa Luzia de Elvas.

Vogais suplentes:

Maria Salomé de Matos Camarinha Pedras, enfermeira-chefe do Hospital de Santa Luzia de Elvas.
Maria Jacinta Silva Ferreira Aguiar, enfermeira-chefe do Hospital de Santa Luzia de Elvas.

14 — O presidente do Júri será substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

21 de Janeiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Rosa Maria M. S. do Paço Salgueira.*

Hospital de São Marcos

Aviso n.º 2170/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para provimento na categoria de técnico especialista de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica.* — 1 — Para os devidos efeitos se publica que, por deliberação do conselho de administração de 17 de Setembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias seguidos contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar vago na categoria de técnico especialista de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal aprovado pela Portaria n.º 408/98, de 14 de Julho.

2 — O concurso é válido para a vaga enunciada, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.os 384-B/85, de 30 de Setembro, 123/89, de 14 de Abril, 203/90, de 20 de Junho, e 235/90, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 14/92, de 4 de Fevereiro, e 14/95, de 21 de Janeiro, e Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio.

4 — O local de trabalho é numa das unidades pertencentes ao Hospital de São Marcos, Braga, e o vencimento é o previsto no anexo I ao Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

5 — O conteúdo funcional é o descrito no n.º 2.2 do artigo 3.º e nos n.os 1 a 6 do artigo 4.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio.

6 — São requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Gerais — os constantes do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

6.2 — Especiais — ser técnico especialista de análises clínicas e de saúde pública com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço na categoria.

7 — Os métodos de selecção a utilizar serão os previstos no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril.

8 — Apresentação das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de São Marcos, Braga, e entregue na Secção de Pessoal deste Hospital, sito no Largo do Engenheiro Carlos Amarante, apartado 2242, 4701-965 Braga, ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo se for expedido até ao termo fixado no n.º 1.

8.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone, se o houver;
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Categoria profissional;
d) Identificação do concurso, especificando o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
e) Endereço para onde deverá ser remetida qualquer correspondência relativa ao concurso;
f) Menção dos documentos que acompanham o requerimento e sua sumária caracterização;
g) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

9 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo da posse das habilitações literárias e profissionais;
b) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de modo inequívoco, a existência e natureza de vínculo à função pública e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos, com expressão quantitativa da mesma;
c) Três exemplares do *curriculum vitae,* devidamente documentados, datados e assinados.

9.1 — Os funcionários do Hospital de São Marcos ficam dispensados de apresentar a documentação exigida na alínea *a*) do n.º 9 desde que ela conste do respectivo processo individual.

9.2 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

10 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas no quadro junto à Secção de Pessoal deste Hospital e publicadas no *Diário da República,* se for caso disso, conforme dispõe o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

11 — A constituição do júri é a seguinte (todos de análises clínicas e de saúde pública):

Presidente — Fernando Veloso Faria, técnico director do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Porto.
Vogais efectivos:

Maria Teresa do Carmo Neves, técnica especialista de 1.ª classe da Administração Regional de Saúde do Norte.
Maria Teresa Oliveira da Silva Correia Pinto Monteiro, técnica especialista de 1.ª classe do Hospital de São João, do Porto.

Vogais suplentes:

Etelvina Martins de Almeida Sousa Ferreira, técnica especialista de 1.ª classe do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, de Valongo.
Maria Isabel Henriques de Lima Pires Corais, técnica especialista de 1.ª classe do Hospital de São Marcos, de Braga.

11.1 — A primeira vogal efectiva substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado.*

Hospital de Sousa Martins

Aviso n.º 2171/99 (2.ª série). — *Concurso n.º 5/99 — concurso interno geral de acesso para a categoria de técnico de 1.ª classe de cardiopneumografia.* — 1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, Guarda, de 3 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias seguidos contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar na categoria de técnico de 1.ª classe de cardiopneumografia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 413/98, de 17 de Julho.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso e para os que venham a vagar no prazo de dois anos contados da data da publicação da lista de classificação final, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 384-B/85, de 30 de Setembro, 123/89, de 14 de Abril, 203/90, de 20 de Junho, e 235/90, de 17 de Julho, e Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do n.º 6.2 do artigo 3.º da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio.

5 — Local de trabalho — nas instalações adstritas ao Hospital de Sousa Martins, Guarda.

6 — Vencimento e demais regalias sociais — o vencimento será o correspondente ao anexo I ao Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho, e as regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais — os previstos no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril.

8 — Métodos de selecção — os previstos no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril, e ainda no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, com a nova redacção do Decreto-Lei n.º 14/95, de 21 de Janeiro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins e entregue na Repartição de Pessoal, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

9.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, categoria, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e código postal);
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Pedido de ser admitido ao concurso, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
d) Categoria profissional, natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço onde o requerente exerce funções;
e) Quaisquer outros elementos que os candidados considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

9.3 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
b) Declaração devidamente autenticada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem a natureza do vínculo à função pública e o tempo de serviço na respectiva categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço nos últimos três anos;
c) Três exemplares do *curriculum vitae.*

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

11 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — A publicação das listas de admissão e de classificação final dos candidatos será feita nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

13 — Constituição do júri:

Presidente — José Joaquim Fernandes Rodrigues, técnico principal de cardiopneumografia do Hospital de Sousa Martins, Guarda.
Vogais efectivos:

Maria Irene Ramos Veloso, técnica de 1.ª classe de cardiopneugramofia do Hospital de Sousa Martins, Guarda.

Graça Maria Ferreira Frade Marques, técnica de 1.ª classe de cardiopnemografia do Hospital de São Teotónio — Viseu.

Vogais suplentes:

Pedro Leopoldo Costa Barros Coelho, técnico de 1.ª classe de cardiopneumografia do Hospital de São Teotónio de Viseu.
Maria José Alves Mendes da Mota Henriques, técnica principal de cardiopneumografia do Hospital Distrital da Covilhã.

14 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

14 de Janeiro de 1999. — O Director, *Joaquim Correia dos Santos.*

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Aviso n.º 2172/99 (2.ª série). — *Reformulação da lista de classificação final do concurso interno institucional de provimento para duas vagas de assistente hospitalar de anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, aberto por aviso publicado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1997, cuja distribuição ocorreu no dia 2 de Fevereiro de 1998.* — Dando cumprimento ao despacho de 15 de Setembro de 1998 do director de serviços de psiquiatria e saúde mental, proferido por subdelegação de competências, recaído no recurso hierárquico interposto pelo candidato ao concurso supra-identificado Carlos Alberto Campos Luís, e ao qual foi concedido provimento, publica-se a lista de classificação final do concurso interno institucional de provimento para duas vagas de assistente hospitalar de anestesiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1997, cuja distribuição ocorreu no dia 2 de Fevereiro de 1998, lista esta devidamente reformulada e homologada pelo conselho de administração desta Maternidade de 11 de Janeiro de 1999, obedecendo esta publicitação ao preceituado no n.º 33 da secção VII da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto:

	Valores
1.º Fernando Manuel Pinto de Carvalho Araújo	15,90
2.º Maria Amélia da Costa Barbosa	15,25
3.º Carlos Alberto Campos Luís	14,95

Da presente lista cabe recurso, nos termos do n.º 34 da secção VII da Portaria n.º 833/91, de 14 de Agosto, a interpor para o director-geral da Saúde.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Leonel Rodrigues.*

Aviso n.º 2173/99 (2.ª série). — *Lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro-chefe do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, aberto por aviso publicado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1998.* — Devidamente homologada pelo conselho de administração da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa em 18 de Janeiro de 1999 e dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, por força do artigo 38.º do mesmo diploma, publica-se a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro-chefe do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1998:

Candidatas aprovadas:

	Valores
1.º Maria Manuela Amaral de Sousa	16,42
2.º Maria da Luz Dias Coimbra	13,41
3.º Maria da Conceição Gomes Português Fernandes Almeida Duarte	11,02
4.º Maria da Graça Rosa Policarpo Simas	10,50
5.º Clementina Augusta de Melo Alves Soares	10,37
6.º Ivone Maria Loureiro Vilaça	9,80

Candidatas eliminadas:

Ana Maria das Dores Monteiro Clemente Pastor (*a*).
Maria Luísa Sotto-Mayor de Carvalho Pinto Cordeiro Ferreira (*a*).

(*a*) Esta candidata ficou eliminada na prova de avaliação curricular, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

Nota. — Da presente lista cabe recurso, a interpor para a directora do Departamento de Recursos Humanos da Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, por força do artigo 39.º do mesmo diploma, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

19 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Leonel Rodrigues.*

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 2174/99 (2.ª série). — Torna-se pública a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso público para a instalação de uma farmácia no lugar de Lajeosa do Dão, freguesia de Lajeosa do Dão, concelho de Tondela, distrito de Viseu, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 18 de Setembro de 1997, encontrando-se igualmente a presente lista afixada nas instalações do INFARMED, na Avenida do Brasil, 53, Parque da Saúde de Lisboa, pavilhão 21, em Lisboa:

Candidatos admitidos:

Adélia das Neves Gonçalves Rodrigues.
Amália Maria Nunes de Carvalho Alves.
Ana Maria Alves Lopes Lage.
Ana Maria Arnaut Moreira de Matos Carvalho Mendes.
Anabela de Sousa Neves Ferreira Diogo.
António Bernardo Ferreira de Almeida.
António Manuel de Oliveira Ferreira Pinto.
Augusto Manuel da Costa Meneses.
Carla Vitória Pereira Martins de Almeida.
Catarina Alexandra Rodrigues Andrade.
Cristina Maria Branco Velho Coelho Panta.
Cristina Maria Mendes Ferreira Roberto.
Fátima Maria Couto e Vale.
Inês Sofia Brogueira Martins Dias.
Isabel Maria Figueiredo Perfeito.
Isabel Maria Ribeiro de Araújo.
Luísa Maria Ferraz da Silva Pereira.
Margarida Alexandra Duarte Ferreira Vicente.
Maria de Fátima Almiro Viana.
Maria do Pilar Correia da Costa Pita.
Maria Helena Baptista Marques.
Maria Helena da Silva Rodrigues Lopes Martins.
Maria Manuel Pinho Soares.
Maria Paula Tenreiro da Cruz Matoso Martinho Lourenço.
Maria Tereza Simões Pereira.
Paulo Rui Fardilha Pacheco.
Susana Nogueira Faria.

Candidatos excluídos:

Helena Cecília Tertuliano Bastos (*a*).
Maria de Fátima Ferreira de Oliveira Pereira (*b*).
Rosa Maria Mota da Silva Domingos (*c*).

(*a*) Por falta de documento de inscrição na Ordem dos Farmacêuticos.
(*b*) Por concorrer a mais de dois concursos em simultâneo.
(*c*) Por obtenção de alvará há menos de 10 anos.

20 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Júri, *M. Fátima Neutel.*

Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil

Centro Regional de Lisboa

Aviso n.º 2175/99 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por deliberação de 23 de Novembro de 1998 do conselho de administração do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, foi autorizada a abertura de concurso interno geral de ingresso visando o preenchimento dos lugares vagos no quadro de pessoal desta instituição, correspondentes à categoria de enfermeiro, nível 1, aprovado pela Portaria n.º 525/95, de 1 de Junho, alterado pela Portaria n.º 694/98, de 4 de Setembro.

2 — Número de lugares — o concurso visa o preenchimento de 20 lugares, actualmente vagos.

3 — Prazo de validade — o prazo do concurso termina com o preenchimento das vagas.

4 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 437/91, de 8 de Novembro, e 412/98, de 30 de Dezembro.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho é no Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Rua do Professor Lima Basto, 1093 Lisboa Codex.

6 — Conteúdo funcional — é o constante no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular com carácter eliminatório, conforme o disposto nos n.os 3 e 4, do artigo 34.º e no n.º 1, alínea *a*, do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na nova redacção que ao primeiro foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.1 — Fórmula de classificação final:

$$CF=\frac{(TS\times 6)+(EP\times 5)+(HP\times 4)+(HL\times 3)+(FC\times 2)}{20}$$

7.2 — Os resultantes obtidos na aplicação dos métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores.

7.3 — Os factores de ponderação da avaliação curricular serão classificados de acordo com os seguintes elementos e valores:

7.3.1 — *CF*=classificação final;
7.3.2 — *TS*=tempo de serviço;
7.3.3 — *EP*=experiência profissional;
7.3.4 — *HP*=habilitações profissionais;
7.3.5 — *HL*=habilitações literárias;
7.3.6 — *FC*=formação contínua pós-básica;

7.3.2 — *TS*=coeficiente 6 — tempo de serviço — máximo de 20 pontos:

1.1) Até um ano — 10 pontos;
1.2) De um até três anos — 15 pontos;
1.3) Mais de três anos — 20 pontos;

7.3.3 — *EP*=coeficiente 5 — experiência profissional oncológica — máximo 20 pontos:

1.1) Sem experiência em oncologia — 10 pontos;
1.2) Com experiência em oncologia — 15 pontos;
1.3) Com experiência em oncologia no Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil — 20 pontos;

7.3.4 — *HP*=coeficiente 4 — habilitações profissionais — máximo 20 pontos:

1.1) Igual à nota de curso;

7.3.5 — *HL*=coeficiente 3 — habilitações literárias — máximo 20 pontos:

1.1) Igual à média do 12.º ano;

7.3.6 — *FC*=coeficiente 2 — formação contínua pós-básica — máximo 20 pontos:

1.1) Sem formação — 10 pontos;
1.2) Até 20 horas — 12 pontos;
1.3) De 21 a 50 horas — 14 pontos;
1.4) De 51 a 75 horas — 15 pontos;
1.5) De 76 a 100 horas — 17 pontos;
1.6) Mais de 100 horas — 20 pontos.

8 — A remuneração a atribuir é a correspondente à categoria posta a concurso e consta da tabela a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

9 — Apresentação de candidaturas:

9.1 — Prazo — o prazo para apresentação é de 20 dias úteis contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República.*

9.2 — Forma — as candidaturas serão formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, feito em papel azul de 25 linhas ou em papel de formato A4, branco, solicitando a admissão ao concurso, podendo o requerimento e a documentação que o deve acompanhar ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, na ou para a Repartição de Pessoal, sita no 2.º andar do pavilhão administrativo do Centro, Rua do Professor Lima Basto, 1093 Lisboa Codex, relevando, em caso de remessa do correio, a data de expedição constante do aviso de recepção. Em caso de entrega pessoal é obrigatória a passagem de recibo.

10 — Dos requerimentos de admissão deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, situação militar, número fiscal, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias/profissionais;
c) Identificação do concurso, especificando o *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso de abertura;
d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem ser relevantes apresentar para a apreciação do seu mérito;
e) Indicação do endereço (com telefone) para onde o candidato pretende ser eventualmente contactado para fins do presente concurso.

11 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Certificados autênticos ou autenticados das habilitações literárias e profissionais;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
d) Três exemplares do currículo profissional;
e) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato possui os requisitos gerais referidos nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do n.º 12.1 do presente aviso.

12 — Requisitos para admissão a concurso:

12.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

12.2 — Requisitos especiais:

a) Possuir o título profissional de enfermeiro;
b) Ser funcionário ou agente de Administração Pública, exigindo-se a este último que desempenhe funções em regime de tempo completo, esteja sujeito à hierarquia e horário do respectivo serviço e possua mais de três anos de serviço ininterrupto.

13 — Composição do júri:

Presidente — Alexandra Maria Coelho Marques Ferreira Matos, enfermeira-chefe do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.

Vogais efectivos:

1.º vogal — Maria Paula Correia de Oliveira Branco, enfermeira especialista do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.
2.º vogal — Maria Celeste Ramos Duro Garcia Esteves, enfermeira graduada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.

Vogais suplentes:

1.º vogal — Maria Cristina Nunes Candeias, enfermeira graduada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.
2.º vogal — Zélia Aida Carvalho Araújo Arriaga, enfermeira graduada do Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.

14 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

19 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, no exercício de funções de gestão corrente, *Dionísio Guerreiro.*

Instituto Português do Sangue

Aviso n.º 2176/99 (2.ª série). — 1 — Torna-se público que, por despacho da subdirectora do IPS de 11 de Janeiro de 1999 e nos termos dos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de ingresso para a categoria de motorista de pesados, para o preenchimento de duas vagas do quadro de pessoal do Instituto Português do Sangue.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o provimento das vagas anunciadas e para as que vierem a ocorrer no prazo de um ano a contar da data de publicação da lista de classificação final.

3 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar encontram-se previstas no quadro anexo ao Decreto-Lei n.º 294/90, de 21 de Setembro.

4 — O local de trabalho é no Instituto Português do Sangue, sendo o vencimento o correspondente ao escalão 1, índice 140, da escala salarial dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Requisitos gerais — são requisitos de admissão os enunciados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 — Requisitos especiais:

a) Estar vínculado à função pública, como funcionário ou agente, exigindo-se neste último caso que desempenhe funções em regime de tempo completo e esteja sujeito à hierarquia dos respectivos serviços;
b) Possuir carta de condução de pesados.

6 — Métodos de selecção:

a) Prova prática;
b) Entrevista profissional de selecção.

A avaliação da prova prática (*PP*) obedecerá à aplicação da seguinte fórmula:

$$PP=\frac{DS+RT+CC}{3}$$

correspondendo:

DS = destreza e segurança na condução de um veículo pesado — de 0 a 20 valores;
RT = conhecimento das regras e sinais de trânsito — de 0 a 20 valores;
CC = carregamento de um veículo para realização de uma brigada de colheita de sangue — de 0 a 20 valores.

A avaliação da entrevista profissional de selecção (*EPS*) obedecerá à aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS=\frac{VP+PC}{2}$$

correspondendo:

VP = vivência profissional — de 0 a 20 valores — avaliar a percepção do candidato face à actividade profissional desenvolvida na Administração Pública;
PC = perfil do candidato — avaliar alguns aspectos do mesmo, por aplicação da fórmula (*ES*+*QI*+*AR*)/3, de acordo com os seguintes parâmetros:

a) Expressão oral/segurança (*ES*) — de 0 a 20 valores;
b) Qualidades intelectuais (*QI*) — de 0 a 20 valores;
c) Atitude/responsabilidade (*AR*) — de 0 a 20 valores.

6.1 — Ordenação final dos candidatos — será expressa na escala de 0 a 20 valores e obter-se-á através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF=\frac{2PP+EPS}{3}$$

7 — Apresentação das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel de formato A4, dirigido ao director do Instituto Português do Sangue, solicitando a admissão a concurso, e entregue no Serviço de Pessoal durante as horas normais de expediente ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, expedido até ao limite do prazo fixado no n.º 1.

7.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Lugar a que se candidata, mediante referência ao número e data do *Diário da República* em que o presente aviso vem publicado;
d) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

7.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Documento emitido pelo serviço onde se encontra vínculado, onde constem, de um modo inequívoco, a natureza do vínculo à função pública, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, em anos, meses e dias, até à data da publicação deste aviso;
b) Documento comprovativo da posse dos requisitos gerais a que se refere o n.º 5.1 do presente aviso de abertura;
c) Quatro exemplares do *curriculum vitae,* devidamente datados e assinados.

8 — A apresentação dos documentos exigidos na alínea *b*) do n.º 7.2 deste aviso poderá ser dispensada desde que os candidatos declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles, podendo o júri exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — A não entrega dos documentos exigidos dentro do prazo referido no n.º 1 implica a exclusão do concurso, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Alberto José Matias do Rosário, administrador hospitalar do Instituto Português do Sangue.
Vogais efectivos:

1.º Joaquim José Silva, motorista de pesados do quadro do Instituto Português do Sangue.
2.º António Alberto Bastos Ribeiro, motorista de pesados do quadro do Instituto Português do Sangue.

Vogais suplentes:

1.º Joaquim António Ripado, motorista de pesados do quadro do Instituto Português do Sangue.
2.º António Pereira da Silva, motorista de pesados do quadro do Instituto Português do Sangue.

11.1 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

15 de Janeiro de 1999. — A Subdirectora, *Leonilde Lopes.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1852/99 (2.ª série). — Em Maio do corrente ano foi por mim aprovado o documento proposto pela estrutura de projecto ONI, contendo as linhas de orientação para o Sistema de Informação — «Nova situação na segurança social século XXI».

Estando em curso os trabalhos de especificação do novo sistema, no âmbito do grupo GERSI criado pelo despacho n.º 34-I do SESSRL, e o processo de resolução do ano 2000, importa agora, dar passos firmes e coordenados para a concretização do novo sistema.

Cabendo ao IIES a responsabilidade sobre a instalação da nova situação, face aos claros objectivos de desconcentração de competências, à criação de melhores condições para que as instituições de segurança social e solidariedade cumpram a sua missão, e ao calendário em curso, há que garantir a perfeita sintonia e harmonização de esforços, de forma a ultrapassar com eficácia as dificuldades técnicas que se enfrentarão e garantir a imediata operação do novo sistema em todas as instituições.

A primeira e crucial tarefa consiste na construção das bases de dados nacionais de pessoas singulares e colectivas, que serão o repositório de informação unificado e que a todos passará a servir.

A criação das bases de dados de identificação de pessoas singulares e colectivas, com base nas actuais bases de dados do CNP, centros regionais e serviços sub-regionais de segurança social, deverá estar concluída até 30 de Junho de 1999, e, para além de ser um processo indispensável na construção da nova situação, constitui a construção de um repositório de dados que faz parte de um plano de contingência do ano 2000.

Assim, com vista a alcançar este objectivo de forma mais rápida e eficaz, determina-se o seguinte:

1 — A criação de um grupo de trabalho de implementação de bases de dados nacionais (GBDN).

2 — Ao GBDN cumpre:

a) Promover a implementação das bases de dados nacionais de pessoas singulares e colectivas a partir dos actuais sistemas de beneficiários e contribuintes, nomeadamente a transferência de dados, a apropriada instalação dos mecanismos necessários à actualização e purificação de informação e a transição entre os actuais e ou futuros mecanismos de actualização de informação;
b) Promover a operacionalização das novas aplicações à medida que estas forem sendo disponibilizadas.

3 — O GBDN será coordenado pelo IIES e é composto pelos seguintes elementos:

Membros	Organismo
João C. R. Lourenço Fernandes Maria Conceição Anahory Garin Pedro João Centeno Costa Paula Alexandra Carvalho Mendes Rui Duarte Tavares Bastos João Fernando Cavaco Rolo	ONI/IIES.
Francisco José Simões Pinto Sílvia Margarida Fontinha Mendonça Murta.	CRSS do Algarve.
António Serra	CRSS do Alentejo.
Abelardo Mestre	SSR de Beja.
Custódio Batalha Ramalho	SSR de Évora.
Francisco Borralho	SSR de Portalegre.
Fernando Henriques	CRSS de LXVT.
Artur Lopes	SSR de Lisboa.
Maria José Fradique	SSR de Loures.
José Carlos Marona	SSR de Santarém
Carmen Marinho	SSR de Setúbal.
Maria Alice Videira	SSR de Sintra.
César Manuel Silva Redondo	CRSS do Centro.
Manuel Augusto Simões Ruivo	SSR de Aveiro.
Luís Carlos Mendes Plácido	SSR de Castelo Branco.
Manuel da Luz Alípio	SSR de Coimbra.
Maria Helena do Couto Caetano Ferreira	SSR da Guarda.
Carlos Alberto Gonçalves Simões Duarte	SSR de Leiria.
Luís Serafim Portela Jorge Branco	SSR de Viseu.
Manuel Maia Azevedo Teixeira	CRSS do Norte.
Laurindo Carvalho Ribeiro	SSR de Braga.
Rui Fernandes Vilela	SSR de Bragança.
Fernando Manuel da Silva Mesquita	SSR do Porto e Penafiel.
Armando Costa Alves da Silva	SSR de Viana do Castelo.
Fernando Vilela Gonçalves	SSR de Vila Real.
Teresa Costa e ou Dr.ª Maria dos Prazeres Silva.	CNP.

4 — O GBDN poderá organizar-se em subgrupos de trabalho, e, sempre que necessário, poderá recorrer a outros elementos cujos conhecimentos se revelem úteis para os trabalhos.

15 de Janeiro de 1999. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.*

Gabinete do Secretário de Estado da Inserção Social

Despacho n.º 1853/99 (2.ª série). — Considerando que o Fundo de Socorro Social deixou de apoiar alguns projectos do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

Considerando que as outras fontes de financiamento do orçamento do Secretariado estão consignadas a projectos específicos, não podendo ter outra utilização;

Considerando, por um lado, que o incremento da actividade do Secretariado, decorrente dos programas e projectos que desenvolve não teve o correspondente reflexo no Orçamento do Estado e, por outro, a necessidade de implementação da nova lei orgânica do SNRIPD:

Determino:

Que o orçamento do SNRIPD, à semelhança do ano transacto, seja reforçado no montante de 85 000 000$ através do orçamento da Acção Social, como suporte ao funcionamento das actividades e programas em curso.

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado da Inserção Social, *Rui António Ferreira da Cunha.*

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação

Despacho n.º 1854/99 (2.ª série). — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho de delegação de competências n.º 566/98, de 27 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 9 de Janeiro de 1998, e ao abrigo do estatuído no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de Maio, considerando ainda o previsto na cláusula x do protocolo que instituiu o CICCOPN — Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas, homologado pela Portaria n.º 559/87, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 152, de 6 de Julho de 1987, nomeio, em comissão de serviço, para o cargo de director do Centro em apreço, o licenciado Amílcar José Romeiro de Sampaio Rodrigues.

13 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Casa Pia de Lisboa

Aviso n.º 2177/99 (2.ª série). — Torna-se público, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, que se encontra afixada, para consulta, a lista classificativa final, em acta homologada em 20 de Janeiro de 1999, dos concorrentes opositores ao concurso para provimento de 10 vagas de auxiliar administrativo do quadro de pessoal da Cada Pia de Lisboa, aberto pelo aviso n.º 10 580, publicado no *Diário da República,* n.º 149, de 1 de Julho de 1998.

20 de Janeiro de 1999. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo.*

Despacho (extracto) n.º 1855/99 (2.ª série). — Nomeados definitivamente, precedendo concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, para os lugares do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa mencionados, com efeitos a contar da presente publicação, os trabalhadores abaixo indicados:

Técnico superior de 2.ª classe (psicólogo):

Graça Maria Feliciano Noronha.
Ilda Maria Vale Serrano.
Maria Graça Rodrigues Remédio.
Maria de Lurdes Marinho Sousa Botinas Duarte Madeira.
Maria Otília Mendes Clemente Gama.
Paula Cristina Mendes Luz Maia Tacão Canilho.

Técnico superior de serviço social de 2.ª classe:

Ana Isabel do Rosário Pinto Pires Botelho.
Maria Alice Lourenço da Silva Pereira.
Maria Angélica Oliveira Pires Holbeche Trindade.
Sandra Isabel Silva Veiga Esteves.

Técnico de 2.ª classe (serviços complementares):

Manuel Nuno Freire Menezes Batista Batalheiro.
Maria da Graça Araújo Migueis Morais.

Técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de monitor:

Diamantino Martins Nunes.
Hugo José Marques Nunes.
João Paulo Floro Carraça.
Joaquim Conceição Dinis.
Joaquim Martins Soares.
José Veloso do Carmo.
Maria Fátima Neves Xavier Gouveia C. Pinheiro.
Nuno Alexandre Gomes Bogalheiro.
Paulo Alexandre Torrão Baptista.
Pedro Miguel Fonseca Vaz Ribeiro.

Técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de monitor oficinal:

Herédia Fidelix Sanuci Baio.
Tiago Jorge Correia Arriaga.

Técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de preceptor:

Adriana do Amparo Cardoso.
Alexandra Isabel Gonçalves Nobre Silveira Vicente.
Alexandrina Isabel Sargaço Caetano Silva.
Ana Cristina de Jesus Wahnon Machado Aguiar.
Ana Cristina Ferreira Almeida Xavier.
Ana Cristina Jorge Branco.
Ana Luísa Sancho Nogueira Gaudêncio.
Ana Mafalda Santos Bordonhos.
Ana Maria Ferreira Jesus.
Ana Maria Pereira Lopes.
Ana Paula Carreiro Lourenço Ferreira Silva.
Ana Paula Oliveira Folgoa Alves.
Ana Rita Quintas Fonseca Raimundo.
Ana Rosa Capelo Saraiva.
Anabela Quintal Costa Páscoa.
Armando Jorge Sousa Almeida.
Armando Marcelino Saraiva Morais.
Carlos Alberto Castanho Vicente Jesus.
Conceição Jesus Pires Pinto.
Cristina Maria Marques Mendes Brito.
Elsa Maria Santos Januário Condez.
Esmeralda Maria Nobre Hipólito Carmona.
Fernanda Maria Gil Barroca Proença.
Filomena Maria Vieira Luís Pereira.
Isabel Maria Jesus Batista Dias.
Isabel Maria Martinho Alves Évora.
Isabel Maria Nunes Silva.
Isilda Franco Vieira Jerónimo.
João Cardoso Ferrinho.
Joaquim Augusto Lopes Rocha.
José Luís Dias Belo.
José Manuel Barciela Martins.
José Manuel Pereira Costa.
Leonardo Santos Teixeira.
Luciano Américo Martins Alves Cortiço.
Luís Henrique Moreira Romão Esteves.
Luís Manuel Cruz Ribeiro.
Luís Manuel Silva Almeida.
Margarida Lima Freire.
Maria Elisabete Redondo Paulo.
Maria Emília Sousa Bernardes.
Maria Encarnação Branco Martins Vicente Jesus.
Maria Fátima Matos Martinho Pereira.
Maria Helena Mendes Rosa Fernandes Pereira.
Maria José Ribeiro Pedrógão.
Maria Manuela Sancho Nogueira Tavares.
Maria Paula Baltazar Rolim Castelão Vaz.
Maria Teresa Mendes Costa Cardoso Pinto.
Marina Luzia Ferreira Pereira.
Nuno Miguel Vieira Marques Pereira.
Paula Cristina Horta Pereira Faustino.
Paulo Alexandre Mendes Videira.
Paulo César Silva Martins.
Pedro Manuel Ramalho Ventura.
Sofia Margarida Fernandes Rocha Soromenho.
Teresa Maria Morgado Antunes.

Terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo:

Ana Paula Múrias Gomes dos Santos Lage.

Operário da carreira de canalizador:

Rui Ribeiro Batista.

Operário da carreira de carpinteiro:

Joaquim Pedro Custódio Lima.

Operário da carreira de mecânico de automóveis:

Paulo Herlander Ferreira Silva Rocha Soares.

Auxiliar de serviços gerais:

Adelina Rocha Almeida Monteiro.
Adília Maria Martins Silva Santos.
Albertina Miranda Oliveira Maato.
Américo Oliveira Ventura.
Amílcar Manuel Gomes Cerveira.
Ana Cândida Ferreira Lobo Sousa.
Ana Cristina Ferreira Augusto Costa.
Ana Cristina Henriques Alves Beirão.
Ana Maria Marques Pereira Costa.
Ana Maria Silva Jesus Esteves.
Ana Paula Rodrigues Ferreira.
Anabela Martins Costa Nunes.
Anabela Pires Fonseca Hub Sousa.
António Graça Vitorino Henriques.
António Ilídio Machadinho Rosário.
António Luís Montez Parreira.
António Nascimento Lopes.
Armando Pires.
Augusto Cruz.
Carla Manuela Santos Nogueira.
Carlos Hipólito Santana Ribeiro.
Cristina Maria Almeida Cardoso Silva.
Deolinda Amélia Amaral Gomes Fernandes.
Dulce Conceição Alves Silva Rodrigues.
Elvira Conceição Pereira Clérigo Vicente.
Emília Augusta Rosário Pereira Rebelo Gomes.
Emília Maria Poças Esteves da Costa.
Estefânia Maria Machado Ferreira Diogo.
Eugénia Maria Vieira Lourenço Marques Pereira.
Fausta Maria Tristão Marinho Sá.
Fernanda Jesus Cruz Assunção.
Fernando Antunes Ferreira.
Fernando Cândido Pereira Rodrigues.
Gastão Fernandes.
Gina Maria Frazão Neves Duarte.
Graça Maria Abreu Gonçalves.
Gracinda Helena Rebanda Ferreira Filipe.
Helena Ângela Tavares Sousa Pinho.
Isabel Maria Gomes Pedro Figueiredo.
João Ferraz Santos.
João Mártir Gomes.
Joaquim Hélder Pereira Ferreira.
José Carlos Gonçalves Santos.
Julieta Jacinta Carabineiro Rodrigues.
Laurinda da Silva Rodrigues Vidigal.
Lígia Maria Fernandes Rodrigues Fonseca.
Luís Filipe Castro Coimbra.
Manuela Conceição Delgado Ribeiro Aboim.
Marcelina Martins Fortes.
Maria Amélia Cruz Gonçalves Catarino.
Maria Antonieta Assunção Correia Nobre Pires.
Maria Cândida Paquete Cacholas.
Maria Conceição Pita Pereira Lopes.
Maria Cristina Silva Gonçalves.
Maria da Conceição Ferreira Martins Marques.
Maria de Jesus Fragoso Rodrigues.
Maria de Jesus Vidinhas Pinto.
Maria Elisa Vicente Leonor.
Maria Emília Correia Matos Teixeira.
Maria Fátima Pinto Oliveira Brás.
Maria Fernanda Costa.
Maria Fernanda Cunha Xirgo Carvalho.
Maria Irene de Oliveira Duarte.
Maria Isabel Brito Gonçalves.
Maria Isabel Ferreira Balcão Cunha.
Maria Isabel Henriques Abelheira.
Maria Isabel Santos Almeida Costa.
Maria João Bastos Presumido Nabo.
Maria José Cruz Dias Silva.
Maria José Tavares Duarte Gomes.
Maria Leonor Bonecas Guedes Silva.
Maria Luísa Melo Taveira Parelho.
Maria Luísa Silva Vieira.
Maria Lurdes Campeã Martins Costa.
Maria Lurdes Rosa Bento Cruz.
Maria Manuela Antunes Pinto.
Maria Manuela Correia Teixeira Alves.
Maria Manuela Silva Jesus Oliveira.
Maria Odete Pereira Tunes Correia.
Maria Socorro da Rocha Almeida Machado.

Maria Teresa Gomes Fortes Gomes.
Mariana Rute Mota Guia Carvalho de Aguiar.
Odete Maria Fernandes Ribeiro Dias.
Otília Conceição Lopes Loureiro Pereira.
Paula Cristina Vieira Martins Lucas Costa.
Paulo Alexandre Santos Cruz.
Paulo Jorge Rodrigues Santos.
Rodrigo Araújo Melo Ribeiro.
Rogério Paulo Ferreira da Silva.
Rosa Maria Matias Lopes Jordão.
Rosa Maria Vituro Nunes.
Rosa Pereira Duque.
Silvestre Manuel Lourenço.
Consciência Teresa Jesus Pólvora Gomes Costa.
Teresa Maria Lima Morais.
Teresa Maria Marques Costa Pedro Lambéria.
Teresa Maria Oliveira Duarte Faria.
Zeferino João Inácio Simões.

Auxiliar de alimentação:

Maria Emília Rodrigues Pereira Antunes.

Motorista:

Carlos Manuel Moreira Duarte.
Luís Pereira Redondo.
Óscar Joaquim Oliveira Pestana.

Auxiliar administrativo:

Diamantino Jorge Simões Páscoa.

Servente:

Alice Felisbina Ramos.
Fernando Pires Vieira.
Ilda Conceição Lemos Garcia.

21 de Janeiro de 1999. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo.*

Despacho (extracto) n.º 1856/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Janeiro de 1999:

Celebrado contrato de trabalho a termo certo com Carla Isabel Raminhos Costa, técnica auxiliar de 2.ª classe da carreira de preceptor, com início em 19 de Janeiro de 1999, nos termos da alínea *a*) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para a substituição de Maria de Fátima Rua Ribeiro Vilar, ausente por licença por maternidade, com a remuneração mensal correspondente ao índice 190, 1.º escalão, tabela n.º 1.

22 de Janeiro de 1999. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo.*

Centro Regional de Segurança Social do Algarve

Deliberação n.º 55/99. — Por despacho do conselho directivo de 12 de Janeiro de 1999, no uso de competência própria:

Maria de Fátima Grade Galvão Ramos, Maria Jacinta Oliveira Alves Ferraz, Maria Eugénia Afonso Martins e Ana Maria Gonçalves Parreira — autorizadas as nomeações em comissão de serviço, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e de acordo com o consignado no artigo 20.º, alínea *e*), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnico-profissional (nível 3), precedendo concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho.*

Centro Regional de Segurança Social do Centro

Rectificação n.º 220/99. — Por ter saído com inexactidão o aviso de abertura do concurso interno geral de acesso para o provimento de um lugar vago na categoria de técnico especialista da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do CRSSC, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 1999, a p. 510 [aviso n.º 523/99 (2.ª série)], rectifica-se que, no n.º 7, onde se lê:

«7 — Método de selecção a utilizar — avaliação curricular.»

deve ler-se:

«7 — Métodos de selecção a utilizar:

Avaliação curricular;
Elaboração e discussão de monografia.»

26 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *F. Soares de Carvalho.*

Serviço Sub-Regional de Aveiro

Deliberação (extracto) n.º 56/99. — Por deliberação de 7 de Janeiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro:

Valdemar Moreira Nunes Ribau, Maria José Praça Mónica e Adelaide Vieira Lacerda Pinho, oficiais administrativos principais — nomeados chefes de secção, por urgente conveniência de serviço, considerando-se exonerados da categoria anterior a partir da data da aceitação dos novos lugares. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Director, *José de Almeida Valente.*

Serviço Sub-Regional de Castelo Branco

Deliberação n.º 57/99. — Por deliberação de 7 de Janeiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro:

Ana Cristina Fernandes Salgueiro Baptista — contratada, em regime de contrato administrativo de provimento, precedendo concurso externo, como estagiária da carreira técnica superior de serviço social, auferindo o vencimento ilíquido mensal de 171 500$. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Director, *José Joaquim Gonçalves Antunes.*

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 2178/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º, conjugado com a alínea *b*) do n.º 2 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, avisam-se os candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de três lugares da categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, publicitado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 132, de 8 de Junho de 1998 (aviso n.º 9401/98), de que a lista de classificação final, homologada por deliberação do conselho directivo de 12 de Janeiro de 1999, se encontra afixada no átrio do edifício da Alameda de D. Afonso Henriques, 82, rés-do-chão, em Lisboa, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *(Assinatura ilegível.)*

Aviso n.º 2179/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 33.º, conjugado com a alínea *a*) do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e após homologação por deliberação do conselho directivo de 12 de Janeiro de 1999, a seguir se publica a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso externo geral de ingresso para provimento de 15 lugares de motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, conforme aviso n.º 8128/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 14, de 18 de Maio de 1998, rectificado pelo aviso n.º 1276/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho último:

Número de ordem	Nome	Classificação final
1	Marta Sofia Martins Ribeiro	19,500
2	Ezequiel da Costa Rodrigues	19
3	Nélia Carla da Cruz Simões	18,925
4	Nuno Jorge dos Santos Alves	18,850

Número de ordem	Nome	Classificação final
5	Luís Miguel Diogo Vinagre	18,775
6	Noel Dinis Timóteo Dias	18,700
7	Luís Miguel Santos de Jesus	18,575
8	Fernando Manuel Mendes Almeida	18,475
9	Victor Manuel Montês da Silva	18,425
10	Jorge Manuel Rosa Krithinas	18,375
11	Fernando Manuel Rodrigues Mesquita	18,325
12	Rogério Alexandre Ferreira Ribeiro	18,125
13	Alfredo Fernando Lagos	18,025
14	Ricardo André Pereira Loureiro Simão Ribeiro	17,950
15	Pedro Perdigão Caeiro Sameiro	17,850
16	Rui Paulo Carrapatoso Marques	17,675
17	José Alberto Cigarrosa Gomes de Sousa	17,525
18	Suzana Margarida Vieira Carinhas	17,450
19	Luís Carvalho Fialho	17,425
20	Luís Manuel Menezes Alves	17,400
21	Vasco António Moreno Coelho	17,375
22	Eduardo Saraiva Lourenço	17,350
23	Pedro Miguel da Costa Nunes Portugal	17,212
24	Rui Miguel dos Santos Ramalhete	17,175
25	Anabela de Matos Penteado Serra	17,150
26	Manuel Fernando da Conceição Graça	17
27	Filipe Manuel Pereira Malaia	16,900
28	Luís Manuel Fernandes Caldeira	16,850
29	Ricardo da Conceição Pereira Matias	16,675
30	Carlos David Almeida Ramalho	16,650
31	Alice Pinto Morais Ribeiro	16,625
32	Nuno José Pereira Matias	16,575
33	Rui Miguel Matos dos Santos	16,550
34	Vera Mónica da Costa Dias	16,512
35	Pedro Nuno da Mata Narciso	(*b*) 16,475
36	Nuno Alexandre Sousa Lalanda Vicente	(*b*) 16,475
37	Abel Casimiro Evaristo Neves	(*c*) 16,425
38	Rui Frederico Alves Cunha	(*c*) 16,425
39	Artur Vendas Pereira	(*a*) 16,400
40	Miguel Ângelo Loureiro Lança	(*a*) 16,400
41	Eduardo Manuel da Cunha Gonçalves	16,375
42	Edgar Joaquim Vaz dos Santos	(*a*) 16,325
43	Adelino de Moura Pina Fernandes	(*a*) 16,325
44	Rui Jorge Correia Vinagre	16,275
45	Pedro Manuel Marques Jeremias dos Santos	(*c*) 16,250
46	António Manuel de Vasconcelos	(*c*) 16,250
47	Luís Manuel Fernandes Pinto Ferreira	16,225
48	Luís Manuel Lázaro Correia	16,200
49	Cláudio Manuel Silva Santos Vicente	16,100
50	Joaquim Duarte Félix	16,050
51	Mário Rui Alexandre Piteira	16,035
52	António Manuel Pinto de Carvalho Elias	(*b*) 16,025
53	Ricardo Manuel Bray de Oliveira	(*b*) 16,025
54	Hélder Abreu Valentim	(*b*) 15,900
55	Arnaldo Miguel Simões dos Santos	(*b*) 15,900
56	Manuel Elias Barroso de Castro	(*b*) 15,900
57	Diamantino Simões Faro	(*b*) 15,850
58	Manuel José Abreu Figueiredo	(*b*) 15,850
59	José Augusto dos Santos Azevedo	(*b*) 15,825
60	José Modesto Teixeira da Conceição	(*b*) 15,825
61	Ana Paula Fonseca Silva	15,775
62	Sónia Isabel Reia Almeida Ferro	15,725
63	Maria Guiomar Ferreira da Costa	15,675
64	Humberto Manuel Candeias Rodrigues	15,650
65	Nuno Alexandre da Silva Ramos	15,625
66	Rui Miguel dos Santos Afonso	(*b*) 15,575
67	Vasco José Correia Maia	(*c*) 15,575
68	Paulo Jorge Silva Domingos Piedade Ferreira	(*c*) 15,575
69	Luís Alberto Rodrigues Lopes	15,550
70	Deolindo Nunes Gato	15,525
71	Agostinho dos Santos Sequeira Franco	15,500
72	Carlos Manuel Paulos Diogo	(*a*) 15,475
73	Rui Miguel Silva Mourato	(*a*) 15,475
74	Adriano Emanuel Dolbert Costa de Andrade	15,450
75	Vanda Maria da Silva Pereira Cruz	15,375
76	José Augusto Lopes Correia	15,350
77	Manuel Fernando Portugal Benedito	15,325
78	José João Pinheiro dos Santos Pancada	15,300
79	António Marques Dinis	15,250
80	Nuno Miguel Coelho Lourenço	(*b*) 15,150
81	Fernando Alberto Antunes Gonçalves	(*b*) 15,150
82	Hélder Domingos Pereira Félix	(*c*) 15,100
83	Nuno Miguel Jacinto Moreira Mendonça	(*c*) 15,100
84	João Nuno Cadete Trindade	(*b*) 15,100
85	Joaquim Pedro Félix Martins Monteiro	15,050
86	Fernando Augusto Rodrigues Pinto	(*b*) 15,025
87	António Mário Vieira David	(*b*) 15,025
88	Pedro Miguel Pereira Graça Menino	15,002
89	António Carlos de Jesus Godinho	15
90	David da Cruz Coelho	14,975
91	José Filipe Silva Rodrigues	14,950
92	João Pedro Torres da Piedade	14,925
93	Pedro Miguel Alves Pereira	(*a*) 14,900
94	Pedro Alexandre de Almeida Lopes	(*c*) 14,900
95	Luís Manuel Avelar Ribeiro	(*c*) 14,900
96	Eurico de Jesus Rodrigues	(*b*) 14,900
97	Nuno Miguel Garcia das Neves	14,875
98	Celso José Fernandes Vieira da Silva	14,850
99	Gonçalo Vieira Lobato	14,825
100	António Miguel da Graça Anjinho dos Santos Neves	14,775
101	Luís Filipe da Costa Bordetes	(*b*) 14,725
102	Paulo Sérgio Pinto Barradas	(*b*) 14,725
103	Maria da Conceição Pontes Saraiva	14,700
104	Jorge Humberto Urbano Horta	14,675
105	Fernando Alves Machado	14,662
106	Hugo Manuel Macedo Rocha	14,600
107	António Manuel Martins Almeida	14,575
108	António Lino Batalha Monteiro	14,500
109	Jorge Manuel Granadeiro Otero Salgado	(*b*) 14,450
110	Artur Manuel Nunes Ferreira	(*b*) 14,450
111	José Luís Gonçalves Gerez	(*b*) 14,400
112	Renato Manuel Lavrador Lobato	14,325
113	Alexandre Miguel da Silva Pereira Duarte	14,300
114	Rosa Maria Afonso Guterres Gonçalves	(*c*) 14,275
115	Davide Manuel Bernardo Martins	(*c*) 14,275
116	Jorge Alberto Carvalho Grácio	(*c*) 14,250
117	Amadeu António da Costa Pereira	(*c*) 14,250
118	Olga Maria Rosa Simões Onofre	14,200
119	Ricardo Filipe Reis dos Santos	14,162
120	Jorge Manuel Sousa Silva	14,125
121	Carla Alexandra Ferreira Maia Ribeiro	14,075
122	Paulo Alexandre Boto Stoffel	14,050
123	João Alberto Taveira da Fonseca Nunes	14,005
124	Sigismundo da Costa Graça	(*b*) 14,000
125	Alberto Diogo Correia	(*b*) 14,000
126	Pedro Miguel Toscano Costa	(*b*) 13,975
127	Vítor Hugo Simões Pinheiro	(*b*) 13,975
128	António Matias Conde Vinagre	(*b*) 13,975
129	António Fernando da Silva Conde	13,962
130	Henrique Luís da Silva Oliveira	13,950
131	Victor Manuel Marques Matias	13,875
132	Jorge Manuel da Silva Marques	13,825
133	Renato Paulo Fonseca Duarte Martins de Carvalho	13,800
134	Nuno Alexandre Ramos Cascalheira	(*a*) 13,775
135	Pedro Manuel Brandão de Carvalho	(*b*) 13,775
136	Álvaro Nuno de Carvalho Martins	(*b*) 13,775
137	Nuno Miguel Fernandes Alves	13,625
138	José Reis Santos	13,600
139	Manuel Carlos Costa Garrido	13,525

(*a*) Desempate por possuir a carta de condução de pesados.
(*b*) Desempate por possuir maiores habilitações literárias.
(*c*) Desempate pela data de antiguidade da carta de condução.

Excluídos:

Por não terem comparecido à entrevista:

António José Heleno.
Carlos Alberto Sacoor.
Frederico da Costa Lousã.
José António Simões dos Santos.
Rui Bruno Santos Fernandes.
Rui José Oliveira Serrador.
Victor Manuel Marques Martins.

Por na prova de conhecimentos terem pontuação inferior a 9,5 valores:

Alberto dos Santos.
Amílcar Feliciano Costa da Conceição.
Bruno Miguel Alvito de Barros.
Celso Silva Duarte.
Delfim Germano da Silva Castro.

Domingos Correia.
Eduardo Mendes Baptista.
Fernando Morais Bastos.
Filipe António Santa Cruz Gonçalves.
Filipe Jorge de Oliveira Nunes.
Hugo António da Silva Domingos.
José Manuel Ribeiro.
José Manuel dos Santos Pereira.
Lourenço José Guedes Rodrigues.
Luís Filipe da Rocha Henriques Fernandes.
Luís Pedro Figueiredo Teixeira.
Manuel António Nunes da Mota.
Manuel João Vitória da Rosa.
Maria de Jesus Pereira.
Nuno Gonçalo Pereira Graça Menino.
Nuno Manuel Bernardo Martins.
Orlando José Peres da Silva.
Paulo Domingos Ferreira Silvestre.
Pedro Manuel da Costa Santos.
Ricardo Nuno Junça e Silva.
Rui Miguel Carpinteiro Muxagão.
Tiago Filipe Antunes Fonseca.
Victor Manuel Duarte Amaro.

Por não terem comparecido à prova de conhecimentos:

Abílio Norberto Martins Silva.
Adalyd Lapa Brites.
Adelino Fontinha.
Alberto Manuel Sousa Tostano.
Alfredo Miguel Lopes Custódio.
Anabela da Conceição Lisboa Teixeira.
António Fernandes Figueira.
António Manuel Albino Abrantes.
António Manuel Caiado Gonçalves.
António Manuel Macário Paulino.
António Manuel Teixeira Lopes.
António Siopa Tomás.
Artur José Sansão da Silva e Tarira.
Augusto Bruno de Sousa.
Bruno Miguel de Oliveira Batalha.
Carlos Manuel Alves.
Carlos Manuel Fernandes Oliveira.
Carlos Miguel Salcedas Gamboa Rocha.
Daniel Jorge Nascimento Matias.
Eduardo das Candeias Martins.
Fernando Francisco Pereira Carneiro.
Fernão Miguel Esperança Ramos.
Fernando da Silva Almeida.
Filipe Jorge Pereira Cordeiro.
Filipe José da Silva Bexiga.
Filipe Manuel Marcelo Miranda.
Hélder António Pereira Nunes.
Hélder Fernando Borges Martins.
Hélder Gonçalves Salgueiro.
João Armindo Morais.
João Mário da Silva Ferreira Moio.
João Miguel Moreno Nunes Loureiro.
João Nuno da Silva Ferreira.
João Paulo Rodrigues Gonçalves.
João Pedro Martinho Braga da Silva Vieira.
Jorge Manuel Oleiro Esteves.
Jorge Manuel dos Santos Godinho.
José António Augusto Aguilar.
José Carlos Almeida de Carvalho.
José Carlos Fonseca Miguéis.
José Manuel Sintra Pereira.
Luís Filipe Manteigas Andrade.
Luís Manuel Melo Teixeira.
Luís Manuel da Silva Portugal.
Luís Miguel do Pereiro Carvalho.
Luís Miguel Rodrigues Marques Pedroso.
Luís Neves dos Santos.
Manuel António Fernandes Guerreiro Maurício.
Manuel António Miguéis Semedo.
Manuel António dos Santos.
Manuel Nunes Lobeiro.
Marco Cordeiro.
Maria do Rosário Moreira Gomes Feteira.
Miguel Gomes Mendes da Silva.
Nazaré Teixeira do Paço.
Nélson Mateus Pereira.
Nuno Alexandre Nunes Pereira Cardoso.
Óscar de Jesus Carola Rega.
Paula de Fátima da Silva Pagaino.
Paulo César Lima dos Santos de Barros.
Paulo Jorge Barata Dinis.
Paulo Jorge Farrica Dionísio.
Paulo Jorge da Silva Tifona.
Paulo Miguel de Amorim Trigo.
Paulo Nuno Monteiro Graça.
Pedro Alexandre de Jesus Henriques.
Pedro Eduardo Ventura Marques.
Pedro Manuel Henriques da Silva.
Pedro Medina Monteiro de Sousa Teixeira.
Pedro Miguel Pereira da Silva.
Ramiro Nunes Teixeira.
Rui Alexandre Padeu Rodrigues.
Rui António Silva Espírito Santo.
Rui Manuel de Almeida Nunes.
Rui Miguel Vargas Carrapiço.
Rui Pedro Vicente Pinto.
Sandra Isabel Chainho dos Santos.
Simone Garcia Ruas.
Susana Adelaide da Mota Veiga e Costa.
Vasco Manuel Gomes Martins.
Virgílio Ferreira Lopes.
Victor Manuel Ferreira Santos.

Da homologação da presente lista cabe recurso a interpor para o membro do Governo competente, nos termos do disposto no artigo 34.º e no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

22 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *João Gonçalo Leite de Freitas.*

Deliberação n.º 58/99. — Por deliberação de 5 de Janeiro de 1999 do conselho directivo:

Edite dos Reis Esteves, Margarida Isabel de Carvalho Fryxell, Isabel Maria Martins Lopes, Sandra Maria Cerqueira Ribeiro, Maria José Borges Santos da Costa Salgado, Maria Manuela Valentim Viegas da Conceição, Maria José Pinto Leandro Dinis Cruz, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Maria Jacinta de Brito Pereira Marques dos Santos, Ana Lucília Semiano França Pereira Coutinho, Maria da Graça Ferreira Silvestre Pinto de Lemos Crespo, Maria de Fátima Amazonas do Nascimento, Maria da Conceição Fortes Rodrigues, Maria Fernanda Máximo do Nascimento, Maria de Nazaré Dias Leitão Correia, Maria Eugénia Pontinha Marques, Maria de Lurdes do Nascimento, Júlia da Conceição Mão de Ferro Roque Cordeiro Ramos, Maria Carolina Curado de Azevedo Pires, Zilda Rodrigues Hilário Duarte, Casimira Augusta Freire Melro Vaz, Cecília Maria Pereira Barradas Aleixo, Elisa da Ascensão do Nascimento Pedro, Maria dos Anjos Fernandes Rodrigues de Aguiar, Ana Maria de Aguiar Veríssimo, Maria José Neves Pontes da Silva Pinheiro Agostinho, Anabela de Jesus Vidal de Oliveira, Maria Manuela de Figueiredo Ponte Soares Lopes, Hermínia da Encarnação Toscano e Maria Luzia Ferreira Veríssimo, técnicas superiores de 2.ª classe de serviço social do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeadas após concurso, definitivamente, na categoria de técnico superior de 1.ª classe de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, sendo exoneradas da categoria anterior a partir da data de aceitação da nova categoria.

Pela mesma deliberação foram ainda nomeadas definitivamente, após concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe de serviço social para o quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, as funcionárias abaixo mencionadas, sendo exoneradas da categoria que detinham no quadro de pessoal respectivo a partir da data de aceitação do novo lugar:

Ana Maria de Santa Isabel Barbosa Ribeiro Morgado e Maria José Lopes Monteiro — técnicas superiores de 1.ª classe de serviço social do quadro de pessoal do Hospital de Garcia de Orta.
Cristina Maria Branco Duarte Jorge — técnica superior de 1.ª classe de serviço social do quadro de pessoal do Hospital de Torres Novas.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito.*

Deliberação n.º 59/99. — Por deliberação de 5 de Janeiro de 1999 do conselho directivo:

Maria Isabel Ferreira Seita Machado da Silva Cunha e Maria de Jesus Antunes Alves, técnicas superiores de 1.ª classe de serviço social do quadro de pessoal deste Centro Regional a exercerem o cargo de director de estabelecimento de 3.ª idade em comissão de serviço, Maria Rebertina Gonçalves, técnica superior de 1.ª classe de serviço social a exercer o cargo de director de estabelecimento de 1.ª e 2.ª infância em comissão de serviço, Olímpia Aurélio Fialho Consiglieri Pedroso, técnica superior de 1.ª classe de serviço social a exercer o cargo de director de estabelecimento de reabilitação de deficientes em comissão de serviço, e Maria de Fátima Jorge Vaz Antunes Franco, técnica superior de 1.ª classe de serviço social a exercer o cargo de coordenador — nomeadas, após concurso, definitivamente na categoria de técnico superior principal de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, sendo exoneradas da categoria anterior a partir da data de aceitação da nova categoria, mantendo a comissão de serviço.

Ana Maria Pereira da Cruz Lage, Maria Eugénia Simões Vieira Duarte, Maria Jesus Coelho Rodrigues Correia Lopes, Silvina Quitino Rocha Mendes Neiva, Maria Fernanda Egipto Luís, Maria Ondina Alves Sanches Morgado, Joana Rosa Cunha Sequeira dos Santos, Maria de Lourdes Alves Pinto, Maria Teresa Goulart de Melo Borges Fernandes, Maria Adelaide Nave Chorão de Melo Pereira, Maria José Mendes de Carvalho Temóteo Fonseca Ferreira, Maria Teresa Ferreira Correa d'Almeida, Arminda da Soledade Rodrigues Sá Osório, Maria Laura Cabral Moncada Rodrigues Serra Vaz, Isabel Maria Jorge Rocha Cabrita de Sousa, Dina Maria Ribeiro da Cunha Ferreira, Maria Adalgiza de Sousa e Silva, Maria da Conceição Azevedo Mendes Mourão, Maria Jacinta de Brito Pina, Silvina Maria Tavares Farinha Sousa Pires, Maria Leonor de Morais Gomes Barbosa, Marcela Rosa Iria, Maria Palmira Vargas de Oliveira Coruche, Maria Zélia Ferreira Amorim Vilhena, Rosa Maria Vieira Penha da Silva Alves, Ana Cristina Sobral Marques Venâncio, Maria Eugénia Luísa Faria, Clarisse Laureano Casimiro, Hirondina Cardim Pinto Júdice Pargana, Mariana da Glória do Couto Rodrigues, Maria Hermínia de Almeida Marques Ferreira, Berta Fernandes Madeira Reimão Ferrão, Adozinda Gonçalves Jorge Pinto, Maria Alice de Jesus Monteiro, Maria Luísa Lavrador Morgado Clemente, Filomena Maria Paiva Furtado, Maria Haydée Miranda Canduzeiro Teixeira Coelho, Estrela Maria da Silva Conde Guedes Moreira, Maria Manuela Jesus Gonçalves, Maria Cristina Youd David Luz Clara, Maria Dulce Garcia Monteiro, Maria Margarida Costa Ribeiro Gomes, Águeda Natália Pedrugo dos Santos Gonçalves, Maria da Luz Silva Rei Calado Lopes, Maria Leonor de Jesus Nunes Cotrim Roberto Barata, Maria da Glória Oliveira Martins Cardoso Lopes, Maria Eduarda Nunes Fernandes Marques, Maria de Fátima Fernandes dos Santos Fortunato Remígio, Maria Luísa Martins, Maria Agostinha Moreno Veiga Rosa, Filomena Maria Fernandes dos Santos Pinto, Maria Eugénia Morais de Sena Esteves de Carvalho e Branco, Laurinda Alves Martins Nogueira e Maria Elisa Vilela de Freitas, técnicas superiores de 1.ª classe de serviço social do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeadas, após concurso, definitivamente na categoria de técnico superior principal de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, sendo exoneradas da categoria anterior a partir da data de aceitação da nova categoria.

Maria Fernanda Ribeiro Segarra da Costa Aires, Maria do Rosário Jorge da Silva Sanches e Maria Luciana Santos Correia de Freitas, técnicas superiores principais da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeadas, após concurso, definitivamente na categoria de técnico superior principal de serviço social da carreira técnica superior de serviço social do mesmo quadro de pessoal, aprovado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, sendo exoneradas da categoria anterior a partir da data de aceitação da nova categoria.

Pela mesma deliberação foram ainda nomeadas definitivamente, após concurso, na categoria de técnico superior principal de serviço social para o quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, e alterado pela Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho, as funcionárias abaixo mencionadas, sendo exoneradas da categoria que detinham no quadro de pessoal respectivamente a partir da data de aceitação do novo lugar:

Maria Filomena Gaspar Novo — técnica superior principal de serviço social do quadro de pessoal do Serviço de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

Maria Luísa Gonçalves Matias Carvalho — técnica superior principal de serviço social do quadro de pessoal do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

Ana Isabel Ribeiro Chandre Ramos — técnica superior principal de serviço social do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, a Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito.*

Centro Regional de Segurança Social do Norte

Serviço Sub-Regional de Bragança

Aviso n.º 2180/99 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e nos termos do artigo 24.º, n.º 2, do mesmo diploma, avisam-se os interessados de que a lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para o provimento de um lugar de programador principal do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte, a afectar ao Serviço Sub-Regional de Bragança, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 63, de 15 de Março de 1997, foi homologada por deliberação do conselho directivo de 16 de Dezembro de 1998, acta n.º 259, encontrando-se a mesma afixada nos expositores existentes para o efeito na sede daquela instituição.

Desta homologação cabe recurso, a interpor para o membro do Governo competente, conforme prevê o n.º 1 do artigo 34.º, no prazo de oito dias úteis a contar da data da afixação da lista, nos termos fixados no n.º 3 do artigo 24.º do diploma acima citado, com alteração produzida pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Martinho Eduardo Nascimento.*

Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Aviso n.º 2181/99 (2.ª série). — Para os devidos efeitos, avisam-se os interessados de que, devidamente homologada, a lista de classificação final do concurso de estágio para ingresso na carreira técnica superior de inspecção, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 232, de 7 de Outubro de 1994, e reaberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 284, de 9 de Dezembro de 1996, se encontra afixada nas instalações da Inspecção-Geral, sitas na Avenida de Elias Garcia, 12, 4.º, em Lisboa, onde pode ser consultada, dentro do horário normal de expediente dos serviços públicos, a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República.*

25 de Janeiro de 1999. — O Inspector-Geral, *José Manuel Simões de Almeida.*

Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho

Despacho (extracto) n.º 1857/99 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 1998 do vice-presidente da direcção do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho:

Cristina Isabel Amaro Mestre Revez, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnico superior de 2.ª classe do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal do IDICT, em lugar criado de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, a extinguir quando vagar, sendo rescindido o respectivo contrato a partir da data da posse. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 1858/99 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Agosto de 1998 do vice-presidente da direcção do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho:

Maria de Fátima Figueiredo Afonso e Clara Maria Peralta Agapito, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe do grupo de pessoal técnico-profissional do quadro de pessoal do IDICT, considerando-se rescindidos os contratos de trabalho a termo certo à data da posse. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

Serviços Sociais

Aviso n.º 2182/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de tesoureiro.* — 1 — Nos termos da alínea *a*) do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 16 de Novembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para preenchimento de uma vaga de tesoureiro do quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério de Trabalho e da Solidariedade, adiante designados por SSMTS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109/92, de 2 de Junho.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.os 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, 4/89, de 6 de Janeiro, 353-A/89, de 16 de Outubro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e 109/92, de 2 de Junho, Portaria n.º 548/93, de 28 de Maio, e Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso e esgota-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — compete ao tesoureiro coordenar os trabalhos de uma tesouraria, nomeadamente efectuar pagamentos e recebimentos, proceder à entrega das contribuições e impostos e quaisquer outros descontos legalmente exigíveis, preparar cheques para assinatura, efectuar depósitos bancários, manter actualizadas as contas correntes com as instituições bancárias, elaborar as folhas de caixa e controlar as verbas detidas pelo fundo de maneio, nos termos legais.

5 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Rua Palmira, 40, tendo como condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

6 — A remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar.

7 — Requisitos de admissão ao concurso — encontrar-se nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

a) Prova de conhecimentos escrita, com carácter eliminatório;
b) Avaliação curricular;
c) Entrevista profissional de selecção.

8.1 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

a) Habilitações literárias;
b) Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso;
c) Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas com avaliação da sua natureza e duração.

8.2 — A avaliação curricular será obtida através da seguinte fórmula:

$$AC=\frac{2HL+3FP+5EP}{10}$$

em que:

AC=avaliação curricular;
HL=habilitações literárias;
FP=formação profissional;
EP=experiência profissional.

8.3 — Na realização da prova de conhecimentos, que terá a duração de uma hora e trinta minutos, não será permitida a consulta de legislação.

8.4 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, conforme preconiza o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.5 — A prova de conhecimentos incide sobre as seguintes matérias constantes do programa de provas estabelecido nos termos do despacho n.º 214/MSSS/96, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 277, de 29 de Novembro.

A — Programa de provas de conhecimentos gerais para a categoria de tesoureiro

1 — Ministério do Trabalho e da Solidariedade:
1.1 — Estrutura orgânica;
1.2 — Serviços centrais e organismos sob tutela.
2 — Regime jurídico da função pública:
2.1 — Relação jurídica de emprego;
2.2 — Direitos e deveres dos funcionários públicos;
2.3 — Infracções e penas disciplinares;
2.4 — Estatuto remuneratório.
3 — Noções gerais sobre o Código do Procedimento Administrativo.
4 — Regimes de segurança social e acção social.

B — Programa de provas de conhecimentos específicos

1 — Despesas e receitas públicas.
2 — Orçamento do Estado e da segurança social:
2.1 — Financiamento da segurança social.
3 — Conta Geral do Estado.
4 — Contas e despesas correntes: dotações orçamentais, vencimentos e descontos:
4.1 — Outros abonos;
4.2 — Cálculo de vencimentos.
5 — Guias de receita:
5.1 — Reposições e anulações;
5.2 — Reembolso e restituições.
6 — Fundo permanente.
7 — Conta de gerência.

Legislação aplicável — Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto, Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro, Decretos-Leis n.os 155/92, de 8 de Julho, 232/97, de 3 de Setembro, 115/98, de 4 de Maio, e 127/98, de 12 de Maio, acrescida da legislação mencionada no n.º 2 do presente aviso.

8.6 — Cada um dos métodos de selecção será classificado numa escala de 0 a 20 valores.

A classificação final será encontrada pela ponderação das classificações obtidas nas fases mencionadas no n.º 8, atendendo à seguinte fórmula:

$$CF=\frac{PC+AC+EP}{3}$$

sendo:

CF=classificação final;
PC=prova de conhecimentos;
AC=avaliação curricular;
EP=experiência profissional.

9 — A relação de candidaturas e a lista de admissão e de classificação final serão afixadas na sede dos SSMTS e, em caso de igualdade de classificação, preferem-se os candidatos pela ordem prevista no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de direcção dos SSMTS, podendo ser entregue pessoalmente na Repartição Administrativa, Secção de Pessoal, Expediente e Arquivo, na Rua Palmira, 40, 2.º, 1199-006 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

Não se consideram os requerimentos e respectivos documentos entregues em qualquer outro local que não seja a sede destes Serviços.

11 — Os candidatos ao concurso no prazo fixado no n.º 1 do presente aviso deverão fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontra afecto, donde constem à data da abertura do concurso, de maneira inequívoca, a existência do vínculo à função pública e o registo de antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, apurada em número de dias, e a indicação do índice e escalão em que está inserido;

d) Declaração, passada e autenticada pelo dirigente da hierarquia de que depende o candidato, donde conste o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
e) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e dos respectivos tempos de duração;
f) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

12 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.
13 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e o serviço de identificação que o emitiu), situação militar, estado civil, número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone;
b) Habilitações literárias;
c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);
d) Morada para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

14 — Os candidatos que já sejam funcionários dos SSMTS são dispensados da apresentação dos documentos que constem no seu processo individual, devendo, porém, referi-los no seu requerimento.
15 — As falsas declarações serão punidas por lei.
16 — Constituição do júri:

Presidente — Manuel Francisco Baptista Caturra, chefe de secção.
Vogais efectivos:

António Frederico Guedelha Sardinha, chefe de secção.
Maria Manuel Botelho Pires Granjo Paias, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria Fernanda de Amaral Resende Nunes Carreta, chefe de repartição em exercício.
Gabriela Augusta Almeida Jorge, oficial administrativo principal.

O presidente do júri será substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

7 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Amândio Martins.*

Aviso n.º 2183/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Dezembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de motorista de ligeiros, da carreira de motorista de ligeiros, existente no quadro do pessoal dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109/92, de 2 de Junho.
2 — Legislação aplicável ao presente concurso:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 109/92, de 2 de Junho;
Portaria n.º 548/93, de 28 de Maio;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Despacho do Secretário de Estado da Administração Pública de 6 de Dezembro de 1996, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 227, de 8 de Janeiro de 1997;
Código do Procedimento Administrativo.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento do lugar a que se reporta o presente aviso, esgotando-se com o seu preenchimento.
4 — Conteúdo funcional — compete ao motorista de ligeiros a condução e conservação de viaturas ligeiras, bem como receber e entregar encomendas e expedientes oficiais e executar outras tarefas indispensáveis ao bom funcionamento dos Serviços.
5 — Condições de trabalho:
5.1 — O local de trabalho é nos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, sitos na Rua Palmira, 40, 1199-006 Lisboa.
5.2 — O vencimento do lugar a prover é o resultante da aplicação a esta categoria do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar. As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública em geral e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade em particular.
6 — Requisitos de admissão ao concurso:
6.1 — Requisitos gerais — os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo exigida a escolaridade obrigatória como habilitação literária.
6.2 — Requisitos especiais:

a) Ser funcionário de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública ou agente nas condições do n.º 1 ou do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Possuir carta de condução.

7 — Métodos de selecção:

a) Prova de conhecimentos;
b) Avaliação curricular.

7.1 — Prova de conhecimentos — a prova será escrita e versará sobre conhecimentos gerais e específicos:

a) Conhecimentos gerais — as matérias corresponderão ao nível das habilitações literárias legalmente exigidas, nomeadamente português e matemática, nos termos do programa de provas aprovado por despacho de 6 de Dezembro de 1996 do Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 227, de 8 de Janeiro de 1997;
b) Conhecimentos específicos — as matérias consistirão em breves noções sobre a estrutura orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, organização e competência dos Serviços Sociais, noções elementares sobre férias, faltas e licenças, direitos e deveres dos funcionários e agentes e noções e cuidados a ter com as viaturas, nomeadamente manutenção, funcionamento, limpeza e utilização.

7.2 — A prova de conhecimentos será pontuada de 0 a 20 valores (sendo 10 valores para os conhecimentos gerais e 10 valores para os conhecimentos específicos) e terá a duração de noventa minutos.
7.3 — A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que nela obtenham classificação inferior a 10 valores (por arredondamento de 9,5 valores).
7.4 — Avaliação curricular, que resultará da fórmula:

$$AC=\frac{HL+EP}{2}$$

em que:

HL = nível de habilitações literárias:

Posse de nove anos de escolaridade ou superior — 20 valores;
Posse de seis anos de escolaridade — 18 valores;
Posse de quatro anos de escolaridade — 16 valores.

EP = experiência profissional:

$$EP=\frac{FM+CC}{2}$$

em que:

FM = exercício comprovado de função de motorista, com atribuição de um valor por cada ano, no máximo de 20;
CC = tempo de posse de carta de condução da categoria B, atribuindo um valor a cada ano, no máximo de 20.

7.5 — A classificação final resultará da seguinte fórmula:

$$CF=\frac{PC+AC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;
PC = prova de conhecimentos;
AC = avaliação curricular.

8 — Formalização das candidaturas:
8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de

Abril, dirigido ao presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, entregue em mão na Secção de Pessoal, Expediente e Arquivo, 2.º piso, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a morada indicada no n.º 5.1, no prazo de candidatura referido no n.º 1 deste aviso, solicitando a admissão ao concurso.

8.2 — Elementos que os candidatos devem mencionar no requerimento:

a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número, data e validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone;
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Situação profissional;
d) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número e a data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do concurso;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;
f) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento.

9 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado obrigatoriamente da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae,* devidamente datado e assinado;
b) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias;
c) Certidão comprovativa do cumprimento da Lei do Serviço Militar;
d) Certidão do registo criminal;
e) Atestado de robustez física e psíquica;
f) Declaração, emitida pelo serviço de origem, da qual constem o vínculo e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
g) Fotocópia autenticada da carta de condução.

9.1 — Os documentos constantes das alíneas *b*) a *e*) do n.º 9 podem ser substituídos por documento comprovativo da sua existência, passado pelo serviço de origem.

9.2 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal dos Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos no n.º 9 do presente aviso se os mesmos existirem no seu processo individual.

9.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre as situações que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, de acordo com o estipulado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos serão punidas nos termos da lei.

11 — Os candidatos admitidos ao concurso serão convocados para as provas de selecção nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — António Frederico Guedelha Sardinha, chefe de secção.
Vogais efectivos:

Manuel Francisco Baptista Caturra, chefe de secção, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Hermínia Maria da Ponte Tavares Ferreira Jorge, primeiro-oficial.

Vogais suplentes:

Maria Fernanda Azevedo Alves da Veiga, oficial administrativo principal.
Maria de Lurdes Loureiro Carapinha Amaro, primeiro-oficial.

13 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Amândio Martins.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Direcção-Geral do Ambiente

Despacho n.º 1859/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Ambiente de 22 de Outubro de 1998:

Berta Emília Cid Bentes Oliveira Capela e Silva, chefe de repartição do quadro de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ambiente, ficando exonerada do quadro de origem a partir da data da assinatura do termo de aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal e Expediente, *Maria Manuela Azevedo.*

Inspecção-Geral do Ambiente

Deliberação n.º 60/99. — Por deliberação de 14 de Janeiro de 1999 da comissão instaladora foram nomeados técnicos superiores de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, em comissão de serviço extraordinária e por urgente conveniência de serviço, para produzir efeitos a 1 de Fevereiro de 1999, nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 296/97, de 24 de Outubro, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, os funcionários Luísa Maria Figueiredo Pinheiro Zuzarte Reis e Cristiano Guilherme da Silva Amaro (área de engenharia do ambiente), Graça Maria Pacheco Bravo (área de engenharia química) e Ana Paula da Silva Nunes Sismeiro Pereira (área de consultadoria jurídica e contencioso).

14 de Janeiro de 1999. — O Presidente da Comissão Instaladora, *António Leones Dantas.*

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 1860/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Hélder Carlos Martins Ganhão, contratado a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, na carreira de programador-adjunto — nomeado definitivamente, precedendo concurso, programador-adjunto de 2.ª classe, escalão 1, índice 275, do quadro do ex-Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, ocupando um lugar criado automaticamente por inexistência de vaga no quadro do ex-Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, considerando-se rescindido o contrato a termo certo a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias.*

Despacho (extracto) n.º 1861/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Agosto de 1998 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Alice Carla da Silva Luís, Dina do Carmo Pereira Amaro, Paulo Jorge Fernandes Lawson e Sandra Esmeralda Piedade Rolo, contratados a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, na carreira de guarda da natureza — nomeados, precedendo concurso, em regime de contrato administrativo de provimento estagiários da carreira de guarda da natureza, escalão 1, índice 140, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, considerando-se rescindidos os contratos a termo certo a partir de 1 de Janeiro de 1999, data do início do estágio probatório. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias.*

Despacho (extracto) n.º 1862/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Abril de 1998 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Marco Aurélio dos Santos Candeias, Nuno Filipe Garcia Ramos Meda Saavedra, Carlos Urbano Costelas Carrapato, João Manuel Santos Correia, António Nuno Palhares Falcão Varajão Barbosa e Marco Paulo Lopes Saraiva — autorizada a celebração dos contratos admi-

nistrativos de provimento, com início em 11 de Maio de 1998, como estagiários para ingresso na carreira de guarda da natureza, escalão 1, índice 140, na sequência do concurso externo de ingresso para a execução da quota de descongelamento de vagas para 1995 de guardas da natureza, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 35, de 10 de Fevereiro de 1996, e lista de classificação final publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 295, de 23 de Dezembro de 1997. (Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Dezembro de 1998.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias.*

Despacho (extracto) n.º 1863/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 1998 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Ana Raquel Santos de Sousa — autorizada a celebração do contrato administrativo de provimento, com início em 1 de Julho de 1998, como estagiária para ingresso na carreira de guarda da natureza, escalão 1, índice 140, na sequência do concurso externo de ingresso, para a execução da quota de descongelamento de vagas para 1995 de guardas da natureza, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 35, de 10 de Fevereiro de 1996, e lista de classificação final publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 295, de 23 de Dezembro de 1997. (Visado pelo Tribunal de Contas em 9 de Dezembro de 1998.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias.*

Despacho (extracto) n.º 1864/99 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Agosto e de 30 de Novembro de 1998 respectivamente da vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do coordenador da Sub-Região de Saúde de Portalegre:

Maria de Fátima Gonçalves Cardoso Bacharel, assessora superior do quadro da ARS do Alentejo — autorizada a prorrogação da requisição, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998, para exercer funções no Parque Natural da Serra de São Mamede. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços Administrativos e Financeiros, *M. Neves Dias.*

MINISTÉRIO DA CULTURA

Delegação Regional da Cultura do Alentejo

Aviso n.º 2184/99 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho de 14 de Janeiro de 1999 da delegada regional da Cultura do Alentejo, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral com vista ao preenchimento de um lugar vago na categoria de chefe de secção do quadro de pessoal da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.

2 — Legislação aplicável:

a) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido por três meses a contar da data da publicação da lista de classificação final e até ao provimento da vaga posta a concurso.

4 — Área funcional — especificamente, o lugar abrangido pelo presente concurso reporta-se à área de pessoal, expediente e arquivo.

5 — Local de trabalho — Évora.

6 — O método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular.

6.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base;
b) Formação profissional;
c) Experiência profissional;
d) Classificação de serviço.

6.2 — Os critérios de apreciação e ponderação de avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento de admissão a concurso dirigido à delegada regional da Cultura do Alentejo, Rua dos Burgos, 5, apartado 235, 7003 Évora Codex, podendo ser entregue directamente na morada indicada ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo indicado no n.º 1 do presente aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e validade, estado civil, morada e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, identificação das funções exercidas com maior interesse para o lugar a que se candidata e classificação de serviço nos últimos três anos;
d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* actualizado, detalhado, datado e assinado;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
c) Certificado das acções de formação, donde conste a duração das mesmas;
d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço dos últimos três anos;
e) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem pormenorizadamente as tarefas, actividades e responsabilidades exercidas;
f) Fotocópia do bilhete de identidade.

8 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Delegação Regional da Cultura do Alentejo ficam dispensados de apresentação dos documentos existentes no seu processo individual.

9 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final, se for caso disso, serão afixadas nas instalações da Delegação.

10 — O júri do concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Arquitecto Luís Filipe de Paiva Marino Ucha, chefe de divisão da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Vogais efectivos:

Margarida Perdigoto Vaz de Oliveira e Melo, chefe de repartição da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Dr.ª Teresa Bragança Dias Tedeu, secretária do Governo Civil do Distrito de Évora.

Vogais suplentes:

Dr.ª Ana Maria de Mira Borges, delegada regional da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Dr. José Teixeira, director do Museu de Évora.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

14 de Janeiro de 1999. — A Delegada Regional, *Ana Maria de Mira Borges.*

Aviso n.º 2185/99 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho de 14 de Janeiro de 1999 da delegada regional da Cultura do Alentejo, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral com vista ao preenchimento de dois lugares vagos na categoria de assistente administrativo principal da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.

2 — Legislação aplicável:

a) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido por três meses a contar da data da publicação da lista de classificação final e até ao provimento das vagas postas a concurso.

4 — Área funcional — especificamente, os lugares abrangidos pelo presente concurso reportam-se à área de pessoal, expediente, arquivo e secretariado.

5 — Local de trabalho — Évora.

6 — O método de selecção a utilizar é o da avaliação curricular.

6.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base;
b) Formação profissional;
c) Experiência profissional;
d) Classificação de serviço.

6.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento de admissão a concurso dirigido à delegada regional da Cultura do Alentejo, Rua dos Burgos, 5, apartado 235, 7003 Évora Codex, podendo ser entregue directamente na morada indicada ou enviado pelo correio, com aviso de recepção, dentro do prazo indicado no n.º 1 do presente aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, serviço de identificação que o emitiu e validade, estado civil, morada e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, identificação das funções exercidas com maior interesse para o lugar a que se candidata e classificação de serviço nos últimos três anos;
d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

7.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* actualizado, detalhado, datado e assinado;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
c) Certificado das acções de formação, donde conste a duração das mesmas;
d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço dos últimos três anos;
e) Declaração, passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual constem pormenorizadamente as tarefas, actividades e responsabilidades exercidas;
f) Fotocópia do bilhete de identidade.

8 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal da Delegação Regional da Cultura do Alentejo ficam dispensados de apresentação dos documentos existentes no seu processo individual.

9 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final, se for caso disso, serão afixadas nas instalações da Delegação.

10 — O júri do concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Arquitecto Luís Filipe de Paiva Marino Ucha, chefe de divisão da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Vogais efectivos:
Margarida Perdigoto Vaz de Oliveira e Melo, chefe de repartição da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Maria do Rosário Baião Parreira Russo Caeiro, assistente administrativa especialista da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.

Vogais suplentes:
Dr.ª Ana Maria de Mira Borges, delegada regional da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.
Maria Antónia Estriga Chibeles, assistente administrativa principal da Delegação Regional da Cultura do Alentejo.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

14 de Janeiro de 1999. — A Delegada Regional, *Ana Maria de Mira Borges.*

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 1865/99 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Cultura de 30 de Dezembro de 1998, nos termos da alínea *h*) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de Junho, é renovada a nomeação, como vogal da Comissão de Classificação de Espectáculos, da licenciada Maria Guiomar Sousa Vieira.

21 de Janeiro de 1999. — A Subinspectora-Geral, *Maria Paula Andrade.*

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Aviso (extracto) n.º 2186/99 (2.ª série). — Por despachos do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por delegação:

De 16 de Outubro de 1998:

Fernando Emílio Carapinha e Rui Manuel Silva Pires, contratados a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeados definitivamente, precedendo concurso de ingresso nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torres do Tombo, em lugares criados a extinguir quando vagarem.

De 23 de Novembro de 1998:

Maria Carolina de Jesus Oliveira Fernandes, Maria de Fátima Prego Nogueira Catalão, Fernanda Maria Vieira Grilo Matos Lomba, Maria José Faria Rodrigues Cordeiro, Maria da Graça Caldeira Alves, Maria de Lurdes Oliveira, Lucinda Glória Romão de Almeida Vieira, Maria Fernanda Alves de Castro Rodrigues, Maria Germana Silva Pacheco, Maria Júlia Vieira Grilo Matos, Maria de Fátima Carrondo Morais Ramos, Noémia Maria Barradas Maneiras, Isabel dos Anjos Marques Nibau, Conceição Rolinda Fernandes Barros Santa Maria, Maria do Céu Reis Sereno, Isabel Maria Soares Paixão Pais, Júlia Marques Cardoso, Maria Madalena Silvério Teixeira Figueiredo, contratadas a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso de ingresso nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de servente do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em lugares criados a extinguir quando vagarem.

De 27 de Novembro de 1998:

Diogo Marques Veríssimo Serrão, contratado a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, precedendo concurso de ingresso, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de técnico auxiliar de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em lugar criado a extinguir quando vagar.

(Declaração de conformidade homologada em sessão diária de visto de 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Subdirector, *José Maria Salgado.*

Aviso (extracto) n.º 2187/99 (2.ª série). — Por despacho do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por delegação, de 4 de Janeiro de 1999:

Maria da Conceição Lopes Casanova, técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Biblioteca Nacional — transferida, após anuência do serviço de origem, para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Subdirector, *José Maria Salgado.*

Despacho (extracto) n.º 1866/99 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Cultura de 6 de Janeiro de 1999:

Ana Isabel Silva Canas da Cunha, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de arquivo do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — concedida a equiparação a bolseiro, no período de 14 a 31 de Dezembro de 1999, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto, uma vez que vai beneficiar de uma bolsa de investigação mista (em Portugal e no estrangeiro) atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Praxis XXI. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Subdirector, *José Maria Salgado.*

Instituto Português do Património Arquitectónico

Aviso n.º 2188/99 (2.ª série). — *Referência 1/99-IPPAR.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico de 14 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de encarregado de guardaria no quadro do pessoal do Palácio Nacional de Sintra, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 352/87, de 29 de Abril (mapa anexo).

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
Decreto-Lei n.º 126/94, de 19 de Maio.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento do lugar a que se reporta o presente aviso de abertura.

4 — Conteúdo funcional — coordenar as tarefas exercidas pelos funcionários e agentes da carreira de guarda de museu, distribuindo tarefas e zelando pelo cumprimento das normas de serviço.

5 — Local de trabalho — Sintra.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Requisitos de candidatura:

7.1 — Requisitos gerais — preencher os requisitos referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — encontrar-se na área de recrutamento prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/94, de 19 de Maio.

8 — Métodos de selecção:

a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
b) Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar em concurso;
c) Experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto a avaliar, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

8.2 — Entrevista profissional de selecção — visa determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciados os seguintes factores:

a) Capacidade de expressão;
b) Cultura geral;
c) Capacidade de adaptação.

8.3 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção de ponderação, numa escala de 0 a 20 valores.

8.4 — De acordo com a alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de actas de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

10 — Apresentação de candidaturas:

10.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação no *Diário da República.*

10.2 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em papel azul de 25 linhas ou em papel branco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual carreira e na função pública;
d) Referência ao concurso a que se candidata.

10.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser obrigatoriamente acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado;
b) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias declaradas;
c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar declaradas e da sua respectiva duração;
d) Declaração, autenticada, emitida pelo respectivo serviço, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública e a especificação pormenorizada das tarefas que lhe estiverem cometidas no mesmo período;
e) Fotocópia do bilhete de identidade.

10.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10.5 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª M. Inês F. Sousa Ferro, directora de serviços, substituída nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Ana M. C. Carreira da Silva, assistente administrativa especialista.
Maria da Soledade J. P. Melo Heitor, assistente administrativa especialista.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria João M. B. Aires, técnica superior de 1.ª classe.
Maria Madalena O. P. M. Sousa Monteiro, técnica profissional especialista.

12 — Os requerimentos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, para o Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa.

13 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações do Instituto Português do Património Arquitectónico e nas do Palácio Nacional de Sintra.

19 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra.*

Aviso n.º 2189/99 (2.ª série). — *Referência 2/99-IPPAR.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico de 14 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira de arquitecto do quadro do pessoal da Direcção Regional de Faro, aprovado pela Portaria n.º 301/98, de 19 de Maio (mapa anexo VIII).

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento do lugar a que se reporta o presente aviso de abertura.

4 — Local de trabalho — Direcção Regional de Faro.

5 — Conteúdo funcional — conceber, projectar e fiscalizar a execução de projectos.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Requisitos gerais e especiais de candidatura — preencher os requisitos referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, satisfazendo as regras a que se refere a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Métodos de selecção:

8.1 — Avaliação curricular — na qual serão ponderados os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação, legalmente reconhecida;
b) Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar em concurso;

c) Experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto a avaliar, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;
d) Média da classificação de serviço obtida nos anos relevantes para a promoção, ponderada através da sua expressão quantitativa.

8.2 — Entrevista profissional de selecção — visa determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciados os seguintes factores:

a) Capacidade de expressão e fluência verbais;
b) Motivação e interesse;
c) Capacidade de adaptação profissional;
d) Interesse pela valorização e actualização profissionais.

8.3 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção de ponderação, numa escala de 0 a 20 valores.
8.4 — De acordo com a alínea *g*) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.
9 — Apresentação de candidaturas:
9.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso de abertura.
9.2 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril (folhas de papel normalizado, branco ou de cores pálidas, de formato A4 ou papel contínuo), dirigido ao presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual carreira, na categoria e na função pública;
d) Classificação de serviço dos anos relevantes para efeitos de concurso (na expressão quantitativa);
e) Referência ao concurso a que se candidata.

9.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser obrigatoriamente acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente assinado e datado;
b) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das habilitações literárias;
c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e da sua respectiva duração;
d) Declaração autenticada, emitida pelo respectivo serviço, que comprove a categoria de que o candidato é titular, a natureza do vínculo à função pública, o tempo de serviço contado na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço (na expressão quantitativa);
e) Declaração autenticada, emitida pelo respectivo serviço onde o funcionário exerce funções, com a especificação pormenorizada das tarefas e responsabilidades que lhe estiverem cometidas, bem como o tempo de serviço correspondente ao exercício a que as mesmas se reportam.

9.4 — Os candidatos da Direcção Regional de Faro serão dispensados da apresentação do documento referido na alínea *b*) do n.º 8.3 que conste do seu processo individual, devendo, neste caso, declarar expressamente tal facto no requerimento.
9.5 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
10 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.
11 — Constituição do júri:

Presidente — Arquitecta Maria Teresa R. T. Pimpão, directora de serviços, substituída nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.
Vogais efectivos:

Arquitecto Octávio M. C. Câmara, chefe de divisão.
Dr.ª Natércia A. da Fonseca Magalhães, assessora principal.

Vogais suplentes:

Arquitecto João Manuel B. Simão, técnico superior principal.
Dr. Rui J. Z. Parreira, técnico superior principal.

12 — Os requerimentos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, para o Instituto Português do Património Arquitectónico, Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa.
13 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações do Instituto Português do Património Arquitectónico e da Direcção Regional de Faro.

19 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno Borges Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 1867/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Licenciada Isabel Maria Simões Barreira, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de biblioteca e documentação do quadro de pessoal deste Instituto — nomeada definitivamente, após concurso, técnica superior principal do mesmo quadro e carreira, ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 1868/99 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Engenheiro Hernâni Henriques Dias, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto — transferido, por conveniência de serviço, e ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com a mesma categoria, para a carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 1869/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Novembro de 1998 do presidente deste Instituto:

António Jorge Saraiva Nunes, contratado em regime de contrato de trabalho a termo certo ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, após concurso, motorista de ligeiros do quadro de pessoal deste Instituto, em lugar criado e a extinguir quando vagar, ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 195/97, de 31 de Julho, 256/98, de 14 de Agosto, 248/85, de 15 de Julho, 103-A/97, de 20 de Abril, e 498/88, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, a ser remunerado pelo escalão 1, índice 130. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 1870/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Teresa de Jesus Alves Rodrigues e Maria Antonieta Cordeiro da Silva Sabino, assistentes administrativas do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa deste Instituto — nomeadas definitivamente, após concurso, assistentes administrativas principais do mesmo quadro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, a serem remuneradas pelo escalão 1, índice 215, a primeira, e escalão 4, índice 245, a segunda. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra.*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Instituto de Investigação Científica Tropical

Aviso n.º 2190/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de 11 de Novembro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de ingresso para o preenchimento de uma vaga na categoria de tesoureiro do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento do referido lugar.

3 — Conteúdo funcional — ao tesoureiro compete coordenar os trabalhos de tesouraria, tendo a responsabilidade dos valores de caixa que lhe estão confiados, executando todo o movimento de pagamento de despesas, de vencimentos e de outros, para o que procede a levantamentos de numerário e emissão de cheques, e conferências.

4 — Remuneração, condições e local de trabalho — a remuneração é a afixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública. O local de trabalho situa-se em Lisboa, na Rua da Junqueira, 30.

5 — Requisitos de candidatura — podem candidatar-se os funcionários de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública ou agentes nas condições referidas no n.º 1 ou no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que satisfaçam as seguintes condições:

5.1 — Posse dos requisitos gerais de admissão a concurso constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 — Detenham a categoria de assistentes administrativos especialistas e principais com, pelo menos, três anos na categoria e com classificação de serviço não inferior a *Bom.*

6 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

a) Prova de conhecimentos com carácter eliminatório;
b) Avaliação curricular;
c) Entrevista profissional de selecção.

7 — Prova de conhecimentos:

7.1 — A prova será escrita, com o objectivo de avaliar o nível de conhecimentos profissionais dos candidatos, em termos gerais e específicos, terá a duração de noventa minutos e terá carácter eliminatório.

7.2 — A prova de conhecimentos incide sobre as matérias constantes do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 24/MCT/95, de 19 de Dezembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 291, e será classificada de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

Programa de provas de conhecimentos para a categoria de tesoureiro:

a) A prova de conhecimentos gerais incidirá sobre as matérias relacionadas com direitos e deveres da função pública e deontologia profissional;
b) A prova de conhecimentos específicos versará matérias relacionadas com a arrecadação de receitas e pagamentos e com a legislação considerada adequada ao exercício da função.

7.3 — Bibliografia aconselhada e legislação indicada — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 532/79, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 105/82, de 8 de Abril, Decreto-Lei n.º 160/83, de 19 de Abril, Lei n.º 6/91, de 20 de Abril, Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, Decreto-Lei n.º 80/96, de 21 de Junho, Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 107/98, de 24 de Abril.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva forma classificativa, constam da acta da primeira reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo de candidatura, para a Direcção dos Serviços de Administração, Rua da Junqueira, 30, 1349-007 Lisboa.

9.1 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão conter os seguintes elementos, devidamente actualizados:

a) Identificação completa (nome, data de nascimento, estado civil, número e validade do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
b) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso;
c) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
d) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para apreciação do seu mérito ou para constituírem motivo de preferência legal, serão os quais só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

9.2 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados:

a) Currículo profissional detalhado, donde constem nomeadamente a habilitação literária, as funções que exerce e as que desempenhou anteriormente e correspondentes períodos, bem como a formação profissional, referindo as acções de formação finalizadas, sua duração, devendo ser apresentada a respectiva comprovação, através de documento original ou fotocópia autenticada.
b) Declaração, devidamente autenticada pelo serviço, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria que detém e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública.

10 — Os funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do IICT ficam dispensados da apresentação dos documentos que constem do respectivo processo individual, devendo, porém, referi-los no requerimento.

11 — A relação de candidatos e as listas de classificação final do concurso serão afixadas na Direcção dos Serviços de Administração, na Rua da Junqueira, 30, 3.º, 1349-007 Lisboa.

12 — O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria Isabel de Matos Costa Marreiro, chefe da Divisão de Planeamento, Programação e Controlo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Vogais efectivos:

Rohit, chefe da Repartição de Administração Financeira e Patrimonial do Instituto de Investigação Científica Tropical, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

António Fortunato Fernandes, tesoureiro do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Vogais suplentes:

Arminda Marques Pereira Eduardo Matos Cristóvão, chefe da Secção de Secretariado e Expediente do Instituto de Investigação Científica Tropical.

Maria Isabel Madruga dos Santos Lourenço, chefe da Repartição de Pessoal, Secretariado e Expediente, em substituição, do Instituto de Investigação Científica Tropical.

12 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Maria Isabel de Matos Costa Marreiro.*

Despacho (extracto) n.º 1871/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical:

Maria da Graça Fraga Freire de Barros Barbosa da Maia, assistente de investigação do Instituto de Investigação Científica Tropical — autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento celebrado com o IICT.

11 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços de Administração, em substituição, *António Melo.*

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares

Centro Hospitalar do Funchal

Aviso n.º 17/99/M (2.ª série). — Nos termos do n.º 66 da secção VII da Portaria n.º 177/98, de 11 de Março, faz-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de provimento para chefe de serviço de anestesiologia da carreira médica hospitalar, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 237, de

13 de Outubro de 1997, depois de homologada por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares de 13 de Janeiro de 1999:

	Valores
1.º Dr. Francisco José Galrito Pereira Lacerda	18,3
2.º Dr. Luís Paulo Teixeira de Aguiar Gaspar	18,1
3.º Dr.ª Ana Maria Heitor dos Reis e Silva	17,3
4.º Dr. Carlos António Mendes Muller Pereira	15,6
5.º Dr. Etelberto Manuel Marques Açafrão	15,2
6.º Dr.ª Maria Henriqueta Vieira Câmara Reynolds	14

13 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, *Manuel Remesso Freitas Timóteo.*

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Rectificação n.º 221/99. — Por ter saído com inexactidão o despacho que tornou definitiva a nomeação publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 15, de 19 de Janeiro de 1999, rectifica-se que onde se lê «Maria Manuela Morbey de Almeida Passos de Mesquita» deve ler-se «Maria Manuela Morbey de Almeida Pessoa de Mesquita». (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Juiz-Secretário, *(Assinatura ilegível.)*

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer n.º 2/99. — *Educação estética, ensino artístico e sua relevância na educação e na interiorização dos saberes.* — No uso da competência que lhe é conferida pela sua Lei Orgânica, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 241/96, de 17 de Dezembro, nos termos regimentais, e por iniciativa própria, após apreciação do projecto de parecer elaborado pelos conselheiros relatores pintora Emília Nadal e Dr. Jorge Barreto Xavier, o Conselho Nacional de Educação, em sua reunião plenária de 10 de Dezembro de 1998, deliberou aprovar o referido projecto, emitindo, assim, o seguinte parecer:

Nota prévia

1 — Ao introduzir o tema da educação estética e do ensino artístico no seu programa de trabalho, a Comissão de Educação e Formação ao Longo da Vida, coordenada pelo conselheiro Augusto Santos Silva, considerou aquela área como uma componente essencial do processo educativo e da aquisição de saberes cuja incidência e oportunidade deveria ser promovida.

2 — No âmbito da metodologia de trabalho inicialmente proposta, e com o objectivo de recolher experiências diversificadas sobre uma matéria tão abrangente como pouco definida, foi programada uma mesa-redonda subordinada ao tema «A educação estética — sua importância na educação e na interiorização dos saberes».

3 — Aquela iniciativa realizou-se no âmbito da referida comissão permanente e o tema foi debatido por um grupo de personalidades com reconhecida experiência na área em questão. Integraram o conjunto professores de diversas áreas e níveis de ensino, nomeadamente de diferentes expressões artísticas artistas plásticos, actores e criadores de espectáculos; gestores de teatro e de empresas de tecnologias *multimedia;* animadores culturais ao nível de autarquias e animadores de projectos educativos promovidos por instituições privadas ou em regime de parcerias, e especialistas em psicologia, antropologia cultural e na formação de professores.

4 — Foram debatidos os conceitos de estética, os objectivos da educação estética, a relação desta com as áreas científicas e, especificamente, com a área do ensino artístico, por ser a área mais directamente vocacionada para a prossecução daqueles objectivos. Trocaram-se experiências sobre formas e modos de implementação daquelas áreas e sobre a sua influência positiva nas aprendizagens e na formação humanista dos alunos, ao nível da educação pré-escolar, escolar e extra-escolar. Analisaram-se aspectos relacionados com a formação dos agentes de educação estética e dos professores do ensino artístico e as dificuldades que se colocam à percepção da importância que reveste esta vertente educativa.

5 — Na sequência do confronto de ideias e experiências, e no âmbito das actividades de iniciativa própria do Conselho Nacional de Educação, a Sr.ª Presidente do Conselho, Prof.ª Doutora Maria Teresa Ambrósio, solicitou a elaboração de um parecer sobre a problemática da educação estética e do ensino artístico.

6 — O parecer aborda as dimensões teleológica, política e pedagógica da área em questão, utilizando como moldura a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor e as orientações consignadas na Carta Magna da Educação e Formação ao Longo da Vida e como fundamento o quadro constitucional em vigor.

Introdução

No texto do projecto de parecer sobre ensino artístico e educação estética estão subjacentes as seguintes preocupações:

1) Centrar as problemáticas da educação, do ensino e das aprendizagens na realidade da pessoa, com a sua *exterioridade* (corpo), *interioridade* (o eu) e a sua *alteridade* (o mundo e qualquer *outro*); na óptica da motivação para a realização pessoal e social e na *procura da felicidade* esse direito que alguns, limitadamente, identificaram com bem-estar;
2) Definir a educação estética como dimensão fundamental da educação e componente essencial para um processo educativo global e como factor estimulante do gosto pelo saber; a educação estética é parte integrante da educação e, como tal, a educação ou é estética ou não se realiza;
3) Explicitar a operatividade da educação estética no quadro do sistema e, especificamente, através do ensino artístico, considerado não na sua vertente de ensino superior especializado mas como componente integrante da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
4) Situar a educação estética e o ensino artístico no quadro da educação e formação ao longo da vida, confrontando-os com as exigências da sociedade cognitiva num contexto económico e cultural de globalização, no qual as linguagens simbólicas adquirem um papel determinante em todas as formas de comunicação;
5) Centrar as problemáticas da educação estética e do ensino artístico no contexto da escolaridade obrigatória e da educação para todos;
6) Articular os conteúdos estéticos e artísticos da escolaridade obrigatória com o ensino secundário, o ensino profissional e o ensino artístico superior e especializado (públicos e privados), assim como com diversos mecanismos educativos informais, extra-escolares e especiais, como base indispensável para a formação humanística dos cidadãos e para a elevação do nível cultural da sociedade portuguesa, garante de uma democracia plena.

A — Contexto histórico

Faz-se uma breve resenha, referente ao século XX, com todas as omissões que tal acarreta:

João de Barros (1881-1960) desencadeou, no âmbito da 1.ª República, uma campanha pela educação artística: «Não há sociedade democrática que possa viver, progredindo, sem o culto da arte», sendo secundado por outros, como Aurélio da Costa Ferreira, que em 1916 publica um texto sobre «Arte na escola» (de encontro com os conceitos dos jardins-escolas João de Deus, fundados em 1911), ou, ainda, Cardoso Júnior ou Leonardo Coimbra: «A primeira educação deve ser artística».

O regime ditatorial instaurado na sequência do 28 de Maio de 1926 não propiciaria o desenvolvimento curricular destas matérias.

Todavia, no dizer de Arquimedes Silva Santos (ele próprio uma referência incontornável neste domínio), nos anos 50 aparecem novas dinâmicas, nomeadamente estimuladas pela criação da Associação Internacional de Educação pela Arte, sendo de referir o trabalho desenvolvido por Calvet de Magalhães e Alice Gomes, entre outros.

Em 1957 realizam-se em Lisboa e no Porto uma série de conferências, de onde sai a edição da comunicação de Rui Grácio «Educação estética e ensino escolar», prefaciada por Delfim Santos.

Em 1971, por iniciativa de Madalena Perdigão, promove-se na Fundação Gulbenkian um colóquio sobre «O projecto de reforma do ensino artístico», na sequência do qual resulta a reforma do Conservatório Nacional.

O 25 de Abril de 1974 abriu, como seria de esperar, condições para uma renovação do pensamento e da acção nesta área, ocorrendo em 1978 a criação, no Ministério da Educação, do Gabinete Coordenador do Ensino Artístico, que sob a direcção de Madalena Perdigão, apresentou em 1979 um plano nacional de educação artística, não adoptado.

Mas, até à década de 80, a legislação que regulamentava o ensino artístico remontava à década de 30.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, em vigor, consagrou a importância das artes na educação, como adiante se dará conta. Na sua sequência, em 1987, nasceu o projecto «Escola cultural», que em 1989 é substituído pelo projecto «A cultura começa na escola», entretanto desaparecido.

Em 1990 é aprovado o diploma quadro do ensino artístico, em vigor, o Decreto-Lei n.º 344/90, que bebe na experiência anterior, destacando-se o já referido «Plano nacional de educação artística» de 1978.

Em 1991, o GETAP — Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, do Ministério da Educação, hoje desarticulado, promove, na Maia, o colóquio «Educação artística especializada — preparar as mudanças qualitativas», onde procura promover

os decretos regulamentadores para as diversas áreas artísticas na sequência do diploma quadro de 1990, já citado. Os diversos decretos em causa nunca passariam da fase de proposta.

Em 1993, o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Juventude e o Clube Português de Artes e Ideias lançam o programa «PAIDEIA — Arte nas Escolas», que abrangeu, até 1997, 180 escolas secundárias.

Na década de 90, multiplicaram-se os projectos locais de actividades artísticas ligadas a escolas, seja na continuação de acções com alguma longevidade, seja na utilização da chamada «área-escola» ou outros mecanismos similares anteriores, seja através de parcerias entre organizações culturais e escolas. Referir-se-ão alguns exemplos.

Em 1996 foi nomeada uma comissão conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura para estudar a situação do ensino artístico e avançar com propostas globais de reforma. A comissão em causa apresentou o seu relatório e, entretanto, foi nomeada uma segunda comissão conjunta, ainda em funcionamento.

Verifica-se como esta matéria tem sido de tratamento volátil e pouco consequente, mantendo em estado de desarticulação as estruturas existentes, não maximalizando as suas possibilidades e não criando condições para que este domínio tenha a relevância que lhe é reconhecida como mecanismo estruturante de qualificação pessoal e social.

Em diversos países com uma experiência mais sólida que a portuguesa, repensa-se a intervenção na área das artes. Portugal tem a oportunidade de participar, em paralelo, numa movimentação que procura adequar os sistemas educativos às exigências da contemporaneidade.

B — Contexto cultural

O percurso educativo é uma realidade que se processa ao longo da vida da pessoa e engloba múltiplas vertentes; nelas se inclui a vertente do ensino formal, como uma das mais decisivas para a transmissão de referências, modelos e saberes. Da correspondência dos sistemas de ensino formal aos contextos sócio-culturais dependem a sua qualidade e sucesso.

A modernidade decretou a autonomia da arte em relação aos conceitos tradicionais de beleza e aos cânones estéticos da representação da natureza. Emergiram, também, uma sociologia da arte, uma psicologia da arte, uma ideologização política da arte, um encontro entre antropologia cultural e arte.

O pensamento estético tornou-se pluridisciplinar, para ele concorrendo outras áreas do conhecimento como a psicologia, a psicanálise, a sociologia, a antropologia, a semiologia, a linguística e, neste final de século, as ciências cognitivas relacionadas com a biologia do cérebro.

A reflexão estética centra-se actualmente na fenomenologia da percepção (Merleau-Ponty) e dos mecanismos da criação (Changeux), na estética da recepção (Benjamin, Jauss) e da comunicação (Habermas), assim como nos níveis das expressões e das linguagens (Goodman), e no sentido da acção criadora na multiplicidade de formas e de atitudes de intervenção na vida quotidiana, ou seja, na sua relação simbólica com os contextos envolventes (Dorffles, Danto).

O conceito de estética generalizou-se ao nível da sociedade; ultrapassando o campo da arte, nele se passou a englobar tudo o que, na actividade humana, se refere ao gosto e aos conceitos de beleza, coerência, equilíbrio ou harmonia. A diversidade de linguagens e expressões artísticas, algumas das quais subsidiárias das tecnologias e das indústrias, deu origem e foi reforçada pela existência de várias estéticas, entendidas não já como sistemas de pensamento, mas como sistemas coerentes de intervenção e de criação de arte ou artefactos.

Deste modo se integram, na estética, posições extremas que teriam sido consideradas totalmente alheias à estética, nomeadamente as estéticas do feio, do *kitch* e da violência, o que leva a questionar o próprio sentido daquela, nomeadamente a declarar a desesteticização da arte.

A divulgação das expressões e formas estéticas, através da sua reprodução em livros ou pela transmissão através de áudio-visuais, *multimedia,* Internet e acompanhando as indústrias de conteúdos artísticos e culturais, apresenta ambivalências: por um lado difunde o conhecimento e amplia a possibilidade de experiências estéticas (Benjamin) e por outro pode contribuir para o sincretismo e para a desesteticização e banalização das artes (Adorno).

Não é possível, actualmente, fixar modelos estéticos, nem identificar o belo desejável, uma única estética, assim como não é possível traçar fronteiras para as artes e para os gostos numa sociedade multicultural. Perante a actual indisciplina das estéticas e dos saberes (Coelho Rosa), é mais premente a necessidade de «encontrar referências que possibilitem a visão crítica da realidade e uma consequente procura de critérios, para poder exercer o juízo estético e fazer escolhas».

B.1 — Paradoxos e contradições da sociedade cognitiva

A sociedade do conhecimento veio introduzir novas exigências educativas, apontando para a necessidade de uma educação e formação ao longo da vida, em ordem a uma constante ampliação de saberes e de competências (Carta Magna).

A sociedade cognitiva ampliou os espaços educativos; nela a valorização da pessoa é considerada prioritária não apenas como um direito, mas como um dever, visto o conhecimento e o saber serem reconhecidos como factores de desenvolvimento para toda a sociedade.

No contexto da globalização, e face à competição dos mercados, a educação e a formação são considerados como o melhor dos investimentos. Numa perspectiva economicista, o conjunto dos talentos humanos e as capacidades para imaginar, criar, inovar e correr riscos são uma mais-valia a desenvolver e a rentabilizar na sociedade tecnológica.

Paradoxalmente, o utilitarismo da sociedade da competição vem reencontrar a questão central da perspectiva humanista e os objectivos últimos da educação e do que deveriam ser as estratégias do ensino: o desenvolvimento de todas as dimensões e potencialidades da pessoa e de todos os cidadãos.

B.2 — A sociedade esteticista: informação e publicidade

Na sociedade cognitiva a informação é um elemento essencial da comunicação, influenciando decisivamente a vida da sociedade. Os mercados do saber e da notícia aproximaram os sistemas de informação dos métodos de comunicação da publicidade no que respeita à utilização de linguagens estético-simbólicas predominantemente dirigidas à subjectividade e à emoção.

A sociedade da informação é, em termos de cultura superficial e profunda, uma sociedade esteticista na qual tudo é equacionado em ordem a padrões estéticos associados aos conceitos de inovação, qualidade de vida e expectativas de sucesso. Estes padrões determinam subjectivamente os valores e os critérios sobrepondo-se, muitas vezes, aos princípios éticos.

Na *qualidade de vida* se integra a relevância da moda e do *design,* como imagem de qualidade, prestígio e garantia estética no sector das indústrias; sendo factor decisivo para a conquista de mercados, o *design* abriu novos campos à criatividade e tornou-se um dos símbolos da esteticização da vida na sociedade do consumo.

A reformulação do trabalho e a sociedade do lazer impulsionaram a criação de indústrias e actividades culturais que desenvolvem as novas tecnologias e as expressões artísticas, integram a divulgação científica no quotidiano e promovem a fruição estética.

A sociedade cognitiva é uma sociedade cultural produtora de toda a ordem de iniciativas programadas como espectáculo em termos de qualidade científica, artística, estética e mediática. As actividades culturais transmitem conhecimentos, sendo, simultaneamente, gratificantes e educativas dos gostos e das sensibilidades dos diferentes públicos, consoante os interesses e as idades das pessoas; elas contribuem decisivamente para elevar o nível cultural da sociedade que as usufrui.

B.3 — A globalização e as novas linguagens

As tecnologias que facultam a transmissão das ideias, dos saberes e das imagens são instrumentos de comunicação, mas são, igualmente, criadores de códigos de simbolização, ou seja, de linguagens.

As tecnologias *multimedia* deram origem a formas de comunicação interactivas que integram linguagens artísticas como a música, o vídeo, as artes visuais, etc. O envolvimento estético-sensorial da comunicação *multimedia* veio alterar a percepção das novas gerações no que concerne aos tradicionais modos de comunicação discursiva. A imagem adquiriu preponderância nas formas de comunicação, levando alguns a anunciar «a morte da palavra».

Na actualidade, os *media* são os principais agentes de difusão de saberes e de referências; transmitindo os modelos impostos pelas culturas dominantes, contribuem para a uniformização das ideias e dos comportamentos. Porém, a experiência da mundialização através dos *media* proporciona, igualmente, o contacto com a multiculturalidade, fazendo coincidir no espaço e no tempo a pluralidade das ideias e a instabilidade das referências éticas e dos modelos estéticos e contribuindo, paradoxalmente, para a criação de novas *culturas locais.*

C — Desafios para a educação

A distanciação crescente entre o paradigma do ensino e a realidade cultural desafia os sistemas educativos a encontrar formas de actuação que contribuam para o equilíbrio psicossocial dos alunos e para o desenvolvimento das suas potencialidades individuais, como ponto de partida para a socialização; encontrar vias de realização pessoal e profissional, em correspondência aos principais factores de exigência manifestados pela sociedade, pela família e pelo grupo, nomeadamente pelos domínios laborais, de desenvolvimento pessoal e de ocupação dos tempos livres.

C.1 — Personalização

Na era da globalização, a sociedade cognitiva recusa o conceito da robotização e exige a personalização da educação, da formação e do ensino. Para ser eficaz, o ensino deverá inovar o conceito de *racionalidade* e induzir à interiorização dos *saberes explícitos*, assim como deverá desenvolver, em simultâneo, a sensibilidade e outros tipos de inteligência que concorrem para a personalização e para a aquisição dos *saberes implícitos,* nomeadamente no âmbito das emoções

A dificuldade reside em concretizar, no terreno do ensino formal dirigido às *massas,* uma perspectiva personalista da educação que promova a individualidade, numa saudável articulação com os mecanismos educativos que desenvolvem a integração grupal e comunitária.

Esta concretização apenas será possível desenvolvendo estratégias de qualidade e de personalização que incentivem a expressão de cada um na relação com os outros. Só nesses termos o serviço público de ensino poderá facultar a todos os cidadãos as condições básicas para uma justa igualdade de oportunidades, em vez de ampliar os factores de desigualdade.

A actividade estética é inerente ao ser humano que instintivamente é atraído para o que ultrapassa o círculo restrito da necessidade e da sobrevivência (Eduardo Lourenço). A actividade estética realiza a transfiguração do útil na existência humana.

O sentido estético é constitutivo da percepção e do conhecimento do ser humano, enquanto pessoa individual, como faculdade psico-afectiva estimuladora do interesse pela compreensão da realidade que lhe é exterior, no sentido de seleccionar e eleger o que entende ser mais relevante, ou seja, o que corresponde ao sentimento de gosto e às expectativas pessoais.

A percepção estética induz à apreensão do conhecimento pela via da sensibilidade, determina a apetência pela fruição das artes e do próprio saber, criando as condições propícias à expressão das emoções, dos sentimentos e das ideias.

A expressão estética é a exteriorização de um conhecimento que foi pessoalmente incorporado e que se recria e objectiviza através de linguagens cuja harmonia e coerência simbólica adquirem uma qualidade de comunicação intersubjectiva. As expressões estéticas mais evidentes são as linguagens artísticas que, através de múltiplas formas, se expressam no quotidiano.

C.2 — Comunicação e criatividade

«Deve ser claro que a educação estética não tem que ser referida a qualquer noção de 'belo' e, menos ainda, num mundo onde os *media* veiculam todas as concepções, se deve tentar propor como predominante uma qualquer concepção de 'critérios estéticos objectivos'. Essa seria uma forma de contrariar a própria educação estética, precisamente por introduzir na questão uma variável de *poder*» (Coelho Rosa).

A capacidade de comunicar é uma das principais exigências da sociedade da informação pelo que o desenvolvimento activo daquela capacidade, nas suas múltiplas vertentes, deverá estar previsto nos planos do ensino e da formação ao longo da vida, não só como desenvolvimento de uma oralidade e de uma escrita básica, mas de todas as expressões que garantem um exercício social mais significativo.

A estética da comunicação é um dos pilares da sociedade cognitiva. Assim, as *gerações multimedia* exigem elevados padrões estético-afectivos nos processos de transmissão dos saberes e nas próprias aprendizagens. Esta exigência estabelece o confronto entre tipos de comunicação o que desafia as pedagogias a enriquecerem as linguagens predominantemente conceptuais, utilizadas nos contextos escolares.

A crescente importância concedida pela sociedade e pelas empresas à criatividade e às linguagens artísticas, científicas e tecnológicas, como mediações para a comunicação de ideias e de mensagens, ou para fabricar e promover produtos, exige maior acção educativa no desenvolvimento progressivo do sentido estético e do conhecimento prático das linguagens artísticas, científicas e tecnológicas, no ensino para todos.

Da criação de condições básicas de formação estética, artística e cultural dependerá a competência futura dos que enveredam pelo ensino profissional, especializado ou superior nas áreas de criatividade artística, em especial daquelas que estão mais directamente relacionadas com as indústrias.

O fenómeno da globalização pode contribuir para estilhaçar a memória das referências culturais que cimentam a identidade das pessoas e o seu sentido de pertença a uma comunidade concreta. Ao transmitirem, de forma caótica e acrítica, toda a espécie de modelos e referências, os *media* criam condições propícias aos relativismos desintegradores das personalidades e das cidadanias.

Esta realidade é o contraponto da necessidade dos sistemas educativos proporem a aprendizagem de valores e referências de identificação, identidades de pertença, nomeadamente através do contacto com o património artístico e cultural e com as artes contemporâneas, sem cair na tentação de circunscrever este processo a uma orientação.

Desenvolver as capacidades de visão e juízo crítico das imagens, das referências e dos critérios éticos e estéticos que se cruzam no quotidiano e relacioná-los localmente é essencial para o exercício desta cidadania concêntrica que considera a pertença simultânea a uma família, localidade, região, país, mas também a um continente ou a um mundo global.

Independentemente da urgente necessidade de uma estreita correspondência entre educação e cultura, para que o sistema educativo corresponda às expectativas da sociedade, a educação estética é uma vertente indissociável de uma verdadeira acção educativa, com consequências importantes para o conhecimento, para a aquisição de competências transversais e para a elevação do nível cultural da própria sociedade.

Nestes termos, parece oportuno determinar o sentido e a pertinência da implementação das propostas inerentes à educação estética no sistema educativo, definindo, de modo particular, as formas e as implicações no contexto do ensino formal para todos, nomeadamente, através do ensino artístico, segundo as orientações da própria Lei de Bases do Sistema Educativo.

I — Enquadramento legal da educação estética e do ensino artístico

Pretende-se fazer um breve percurso por algumas das medidas legislativas mais significativas que estruturam a reflexão nesta matéria. A diversidade de áreas do ensino artístico, a multiplicidade de formas de que se pode revestir a aproximação à matéria da educação estética, a desarticulação entre diversos diplomas, a natureza deste texto, não permitem um tratamento exaustivo da legislação em vigor.

A Constituição da República Portuguesa considera que compete ao Estado promover a democratização da educação e da cultura (artigo 73.º, n.os 2 e 3), bem como que «o ensino deve contribuir para a superação de desigualdades económicas, sociais e culturais [...]» (artigo 74.º, n.º 2, primeira parte) e que «todos têm direito à fruição e criação cultural» (artigo 78.º, n.º 1).

Concretizando, a Constituição da República Portuguesa, ainda no seu artigo 74.º, na alínea *d*) do n.º 3, diz que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado [...] garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística [...]». Sabe-se que o acesso a graus mais elevados implica, obrigatoriamente, a preparação nos graus precedentes.

A lei fundamental considera essencial a ligação da escola com o meio, afirmando incumbir ao Estado «inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais [...]» [artigo 74.º, n.º 3, alínea *f*)].

O Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de Julho, reestrutura o ensino da Música, Dança, Teatro e Cinema no Conservatório Nacional e escolas afins, podendo ter sido o início de um percurso de renovação sistemática do ensino artístico, aproveitando das conclusões e dinâmicas de estudos e recomendações dos finais da década de 70; infelizmente, tal não viria a acontecer.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, diz, no seu artigo 3.º, que «o sistema educativo organiza-se de forma a [...] contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico [...] 'valorizando os' [...] diferentes saberes e culturas [...]», contribuindo para a «[...] utilização criativa dos tempos livres [...]».

Os artigos 5.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º especificam que o estímulo à criação, à expressão, à formação cultural e artística são objectivos integrantes da base educativa, de acordo com a especificidade de cada grau de ensino. Correlativamente, o artigo 31.º especifica que essas valências têm de ser consideradas na formação de professores.

O Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, aprova a estrutura curricular dos ensinos básico e secundário, ainda em vigor. Essa estrutura aprovou um mecanismo intitulado «área Escola», que poderia, virtualmente, ter contribuído para uma presença de novas formas de aproximação pedagógica e de matérias agregadas aos planos curriculares. Todavia, a inexistência de uma determinação de carga horária semanal para a área Escola prejudicou gravemente a sua implementação, pela dificuldade de gestão da carga horária semanal por parte de cada escola. Apesar de tudo, a área Escola tem uma avaliação muito positiva, como se depreende da análise preliminar de dados sobre a mesma, promovida pelo Instituto de Inovação Educacional, em relatório de Julho de 1998. Criar mecanismos de resolução para esta situação é pois imperativo e os estudos actualmente em curso no Ministério da Educação para a implementação de uma denominada «área de projecto» têm que ser seguidos com atenção e tem de se avaliar com rigor o efeito das experiências similares nos últimos 20 anos.

A estrutura curricular aprovada pelo decreto-lei supracitado abriu portas para que, na criação da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, as questões estéticas tivessem um lugar significativo. Não deixa de ser lamentável o caminho difícil a que se assistiu no que concerne à prossecução do processo de implementação da disciplina em causa e a omissão desta matéria nas actuais discussões curriculares.

Finalmente, a referida estrutura curricular considerou, em todos os ciclos dos ensinos básico e secundário, tempos lectivos e disciplinas dedicados às artes, sendo que se considera negativa a opção de aglutinação, no 2.º ciclo do ensino básico, da Educação Visual com a Educação Tecnológica e bastante preocupante, na óptica dos planos curriculares flexíveis, as reduções que poderão sofrer as cargas horárias da Educação Visual no âmbito das próximas opções legislativas em termos de reformulação de planos curriculares nestas matérias.

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, o Governo, em funções nessa data, elaborou o Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de Novembro, reconhecendo a insuficiência da prática de educação artística existente em Portugal e pretendendo «a reestruturação global e completa de todo o sistema [...] nas suas múltiplas vertentes: genérica, vocacional, em modalidades especiais e extra-escolar» (preâmbulo). Esse decreto-lei afirmou-se como «diploma quadro», remetendo para futuros diplomas regulamentadores, que nunca viriam a ser publicados no *Diário da República,* por ausência de processo de legiferação sobre a matéria em causa.

O documento «Educação artística especializada — preparar as mudanças qualitativas» do Ministério da Educação, de Outubro de 1991, faz a explicitação e desenvolvimento do referido decreto-lei.

Através do parecer n.º 1, de 1992, elaborado por António de Almeida Costa, e por solicitação do Ministro da Educação, o Conselho Nacional da Educação pronunciou-se sobre o mesmo e os seus possíveis desenvolvimentos. Foram apontadas deficiências de ordem técnica no diploma legal e levantadas questões pertinentes sobre aspectos do seu conteúdo. Todavia, na generalidade, apontou-se para o desenvolvimento rápido de medidas para a sua implementação (v. n.º IV, «Conclusão»).

As diversas medidas legislativas parcelares que foram adoptadas em matérias concernentes às artes serão, certamente, úteis para a estruturação consistente de um quadro legal que dê cumprimento à determinação política sucessivamente expressa de aprofundamento da presença das expressões nomeadamente no que concerne às suas valências estéticas e artísticas no sistema educativo. Ao mesmo tempo, elas revelam a desordem reinante neste domínio na pretendida disciplina e harmonização de um quadro legal que permita uma adequada implementação de políticas de fôlego estratégico. Salienta-se, a título meramente exemplificativo:

A Portaria n.º 1196/93, de 13 de Novembro, que cria o Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian na cidade de Braga, como escola especializada no ensino de música e define os seus planos curriculares;

A Portaria n.º 58/97, de 25 de Janeiro, que dá carácter genérico à existência do Programa PAIDEIA — animação artística nas escolas secundárias, acção de divulgação e sensibilização para as artes promovida a nível nacional pelas Secretarias de Estado da Educação e Inovação e da Juventude e Clube Português de Artes e Ideias;

A Portaria n.º 804/97, de 2 de Setembro, que introduz alterações curriculares no curso de Dança da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, e a Portaria n.º 99/98, de 23 de Fevereiro, que altera a designação e plano curricular do curso técnico-artístico, vertente de Dança, da Escola de Dança Ginasiano;

As Portarias n.ºs 140/98 e 141/98, de 5 de Março, que alteram os planos de estudo dos cursos da Escola Secundária de António Arroio, de Lisboa, e da Escola Secundária de Soares dos Reis, do Porto;

O despacho n.º 16 621/98, de 22 de Setembro, que cria apoios financeiros para o desenvolvimento de acções artísticas nas áreas de artes plásticas e azulejaria para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Considera-se que a articulação e integração de estas e outras medidas legislativas avulsas é urgente.

Entretanto, haverá também que atender às conclusões do Grupo Interministerial para o ensino artístico de Maio de 1996, na altura nomeado pelo despacho conjunto n.º 7/ME/MC/96, e estar atento ao segundo grupo interministerial criado no mesmo domínio em 1997.

II — Objectivos da educação estética

A educação e a formação humana são inseparáveis de uma dimensão gratuita e gratificante, que, despertando o interesse e o espanto, motive a imaginação e a acção, em paralelo com a aprendizagem de conteúdos (Rui Grácio). Nesta dimensão se integra a educação estética, a qual corresponde a uma dimensão qualitativa do saber e da forma da pessoa se relacionar com a realidade e com o próprio saber.

Para Platão a formação estética era uma condição para a sabedoria e para o relacionamento ético e moral na construção da cidade.

De vários modos outros pensadores insignes de diversas áreas do saber sublinharam, também, a necessidade da educação estética para uma harmonização da pessoa, a nível individual e social.

O reconhecimento da importância da educação estética na formação humanista da pessoa e dos cidadãos como factor de progresso social e político para o próprio Estado (Schiller) está na origem da introdução do ensino artístico nos sistemas de ensino público.

1 — O objectivo da educação estética é ampliar as potencialidades cognitivas, afectivas e expressivas da pessoa na compreensão do eu, do corpo e do outro (Helena M. Cidade Moura), na sua relação com o ambiente natural e a transcendência, com a vida e a cultura e com a sua própria cidadania.

2 — Predominantemente relacional e personalizante, a educação estética valoriza a realidade do corpo, pois é através dos sentidos que o sujeito percepciona o que lhe é exterior e é através deles que comunica o conhecimento que adquiriu e que transmutou.

3 — A educação estética procura desenvolver, em cada pessoa, a capacidade de relacionar o que vê, ouve e sente, desenvolvendo os conhecimentos e experiências preexistentes, facultando referências de leitura para o entendimento da realidade que percepciona, de modo que possa projectar, no real, um olhar e uma compreensão crítica, criativa e relacionada.

4 — A educação estética visa despertar o conjunto dos órgãos perceptivos e expressivos da pessoa, permitindo-lhe descodificar os símbolos, sinais e linguagens de comunicação intersubjectiva, entender melhor os sentidos das expressões artísticas e relacionar as respectivas propostas estéticas; ela permite situar e exprimir critérios/emoções em função de objectos e situações de ordem estética e elaborar juízos críticos fundamentados nos conhecimentos adquiridos.

5 — Sendo um processo global, evolutivo e sequencial, e correspondendo a etapas do desenvolvimento da pessoa, a educação estética abre horizontes; estimulando os interesses e integrando a razão com os sentimentos e as emoções, contribui para a sensibilização ao conhecimento, através de uma intuitiva apropriação dos saberes e das aprendizagens.

III — Âmbito da educação estética

A actividade estética atravessa todas as dimensões da vida da pessoa desde o nascimento (ainda que para diversos estudiosos se situe em momento mais precoce — a vida intra-uterina — o início dessa actividade, nomeadamente através da percepção da música). Para ela contribuem, de forma implícita e por impregnação, as referências e os estímulos que se cruzam no meio em que a pessoa nasce, cresce e vive e na experiência que vai adquirindo.

A educação estética, como acção explícita, contribui para a aprendizagem da percepção como um todo e dos sentidos em particular. Conduz à reflexão e pretende tornar o sujeito mais sensível e receptivo às emoções estéticas, aos objectos artísticos e a todas as formas de cultura.

1 — Nas sociedades contemporâneas as referências estéticas são transmitidas, de forma implícita, nomeadamente, através dos seguintes factores:

Os objectos e veículos utilitários e sumptuários do quotidiano;
O meio ambiente, o urbanismo, o envolvimento sócio-cultural e as artes presentes (ou ausentes) naqueles contextos;
Os *media* e a publicidade;
O cinema, o vídeo, o *multimedia*, a Internet;
As modalidades desportivas;
As expressões das religiões e da religiosidade.

2 — A sociedade cultural promove a educação estética de forma explícita através das políticas culturais do Estado e, principalmente, através da iniciativa de pessoas, grupos e instituições da sociedade civil que apoiam, reconhecem e promovem os criadores de cultura e divulgam as suas realizações. Nelas se incluem as actividades desenvolvidas por:

Museus, teatros, salas de espectáculos e galerias;
Orquestras e agrupamentos musicais e de dança;
Livrarias e editoras de livros, discos, audiovisuais, *multimedia;*
Fundações privadas, empresas, centros e associações artísticas, literárias, científicas e culturais;
Grupos informais.

3 — A educação estética, no âmbito do ensino formal, processa-se igualmente de forma transversal e implícita, sendo proposta de forma explícita através de disciplinas específicas, em princípio, existentes nos currículos.

«Entendo por estética a formação educativa que faz apelo a certas formas de valorar, de sentir, de criar, envolvidas no denominado 'juízo

estético' [...] em qualquer lugar ou momento da rotina escolar se exerce e educa o juízo estético» (Rui Grácio).

Entre os factores que intervêm na formação estética no ensino formal destacam-se:

O espaço físico e o ambiente psicológico do contexto escolar;
Os valores que informam os regulamentos internos e as relações pessoais no espaço educativo;
Os currículos e as novas tecnologias;
A atitude dos docentes face à dimensão estética dos saberes que transmitem;
As pedagogias e os estilos de comunicação dos conteúdos curriculares;
O tempo e o espaço atribuídos às disciplinas e às actividades que permitem a criatividade e experiência estética.

4 — Todos os saberes contêm uma vertente estética que é expressão da sua natureza e da coerência interna do seu conteúdo.

A educação pré-escolar, actualmente reconhecida como parte integrante do sistema, é o primeiro espaço educativo formal de referenciação da educação estética, desenvolvendo um papel precoce essencial na estruturação dos saberes e aprendizagens, sendo reconhecido que a actividade artística desempenha, neste patamar, um papel crucial. Todavia, esse papel é ainda muitas vezes reduzido à sua dimensão lúdica, sendo necessário pensá-lo e considerá-lo, em termos curriculares, como dimensão importante dos conteúdos e, em termos de sistema, enquadrá-lo e articulá-lo com os posteriores graus de ensino. A actividade artística na educação pré-escolar promove os processos de desenvolvimento da percepção, a actividade motora e expressiva e a socialização.

Na sequência da educação pré-escolar, citam-se algumas áreas de aprendizagem que, de forma implícita e transversal, promovem a educação estética:

Língua materna: entendimento e formulação das ideias e signos da expressão linguística;
Literatura: experiência estética da leitura e da expressão poética;
História: a percepção de um património de obras, ideias e realizações;
Ginástica e desporto: percepção estética do corpo no espaço envolvente e integração psicomotora;
Ciências da natureza: a ecologia e a percepção das relações harmónicas entre os sistemas.

Citam-se disciplinas que nos currículos e nas áreas educativas do ensino formal se propõem transmitir conteúdos de referência directa à problemática da estética e a promover, de forma explícita, uma formação estética:

Disciplinas de natureza teórica:

História da Arte;
Filosofia;

Disciplinas de natureza específica:

Educação Visual;
Educação Musical;
Expressão Dramática;
Dança;
Design;
Audiovisuais.

IV — Educação estética e ensino artístico para todos

A educação estética, sendo, como se disse, abrangente e apresentando-se de diversas formas, tem no ensino artístico uma forma excelente de concretização. Neste devem ser realçados quatro aspectos diferentes e igualmente importantes:

1) O ensino artístico é estruturante na medida que conduz os estudantes à expressão de si próprios, estabelecendo a relação interioridade-exterioridade que define o humano;
2) O ensino artístico coloca os alunos perante a realidade das artes como realizações gratificantes indispensáveis à vida, à cultura e ao equilíbrio humano, revelando-lhes, também, a possibilidade de se exprimirem através das suas linguagens. As artes são importantes em si mesmas como expressão do conhecimento e da criatividade humana;
3) O ensino artístico apresenta, também, vantagens e consequências positivas não apenas na acção educativa mas no próprio processo de aproximação e resposta às aprendizagens;
4) Ao promover a actividade estética e criativa, o ensino artístico desenvolve potencialidades cognitivas transversais que são indispensáveis à interiorização dos saberes e favoráveis à harmonização de todas as dimensões e faculdades da pessoa.

O ensino artístico é uma área extremamente gratificante e relevante, o que lhe deve dar direito a um espaço importante e significativo nos currículos e nos horários escolares, ao longo de toda a escolaridade, em particular, na educação pré-escolar e durante todo o ensino básico.

Devem, em especial, ser criadas condições para que os estudantes que revelem, em qualquer grau de ensino, qualidades artísticas especiais possam ser seguidos, acompanhados e promovidos no desenvolvimento dessas habilitações de forma a garantir o aproveitamento de características humanas essenciais ao património comum da sociedade.

Sendo um factor de estímulo personalizante, o ensino artístico deve ser reforçado (e nunca restringido) nas situações em que se possam verificar dificuldades na aprendizagem ou na integração escolar, como nos casos do ensino especial e das escolas com índices de grande violência ou situações de multiculturalidade.

O mesmo reforço se deve aconselhar nas soluções terapêuticas da flexibilização curricular, dos currículos alternativos ou da redução do tempo escolar, situações em que, geralmente, a área artística é considerada «dispensável», sendo sacrificada à «utilidade» das disciplinas teóricas.

Na actualidade verifica-se uma grande interdisciplinaridade nas linguagens artísticas. A actividade estética e artística é, frequentemente, integradora, recorrendo a vários géneros de arte, técnicas e tecnologias, em simultâneo, para a criação de obras ou de projectos.

No entanto, cada disciplina tem características e linguagens próprias e o ensino artístico deve acentuar as especificidades das diferentes disciplinas, ainda que os projectos de aula ou de escola promovam programas em que ocorram situações de interdisciplinaridade.

Qualquer que seja a expressão artística o respectivo ensino deve englobar as seguintes vertentes:

1.ª O desenvolvimento da sensibilidade e do sentido estético;
2.ª A transmissão do conhecimento de conteúdos teóricos sobre as artes e as suas linguagens;
3.ª A transmissão do conhecimento prático de técnicas que dão forma às linguagens artísticas;
4.ª A promoção das expressões e da criatividade.

As pedagogias do ensino artístico visam promover:

O exercício da liberdade e da expressão individual através da actividade criativa;
O desenvolvimento das capacidades perceptivas e expressivas através de uma actividade simultaneamente reflexiva e espontânea;
O adextramento das competências expressivas;
O controlo psicomotor;
A capacidade de interpretação da realidade envolvente;
A capacidade para concretizar no tempo, no espaço e na matéria realidades sentidas ou imaginadas;
O exercício da análise crítica.

O ensino artístico perde o sentido, e a sua razão de ser, quando é desligado da perspectiva estética e se restringe à transmissão de técnicas e de gramáticas ou, ainda, quando é associado em termos de docência e carga horária, com a chamada «educação tecnológica».

Também o ensino artístico não se realiza fora do «fazer», ou seja, teoricamente. Não existe educação musical sem o ouvir e sem a execução da(s) música(s), seja através de instrumentos tradicionais ou alternativos e do canto, como não existe educação visual sem a prática do ver e da realização plástica; não existe expressão dramática ou dança, sem o seu exercício e apresentação.

A prática do ensino artístico exige tempo, continuidade, condições de espaço, materiais e equipamentos, que, não existindo nas escolas, têm de ser encontrados fora das mesmas, assim como requer professores especializados em cada expressão artística e sem acumulações indevidas.

É essencial para os alunos a experiência estética. Esta deve ser proporcionada através do contacto directo com as artes e com autores e intérpretes convidados a integrar projectos das escolas. As visitas a exposições e museus, assim como a participação em exposições, concertos e espectáculos, devem fazer parte integrante dos programas do ensino artístico nos currículos.

Comprova-se que «não se pode isolar a aquisição dos aspectos cognitivos das outras áreas do saber, ou seja, a aprendizagem constitui um todo e a realização noutras áreas, que não sejam as cognitivas, contribui para o reforço das aquisições cognitivas» (Salvado Sampaio, «Educar e formar ao longo da vida», seminário, CNE).

A implementação do ensino artístico num processo educativo global tem demonstrado a importância desta área e o seu reflexo positivo no aproveitamento das crianças, adolescentes e jovens em termos de:

1) Educação formal — valor estimulante e harmonizador do ensino artístico, quando correcta e efectivamente implantado em escolas;

2) Ensino informal — valor estimulante do ensino artístico, como promotor de afirmação e realização pessoal e grupal, nomeadamente na recuperação do interesse e da auto-estima e na ocupação dos tempos livres. No que se refere a adultos, o ensino artístico introduziu novas formas de interesse e de ocupação;
3) Educação especial — valor estimulante do ensino artístico no desenvolvimento das capacidades reactivas, cognitivas e expressivas de alunos com deficiências ligeiras, graves e muito graves.

V — Agentes da educação estética e professores do ensino artístico

Na educação formal, e no âmbito das disciplinas que constituem os currículos, as pedagogias de abertura à dimensão estética da aprendizagem dependem essencialmente da arte de comunicar conhecimentos e conteúdos que foram pessoalmente apropriados.

A educação estética depende, essencialmente, da pessoa do pedagogo. «É a pedagogia, por contágio, de um *saber maior,* um *saber estético*, em que se conjugam o ser capaz de aprender para saber, o prazer que se sente nesse percurso e a consciência do belo, que leva ao nosso próprio enobrecimento como seres humanos» (Ruben Cabral).

O agente da educação estética é o que transmite um saber com o qual tem uma relação de intimidade e empatia e que seduz a atenção dos outros, levando-os a captar, pela via da subjectividade, o que nesta área é específico, seja relativo às artes, às letras, às ciências, às matemáticas ou às tecnologias.

Aqueles que as crianças e os jovens designam como «bons professores» são sempre agentes de educação estética. A sua postura valorativa perante o saber e perante a vida e a sua forma de comunicação pedagógica marcam, de forma indelével, as memórias dos seus alunos.

Como é óbvio, o ensino artístico requer professores com formação muito específica no campo teórico, no campo prático das diferentes técnicas e no campo da expressão artística, encontrando-se este último num plano diferente do plano da teoria e das técnicas.

Formação de professores

A educação estética, que atravessa todos os saberes, exige substancialmente melhor nível cultural e formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, já que estes receberam uma educação de base limitada e insuficiente.

Com a promoção da educação estética e humanística, a formação dos docentes deverá insistir no desenvolvimento das capacidades de comunicar, como condição para a acção pedagógica.

A educação estética e o ensino artístico exigem o contacto regular de artistas com as escolas e a colaboração destes na formação dos professores. O ensino artístico «para todos» exige professores com a formação estética inerente ao conhecimento e à prática artística assim como exige uma formação pedagógica. Tal aplica-se tanto aos cursos superiores artísticos como às escolas superiores de educação.

Os docentes «generalistas» devem ter uma cuidada formação estética, assim como aqueles que orientam o ensino de diferentes áreas do ensino artístico, porque, para além da formação pedagógica, devem dispor de conhecimentos técnicos específicos e de referências estéticas estimuladas através de actividades criativas.

Os professores do ensino artístico deverão ter, simultaneamente, competência pedagógica e formação estética e cultura e artística que lhes permita conhecer, identificar e situar as expressões das artes e respectivas técnicas e tecnologias para as poder transmitir.

A monodocência, que no nosso sistema corresponde ao 1.º ciclo do ensino básico, exige maior empenho na formação estética dos docentes e maiores e melhores conhecimentos nas áreas das expressões, muitas vezes através da(s) mudança(s) da(s) óptica(s) utilizada(s) em termo(s) de conteúdo(s) programático(s) e forma(s) de o(s) exercer. As instituições com responsabilidades na formação de professores deveriam ser instadas a completar os seus programas de formação.

VI — Conclusões e parecer

Face às perspectivas sócio-económicas emergentes e a uma realidade cultural movida por valores estéticos e padrões de qualidade, reconhece-se a necessidade urgente de promover uma orientação articulada, nomeadamente, nas políticas de educação pré-escolar, básica e secundária.

O ensino artístico é uma componente fundamental da educação estética, sendo factor estruturante da acção educativa. Apesar da sua relevância para a humanização e qualificação do ensino, e para despertar o gosto pelo saber e as motivações pelas aprendizagens, o seu papel tem sido menorizado pelos planos curriculares e extracurriculares, na escolaridade obrigatória e no ensino secundário.

Esta menorização vai contra o quadro legal em vigor e, substancialmente, prejudica, de forma significativa, a formação dos cidadãos portugueses, nomeadamente a sua capacidade de expressão a todos os níveis, reduzindo o seu poder de participação real na sociedade que integram.

O reconhecimento efectivo da educação estética e, especificamente, da educação artística ao nível dos currículos, da docência e do processo do ensino encontra dificuldades; encontra a incompreensão por parte de uma antiga concepção racionalista do ensino que é apenas sensível a uma ultrapassada noção de «útil» e as resistências de uma moderna corrente que coloca as suas esperanças no recurso às novas tecnologias como fim em si mesmo.

A implementação das áreas que são objecto deste parecer só poderá ser sustentada por uma vontade política que se fundamente na convicção de que a melhoria do nível do ensino e do sucesso escolar não reside em processos imediatistas ou em soluções de facilidade, mas no desenvolvimento das condições para a aprendizagem por parte dos alunos; reside ainda nas relações de professores e funcionários das escolas com as famílias e os agentes dos meios envolventes, na perspectiva de identidades de pertença concêntricas, referida na introdução do parecer, em ordem à promoção da criatividade individual e das capacidades de expressão e de crítica.

A maior abertura do sistema educativo a estas áreas será factor de excelência. Nestes termos poder-se-á garantir uma «ecologia do espírito» (Gregory Batson) e lançar as bases para uma «ética do futuro» (Federico Mayor, Jérôme Bindé) em Portugal, permitindo afirmar melhor a sua identidade cultural no contexto da globalização e no âmbito da União Europeia e contribuindo para preparar o País para os desafios de um novo século, onde, como em todos os outros, os homens protagonizam (ou não) a sua própria história.

Urge ultrapassar a orientação minimalista e teórica que tem persistido no sistema de ensino, concretizando as vertentes gratificantes de desenvolvimento das capacidades sensíveis, expressivas e criativas que nele têm estado omissas, para que:

Se criem as condições para o sucesso das aprendizagens estruturantes e transversais, por forma a adquirir capacidades habilitantes que garantam o processo de conhecimento, aprendizagem e formação ao longo da vida;
Se promovam as competências criativas das crianças e jovens portugueses;
Se estabeleçam as bases e as condições que permitam promover um ensino superior artístico e um ensino artístico especializado de excelência;
Seja possível um ensino de qualidade para todos que permita a aquisição de competências múltiplas, não acentuando os desníveis culturais, sociais e económicos existentes;
Seja facultado um «património de educação estética e artística» que garanta uma maior capacidade de diálogo entre os nossos cidadãos, enquanto portadores de cultura, e cidadãos de diferentes culturas do espaço europeu e de outros espaços culturais.

Neste termos, parece-nos ser de recomendar:

A — Orientações e estratégias

1 — A necessidade de recentrar as políticas e as práticas do sistema educativo na realidade cultural e nas condições e processos de aprendizagem dos alunos, ou seja, valorizando a dimensão da sensibilidade e desenvolvendo, de forma equilibrada e saudável, as linguagens e os vários tipos de inteligência.

2 — O reconhecimento da importância da educação estética como factor estimulante das motivações no processo educativo e como dinamismo aglutinador dos saberes e dos valores nomeadamente de identidade cultural e cidadania em todos os níveis de ensino.

3 — A valorização e a consequente implementação da educação estética e do ensino artístico como áreas formativas personalizantes que permitam desenvolver a expressão e a criatividade individual, assim como as competências básicas e transversais de cada um e de todos, conjugando-os entre si, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

4 — A consciencialização, ao nível das estruturas administrativas e formativas do sistema educativo, da importância da acção pessoal dos docentes e da influência do espaço físico e psicológico das escolas, assim como de todo o contexto educativo na educação estética e na formação cultural e cívica das crianças, adolescentes e jovens.

5 — O reconhecimento da importância desta área programática na ocupação curricular, na ocupação dos tempos livres e na despistagem de comportamentos tendentes à exclusão através dos conteúdos curriculares, formação de professores, parcerias e dotações financeiras ao Departamento do Ensino Básico, ao Departamento do Ensino Secundário e às escolas.

B — Medidas legislativas

6 — A regulamentação do Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de Novembro, que considera, no seu preâmbulo, que «a formação estética e a educação da sensibilidade se assumem como elevada prioridade da reforma educativa em curso e do vasto movimento de restituição à escola portuguesa de um rosto humano».

7 — A revogação de disposições legais posteriores àquele decreto-lei que não só vieram contradizer o seu espírito como vieram agravar, ao nível da docência e dos currículos, uma situação que o mesmo já classificava como «reconhecida insuficientemente».

8 — A revisão de propostas legislativas recentes que, no âmbito da gestão flexível dos currículos, acentuem a memorização desta área educativa nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, ao reduzir o tempo curricular da área do ensino artístico obrigando a optar por uma única expressão, nomeadamente entre educação musical e educação visual.

9 — A introdução de abordagens e enquadramentos diferentes na regulamentação das várias áreas que, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, integram o ensino artístico, atendendo às suas especificidades próprias, uma vez que as suas práticas não são redutíveis a uma regulamentação uniformizada.

10 — A distinção clara, ao nível da legislação, do âmbito da educação artística e do âmbito da educação tecnológica, visto serem áreas com conteúdos, objectivos e metodologias diferentes.

11 — O restabelecimento da autonomia da Educação Visual em relação à educação tecnológica — tal como ministrada na actualidade —, garantindo a permanência daquela área para os alunos dos ensinos básico e secundário que se orientam para a via do ensino ou para os cursos superiores de Belas-Artes, Design e Arquitectura; garantir a continuidade curricular da Educação Musical nos ensinos básico e secundário para os alunos que pretendam enveredar por cursos superiores no domínio da música ou na via do ensino. A continuidade da Educação Visual e da Educação Musical, para estes casos, será viável se, em cada distrito, houver, pelo menos, uma escola do ensino secundário que ofereça essa possibilidade ou em regime articulado.

12 — A reavaliação das correspondências entre os níveis de competência e formação dos docentes do ensino artístico e os níveis do ensino e dos programas a que estão destinados, no contexto dos currículos, com particular relevância no que concerne aos professores de Educação Musical.

C — Acções a desenvolver

13 — Maior empenhamento, por parte do Ministério da Educação, na inclusão, nas escolas, da iniciação e continuidade às várias expressões artísticas, previstas na Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente a música, as expressões plásticas, a dança, o teatro e as artes áudio-visuais, entre outras.

14 — A criação de espaços de funcionamento e a dotação de equipamentos mais adequados às áreas do ensino artístico na escolaridade obrigatória, nomeadamente nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

15 — A criação de condições de acompanhamento de estudantes que revelem, em qualquer grau de ensino, especiais capacidades artísticas.

16 — O desenvolvimento de uma estreita colaboração entre o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado da Juventude e outras instituições, públicas e privadas, que possibilite a implementação de programas, projectos e acções conjuntas de:

Formação cultural e estética dirigida a alunos dos ensinos básico e secundário;

Formação cultural e estética dirigida a professores, integrada nos programas de formação inicial dos docentes dos ensinos básico e secundário e nos planos de formação continua e nos complementos de formação.

D — Programas, pedagogias e boas práticas

17 — A revisão profunda dos cânones de formação, programas e metodologias que têm orientado as áreas e as disciplinas do ensino artístico, no contexto do sistema de ensino e nos currículos, as quais se encontram predominantemente confinadas à transmissão desarticulada de técnicas e de gramáticas.

18 — A abertura de novas perspectivas para os conteúdos e práticas do ensino artístico, acentuando a sua vocação específica para o desenvolvimento das capacidades perceptivas e expressivas dos alunos, para o exercício da imaginação e da criatividade a para a educação da sensibilidade e do juízo estético.

19 — A restruturação dos conteúdos programáticos dos conservatórios, em ordem a alargar a sua formação, não exclusivamente para a criação de intérpretes, mas para atender a estudantes que visam o aprofundamento da sua cultura musical, teatral ou artística, consoante a diversidade das ofertas das escolas.

20 — A abertura do sistema do ensino a programas de pedagogias activas, creditando tempo, verbas e compensações para os professores que promovam actividades pedagógicas, culturais e artísticas fora das paredes e dos horários das escolas, nomeadamente através de visitas de estudo e assistência a espectáculos, concertos e exposições.

21 — A implementação efectiva de áreas inter e extracurriculares que permitam ofertas diversificadas das expressões artísticas nos espaços escolares, facultando a todos, e a cada um, uma oportunidade de escolha e de encontro da sua expressão privilegiada na realização de projectos comuns.

22 — A afirmação da necessidade de o ensino das expressões artísticas ser ministrado por docentes das respectivas áreas que associem à sua formação técnica e estética específica, uma formação pedagógica adequada.

23 — A colaboração de músicos, escritores, artistas plásticos, actores, cenógrafos, entre outros artistas, como convidados, em projectos educativos das escolas e a criação de projectos e *ateliers* na mesma, ou na sua proximidade.

24 — O desenvolvimento de projectos educativos das escolas, nas áreas das expressões artísticas, em parceria com instituições não governamentais e com associações culturais e artísticas existentes na comunidade envolvente e a nível nacional.

25 — A criação de «equipas móveis», de professores, ou monitores especializados, que coadjuvem a prática do ensino artístico em escolas de monodocência, no pré-escolar e em escolas dos ensinos básico e secundário onde não existam meios próprios para poder oferecer uma formação estética e artística suficiente.

E — Formação de professores

26 — A urgência de reforçar as vertentes da cultura geral e humanística e da educação estética na formação dos docentes a todos os níveis.

27 — A exigência de níveis substancialmente mais elevados de formação cultural e estética e de prática artística nos programas de formação de professores e de monitores. Esta exigência deverá ser ampliada no plano da preparação dos que irão ser formadores de professores.

28 — A reavaliação do reconhecimento oficial de cursos promovidos por instituições de ensino superior que creditam o acesso à docência na área das artes e que, frequentemente, não oferecem condições mínimas para a aquisição de competências práticas.

29 — A inclusão da via do ensino nas escolas superiores de ensino artístico que não a contemplem, permitindo a formação de artistas que, à sua competência, criatividade ou capacidade interpretativa, no campo das artes, associem uma formação pedagógica que os capacite para exercer a docência, se para esta se sentirem vocacionados.

Declaração de voto. — Votei contra, porque, embora concordando em parte com o projecto de parecer, discordo fortemente com uma grande parte das recomendações. — *Luís Filipe Banito Gameiro*.

10 Dezembro de 1998. — A Presidente, *Maria Teresa Ambrósio.*

ANEXO I

Boas práticas — alguns exemplos

Refere-se, em primeiro lugar, pela sua globalidade, a recente avaliação da reforma educativa implementada nos EUA, na qual se deu particular relevância à educação pelas artes (*The Arts and Education Reform Ideas for Schools and Communities,* A Background Papa for the Goals 2000 Satellite Town Meeting, January 18, 1994):

«As artes sempre fizeram parte do percurso humano, na realidade defendemos as artes como forma de atingir a plenitude da nossa humanidade ... Elas desenvolvem saudavelmente as mentes e os espíritos das nossas crianças:

Integrando o conhecimento e a compreensão, as artes ajudam os estudantes a transformar a informação em sabedoria».

Estratégias e objectivos/os alunos devem ser capazes de:

1) Comunicar em quatro disciplinas artísticas: música, artes visuais, teatro e dança;
2) Comunicar bem pelo menos em uma forma de arte;
3) Analisar as obras de arte;
4) Conhecer e identificar diversas formas de arte das várias culturas;
5) Relacionar os conhecimentos entre as diferentes formas e linguagens artísticas.

Conclusões da avaliação realizada. — A implementação de uma sólida formação artística integrada nos currículos escolares demonstrou as seguintes virtualidades:

1) As artes são importantes em si mesmas e ajudam os alunos a aprender outras matérias;
2) As comunidades descobriram que, para alguns alunos, as artes proporcionam uma primeira oportunidade para aprendizagem

e, para todos os alunos, as artes oferecem a «chance» para aprender mais. A prática das artes impulsionou o ensino e a aprendizagem das disciplinas das outras áreas;

3) As artes revelaram-se importantes para a competição económica e cultural da América no plano internacional, ao desenvolverem as competências mentais e emocionais;
4) As artes tornaram-se um factor importante na economia americana — 6 % do produto nacional bruto baseia-se nas artes;
5) As artes atraem os pais e as famílias à escola. Os educadores interessam-se pelas prestações dos filhos nas áreas artísticas e participam em concertos, exposições, etc., contribuindo para o reconhecimento e auto-estima dos membros da família;
6) As artes constroem a participação da comunidade e a criação de negócios e indústrias. As parcerias estimulam a participação das instituições e das comunidades envolventes. Despertam a criação de manufacturas e pequenas indústrias;
7) As artes revelam à sociedade a natureza humana e a cultura. São uma forma de comunicação universal. A qualidade de uma civilização mede-se, nomeadamente, através da sua música, da sua dança, do seu teatro, da sua arquitectura, das suas artes visuais e da sua literatura;
8) As artes encorajam a autodisciplina e a persistência no trabalho, no empenhamento e na realização de projecto;
9) As artes ensinam a diversidade cultural num mundo progressivamente globalizado, quebrando as barreiras que dividem as diferentes culturas, criando plataformas de entendimento de harmonização;
10) As artes são indispensáveis à vida. As artes são as linguagens de expressão humana, de compreensão e de funcionalidade. São uma forma de perceber e interpretar o mundo envolvente.

Exemplos nacionais

1 — Escola n.º 2 da Cruz de Pau (Biquinha)

Situa-se numa zona de bairros de habitação social onde residem famílias economicamente desfavorecidas, nomeadamente de etnia cigana. Projecto de educação intercultural. A escola aposta numa organização curricular centrada na área das expressões, tendo a expressão plástica assumido especial relevo nomeadamente nas oficinas de pintura, cerâmica e azujela, orientadas por professores da escola licenciados na Faculdade de Belas-Artes.

2 — Escola Secundária de Algés — Projecto MUS-E

Escola que reúne grupos economicamente desfavorecidos onde coexistem várias etnias num ambiente social particularmente violento.

O projecto educativo inclui uma vertente intercultural e integra o Projecto MUS-E em parceria com a Fundação Yehudi Menuhin, o qual desenvolve, de forma particular, a expressão musical como linguagem promotora da paz e da concórdia. Neste método têm relevância capital a colaboração obrigatória de artistas músicos, rentabilizando a participação da sociedade exterior à Escola.

3 — Chapitô

Desenvolve um projecto educativo de inserção social de combate à marginalização dos jovens, dando-lhes a oportunidade de enveredar por uma profissionalização na área do espectáculo e das artes circenses. A Escola de Artes e Ofícios do Espectáculo, sediada em Lisboa, integra o currículo do ensino secundário com equivalência ao 12.º ano e concede um certificado profissional de nível 3 de acordo com os programas comunitários.

4 — Projecto PAIDEIA

Acção conjunta do Clube Português de Artes e Ideias, Secretaria de Estado da Juventude e Ministério da Educação. A primeira fase decorreu entre 1993 e 1997, abrangendo 180 escolas secundárias de todo o País. Actividade itinerante focada na presença de quatro pré-fabricados de montagem rápida, colocados nos pátios das escolas (cada pré-fabricado com a área de 200 m^2 e com actividades artísticas específicas).

A — Dança/música — experienciar a prática destas duas actividades criativas através de exercícios práticos realizados em grupo:

Dança:

- Perceber o corpo como instrumento de comunicação;
- Conhecer a ideia de «corpo» na actualidade;
- Obter informação sobre a dança contemporânea;
- Contribuir para uma atitude e um conceito de dança de forma experienciada;
- Operar um enriquecimento cultural, estético e artístico no património do conhecimento teórico e experimental dos estudantes;
- Contribuir para a apetência da frequência de espaços de dança, nomeadamente espectáculos e *ateliers;*

Música:

- Estimular o interesse e a curiosidade pelos variados estilos de música;
- Perceber as relações e intenções entre as diversas formas musicais;
- Dar a conhecer o maior número possível de instrumentos musicais (não esquecendo a voz);
- Estimular o espírito crítico em relação ao «bombardeamento uniformizante» a que estão submetidos os estudantes através dos *media* e que leva a uma normalização indesejável porque redutora do gosto individual dos jovens;
- Promover o gosto pela frequência de espectáculos ao vivo e pela formação musical.

B — Áudio-visuais — os estudantes só costumam ter acesso a estes meios enquanto consumidores. Pretendeu-se «desconstruir» esses modelos através do conhecimento dos processos de construção do áudio-visual:

- Conhecer os meios de produção de um estúdio televisivo e experimentar a construção de uma notícia e de um *spot* publicitário;
- Criar, através destes mecanismos, capacidade de avaliação dos «produtos» áudio-visuais disponíveis no mercado;
- Promover um espírito crítico sobre o material áudio-visual consumido — alertar para as armadilhas do consumismo, da violência e de simplificações promovidos pelo *media*, assim como promover as valências positivas de formação e informação por eles veiculadas;
- Contribuir para o desenvolvimento de um «jornal de escola», um clube de rádio, um clube de áudio-visuais.

C — Teatro:

- Promover o conhecimento das linguagens teatrais, nomeadamente contemporâneas;
- Experienciar o trabalho cénico nas suas mais diversas vertentes — actor, encenador, cenógrafo;
- Desenvolver a consciência da importância dos rituais e símbolos e o papel da representação do real e de interpretação do imaginário;
- Promover o gosto pelo espectáculo teatral ao vivo, através da melhor compreensão das suas valências e do prazer que o mesmo pode proporcionar.

D — Artes visuais — a estética visual do quotidiano como se constrói?

Pretendeu-se contribuir para uma capacidade de olhar a arte. Trata-se, pois, de um trabalho de educação do olhar, enquadrado por perspectivas sincrónicas e diacrónicas que não se limitaram à história das artes mas ao enquadramento societal mais alargado.

A construção deste propósito foi feita através do exercício prático de construção de uma exposição — escolha das obras a expor, forma de expor, divulgação da exposição, forma de a financiar, projecto de visita educativa elaborado pelos próprios estudantes. Pretendeu-se criar uma consciência que tornasse mais compreensível os mecanismos museológicos e das galerias, no seu processo de existência e funcionamento.

Pretendeu-se promover o gosto pela visita de espaços museológicos reais, contrapostos às visitas virtuais. Tornar os estudantes conscientes das diferenças e das vantagens e desvantagens em termos de conhecimento de cada uma.

ANEXO II

As pedagogias

«Quando os alunos participam numa visita de estudo, aprendemos imenso sobre a maneira como eles aprendem» (Eleonor Shutak, citada por Scott Willis).

A educação estética vive das pedagogias activas, através do contacto pessoal e directo com as realidades percepcionadas; as metodologias devem incentivar a percepção de factores, fenómenos e realidades, promovendo a apropriação de experiências que conduzam à actividade crítica e ao conhecimento pessoal. Referem-se aqui alguns elementos para apoio a uma reflexão sobre esta matéria, sem nenhuma presunção de exaustão ou sistematicidade.

As pedagogias deverão reconhecer e integrar os vários tipos de inteligência (*multiple intelligences,* segundo Howard Gardner), correspondendo às suas exigências através de metodologias abrangentes e diversificadas. Através dos vários níveis do ensino formal as metodologias deverão, nomeadamente:

- Proporcionar actividades práticas e lúdicas, relacionando os conteúdos teóricos das diferentes disciplinas;
- Despertar a curiosidade e os interesses pelas diferentes formas de cultura e expressão humanas;

Potencializar as vertentes fundamentais da actividade estética: percepção, expressão, formação e comunicação do juízo estético.

Referem-se, a título meramente exemplificativo, algumas metodologias dirigidas à vertente da percepção estética:

Audição e leitura de textos literários — análise e recitação de textos poéticos;
Visitas de estudo a museus, monumentos históricos, lugares do quotidiano onde se processe o contacto com as artes;
Visitas a exposições temporárias, instituições cívicas, religiosas, científicas e políticas; assistência a espectáculos, *performances,* cinema, teatro, dança;
Diálogo com cientistas, investigadores, artistas, músicos e escritores que, sendo convidados pela escola, transmitam algo da sua experiência.

Entre as metodologias dirigidas à vertente das expressões estéticas citam-se:

Relato oral e escrito das experiências vividas; o sentido do rigor e a importância da emoção;
Prática efectiva da ginástica e do desporto; o reconhecimento de limitações e a superação de dificuldades;
Prática efectiva das várias técnicas e tecnologias que, adestrando os órgãos expressivos e desenvolvendo competências psicomotoras, permitem a expressão da sensibilidade pessoal através das linguagens plásticas, musicais, teatrais e outras.

Citam-se com particular relevância pedagógica:

O desenho na definição de formas, ideias e conceitos;
O canto na colocação e utilização correcta da voz e na integração harmónica da pessoa no grupo;
O teatro e o sentido do drama e da interpretação de textos e personagens;
A dança e a harmonização sensorial do corpo;
A utilização das novas tecnologias aplicadas à procura de informação (consulta) e às actividades expressivas (textos) e criativas (desenho, reprodução e transformação de imagens e elaboração de projectos).

Entre as metodologias dirigidas à vertente da formação e comunicação do juízo estético destacam-se:

Actividades criativas através da escrita: jornais e concursos promovendo a qualidade da conceptualização e da comunicação;
Actividades criativas através das linguagens e técnicas das diferentes artes;
Intervenções estéticas no espaço escolar ou outros, exposições com premiação de trabalhos individuais e colectivos dos alunos; teatro de escola em que se integram todas as expressões artísticas;
Actividades criativas através de tecnologias: reportagens e filmes de curta-metragem em vídeo, com a elaboração prévia dos respectivos guiões;
Prática de debates sobre questões cívicas, culturais e éticas, sobre saberes, conteúdos dos currículos e práticas pedagógicas;
Prática de uma auto-avaliação face à escola, às aprendizagens e aos projectos realizados;
Crítica de cinema, espectáculos e programas televisivos.

A transdisciplinaridade é, por conseguinte, o terreno propício à educação estética, a qual, ultrapassando os campos da transmissão de conteúdos estanques, se propõe como síntese dos vários saberes; nela as metodologias são indissociáveis de uma prática de ver, ouvir, falar e fazer e das linguagens que mediatizam a interactividade do processo comunicação-aprendizagem. Entre aquelas linguagens situam-se, de forma privilegiada, as linguagens das artes.

Bibliografia

Arnheim, R. — *Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora,* Pioneira Editora, São Paulo, 1994.

Barreto Xavier, J. — «Novas possibilidades de intervenção», in *Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos Anos 2000* (colectânea), Porto Editora, 1997.

Cabral, R. F. — «Saber, estética e interdisciplinaridade», *Broteria,* 146, Lisboa, 1998.

Changeux J. P. — *Raison et Plaisir,* Odile Jacob, 1984.

Changeux P. e Ricoeur, P. — *La nature et la règle: ce qui nous fait penser,* Odile Jacob, Paris, 1998.

Clark, A. — «Beeing there: puttong brain, body and world, together again», *MIT Press,* Cambridge Mass, 1997.

Cunha, P. — *Ética e Educação,* Universidade Católica, 1996.

Danto, A. — «La transfiguration du banal», *La Philosophie de l'Art,* Le Seuil, Paris, 1989.

Egan, K. — *O Desenvolvimento Educacional,* Publicações D. Quixote, 1992.

Freire, P. — «Pedagogia do oprimido», *Paz e Terra,* São Paulo, 1987.

Ehrenzweig, A. — «*L'Odre caché de l'art: essay sur la psychologie de l'imagination artistique»,* Gallimard, Paris, 1974.

Focillon, H. — *La vie des formes,* Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

Gardner, H. — *Frames of mind: the theorie of multiple inteligences,* Basic Books, New York, 1983.

Gloton, R., e Clero, C. — *A Actividade Criadora na Criança,* Editorial Estampa, 1976.

Goodman, N. — *Languages de l'art: une approche de la théorie des symboles,* Jacqueline Chambron, Nimes, 1990.

Grácio, R. — «Formação estética, educação artística», in *Educação Estética e Ensino Escolar,* Europa-América, Lisboa, 1996

Habermas, J. — *Le discours philosophique de la modernité,* Gallimard, Paris, 1998.

Humphey. N. — *Natural Aesthetics in Archictures for People,* Studio-Vista, 1980.

Jauss, H. R. — *Pour une esthétique de la réception,* Gallimard, Paris, 1978.

Jimenez, M. — «Qu'est ce que c'est l'estéthique?», *Follio,* Gallimard, Paris, 1997.

Mehler, J. — «The Cortical Representation of Speech», *Cognitive Neurocience,* 3, 1993.

Meumann, E. — *A Estética Contemporânea,* Imprensa da Universidade, Coimbra, 1930.

Meyerson, I. — *Les functions psychologiques et les oeuvres,* Vrin, Paris, 1948.

Merleau-Ponty, M. — *Phénoménologie de la perception,* Gallimard, Paris, 1945.

Morgan, G. — *Imaginization,* Sage, Londres, 1993.

Nadal, E. — «A Educação Estética», in *Inovação,* vol. 3, n.os 1-2, 1990.

Oddleifson, E. — «What do we want our schools to do?», in *Kappan,* 75 (6), 1994.

Pais, J. M. — *Culturas Juvenis,* Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

Pires, E. L. — *Lei de Bases do Sistema Educativo: Apresentação e Comentários,* Edições ASA, 1987.

Poper, K. — *O Universo Aberto,* D. Quixote, Lisboa, 1998.

Read, H. — *A Arte e a Sociedade,* Biblioteca Cosmos, Lisboa.

Savater, F. — *O Valor de Educar,* Editorial Presença, 1997.

Schiller, F. — *Lettres sur l'éducation esthétique de l'homme,* Aubier, Montaigne, Paris, 1943.

Vignaux G. — *Les sciences cognitives,* La Découverte, Paris, 1991.

Youg, A. — «Function organization of visual recognition», *Thought Without Language,* L. Weiskrantz, Clarendon, Oxford, 1998, 12-23.

Willis, S. — «Field studies: learning thrives beyond the classroom», *ASCD Curriculum Update,* Alexandria, VA, 1997.

Outros documentos

A educação e os meios de comunicação social, CNE, 1994.

Educação pré-escolar e cidadania, ME, 1998.

Uma aposta educativa na participação de todos, ME, 1998.

Educar e formar ao longo da vida, CNE, 1997.

Pareceres e recomendações, 1992, 1994 e 1995, CNE.

Educação artística especializada — Preparar as mudanças qualitativas, ME/GETAP, 1991.

Política educativa, construção da Europa e identidade nacional, CNE, 1997.

Análise das consultas aos parceiros educativos — O Ensino Secundário em Debate, DES, ME, 1998.

Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, MSI, MCT, 1997.

«A educação e o futuro» Revista *Colóquio — Educação e Sociedade,* n.º 3, nova série — *Valores e Educação numa Sociedade em Mudança,* Lisboa, 1998.

Zapping Through Wonderland — Social Issues in Art for Children and Young People, Royal Tropical Institute The Netherlands, 1998.

Como projectar a educação artística em Portugal, Edições da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

Por uma Europa do conhecimento, CCE, Bruxelas, 1997.

Entretiens du XXIème siècle, UNESCO, 1997.

Linhas Orientadoras para a Política Educativa, ME, 1997.

Educação — Mudanças para o Futuro, ME, 1998.

Carta Magna da Educação e Formação ao Longo da Vida — 1998.

Relatório do Projecto «Reflexão Participada dos Currículos do Ensino Básico», ME, DES, 1997.

Situação Nacional da Literacia, CNE, 1995.

The Arts and Education Reform Ideas for Schools and Communities, A Background Paper for the Goals 2000 Satellite Town Meeting, January 18, 1994.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Despacho n.º 1872/99 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Delego no secretário da Comissão licenciada Maria de Fátima Carvalho Costa Figueira Abrantes Mendes, nos termos conjugados da Lei n.º 71/78, de 27 de Dezembro, do Regimento da Comissão, e da Lei n.º 59/90, de 21 de Novembro, competências para:

1) Gerir os serviços da Comissão, sob a minha superintendência;
2) Autorizar as despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital, por conta das dotações orçamentais, até ao montante de 200 000$;
3) Autorizar a reconstituição do fundo permanente até ao limite previamente fixado;
4) Autorizar abonos variáveis ou eventuais relativos a trabalho extraordinário prestado em dias de descanso semanal ou feriados, ajudas de custo e outros, até aos montantes definidos por lei.

2 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Armando Pinto Bastos.*

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 1873/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 20 de Janeiro de 1999:

Licenciada Maria Isabel Faria Almiro do Vale Duarte Ferreira, professora efectiva do 8.º grupo da Escola Secundária de Vitorino Nemésio, na situação de requisição nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 25 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 1874/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 9 de Dezembro de 1998:

João Sérgio da Fonseca Duarte Mendes de Almeida, terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo, com contrato de trabalho a termo certo — integrado no quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, com a mesma categoria e carreira e vencimento correspondente ao escalão 1, índice 180. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 1875/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 9 de Dezembro de 1998:

Fátima do Rosário Ramos Madeira de Abreu, terceiro-oficial, da carreira de oficial administrativo, com contrato de trabalho a termo certo — integrada no quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, com a mesma categoria e carreira e vencimento correspondente ao escalão 1, índice 180. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 1876/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 9 de Dezembro de 1998:

Sílvia Alexandra Pereira Figueiredo, telefonista, da carreira de telefonista, com contrato de trabalho a termo certo — integrada no quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, com a mesma categoria e carreira e vencimento correspondente ao escalão 1, índice 115. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 341/99. — Por despacho de 10 de Dezembro de 1998 do reitor da Universidade do Algarve:

Doutor Filipe da Silva Sousa e Barros — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado da Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve, em regime de exclusividade, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 1998, pelo período de um ano, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 195.

Relatório referente à contratação do professor auxiliar convidado Filipe da Silva Sousa e Barros, de acordo com o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O conselho científico da Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve, na sua 101.ª reunião plenária de 25 de Setembro de 1998, com base nos pareceres previstos no Estatuto da Carreira Docente Universitária, subscritos pelos Profs. Doutores Fernanda Marília Pires, professora associada, e Maria da Graça Marques, professora auxiliar, ambas docentes da Universidade do Algarve, e Bento José Ferreira Murteira, professor catedrático convidado do ISEGI da Universidade Nova de Lisboa, após apreciação do *curriculum vitae* do Doutor Filipe da Silva Sousa e Barros, considerou que, pela sua experiência na actividade científica, preenche as condições adequadas ao exercício das funções referidas no artigo 5.º do ECDU, pelo que aprovou por unanimidade a contratação do Doutor Filipe Barros como professor auxiliar convidado para esta Unidade.

O Presidente do Conselho Científico da Unidade de Ciências Exactas e Humanas, *Abílio Marques da Silva.*

12 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Despacho n.º 1877/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da Universidade do Algarve, proferido por delegação de competências:

Licenciada Ana Maria Branco Barbosa, assistente da Unidade de Ciências e Tecnologias dos Recursos Aquáticos da Universidade do Algarve — autorizada a equiparação a bolseira fora do País, durante o período de 16 a 21 de Fevereiro de 1999.

18 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Serviços Centrais

Despacho n.º 1878/99 (2.ª série). — Por despachos do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferidos por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1998):

De 8 de Outubro de 1998:

Licenciada Célia Laurinda dos Santos Nogueira — contratada, por urgente conveniência de serviço, por um ano, renovável por três vezes, como monitora da Faculdade de Medicina desta Universidade, com início em 8 de Outubro de 1998.

De 23 de Novembro de 1998:

Licenciado António José Coelho Capelo, assistente graduado de cirurgia pediátrica do Centro Hospitalar de Coimbra — contratado, por urgente conveniência de serviço, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, em regime de acumulação, como assistente convidado a 40 % além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade, com início em 23 de Novembro de 1998.

Doutora Jeni Canha Alcobio Matias Gonçalves, assistente convidada a 40 %, em regime de acumulação, além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade — contratada, por urgente conveniência de serviço, por um ano, prorrogável por períodos de igual duração, por um máximo de quatro vezes, em regime de acumulação, como professora auxiliar convidada a 30 % além do quadro da mesma Faculdade, com início em 23 de Novembro de 1998, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

Contratação como professora auxiliar convidada da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra da Doutora Jeni Canha Alcobio Matias Gonçalves.

A Doutora Jeni Canha Alcobio Matias Gonçalves licenciou-se em Medicina com a classificação de 15 valores e, a partir de então, evoluiu com brilho e várias distinções nas carreiras tanto hospitalar como

académica. É uma pediatra muito competente, com uma carreira médica brilhante que lhe permitiu subir todos os degraus da carreira hospitalar, onde é assistente hospitalar graduada do quadro do Hospital Pediátrico de Coimbra, desde Outubro de 1985, após concurso e classificada com 18,5 valores, e, entretanto, aprovada em concurso de habilitação ao grau de chefe de serviço hospitalar. Desde 1986, é assistente convidada de pediatria na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. No Hospital Pediátrico criou a unidade de doenças metabólicas, articulando os escassos recursos laboratoriais ao tempo existentes em Coimbra com os do Centro de Genética e Metabolismo da Faculdade de Farmácia de Lisboa e com o Instituto de Genética do Porto. Para o efeito, estagiou em serviços de referência de Paris e Londres. Desde há mais de 15 anos que tem a seu cargo o cuidado das crianças maltratadas, diagnosticadas e seguidas no Hospital Pediátrico, cuja unidade também criou e que tem dirigido com êxito e prestígio, de que resultou ser consultora do conselho editorial da Revista *Child Abuse and Neglect.* Tem publicados quatro trabalhos em revistas nacionais como primeiro autor, e o mesmo número como co-autor. Apresentou 34 comunicações como primeiro autor e 11 como co-autor, realizou oito conferências e moderou duas mesas-redondas, dois *posters* como primeiro autor e quatro como co-autor. O longo e exigente trabalho em que a sua tese se fundamenta tem dificultado a publicação de outros que tem preparados. Em 30 de Junho de 1998, realizou prova de doutoramento na Universidade de Coimbra, intitulando-se a tese «Criança maltratada — O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de cinco anos». Foi aprovada com a classificação mais elevada que a lei atribui. Como membro efectivo da Comissão de Ética do Hospital Pediátrico de Coimbra, desde 1993, exerce funções de referência para a comunidade científica e profissional a que pertence.

Pelo valor académico, profissional e hospitalar, julga-se inteiramente fundamentada a opinião de que a contratação da Doutora Jeni Canha Alcobio Matias Gonçalves como professora auxiliar convidada da Faculdade de Medicina em muito contribuirá para o prestígio da Faculdade de Medicina de Coimbra.

24 de Setembro de 1998. — O Presidente do Conselho Científico, *Francisco José Franquera de Castro e Sousa.*

(Não carecem de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida.*

Serviços Académicos

Aviso n.º 2191/99 (2.ª série). — Designados, por despacho do reitor de 15 do mês corrente, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Física, na especialidade de Física Tecnológica, requeridas pelo licenciado Custódio Francisdo de Melo Loureiro:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Jorge dos Santos Veiga, por despacho de delegação de competências do reitor da Universidade, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1998.

Vogais:

Doutor Diniz Magalhães dos Santos, professor catedrático do Departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro.

Doutor Carlos Abreu Fonseca Varandas, professor associado com agregação do Departamento de Física do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Carlos Alberto Nabais Conde, professor catedrático do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Rui Ferreira Marques, professor associado do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Carlos Manuel Bolota Alexandre Correia, professor associado do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Francisco Amaral Fortes Fraga, professor auxiliar do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz.*

Aviso n.º 2192/99 (2.ª série). — Designados, por despacho do reitor de 18 do mês corrente, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Medicina, na especialidade de Medicina Interna (Nefrologia), requeridas pelo licenciado Rui Manuel Baptista Alves:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Jorge dos Santos Veiga (por despacho de delegação de competências do reitor da Universidade, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1998).

Vogais:

Doutor Manuel Jesus Falcão Pestana Vasconcelos, professor auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutor Fernando Eduardo Barbosa Nolasco, professor associado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Adelino Augusto Abreu Fernandes Marques, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Helena Saldanha Domingues Freire de Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor José Júlio Albuquerque Alves de Moura, professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor António José Garcia Segorbe Luís, professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz.*

Aviso n.º 2193/99 (2.ª série). — Designados, por despacho do reitor de 18 do mês corrente, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Medicina, na especialidade de Medicina Interna (Medicina Interna), requeridas pelo licenciado Manuel Teixeira Marques Veríssimo:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Jorge dos Santos Veiga (por despacho de delegação de competências do reitor da Universidade, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1998).

Vogais:

Doutora Estela Aguilar Monteiro Galvão Teles, professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Doutor Alexandre Tiedtke Quintanilha, professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Doutor Armando Lopes Porto, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Helena Saldanha Domingues Freire de Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor José Júlio Albuquerque Alves de Moura, professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz.*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Despacho n.º 1879/99 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 19 de Outubro de 1998:

Doutora Gabriela Dick de Sousa Guimarães — admitida, por conveniência urgente de serviço, por contrato administrativo de provimento, como professora auxiliar provisória, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, com efeitos desde 19 de Outubro de 1998, pelo período de cinco anos. (Visto do Tribunal de Contas de 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Despacho n.º 1880/99 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 1 de Outubro de 1998:

Doutor Soumodip Sarkar — admitido, por conveniência urgente de serviço, por contrato administrativo de provimento, como professor auxiliar convidado, a 100 %, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998, válido até ao regresso do substituído professor associado Amílcar Joaquim da Conceição Serrão. (Visto do Tribunal de Contas de 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

Relatório elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Analisado o *curriculum vitae* do PhD Soumodip Sarkar, bem como os pareceres emitidos por três professores especialistas na área da Investigação Operacional referentes ao seu mérito, com a finalidade de proceder ao seu recrutamento como professor convidado, conclui tratar-se de um especialista de elevada competência que se considera reunir as condições necessárias para ser admitido como professor auxiliar convidado da Universidade de Évora, ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro.

Este relatório foi aprovado por maioria absoluta dos membros do conselho científico da Área Departamental de Ciências Económicas e Empresariais em sessão de 24 de Setembro de 1998.

O Presidente do CC/AD/CEE, *António Cipriano Afonso Pinheiro.*

Despacho (extracto) n.º 1881/99 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 14 de Outubro de 1998:

Glória Filomena Silva Monteiro Lima, técnica superior de 1.ª classe — renovada a requisição por mais um ano, com efeitos a 17 de Dezembro de 1998, para esta Universidade. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Despacho n.º 1882/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 17 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Doutor João Manuel Pires da Silva — nomeado definitivamente professor auxiliar, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 1998. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1883/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 17 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Nuno Miguel da Cruz Neves, monitor — rescindido o contrato, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998.
Luís Miguel Martins Pires, monitor — rescindido o contrato, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1884/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 17 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Doutora Maria Luísa Santos de Sousa Cyrne — nomeada definitivamente professora auxiliar, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998.
Doutora Margarida Maria Teixeira Diniz Mendes Leal — nomeada definitivamente professora auxiliar, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998.
Doutora Ana Isabel da Silva Araújo Simões — nomeada definitivamente professora auxiliar, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 1998.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1885/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 17 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Doutor Benedito José Costa Cabral — nomeado definitivamente professor associado do quadro de pessoal docente da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, com efeitos à data da posse.
Doutora Maria de Lurdes Afonso Barreira Alves de Mira — nomeada definitivamente professora associada do quadro de pessoal não docente da mesma Universidade, com efeitos à data da posse.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1886/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 29 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Susana Isabel Braga Dias, monitora — rescindido o contrato, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 1998. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1887/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 29 de Dezembro de 1998, por delegação, nos termos do despacho reitoral publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 118, de 22 de Maio de 1998:

Licenciada Ana Margarida Palma de Carvalho Neto, assistente estagiária — rescindido o contrato, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 1998. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1888/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 2 de Dezembro de 1998, proferido por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a seguinte equiparação a bolseiro no estrangeiro:

Licenciada Ana Maria Viegas Lindo Martins Silva Freire, assistente — de 3 a 7 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1889/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 22 de Dezembro de 1998, proferidos por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foram concedidas as seguintes equiparações a bolseiro no estrangeiro:

À Doutora Isabel Maria André Ferreirim, professora auxiliar — de 6 a 14 de Janeiro de 1999.
Ao Doutor José Luiz Lopes Fiadeiro, professor associado — de 2 a 17 de Janeiro de 1999.
À licenciada Maria Cândida Santos Fronteira S. S. Palma, assistente convidada, de 6 a 16 de Janeiro de 1999.
À Doutora Raquel Jesus Ramos O. Prata Santos, professora auxiliar — de 6 a 16 de Janeiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1890/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 30 de Dezembro de 1998, proferido por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a seguinte equiparação a bolseiro no estrangeiro:

Doutora Mariana Piedade Branco Alves Pereira, professora associada — de 2 a 9 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1891/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 12 de Janeiro de 1999, proferidos por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foram concedidas as seguintes equiparações a bolseiro no estrangeiro:

Doutor Carlos Alberto Nieto Castro, professor catedrático — de 20 a 23 de Janeiro de 1999.
Doutor José António Perdigão Dias Silva, professor catedrático — de 19 a 25 de Janeiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1892/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 5 de Janeiro de 1999, proferido por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a seguinte equiparação a bolseiro no estrangeiro:

Doutora Teresa Maria Catanho Silva Almada, professora auxiliar — de 6 a 14 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1893/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 8 de Janeiro de 1999, proferidos por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foram concedidas as seguintes equiparações a bolseiro no estrangeiro:

Doutora Ana Maria Roseta Morais, professora associada — de 25 de Março a 2 de Abril de 1999.
Licenciado Carlos Manuel Ribeiro Albuquerque, assistente — de 16 a 23 de Janeiro de 1999.
Doutora Cecília Galvão Couto, professora auxiliar — de 20 a 24 de Janeiro de 1999.
Doutor José Luiz Lopes Fiadeiro, professor associado — de 21 a 25 de Janeiro de 1999.
Doutor José Luiz Lopes Fiadeiro, professor associado — de 3 a 7 de Fevereiro de 1999.
Doutor José Pavão Mendes Paula, professor auxiliar — de 6 a 13 de Fevereiro de 1999.
Doutora Margarida Maria N. S. R. M. Mendes Lopes, professora auxiliar — de 19 a 30 de Janeiro de 1999.
Doutora Maria Conceição Vieira Carvalho, professora auxiliar — de 18 de Janeiro a 22 de Fevereiro de 1999.
Doutor Paulo Jorge Esteves Veríssimo, professor associado — de 16 de 19 de Fevereiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1894/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 23 de Dezembro de 1998, proferido por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a seguinte equiparação a bolseiro no estrangeiro:

Doutora Maria José Diogo Silva Calhorda, professora catedrática — de 6 a 10 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Despacho n.º 1895/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa de 8 de Janeiro de 1999, proferido por delegação, nos termos do despacho reitoral de 16 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a seguinte equiparação a bolseiro no País:

Doutor Dinis Duarte Ferreira Pestana, professor catedrático — de 16 a 18 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Secretário-Coordenador, *Jorge Ferreira Cardoso.*

Faculdade de Direito

Rectificação n.º 222/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 130, de 5 de Junho de 1998, a p. 7820, o contrato (extracto) n.º 682/98 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «com efeitos a 20 de Dezembro de 1997» deve ler-se «com efeitos a 20 de Dezembro de 1997, considerando-se rescindido o contrato anterior».

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *Luís Waldyr de Menezes Barbosa Vicente.*

Rectificação n.º 223/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1998, a p. 10 955, o contrato (extracto) n.º 1015/98 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Por despacho do vice-reitor de 18 de Dezembro de 1998» deve ler-se «Por despacho do vice-reitor de 18 de Dezembro de 1997».

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *Luís Waldyr de Menezes Barbosa Vicente.*

Rectificação n.º 224/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, de 4 de Agosto de 1998, a p. 10 955, o contrato (extracto) n.º 1014/98 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Por despacho do vice-reitor de 18 de Dezembro de 1998» deve ler-se «Por despacho do vice-reitor de 18 de Dezembro de 1997».

12 de Janeiro de 1999. — O Secretário, *Luís Waldyr de Menezes Barbosa Vicente.*

Faculdade de Letras

Despacho n.º 1896/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 6 de Janeiro de 1999 são nomeados os professores a seguir mencionados para fazerem parte do júri para apreciação do pedido de equivalência ao grau de mestre em História da Arte, apresentado por Giuseppina Raggi:

Presidente — Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Vogais:

Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Doutor José Custódio Vieira da Silva, professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Científico, *Maria Helena Mateus.*

Faculdade de Medicina

Aviso n.º 2194/99 (2.ª série). — Avisam-se os candidatos ao concurso externo de ingresso para o provimento de quatro lugares para técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 206, de 7 de Setembro de 1998, de que a lista de classificação final, cuja acta foi homologada por despacho do director de 18 de Janeiro de 1999, se encontra afixada, para consulta, no *placard* junto à Secção de Pessoal da Faculdade.

Da homologação da presente lista cabe recurso, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, para o membro do Governo competente, no prazo de 10 dias, a partir da data do aviso da comunicação feita aos interessados, respeitada a dilação de três dias, após o aviso afixado no átrio da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

19 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Maria do Carmo Lopes Batista.*

Contrato (extracto) n.º 342/99. — Por despacho do vice-reitor de 18 de Agosto de 1998 por delegação do reitor:

Maria do Pilar Torres de Quinhonhes Levy Rosa Dias, assistente da Faculdade — contratada provisoriamente professora auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 9 de Maio de 1998, por um quinquénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Helena Calado.*

Contrato (extracto) n.º 343/99. — Por despacho do vice-reitor de 24 de Junho de 1998 por delegação do reitor:

Doutora Maria Isabel Segurado Pavão Martins Catarino Petiz — celebrado contrato administrativo de provimento, para exercer funções de professora auxiliar, com efeitos a 24 de Junho de 1998, válido por um quinquénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Helena Calado.*

Contrato (extracto) n.º 344/99. — Por despacho do vice-reitor de 10 de Novembro de 1998 por delegação do reitor:

João José Cúcio Frada, assistente convidado a 100 % da Faculdade de Medicina — contratado provisoriamente professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 1998, válido por um quinquénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — A Secretária, *Maria Helena Calado.*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Despacho (extracto) n.º 1897/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 4 de Janeiro de 1999, proferido por delegação do reitor:

Licenciado Telmo Ventura Mourinho Baptista, assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação — prorrogado o contrato por um ano, com total dispensa de serviço docente, com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria José Faria de Freitas.*

Despacho (extracto) n.º 1898/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 10 de Novembro de 1998, proferido por delegação do reitor:

Doutor Natércio Augusto Garção Afonso — celebrado contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria José Faria de Freitas.*

Despacho (extracto) n.º 1899/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 12 de Novembro de 1998, proferido por delegação do reitor:

Mestre Wolfgand Rudiger Lind — celebrado contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, com efeitos a partir de 12 de Novembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria José Faria de Freitas.*

UNIVERSIDADE DO MINHO

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 1900/99 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Alda Maria Vieira da Silva — autorizada a nomeação definitiva na categoria de técnica-adjunta de 1.ª classe de biblioteca e documentação do quadro da Universidade do Minho, com efeitos a partir da data do despacho autorizador, por conveniência urgente de serviço, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 1901/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

Hermínia Alice Marques de Oliveira Fernandes — autorizada a nomeação, em comissão de serviço, na categoria de técnica-adjunta de 2.ª classe de biblioteca e documentação do quadro da Universidade do Minho, com efeitos a partir da data do despacho autorizador, por conveniência urgente de serviço, considerando-se exonerada da categoria anterior a partir da data do termo da nomeação supracitada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 1902/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Minho:

António da Costa Rodrigues — autorizada a nomeação definitiva na categoria de encarregado de armazém do quadro da Universidade do Minho, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 1998, por conveniência urgente de serviço, considerando-se exonerado da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Listagem n.º 22/99. — *Lista nominativa do pessoal da carreira de investigação de dedicação exclusiva, elaborada nos termos do n.º 9 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro:*

Investigador auxiliar:

Maria João Ribeiro Peixoto de Queiroz.

Assistente de investigação:

Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva.

19 de Janeiro de 1999. — O Chefe de Repartição, *António P. Falcão.*

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 1903/99 (2.ª série). — Por despacho do reitor de 23 de Dezembro de 1998:

Doutor Manuel Luís Magalhães Nunes da Ponte, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — nomeado, por conveniência urgente de serviço, no cargo de directo do Instituo de Tecnologia Química e Biológica desta

Universidade, pelo período de três anos, a partir de 2 de Janeiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos, *Fernanda Martinez Cabanelas Antão.*

Faculdade de Ciências Médicas

Aviso n.º 2195/99 (2.ª série). — *Lista nominativa do pessoal da carreira de investigação em regime de dedicação exclusiva, elaborada em cumprimento do disposto no n.º 9 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro:*

Helena Maria Borba Alves dos Santos, investigadora auxiliar;
Maria Helena de Castro Reis de Carvalho, investigadora auxiliar.

8 de Janeiro de 1999. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1904/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Janeiro de 1999, proferido no uso de delegação de competências, foi autorizada a perceber o vencimento de exercício perdido no ano de 1998:

Leonor da Conceição de Almeida Ramos, auxiliar técnico administrativo desta Faculdade — 15 dias.

12 de Janeiro de 1999. — O Director, *António B. Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1905/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Outubro de 1998, proferido no uso de delegação de competências, foi autorizada a perceber o vencimento de exercício perdido no ano de 1998:

Teresa dos Inocentes Pereira Cepeda, terceiro-oficial desta Faculdade — 4 dias.

13 de Janeiro de 1999. — O Director, *António B. Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1906/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Outubro de 1998, proferido no uso de delegação de competências, foi autorizada a perceber o vencimento de exercício perdido no ano de 1998:

Teresa dos Inocentes Pereira Cepeda, terceiro-oficial desta Faculdade — 2 dias.

13 de Janeiro de 1999. — O Director, *António B. Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1907/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Janeiro de 1999, proferido no uso de delegação de competências, foi autorizada a perceber o vencimento de exercício perdido no ano de 1998:

Ana Paula Rodrigues Simões dos Santos Simas, terceiro-oficial desta Faculdade — 29 dias.

13 de Janeiro de 1999. — O Director, *António B. Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1908/99 (2.ª série). — Por despachos de 5 de Janeiro de 1998 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências:

Doutor João Paulo Abreu Carvalho de Sousa — autorizada a denúncia do contrato de professor auxiliar convidado desta Faculdade, a partir de 1 de Março de 1999.
Licenciados António Maria Delca Pina Pereira, Francisco Brito de Palma, João Manuel Leitão Papoula e Pradipai Ratilal — autorizada a denúncia dos contratos de assistente convidado desta Faculdade, a partir de 2 de Janeiro de 1999.
Mestre Nuno José Coelho Gomes Teixeira — autorizada a rescisão do contrato de assistente desta Faculdade, a partir de 15 de Outubro de 1998.

(Não carecem de anotação do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 1999. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1909/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Janeiro de 1999, proferido no uso de delegação de competências, foi autorizada a perceber o vencimento de exercício perdido no ano de 1998:

Maria Joel dos Santos Duarte, técnica de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública desta Faculdade — 21 dias.

13 de Janeiro de 1999. — O Director, *António B. Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1910/99 (2.ª série). — Por despachos de 8 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências:

Licenciada Virgínia Maria de Moura Penim Loureiro — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada da disciplina de Microbiologia e Parasitologia, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 11 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciada Ana Nélida Pellon Parreira Rodrigues Pena — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada da disciplina de Propedêutica Cirúrgica, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 19 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciado Carlos Alberto Pinto das Neves — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Propedêutica Cirúrgica, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 19 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciada Rosa Maria Martins de Pina — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada da disciplina de Pediatria, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 19 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciada Fernanda de Oliveira Gaspar da Silva Pires — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidada da disciplina de Psicologia Médica, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 20 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciado Carlos Aurélio da Silva Marques dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Propedêutica Cirúrgica, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 24 de Fevereiro de 1999, por um ano.
Licenciado Manuel Aníbal Antunes Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Medicina II, a tempo parcial (40 % de dois terços do escalão 1, índice 135), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 28 de Fevereiro de 1999, por um ano.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 1999. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1911/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Dezembro de 1998 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências:

Doutora Laura Maria Lourenço Brum da Cruz Martins — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de professor auxiliar da disciplina de Microbiologia e Parasitologia, a título provisório (dois terços do escalão 1, índice 195), por conveniência urgente de serviço, a partir de 26 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o cargo de assistente da mesma Faculdade a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 1999. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Despacho (extracto) n.º 1912/99 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências:

Doutora Maria Isabel Silvério da Fonseca Soares — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de professora auxiliar convidada na disciplina de Anatomia Patológica, a tempo parcial (30 % de dois terços do escalão 1, índice 195), por urgente conveniência de serviço e em acumulação, a partir de 1 de Março de 1999.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do ECDU, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho

O *curriculum vitae* da Doutora Maria Isabel Silvério da Fonseca Soares foi apreciado pelos Profs. Doutores Daniel dos Santos Pinto Serrão, Carlos Alberto Silva Duarte e António Manuel Bensabat Rendas, onde concluíram que, sem sobressaltos e de uma forma regular,

a candidata cumpriu uma carreira de especialização profissional e técnico-científica na área de anatomia patológica e uma carreira de investigação científica na mesma área.

Em Novembro de 1994 prestou, com brilhantismo, as provas para obtenção do grau de doutor em Medicina (Anatomia Patológica) pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido aprovada, por unanimidade, com *Distinção e louvor.*

A Doutora Maria Isabel Silvério Fonseca Soares tem uma invejável carreira científica, com 21 trabalhos científicos, 14 dos quais em revistas estrangeiras de circulação internacional, 46 comunicações em congressos nacionais ou internacionais e 5 conferências ou mesas-redondas, pelo que dão bem ideia da invulgar actividade científica desenvolvida em 10 anos. Os cursos de formação que seguiu em Portugal e no estrangeiro, no total de 19, e os 4 estágios realizados em centros de investigação de muito prestígio em Londres, Estocolmo, Saint Louis (USA) e Copenhaga garantem uma segura formação técnica e científica.

Para além dos méritos científicos do currículo, deve também salientar-se que a Doutora Isabel da Fonseca tem uma experiência docente, uma vez que foi monitora da disciplina de Anatomia Patológica entre 1981 e 1983 e retomou funções de assistente convidado no ano lectivo de 1991-1992.

Assim, o conselho científico, na sua reunião de 24 de Novembro de 1998, aprovou, por unanimidade, o convite efectuado à Doutora Maria Isabel Silvério da Fonseca Soares para exercer as funções de professor auxiliar convidado da disciplina de Anatomia Patológica desta Faculdade.

O Presidente do Conselho Científico, *J. A. Esperança Pina.*

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 1999. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 1913/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 1998 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, proferido por delegação de competências:

Licenciada Maria Cristina Montalvão Marques Sarmento, assistente convidada da Universidade do Algarve — celebrado contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o anterior contrato. (Processo declarado conforme em sessão diária de visto de 15 de Dezembro de 1998 do Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

7 de Janeiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo.*

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Despacho (extracto) n.º 1914/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 11 de Janeiro de 1999, proferido por delegação de competências:

Manuel Vítor dos Santos Domingos — contratado a termo certo como auxiliar técnico de biotério, com efeitos à data do despacho reitoral.

Marisa Alexandra Carmelino Bodião — contratada a termo certo como auxiliar técnico de biotério, com efeitos à data do despacho reitoral.

João Alexandre Monteiro da Silva Antunes — contratado a termo certo como auxiliar técnico de biotério, com efeitos à data do despacho reitoral.

Fernando Carlos Baleiras Henriques Canastra — contratado a termo certo como auxiliar técnico de biotério, com efeitos à data do despacho reitoral.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — A Secretária Executiva, *Ana Maria Monterrozo Carneiro.*

Despacho (extracto) n.º 1915/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do director, mediante parecer favorável do CC, foi autorizada a renovação da equiparação a bolseiro até 31 de Outubro de 1999 à Doutora Anabela Garcia de Abreu, professora auxiliar deste Instituto.

15 de Janeiro de 1999. — A Secretária Executiva, *Ana Maria Monterrozo Carneiro.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 1916/99 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Novembro de 1998 do vice-reitor da Universidae do Porto, por delegação:

Licenciada Isabel Maria Matos de Freitas — contratada, por conveniência urgente de serviço, como monitora, além do quadro, da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 1998 e até 13 de Fevereiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1917/99 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Novembro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Jorge Miguel Milhazes de Freitas — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor, além do quadro, do Departamento de Matemática Aplicada da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 1998 e até 13 de Fevereiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1918/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciada Isabel Maria da Costa Godinho, assistente convidada, além do quadro, da Faculdade de Economia desta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 8 de Outubro de 1998 a 28 de Fevereiro de 1999.

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1919/99 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Outubro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues, assistente estagiário, além do quadro, da Faculdade de Arquitectura desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 20 de Maio de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1920/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Gisela Maria Ló Ferreira Araújo dos Santos — contratada, por conveniência urgente de serviço, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como secretária-recepcionista da Faculdade de Medicina Dentária desta Universidade, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 1998 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1921/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Setembro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciado Manuel Dias de Castro, assistente, além do quadro, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1922/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Custódio João Pais Dias, assistente, além do quadro, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 21 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1923/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Cidália Maria Neves Duarte — contratada, por conveniência urgente de serviço, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como assistente convidada, além do quadro, com 50% do vencimento, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desta Universidade, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1924/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Rui Jorge Lemos Neto, assistente convidado, além do quadro, com 60% do vencimento, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidado, além do quadro, com 50% do vencimento, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1925/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria Joana Álvares Ribeiro Sousa Coutinho, assistente convidada, além do quadro, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 24 de Julho de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Visado em 21 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1926/99 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Novembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Margarida Maria Coutinho Nogueira Marta Borges — contratada, por conveniência urgente de serviço, como monitora, além do quadro, da Faculdade de Farmácia desta Universidade, com efeitos a partir de 25 de Novembro de 1998. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1927/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Novembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado José António Morais Catita — contratado, por conveniência urgente de serviço, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como assistente convidado, além do quadro, com 30% do vencimento, da Faculdade de Farmácia desta Universidade, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1928/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Ana Paula da Silva Dias — assistente, além do quadro, da Faculdade de Ciências desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar, além do quadro, do Departamento de Matemática Pura da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 24 de Julho de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1929/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Manuela Umbelina Fernandes Correia Gomes da Mota, técnica principal (gestão) da Faculdade de Medicina desta Universidade — nomeada definitivamente, por conveniência urgente de serviço, como técnica especialista (gestão) da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 1998, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1930/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Setembro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Maria Fernanda Quintela da Silva Proença, investigadora auxiliar, além do quadro, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar, além do quadro, do Departamento de Engenharia Civil da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1931/99 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Novembro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

José Tomé Almeida Sousa Ferreira — contratado, por conveniência urgente de serviço, como monitor, além do quadro, do Departamento de Matemática Aplicada da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 1998 e até 13 de Fevereiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1932/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, assistente, além do quadro, da Faculdade de Letras desta Universidade, em regime de substituição de um docente que beneficiava de uma bolsa do PRODEP — contratado, por conveniência urgente de serviço, como assistente, além do quadro, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998 e até 16 de Maio de 2003, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1933/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Maria Fernanda Andrade Pereira Ferreira, técnica auxiliar principal da Faculdade de Medicina desta Universidade — promovida, por urgente conveniência de serviço, a técnica auxiliar especialista a partir de 17 de Dezembro de 1998, transitando para a categoria de técnico profissional especialista por aplicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, considerando-se exonerada do

cargo anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1934/99 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Manuel Laranjeira Gomes, assistente convidado, além do quadro, com 40 % do vencimento, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado, além do quadro, com 30 % do vencimento, do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 8 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O conselho científico do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, em reunião da comissão coordenadora de 18 de Março de 1998, aprovou, por unanimidade, a proposta respeitante à contratação do Doutor Manuel Laranjeira Gomes como professor auxiliar convidado a 30 % para a disciplina de Fisiologia Geral da licenciatura em Medicina.

Baseado nos pareceres favoráveis emitidos pelos Professores Nuno Rodrigues Grande, Fernando Oliveira Torres e Mário Arala Chaves e na análise do *curriculum vitae* do candidato, o conselho científico considera que o Doutor Manuel Laranjeira reúne todas as condições necessárias para o exercício do cargo para o qual é proposto.

30 de Março de 1998. — O Presidente do Conselho Científico, *Alexandre Quintanilha.*

18 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1935/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Novembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Maria Helena Pinto da Rocha Mena Matos, assistente, além do quadro, da Faculdade de Ciências desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar, além do quadro, do Departamento de Matemática Aplicada da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 8 de Outubro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1936/99 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Outubro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto:

Luís Joaquim Militão Lemos Valentim, operador de registo de dados, em regime de contrato de trabalho a termo certo da Faculdade de Arquitectura desta Universidade — nomeado definitivamente terceiro-oficial da mesma Faculdade, por aplicação do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, considerando-se caducado o contrato anterior a partir da data da posse. (Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 29 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 1937/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Fevereiro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Maria Elisabete Florinda Costa Fernandes Neves, técnica-adjunta de 1.ª classe (BD) da Faculdade de Medicina desta Universidade — promovida, por urgente conveniência de serviço, a técnica-adjunta principal (BD) a partir de 5 de Janeiro de 1999, transitando para a categoria de técnico profissional especialista por aplicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Rectificação n.º 225/99. — Para os devidos efeitos se rectifica que no despacho (extracto) n.º 202/99 (2.ª série), inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 5, de 7 de Janeiro de 1999, a p. 158, e referente a Isidro Ribeiro Pereira, onde se lê «da Faculdade de Letras» deve ler-se «da Faculdade de Engenharia» e onde se lê «Visado tacitamente pelo Tribunal de Contas em 29 de Julho de 1998. São devidos emolumentos» deve ler-se «Visado tacitamente pelo Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.»

14 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Rectificação n.º 226/99. — Para os devidos efeitos se rectifica que na publicação (extracto n.º 22 452/98) inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1998, a p. 18 378, e relativa à licenciada Maria Cândida da Silva Fernandes Martins, onde se lê «em comissão de serviço como técnica superior de 2.ª classe da mesma Faculdade» deve ler-se «em comissão de serviço como técnica superior de 2.ª classe (BD) da mesma Faculdade».

14 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Rectificação n.º 227/99. — Para os devidos efeitos se rectifica que no despacho (extracto) n.º 20 901/98 (2.ª série), inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1998, a p. 16 950, onde se lê «Licenciada Maria Paula Brandão Botelho Gomes» deve ler-se «Doutora Maria Paula Brandão Botelho Gomes».

15 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Rectificação n.º 228/99. — Para os devidos efeitos se rectifica que no despacho (extracto) n.º 353/99 (2.ª série), inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 1999, a p. 265, e referente ao licenciado Manuel Carlos Sanches Graça Dias, onde se lê «Visado tacitamente pelo Tribunal de Contas em 2 de Junho de 1998. São devidos emolumentos» deve ler-se «Visado tacitamente pelo Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 1938/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Maria Leonor Paulino Lopes Ribeiro — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnica de 2.ª classe (gestão) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998 e pelo período de 18 meses. (Não carece do visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços Académicos e de Pessoal, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 1939/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Paulo Alexandre Ribeiro da Cunha Fernandes — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnico superior de informática de 2.ª classe (área de desenvolvimento de sistemas de informação e aplicações) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998 e pelo período de 10 meses. (Não carece do visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços Académicos e de Pessoal, *Maria Odete Paiva.*

Despacho (extracto) n.º 1940/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1998 do director da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto:

Carlos Ângelo de Paiva Pereira — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnico superior de informática de 2.ª classe (área de desenvolvimento de sistemas de informação e aplicações) da Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 1998 e pelo período de 10 meses. (Não carece do visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços Académicos e de Pessoal, *Maria Odete Paiva.*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Rectificação n.º 229/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1998, o edital n.º 1022/98 (2.ª série), respeitante à constituição do júri para provimento de dois lugares de professor associado do Departamento de Matemática, na área científica de Análise Matemática ou Geometria ou Topologia do Instituto Superior Técnico, é retirado do respectivo júri o vogal Doutor João Manuel Teixeira da Silva Oliveira, professor associado da Escola Naval.

21 de Janeiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, *João Gualberto Lopes Guerreiro.*

Reitoria

Despacho n.º 1941/99 (2.ª série). — Nomeio definitivamente Paula Cristina Antunes Mendonça na categoria de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, por aplicação do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Dezembro de 1998. — O Vice-Reitor, *José Dias Lopes da Silva.*

Despacho n.º 1942/99 (2.ª série). — Designo, nos termos dos Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa, como vogais da comissão eleitoral das eleições do reitor, a que preside o professor catedrático António Alberto Monteiro Alves, vice-reitor, conforme o despacho n.º 22 200-A/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 23 de Dezembro de 1998, os:

Professor catedrático do ISA Fernando Luís Bartolomeu Borges de Sousa de Faria Estácio.
Professor catedrático do ISEG Nuno João de Oliveira Valério.

21 de Janeiro de 1999. — O Reitor, *António Simões Lopes.*

Faculdade de Medicina Veterinária

Despacho n.º 1943/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 11 de Janeiro de 1999, proferido por delegação:

Fernando Manuel d'Almeida Bernardo — nomeado definitivamente professor associado do quadro da Faculdade de Medicina Veterinária, com efeitos à data de posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lucília Ferreira.*

Despacho n.º 1944/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária de 14 de Dezembro de 1998, proferido por delegação:

Carlos Mendes Godinho de Andrade Fontes — contratado como professor auxiliar convidado (regime 100%) não pertencente aos quadros desta Faculdade, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de Outubro de 1998. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lucília Ferreira.*

Despacho n.º 1945/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa de 20 de Janeiro de 1999, proferido por delegação de competências:

Alda Maria Gonçalves Ferreira — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativa principal do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 1, índice 215. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lucília Pires Ferreira.*

Instituto Superior de Economia e Gestão

Despacho n.º 1946/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Jorge Manuel Geraldo Simões Moita, professor auxiliar convidado, além do quadro, deste Instituto — autorizada a alteração de percentagem contratual de 20% para 50%, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1947/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 23 de Novembro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

José António da Silva Carriço, assistente convidado, além do quadro, deste Instituto — não lhe foi renovado o respectivo contrato, com efeitos a partir de 1 de Março de 1999. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1948/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 14 de Outubro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

José do Vale Marçal, assistente convidado, além do quadro, deste Instituto — autorizada a alteração de percentagem contratual de 20% para 40%, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1949/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 1 de Setembro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Ana Sofia Freitas Monteiro Ferreira — contratada, por conveniência urgente de serviço, para o exercício das funções de assistente estagiária, além do quadro, deste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998. (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1950/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 27 de Fevereiro de 1997, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 2 de Abril de 1996:

Artur Eduardo Jorge Neves, assistente estagiário, além do quadro, deste Instituto — rescindido o respectivo contrato, com efeitos a

partir de 1 de Março de 1997. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1951/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa de 23 de Novembro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Gabriel Amador Diogo, assistente convidado, além do quadro, deste Instituto — não lhe foi renovado o respectivo contrato, com efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 1999. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1952/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 6 de Julho de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Telmo Francisco Salvador Vieira, assistente estagiário, além do quadro, deste Instituto — contratado, por conveniência urgente de serviço, para o exercício das funções de assistente, além do quadro, do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 6 de Julho de 1998, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1953/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Maria Leonor Romão Carreiro Fernandes Ferreira da Silva, assistente convidada, além do quadro, deste Instituto — autorizada a alteração de percentagem contratual de 100 % para 20 %, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1954/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, de 21 de Setembro de 1998, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Sérgio Filipe Marques da Costa Ferreira, assistente convidado, além do quadro, deste Instituto — autorizada a alteração da percentagem contratual de 20 % para 50 %, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1955/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 14 de Janeiro de 1999, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 2 de Abril de 1996:

José Maria Freire Brandão de Brito, professor associado, de nomeação definitiva, do Grupo I (Economia) do quadro do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — nomeado definitivamente professor catedrático do Grupo I (Economia) do mesmo quadro, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar, considerando-se exonerado do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1956/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 20 de Janeiro de 1999, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 8 de Janeiro de 1998:

Maria João Ralha de Melo e Matos, assistente, além do quadro, deste Instituto — rescindido a seu pedido o respectivo contrato, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1957/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 14 de Janeiro de 1999, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 2 de Abril de 1996:

Vítor Manuel da Silva Santos, professor associado, de nomeação provisória, do grupo I (Economia), do quadro do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa — nomeado provisoriamente professor catedrático do grupo I (Economia), do mesmo quadro, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar, considerando-se exonerado do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Despacho n.º 1958/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 14 de Janeiro de 1999, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 2 de Abril de 1996:

José Luís Miranda Cardoso, professor associado, de nomeação definitiva, do Grupo I (Economia) do quadro do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — nomeado definitivamente professor catedrático do Grupo I (Economia) do mesmo quadro, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar, considerando-se exonerado do lugar anterior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Romão.*

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 2196/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico de 9 de Janeiro de 1999, proferido por delegação:

Maria Ema Pereira da Silva, técnica-adjunta de 1.ª classe do quadro do Instituto Superior Técnico — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, após aprovação em concurso, estagiária da carreira técnica superior, área de assessoria jurídica, do mesmo quadro, com efeitos a partir da data da aceitação de nomeação. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *João Nuno de Almeida Reis Hipólito.*

Aviso n.º 2197/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico datado de 9 de Janeiro de 1999, proferido por delegação:

Duarte Manuel Pereira Batista, técnico auxiliar de 2.ª classe do quadro do Instituto Superior Técnico — nomeado definitivamente, após aprovação em concurso, técnico auxiliar de 1.ª classe da carreira de técnico auxiliar, do mesmo quadro, com efeitos a partir da data da aceitação de nomeação, considerando-se exonerado do anterior lugar na mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *João Nuno de Almeida Reis Hipólito.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho (extracto) n.º 1959/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Outubro de 1998:

Margarida Rebelo dos Santos Silveira — nomeada, provisoriamente, na categoria de professora-adjunta, para a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, para o quadro de pessoal docente da referida Escola Superior de Educação, aprovado pela Portaria n.º 26/97, de 8 de Janeiro, em regime de comissão de serviço, conforme o disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 7.º, e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei

n.º 407/91, de 17 de Outubro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 1998. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Listagem n.º 23/99. — *Listagem dos benefícios concedidos a particulares.* — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicam-se os subsídios atribuídos pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco às associações de estudantes para actividades desportivas e culturais, à Associação Portuguesa de Horticultura para colóquio de produção integrada em horticultura, bem como apoio individual a alunos para actividades desenvolvidas no âmbito dos cursos que frequentam durante o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998:

Alexandra Isabel Cruchinho Barreiros	140 000$00
Anabela Calmeiro Matos	40 000$00
Associação de Estudantes da ESACB	250 000$00
Associação de Estudantes da ESECB	250 000$00
Associação de Estudantes da ESGIN	360 000$00
Associação de Estudantes da ESTCB	925 500$00
Associação Portuguesa de Horticultura	200 000$00
Cristina Maria Pinto Morgado Neves	40 000$00
Dina Paula Dias Gonçalves	40 000$00
Joaquim José Gonçalves Marques	72 000$00
Manuela de Jesus Ribeiro Martins	50 000$00
Paula Maria Bártolo Martins	50 000$00
Ricardo Filipe Gonçalves Batista	50 000$00
Sérgio Afonso Marujo	40 000$00
Simão Pedro Diogo Oliveira	200 000$00

14 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Valter Victorino Lemos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 2198/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Dr. Carlos César Coelho Viana Ramos:

Mário dos Reis Mendes — nomeado definitivamente jardineiro nos serviços centrais/presidência deste Instituto Politécnico, com efeitos à data da posse, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 120. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — O Presidente, *Carlos César Coelho Viana Ramos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho n.º 1960/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a dispensa de serviço e equiparação a bolseiro fora do País, a partir de 23 de Dezembro de 1998 e para o ano lectivo de 1998-1999, a Susana Cristina Serrano Fernandes Rodrigues, equiparada a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

22 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Comunicação Social

Despacho n.º 1961/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 30 de Outubro de 1998, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento por dois anos de António Mira Marques Mendes, como equiparado a professor-adjunto, com início a 1 de Novembro de 1998, na Escola Superior de Comunicação Social, em regime de tempo integral, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 185, escalão 1, no valor de 305 500$, da tabela anexa ao estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia.)

15 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho n.º 1962/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 30 de Setembro de 1997:

José Alberto dos Santos Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (50 %), para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, por um período de um ano e com início em 1 de Outubro de 1997, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 139 500$. (Isento de fiscalização prévia.)

18 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alberto Augusto Antas de Barros Júnior.*

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 2199/99 (2.ª série). — Comunica-se que, a partir da data da publicação do presidente aviso no *Diário da República,* se encontra afixada na Escola Superior de Educação de Lisboa, sita na Avenida de Carolina Michaëllis de Vasconcelos, em Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso para admissão de um professor-adjunto para a área científica da Língua Portuguesa e da Metodologia do Ensino da Língua Materna no 1.º ciclo do ensino básico da Escola Superior de Educação de Lisboa, aberto pelo edital n.º 614/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Agosto de 1998.

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Amália da Conceição Garrido Bárrios.*

Instituto Superior de Engenharia

Aviso n.º 2200/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, avisam-se os interessados de que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente dos quadros deste Instituto.

Poderão apresentar reclamação à presidente do conselho directivo, nos termos do artigo 96.º do mesmo decreto-lei, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* contados nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

15 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1963/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 24 de Setembro de 1998:

Mestre João Paulo Miranda Ribeiro Borges — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a assistente do 1.º triénio, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 25 de Setembro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1964/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 24 de Setembro de 1998:

Licenciada Alexandra Isabel Martins Paulo da Costa — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparada a assistente do 2.º triénio, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 6 de Outubro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1965/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 30 de Setembro de 1998:

Mestre José Fernando de Jesus da Rocha — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1966/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 30 de Setembro de 1998:

Mestre Manuel António da Silva Ramos Caldas de Faria — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1967/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 24 de Setembro de 1998:

Bacharel Matilde Pós-de-Mina Pato — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de encarregada de trabalhos, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 25 de Setembro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1968/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 30 de Setembro de 1998:

Mestre Jorge Paulo Alves Torres — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 15 de Dezembro de 1998.)

14 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1969/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 9 de Agosto de 1998:

Licenciado Manuel Eduardo da Costa e Almeida Vasques — autorizada a nomeação provisória como professor-coordenador do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato em vigor como equiparado a professor-adjunto a partir da data desta publicação. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de Dezembro de 1998.)

19 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Despacho n.º 1970/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 24 de Setembro de 1998:

Mestre José Firmino Aguilar Madeira — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a professor-adjunto, a tempo integral, pelo período de um ano, com início em 25 de Setembro de 1998. (Visto do Tribunal de Contas em 21 de Dezembro de 1998.)

19 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

Rectificação n.º 230/99. — Por ter sido alterada a composição do júri para avaliação do estágio para o lugar de técnica de contabilidade e administração de 2.ª classe do quadro deste Instituto, Lídia Soalheiro Manteigas, cuja rectificação foi publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 49, de 27 de Fevereiro de 1996, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 16 de Dezembro de 1998, fica o mesmo composto por:

Presidente — Mestre Luís Manuel Vicente Ferreira Simões, vice-presidente do conselho directivo do ISEL.
Vogais efectivos:

Engenheira Eunice Ramos Craveiro Antunes, vice-presidente do conselho directivo do ISEL.
Engenheiro António Manuel Matos Guerra, professor-adjunto do quadro do ISEL.

Vogal suplente:

Mestre Vítor de Jesus Sousa Almeida, professor-adjunto do quadro do ISEL.

13 de Janeiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Serviços Centrais

Aviso n.º 2201/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 2642/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1997:

Autorizado o provimento de Maria da Conceição Mousinho Ludovino Batista, na categoria de segundo-oficial da carreira de oficial administrativo, em regime de nomeação definitiva, na sequência de concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 252, de 31 de Outubro de 1998, com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

Aviso n.º 2202/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 2642/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1998:

Autorizado o provimento de Maria Fernanda Lopes Mouzinho, na categoria de segundo-oficial da carreira de oficial administrativo, em regime de nomeação definitiva, na sequência de concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 252, de 31 de Outubro de 1998, com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Aviso n.º 2203/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do 1.4 do despacbo de delegação de competências n.º 2642/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1997:

Autorizado o provimento de Celeste Maria Bugia Pinheiro Filipe na categoria de técnica de 1.ª classe da carreira técnica, em regime de nomeação definitiva, na sequência de concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 256, de 5 de Novembro de 1998, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999.

18 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

Aviso n.º 2204/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 2642/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1997:

Autorizado o provimento de Dinis Manuel Polainas Martins, na categoria de segundo-oficial da carreira de oficial administrativo, em regime de nomeação definitiva, na sequência de concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República,*

2.ª série, n.º 252, de 31 de Outubro de 1998, com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 1999.

19 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extracto) n.º 1971/99 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, por delegação:

José Manuel Botelho de Sousa Cymbron — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar do IPT, com início em 1 de Outubro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 50% do escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Por despacho de 30 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, por delegação:

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar do IPT, com início em 1 de Outubro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 50% do escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico.

(Contratos declarados conforme pelo Tribunal de Contas em sessão de 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

15 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Contrato n.º 345/99. — Por despachos de 6 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* dos seguintes agentes:

Américo Eduardo Mesquita dos Santos e Alcino Manuel Miranda Pereira, como operários principais para os Serviços Centrais deste Instituto, com o vencimento ilíquido de 107 900$.

Augusto Moreno Fernandes, como operário principal para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, com o vencimento ilíquido de 107 900$.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

Contrato n.º 346/99. — Por despachos de 17 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* dos seguintes agentes:

Maria Clara Lira Amoêdo Luís e Silva, como operadora de sistemas principal para os Serviços Centrais deste Instituto, com o vencimento ilíquido de 201 900$.

Luís Armando Soares de Morais, como operador de sistemas principal para a Escola Superior Agrária deste Instituto, com o vencimento ilíquido de 201 900$.

Hélder Augusto Rebelo Martins da Cruz e Henrique José Pinheiro Cruz e Silva, como operadores de sistemas de 1.ª classe para os Serviços Centrais deste Instituto, com o vencimento ilíquido de 168 700$.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

Despacho n.º 1972/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do despacho n.º 16/XII/SEES/95, de 30 de Dezembro, determina-se:

1 — É subdelegada nos actuais presidentes dos conselhos directivos das escolas interadas no IPVC a seguinte competência:

1.1 — Autorizar a concessão de subsídios pela rubrica 04.02.01 (instituições particulares) e 04.03.01 (pessoas particulares), até ao montante de 500 contos por subsídio.

10 de Dezembro de 1998. — O Presidente, *A. Lima de Carvalho.*

Despacho n.º 1973/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Maria Isabel de Carvalho Queiroz Santos de Oliveira Passos, técnica-adjunta especialista da Escola Superior Agrária deste Instituto — nomeada em regime de comissão extraordinária de serviço precedendo concurso, técnica-adjunta especialista de 1.ª classe, para a mesma Escola, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* com o vencimento ilíquido de 168 700$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

Despacho n.º 1974/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo:

Maria Sandra Pinto de Oliveira, auxiliar administrativa, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos Serviços Centrais deste Instituto — nomeada, a título definitivo, como auxiliar administrativa para o mesmo serviço, com o vencimento ilíquido de 63 600$, com efeitos a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Diana Maria Lobo Gonçalves Garrido.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho n.º 1975/99 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Maria Helena Neves de Sousa Leitão, assistente administrativa da Escola Superior Agrária, integrada no Instituto Politécnico de Viseu — autorizada a recuperação de 10 dias do vencimento de exercício perdido, referente ao período de 16 a 20 de Fevereiro e de 9 a 13 de Novembro de 1998, no montante de 5687$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

18 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Soares de Sousa.*

ENTIDADE REGULADORA DO SECTOR ELÉCTRICO

Rectificação n.º 231/99. — Para os devidos efeitos, declara-se que o despacho n.º 16 288-A/98 (2.ª série), publicado no suplemento ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 213, de 15 de Setembro de 1998, cujo original se encontra arquivado na Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 1 da cláusula 7.ª do anexo ao Regulamento Tarifário que integra o anexo I do despacho, onde se lê:

$$db = 100 \times \frac{Pi}{Pref}$$

deve ler-se:

$$db = 10 \times \frac{Pi}{Pref}$$

20 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, *(Assinatura ilegível.)*

AVISO

1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas das três séries do *Diário da República* para 1999.

2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.

5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099 Lisboa Codex.

Preços para 1999 (em suporte papel, CD-ROM, Internet)

Papel (inclui IVA 5%)	
1.ª série	25 450$00
2.ª série	25 450$00
3.ª série	25 450$00
1.ª e 2.ª séries	47 250$00
1.ª e 3.ª séries	47 250$00
2.ª e 3.ª séries	47 250$00
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	66 150$00
Compilação dos Sumários	7 550$00
Apêndices (acórdãos)	12 800$00
Diário da Assembleia da República	16 400$00

CD-ROM (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
Contrato anual (envio mensal)	30 000$00	39 000$00
Histórico (1974-1997) (*a*)	70 000$00	91 000$00
Licença de utilização em rede (máximo de 5 utilizadores)	45 000$00	
Licença de utilização em rede (máximo de 10 utilizadores)	60 000$00	

Internet (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
DR, 1.ª série	10 000$00	12 000$00
Concursos públicos, 3.ª série	10 500$00	13 500$00
1.ª série + concursos	18 000$00	23 000$00

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
(*a*) Processo em fase de certificação pelo ISQ. Disponíveis seis anos, CD-ROM dos anos de 1992 a 1997, dos quais quatro são duplos.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 1120$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
  Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
  Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
  Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
  Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72 Metro — Saldanha
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
  (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
  Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
  (Centro Colombo, loja 0.503)
  Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21 Metro — C. Militar
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
  Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
  Telef. (039)82 69 02 Fax (039)83 26 30

Diário da República Electrónico: **Endereço Internet: http://www.dr.incm.pt • Correio electrónico: dre @ incm.pt • Linha azul: 0808 200 110**